

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

PATRÍCIA BINKOWSKI

**DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS EM TORNO DOS
EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2014

PATRÍCIA BINKOWSKI

**DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS EM TORNO DOS
EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Série PGDR – Tese n° 75

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Binkowski , Patrícia

Dinâmicas socioambientais e disputas territoriais em torno dos empreendimentos florestais no sul do Rio Grande do Sul / Patrícia Binkowski . -- 2014. 264 f.

Orientador: Jalcione Pereira de Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Silvicultura.. 2. Reconfiguração do território.
. 3. Conflito ambiental. . 4. Monocultivo de eucalipto.. I. Almeida, Jalcione Pereira de, orient.
II. Título.

PATRÍCIA BINKOWSKI

**DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS E DISPUTAS TERRITORIAIS EM TORNO DOS
EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Cleyton Henrique Gerhardt
UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Silvia de Lima Aquino
UNILA

Prof. Dr. Marcos Flavio Silva Borba
EMBRAPA Pecuária Sul

Dedico esta tese a todos aqueles que já viveram tais sensações:

*[...]
Cheiro de jardim
Namoro no portão
Domingo sem chuva
Segunda sem mau humor
Sábado com seu amor
Filme do Carlitos
Chope com amigos
Crônica de Rubem Braga
Viver sem inimigos
Filme antigo na TV
Ter uma pessoa especial
E que ela goste de você
Música de Tom com letra de Chico
Frango caipira em pensão do interior
Ouvir uma palavra amável
Ter uma surpresa agradável
Ver a Banda passar
Noite de lua cheia
Rever uma velha amizade
[...]
Rir como criança
Ouvir canto de passarinho.
Sorar de resfriado
[...]
Tomar banho de cachoeira
Pegar um bronzeado legal
Aprender uma nova canção
Esperar alguém na estação
Queijo com goiabada
Pôr do sol na roça
Uma festa
Um violão
Uma seresta
Recordar um amor antigo
Ter um ombro sempre amigo
Bater palmas de alegria
Uma tarde amena
Calçar um velho chinelo
Sentar numa velha poltrona
Tocar violão para alguém
Ouvir a chuva no telhado
Vinho branco
Bolero de Ravel
(Carlos Drummond de Andrade)*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, Prof. Jalcione Almeida, pelos ensinamentos teóricos e práticos nesta longa caminhada, que completa quase uma década, desde 2005 por meio da bolsa de iniciação científica até a conclusão desta tese. Obrigada por seu engajamento, compreensão e sensibilidade em todos os momentos deste percurso. Seguramente, sem você não existiria tese.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro na forma de bolsa de pesquisa, sem a qual, certamente, a realização do doutorado não seria viável.

Agradeço imensamente a minha família, pai, mãe e irmãos, pela compreensão dos longos períodos de ausência e pelos incentivos cotidianos ao prosseguimento dos meus estudos. A vocês toda a minha gratidão! Agradeço especialmente a minha “dinda” Maria Zélia, que sempre me incentivou a buscar grandes desafios e que me acolheu em sua casa e em seu coração. Família, sem dúvida, sem vocês hoje não existiria uma “pesquisadora”.

Gostaria de agradecer aos meus queridos amigos por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, seja naqueles mais festivos ou nos de circunspeção. Agradeço de todo o meu coração a Stella Pieve, pelos ensinamentos diários e pelas “terapias alternativas”; a Josi Wedig, pela delicadeza da amizade; a Lisiane Brolese, pelos “cutucões” necessários; ao Marcio Neske, pela parceria em todos os anos de pós-graduação; a Tânia Cruz, pelas energias e positivities emanadas, a Elisa Simczak pela leitura atenta aos capítulos da tese, a Maud Dampne pela tradução do resumo para o espanhol e a Fabi Stringini e Lê Grala, pelas longas e adoráveis *charlas* antropológicas.

Agradecimento mais que especial aos companheiros do Grupo “Tecnologia, Meio Ambiente Sociedade” (TEMAS), Cleyton Gerhardt, Lorena Fleury, Marcio Neske, Camila Prates, Yara Cerpa e Felipe Vargas.

Agradeço aos Professores Cleyton Gerhardt, Silvia Aquino e Marcos Borba pela gentileza em aceitar compor a banca de defesa deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os que contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

Por Aí..

Lembra do quanto amanhecemos
Com a luz acesa
Nos papos mais estranhos
Sonhando de verdade
Salvar a humanidade
Ao redor da mesa

Sábias teses e ilusões sem fim
Ying, Jung, I Ching e outras cabalas
Procurando deus entre as folhagens do jardim

Que tolos fomos nós, que bom que foi assim
Que achamos um lugar pra ter razão
Distantes de quem pensa que o melhor da vida
É uma estrada estreita e feita de cobiça
Que nunca vai passar por aqui

Lembra de longas primaveras
De andar pela cidade
Saudando novas eras
Sonhando com certeza
Salvar a natureza
Ao final da tarde

Cegas crenças, lixo oriental
Ying, Jung, I Ching e outras balelas
Procurando deus entre as macegas do quintal

Seremos sempre assim, sempre que precisar
Seremos sempre quem teve coragem
De errar pelo caminho e de encontrar saída
No céu do labirinto que é pensar a vida
E que sempre vai passar por aí

Auras, carmas, drogas siderais
Ying, Jung, I Ching e outras viagens
Procurando deus entre delírios dos mortais

Seremos sempre assim, sempre que precisar
Seremos sempre quem teve coragem
De errar pelo caminho e de encontrar saída
No céu do labirinto que é pensar a vida
E que sempre vai passar
Sempre vai passar por aí

(Nei Lisboa - Cena Beatnik, 2001)

RESUMO

Nas últimas décadas, o cenário mundial foi marcado pela migração de empresas produtoras de madeira para celulose e papel do hemisfério norte para o hemisfério sul, provocando uma nova espacialização dos plantios de arbóreas, entre elas, eucalipto, acácia e pinus. A implantação desses grandes projetos tem desencadeado mudanças nas práticas sociais e no meio natural nos espaços rural e urbano de determinadas regiões, como é o caso do sul do Rio Grande do Sul. Este estudo se destina a analisar e compreender como e por que se expandiu a atividade florestal em um dos municípios desta região, Encruzilhada do Sul, e como a expansão dos empreendimentos de produção e beneficiamento de madeira passaram a interferir nas relações sociedade-natureza, influenciando novos contextos no meio urbano e rural do município. Para responder a tais questionamentos foi realizada pesquisa de campo com atores sociais envolvidos nesse contexto empírico. Adotou-se como referencial teórico-metodológico as noções/categorias de território e conflito ambiental. A análise permitiu constatar: a) o surgimento de novos atores sociais e a disseminação de uma “lógica florestal”; b) alterações importantes na paisagem rural e urbana; c) desterritorialização e reterritorialização da população local; d) alterações nos sistemas produtivos e influências diretas na posse da terra; e) mudanças nas relações e condições de trabalho; e, f) transformações nas relações de poder e redefinição de estratégias empresariais. As mudanças afetaram, direta e indiretamente, as práticas cotidianas da população local envolvida ou não com a atividade de silvicultura, provocando alterações nas formas como os indivíduos/grupos passaram a decidir e garantir a sua reprodução social e modos de vida. As comunidades envolvidas passaram então a resignificar o território, construindo um “novo” espaço, atrelado ao surgimento de uma “nova territorialidade” e uma “nova ruralidade”. Mas não foi identificada uma reação coletiva por parte da população local contrária aos impactos negativos provocados pela atividade de silvicultura no município. A atividade de silvicultura em Encruzilhada do Sul tende a ser vista como uma “estratégia de desenvolvimento”, seja na visão do poder público local, das empresas florestais ou da população local, esta última influenciada pelos dois primeiros grupos, acreditando que a atividade é, literalmente, a “salvação da lavoura”. A concepção desenvolvimentista gerada pela atividade de silvicultura, no entanto, não determinou até agora o tão desejado desenvolvimento para o município, ao contrário, tem comprometido a própria reprodução social das comunidades que passam a criar novas estratégias de (re)adaptação e enfrentamento à “lógica florestal” instaurada na região.

Palavras-chave: Silvicultura. Reconfiguração do território. Conflito ambiental. Monocultivo de eucalipto.

ABSTRACT

In recent decades, the world stage was marked by the migration of timber companies (for paper and pulp production) from north to south hemisphere, influencing on the new specialization of tree crops, specially eucalyptus, acacia and pine. The implementation of these large projects have led to changes in the social practices and in the natural environment, in the rural and urban areas, as for instance the south of Rio Grande do Sul, Brazil. This study aims to analyse and understand how and why the forestry sector have expanded into city of Encruzilhada do Sul, and how the expansion of timber production and processing enterprises have interfered in the society-nature relations, influencing new rural and urban contexts. To answer these questions, the research was conducted with local social actors. The theoretical and methodological framework adopted were notions/categories of territory and environmental conflict. The results indicated that: a) the emergence of new social actors and the dissemination of a “forestry logic”; b) significant changes over the rural and urban landscape; c) re-territorialization of local population; d) changes in the productive systems and direct influences in the land tenure; e) changes in the relations and conditions of work; f) transformations in the power relations and in the redefinition of business strategies. These changes have affected directly and indirectly the everyday practices of local population, which are involved or not with the forestry activity, changing their decisions, guarantees of social reproduction and the ways of life. The territory has been re-framed by these communities, building a “new” space, related to the emergence of a “new territoriality” and a “new rurality”. However, it was not identified a collective reaction from local population against the negatives impacts caused by the forestry activity in this municipality. The forestry activity in Encruzilhada do Sul tends to be seen as a development strategy from local government, forestry companies and local population. The last one is influenced by the two first groups, which believe that the activity literally is the “farming salvation”. The developmental concept generated by the forestry activity, however, has not determined yet the “development desired” for the local, unlike, it committed the social reproduction of the communities that have created new re-adaption and confronting strategies to the “forestry logic” established in the region.

Keywords: Forestry. Reconfiguration of the territory. Environmental conflict. Eucalyptus monoculture.

RESUMEN

En las últimas décadas el escenario mundial fue marcado por la migración de las empresas productoras de madera para celulosa y papel del hemisferio norte para el hemisferio sur, provocando una nueva especialización en el cultivo de arbóreas, entre ellas, eucalipto, acacia y pino. La instalación de estos grandes proyectos ha desencadenado cambios en las prácticas sociales y en el medio natural, en los espacios rurales y urbanos de determinadas regiones, como es el caso del sur de Río Grande do Sul. Este estudio se orienta a analizar y comprender como y porque se expandió la actividad forestal en uno de los municipios de esta región, Encruzilhada do Sul, y como la expansión de los emprendimientos de producción y beneficio de la madera pasaron a interferir en las relaciones sociedad-naturaleza, influyendo en nuevos contextos en el medio urbano y rural del municipio. Para contestar a tales interrogantes se realizó una investigación de campo con actores sociales involucrados en este contexto empírico. Se adoptó como referencia teórica-metodológica las nociones/categorías de territorio y conflicto ambiental. El análisis permitió constatar: a) el surgimiento de nuevos actores sociales y la diseminación de una “lógica forestal”; b) alteraciones importantes en el paisaje rural y urbano; c) desterritorialización y reterritorialización de la población local; d) alteraciones en los sistemas productivos e influencias directas en la posesión de la tierra; e) cambios en las relaciones y condiciones de trabajo; f) transformaciones en las relaciones de poder y re-definición de estrategias empresariales. Los cambios afectaron, directa o indirectamente, las practicas cotidianas de la población local involucrada o no, con la actividad de silvicultura, provocando alteraciones en las formas como los individuos /grupos pasaron a decidir y garantizar su reproducción social y sus modos de vida. Las comunidades involucradas pasaron entonces a re-significar el territorio, construyendo un “nuevo” espacio, atrayendo el surgimiento de una “nueva territorialidad” y una “nueva ruralidad”. Pero no fue identificada una reacción colectiva por parte de la población local opuesta a los impactos negativos provocados por la actividad de silvicultura en el municipio. La actividad de silvicultura en Encruzilhada do Sul tiende a ser vista como una “estrategia de desarrollo”, sea con la visión del poder publico local, de las empresas forestales o de la población local, esta ultima influenciada por los dos primeros grupos, acreditando que la actividad es, literalmente, la “salvación de la agricultura”. La concepción desarrollista generada por la actividad de la silvicultura, sin embargo, no se ha determinado hasta ahora el tan deseado desarrollo para el municipio, al contrario, tiene comprometido la propia reproducción social de las comunidades que pasan a crear nuevas estrategias de (re)adaptación y enfrentamiento a la “lógica forestal” instaurada en la región.

Palabras-claves: Silvicultura. Reconfiguración del territorio. Conflicto ambiental. Monocultivo de eucalipto.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Localização do município de Encruzilhada do Sul/RS | 25 |
| Figura 2 - Estufa de mudas de eucalipto da empresa Forestal Oriental, Paysandu, Uruguai..... | 52 |
| Figura 3 - Quantidade produzida na silvicultura de madeira em tora para celulose e papel em Encruzilhada do Sul/RS..... | 53 |
| Figura 4 - Plantios de eucalipto na localidade do Chanã, Encruzilhada do Sul/RS... | 55 |
| Figura 5 - Sede do Assentamento Tamoios, Herval/RS..... | 56 |
| Figura 6 - 22º Seminário Estadual e 4º Interestadual de Alternativas à cultura do Fumo, Dom Feliciano/RS | 60 |
| Figura 7 - A migração de investimentos das empresas madeireiro-celulósicas em direção norte→sul | 91 |
| Figura 8 - Mapa com os países produtores de eucalipto para celulose | 95 |
| Figura 9 - A localização das plantações silvícolas no sul da América do Sul - Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul em 2011 | 97 |
| Figura 10 - Localização das plantações silvícolas na América do Sul e as empresas florestais proprietárias | 105 |
| Figura 11 - Mapa da produção de eucalipto e pinus no Brasil em 2012..... | 107 |
| Figura 12 - Localização das maiores fábricas de celulose Integrada e de mercado no Brasil | 112 |
| Figura 13 - Organograma com os sistemas de financiamento para o setor florestal no Brasil, 2011-2012 | 113 |
| Figura 14 - Fotos representativas da produção de madeira para celulose e papel e seus efeitos na África do Sul..... | 122 |
| Figura 15 - Fotos representativas da “forestación” e os conflitos entre empresas florestais e povo mapuche no Chile | 124 |
| Figura 16 - Fotos representativas do conflito em torno da expansão dos monocultivos de árvores na Indonésia | 127 |
| Figura 17 - Fotos representativas do conflito entre as populações de Fray Bentos (Uruguai) e Gualeguaychú (Argentina) em torno da construção da fábrica de celulose da Botnia S.A. | 130 |

| | |
|---|-----|
| Figura 18 - Fábrica de celulose de Guaíba/RS, cronologia das empresas administradoras..... | 148 |
| Figura 19 - Mapa com a localização dos plantios de eucalipto por empresa florestal | 151 |
| Figura 20 - Representação da Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul..... | 152 |
| Figura 21 - Localização do município de Encruzilhada do Sul/RS | 167 |
| Figura 22 - Localização das zonas agroecológicas em Encruzilhada do Sul/RS | 172 |
| Figura 23 - Evolução temporal do uso do solo e cobertura vegetal no município de Encruzilhada do Sul/RS, entre 1989 e 2009 | 183 |
| Figura 24 - Treminhões nas estradas vicinais de Encruzilhada do Sul/RS. | 200 |
| Figura 25 - Bolantas | 206 |
| Figura 26 - Avisos sobre cuidados necessários com segurança e utilização de equipamento de proteção individual..... | 207 |
| Figura 27 - Visita a uma “empreitada de mato”, trabalhadores sem EPIs, Encruzilhada do Sul/RS | 208 |
| Figura 28 - Alojamento e transporte em áreas de plantações de acácia em Encruzilhada do Sul/RS | 210 |
| Figura 29 - Refeitórios em más condições de habitabilidade, Encruzilhada do Sul/RS | 211 |
| Figura 30 - <i>Harvester</i> na colheita de eucalipto | 213 |
| Figura 31 - Produtividade pessoal – “meta diária” da Tanagro, Encruzilhada do Sul/RS | 214 |
| Figura 32 - Localidades visitadas..... | 220 |
| Figura 33 - “Mato” de eucalipto localizado entre as localidades do Pinheiro e Serra dos Pedrosa, Encruzilhada do Sul/RS | 221 |
| Figura 34 - Serrarias e a “poluição visual” da/na paisagem | 223 |
| Figura 35 - Transformação das paisagens locais – a) Rincão dos Machado; b) Passo da Cria; e, c) Vau dos Prestes..... | 224 |
| Figura 36 - Casas abandonadas na zona rural de Encruzilhada do Sul, respectivamente, nas localidades de Rincão dos Machados, Maria Santa e Pinheiro | 232 |
| Figura 37 - As vilas originadas a partir da dinâmica de migração campo-cidade, respectivamente, Vila da Fonte e Vila Paraíso..... | 234 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo | 65 |
| Quadro 2 - Síntese da estrutura analítica da pesquisa | 69 |
| Quadro 3 - Elementos determinantes no estabelecimento de empresas de produção de madeira para celulose e papel nos países da América do Sul | 98 |
| Quadro 4 - O território funcional e o simbólico em Encruzilhada do Sul/RS | 187 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Países produtores de celulose e papel em 2012 | 92 |
| Tabela 2 - A evolução da população em Encruzilhada do Sul/RS no período 1991-2010 | 168 |
| Tabela 3 - Assentamentos localizados em Encruzilhada do Sul/RS | 176 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ABIMCI | - Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente |
| ABRAF | - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas |
| ACAG | - Asamblea Ciudadana Ambiental de Gualeguaychú |
| AGEFLOR | - Associação Gaúcha de Empresas Florestais |
| ANFPC | - Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose |
| APRIL | - Asia Pacific Resources International Holding Ltd. |
| ASCAR | - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural |
| BNDE | - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico |
| BNDES | - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CAF | - Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara |
| CAPES | - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CARU | - Comissão Administradora do Rio Uruguai |
| CEPEDES | - Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia |
| CENIBRA | - Celulose Nipo-Brasileira |
| CENAG | - Centro de Agronegócios |
| CFC | - Celulose de Fibra Curta |
| CFL | - Celulose de Fibra Longa |
| CTPS | - Carteira de Trabalho e Previdência Social |
| CMBEU | - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos |
| CMPC | - Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones |
| CNB | - Comisión Nacional de Bosques |
| CONPACEL | - Consórcio Paulista de Papel e Celulose |
| CONSEMA | - Conselho Estadual de Meio Ambiente |
| CORFO | - Corporación para el Fomento de la Producción |
| COTRIBA | - Cooperativa Tríticola de Ibirubá |
| CVRD | - Companhia Vale do Rio Doce |
| DINAMA | - Dirección Nacional de Medio Ambiente |
| EIA | - Estudo de Impacto Ambiental |

| | |
|----------|---|
| EMATER | - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| EPI | - Equipamento de Proteção Individual |
| FEE | - Fundação de Economia e Estatística |
| FINAME | - Financiamento de Máquinas e Equipamentos |
| FSC | - Forest Stewardship Council |
| Ha | - hectares |
| IBDF | - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal |
| IDESE | - Índice de Desenvolvimento Econômico |
| IDH | - Índice de Desenvolvimento Humano |
| INCRA | - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MMC | - Movimento de Mulheres Camponesas |
| MPA | - Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MPT | - Ministério Público do Trabalho |
| MST | - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTE | - Ministério do Trabalho e Emprego |
| NCADR | - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural |
| ONU | - Organizações das Nações Unidas |
| PEFC | - Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes |
| PGDR | - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural |
| PIB | - Produto Interno Bruto |
| PNPC | - Programa Nacional de Papel e Celulose |
| PRODUSA | - Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável |
| PROFLORA | - Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas |
| PRONAF | - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRS | - Programas de Responsabilidade Social |
| RADV | - Rede Alerta contra o Deserto Verde |
| RAPP | - Riau Andalan Pulp & Paper |
| RIMA | - Relatório de Impacto Ambiental |
| SBS | - Sociedade Brasileira de Silvicultura |
| SEDAI | - Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais |
| SITIEML | - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Madeira e Lenha |
| TAC | - Termo de Ajustamento de Conduta |
| TEMAS | - Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade |

| | |
|--------|---|
| VCP | - Votorantin Celulose e Papel |
| UDELAR | - Universidad de la Republica |
| UDR | - União Democrática Ruralista |
| UFPA | - Universidade Federal do Pará |
| UFRGS | - Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UFSM | - Universidade Federal de Santa Maria |
| ZAS | - Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura |
| ZEE | - Zoneamento Econômico Estadual |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO: CONTEXTO E PROBLEMA DE PESQUISA..... | 20 |
| 2 | O ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA | 30 |
| 2.1 | O ESPAÇO DAS RELAÇÕES DE PODER: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE | 30 |
| 2.2 | CONFLITO AMBIENTAL E DESTERRITORIALIZAÇÃO | 37 |
| 2.3 | A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO | 44 |
| 2.4 | A “CHANTAGEM LOCACIONAL” E AS “ALTERNATIVAS INFERNAIS” | 46 |
| 2.5 | OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 48 |
| 2.5.1 | Fase de aproximação do objeto de pesquisa (ano de 2010)..... | 51 |
| 2.5.2 | O primeiro “rascunho” do projeto de tese (primeiro semestre de 2011).52 | 52 |
| 2.5.3 | A pesquisa exploratória (novembro e dezembro de 2011)..... | 54 |
| 2.5.4 | O projeto de tese e a qualificação (primeiro semestre de 2012) | 56 |
| 2.5.5 | A pesquisa de campo (novembro de 2012 a agosto de 2013) | 58 |
| 2.5.6 | “O campo também é o que vem depois”: sistematização dos dados e redação da tese (outubro de 2013 a junho de 2014)..... | 67 |
| 3 | OS MOVIMENTOS DA SILVICULTURA NO BRASIL E NO MUNDO..... | 70 |
| 3.1 | 1º MOVIMENTO: FORMAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR DE BASE FLORESTAL NO BRASIL | 71 |
| 3.1.1 | Origem, formação e expansão: da importação de matéria-prima para fabricação do papel à geração de excedentes exportáveis (1809 a 1979)72 | 72 |
| 3.2 | 2º MOVIMENTO: MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SETOR DE BASE FLORESTAL NO BRASIL | 80 |
| 3.2.1 | Crise e modernização dos empreendimentos de madeira, celulose e papel (1980 a 2000) | 80 |
| 3.3 | 3º MOVIMENTO: A GLOBALIZAÇÃO E A NOVA GEOPOLÍTICA DA SILVICULTURA NO MUNDO..... | 84 |
| 3.3.1 | A abertura de mercados e os investimentos estrangeiros | 85 |

| | | |
|-------|---|------------|
| 3.3.2 | A América do Sul na rota dos grandes projetos de produção de madeira para celulose e papel..... | 96 |
| 4 | O PANORAMA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS EM TORNO DOS MONOCULTIVOS DE ARBÓREAS | 115 |
| 4.1 | A HEGEMONIZAÇÃO DO ESPAÇO PROVOCADA PELOS EMPREENDIMENTOS DE MONOCULTIVO DE ÁRVORES NO MUNDO.... | 117 |
| 4.1.1 | África do Sul: a deslocação de terras, a redução da capacidade hídrica e o aumento de incêndios florestais | 120 |
| 4.1.2 | Chile: a disputa de terras entre empresas florestais e o povo indígena mapuche | 122 |
| 4.1.3 | Indonésia: o desmatamento de florestas nativas e a violação dos direitos dos povos indígenas | 125 |
| 4.1.4 | Uruguay e Argentina: a instalação da fábrica de celulose da Botnia S.A. em Fray Bentos e a mobilização da população de Gualeguaychú..... | 128 |
| 4.2 | O CONFLITO AMBIENTAL EM TORNO DA EXPANSÃO DA SILVICULTURA NO BRASIL..... | 130 |
| 4.2.1 | Espírito Santo: a Aracruz Celulose, a invasão de terras de comunidades tradicionais e a ocorrência de impactos ambientais..... | 132 |
| 4.2.2 | Bahia: a expansão dos monocultivos de eucalipto no extremo sul..... | 135 |
| 4.2.3 | Minas Gerais: o Vale do Jequitinhonha e os “geraizeros” na disputa pela reapropriação e uso dos recursos do território “florestal” | 139 |
| 4.2.4 | Rio de Janeiro: o norte fluminense e a tentativa frustrada de um novo polo florestal | 142 |
| 5 | O RIO GRANDE DO SUL E O MOVIMENTO DE EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO | 144 |
| 5.1 | AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA SILVICULTURA E AS EMPRESAS DE CELULOSE NO RS..... | 145 |
| 5.2 | A METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL: O MONOCULTIVO DE EUCALIPTO COMO A “SALVAÇÃO DA LAVOURA” | 152 |
| 5.3 | AS LÓGICAS DE ALOCAÇÃO/DESLOCAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS MADEIREIRO-CELULÓSICOS | 154 |
| 5.3.1 | A “invasão” do Horto Barba Negra e a ameaça de deslocação da Aracruz Celulose..... | 155 |
| 5.3.2 | A chantagem locacional e a deslocação da fábrica de celulose da VCP/Fibria | |

| | |
|---|------------|
| | 156 |
| 5.3 A DUALIDADE DO ESTADO E O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS FLORESTAIS..... | 161 |
| 6 ENCRUZILHADA DO SUL: LOCALIZANDO O TERRITÓRIO DE PESQUISA | 167 |
| 6.1 ASPECTOS LOCACIONAIS E DEMOGRÁFICOS..... | 167 |
| 6.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS | 169 |
| 6.3 ASPECTOS AMBIENTAIS..... | 170 |
| 6.4 ASPECTOS PRODUTIVOS..... | 172 |
| 6.5 OS MOVIMENTOS DE EXPANSÃO DA SILVICULTURA EM ENCRUZILHADA DO SUL..... | 177 |
| 7 A EXPANSÃO DO “MATO” E AS DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS EM ENCRUZILHADA DO SUL..... | 185 |
| 7.1 ENCRUZILHADA DO SUL, UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: AGENTES HEGEMÔNICOS <i>VERSUS</i> POPULAÇÃO LOCAL | 186 |
| 7.2 ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DAS EMPRESAS FLORESTAIS | 190 |
| 7.2.1 A compra e arrendamento de terras | 192 |
| 7.2.2 O fomento florestal e as parcerias entre empresas e moradores | 195 |
| 7.3 A RELAÇÃO TRABALHADOR-EMPRESA (NACIONAL, TRANSNACIONAL E/OU TERCEIRIZADA)..... | 198 |
| 7.3.1 Os serviços florestais terceirizados, o sindicato da madeira e a crise de 2008/2009 na região florestal | 198 |
| 7.3.2 As condições de trabalho no “mato”: da precariedade ao “pseudo” reconhecimento do trabalhador frente às leis trabalhistas e as questões de gênero..... | 205 |
| 7.3.3 As promessas de emprego, as metas de produção e a imagem negativa do trabalhador do “mato” | 212 |
| 7.4 A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM RURAL E A IDENTIDADE TERRITORIAL..... | 216 |
| 7.5 AS FORMAS DE (RE)ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS..... | 226 |
| 7.5.1 A agricultura de subsistência e a pecuária extensiva | 226 |
| 7.6 AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E REAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE DE SILVICULTURA..... | 230 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| 7.6.1 | A migração campo-cidade | 230 |
| 7.6.2 | A formação de vilas periféricas..... | 233 |
| 7.7 | O CONFLITO AMBIENTAL LATENTE | 235 |
| 8 | CONCLUSÕES: RECONFIGURAÇÃO E RESIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO..... | 239 |
| | REFERÊNCIAS..... | 249 |

1 INTRODUÇÃO: CONTEXTO E PROBLEMA DE PESQUISA

Nas últimas décadas, o cenário mundial foi marcado pela migração de empresas produtoras de madeira do hemisfério norte para o hemisfério sul provocando uma nova espacialização dos plantios de eucalipto, acácia e pinus. No início do século XX, a atividade econômica de produção de madeira, principalmente para celulose e papel, era sustentada por países do hemisfério norte como Finlândia, Suécia, Noruega, Canadá e Estados Unidos. Porém, a partir da década de 1950 percebe-se uma dinâmica migratória das empresas florestais destes países para o sul, mais especificamente para África (África do Sul, República do Congo, Zâmbia, Uganda e Tanzânia) e o sul da América do Sul (Chile, Uruguai, Argentina e Brasil). Na década de 1980, Brasil, Chile e África do Sul já eram considerados os países novos produtores de celulose e papel de mercado.

O setor florestal no Brasil se projeta no início da década de 1950, em parte incentivado pelas políticas desenvolvimentistas do então presidente da república Juscelino Kubitschek, cuja “modernização da agricultura” era uma das prioridades de governo. Nesta época, as empresas florestais e, principalmente, as de produção de celulose e papel passaram a ter um aliado importante para o desenvolvimento do setor, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para alguns autores como Soto (1992), Suzigan (1986), Hilgemberg e Bacha (2000), o BNDES – enquanto “braço” financeiro do governo federal - foi o grande incentivador econômico das empresas florestais no Brasil. Durante longos anos, o Banco disponibilizou crédito facilitado e ajudou a consolidar empresas do setor de madeira, celulose e papel, entre elas a Aracruz Celulose, Klabin Celulose, Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Suzano Papel e Celulose¹.

O processo de migração de empresas estrangeiras para o sul da América do Sul acentuou-se ainda mais na década de 1980, após a reestruturação do setor que passou a adotar medidas de verticalização e investiu na fusão ou compra de outras empresas. Esta reestruturação do setor florestal se deu inicialmente nos países escandinavos, tidos até então como maiores exportadores de celulose. Com a

¹ Após fusões, compras e vendas, atualmente ainda despontam como as maiores empresas de produção de madeira, celulose e papel no Brasil e, todavia, continuam recebendo incentivos do BNDES ou de outras fontes públicas.

procura por novos locais para realizar os empreendimentos madeireiro-celulósicos, empresas estrangeiras passaram a investir no Brasil².

Nesse sentido, a segunda metade da década de 1980 no Brasil foi marcada por uma grande onda de investimentos às empresas de produção de madeira para celulose e papel por meio de novos programas de financiamento como o Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC), implantado pelo governo federal e sustentado pelo BNDES. Este programa previa, basicamente, a ampliação da oferta de celulose, papel e pasta; o aumento na área de plantio de árvores; o aumento nas exportações; incentivos fiscais para importação de equipamentos e implantação de florestas e o estímulo à capitalização das empresas pela abertura de capital.

Colhendo os frutos dos investimentos do final da década de 1980, a década de 1990 foi considerada, do ponto de vista da produtividade-exportação-importação-consumo, o período de “maturidade da indústria brasileira de celulose e papel” (JUVENAL; MATTOS, 2003). No entanto, do ponto de vista ambiental, esta foi a década onde se deflagrou inúmeros efeitos causados pelos monocultivos comerciais de árvores. A partir daí, os problemas ambientais e sociais decorrentes da atividade de silvicultura foram colocados em pauta no debate entre governo federal, empresas florestais e populações locais.

Entre empresas nacionais e estrangeiras, o setor industrial de madeira, celulose e papel no país se expandiu e se modernizou, tendo no início dos anos 2000 o Brasil como um dos primeiros países na produção. Impulsionado pela continuação das políticas públicas voltadas para o setor florestal, o país entra no seleto grupo dos maiores produtores mundiais de “florestas comerciais” para produção de celulose e papel.

Com tantos incentivos fiscais e créditos financeiros destinados à área florestal, tem-se hoje um contexto nacional onde se planta mais e, conseqüentemente, as empresas produzem mais, permitindo ao setor florestal viver um momento de certa estabilidade. Contudo, um dos problemas recorrentes tem sido a indisponibilidade de terras para novos plantios em locais considerados

² “Empreendimentos florestais”, “setor florestal”, “projetos de produção de madeira”, “complexo florestal”, “florestamento”, “reflorestamento”, “produção de madeira para celulose e papel”, “florestas comerciais”, “monocultivo de árvores”, “monocultivo de arbóreas”, “atividade de silvicultura”, “silvicultura” ou simplesmente “mato” são termos utilizados pelos interlocutores, autores e mídia, sendo preservados em determinados momentos da escrita, com o intuito de destacar tais significações em seus discursos. Estes termos/significações não remetem somente à produção de madeira, mas a uma lógica mais abrangente, onde outros fatores são levados em consideração, como os aspectos empresariais, políticos, econômicos, ambientais e sociais.

“tradicionalmente florestais” como São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia. Este fator, aliado à grande demanda mundial por matéria-prima, fez com que muitas empresas florestais começassem a investigar novas áreas para os plantios, principalmente de eucalipto.

O Rio Grande do Sul (RS) foi um dos estados escolhidos para os investimentos florestais, as empresas que aqui se estabeleceram ou estavam expandindo seus (agro)negócios foram atraídas principalmente pelos incentivos fiscais dados pelo governo estadual da época, pelo menor custo de produção, disponibilidade de mão de obra, características climáticas adequadas para o desenvolvimento vegetativo de espécies arbóreas, disponibilidade de grandes extensões de áreas, preço baixo das terras e também pela infraestrutura viária (rodovias, ferrovias e portos), entre outros³.

O ápice dos novos investimentos em áreas para a produção de árvores para fabricação de celulose e papel no Rio Grande do Sul ocorreu entre 2003 e 2004, e entre as empresas estavam a Votorantin Celulose e Papel (VCP)⁴ e Stora Enso, que estavam se estabelecendo, e a Aracruz Celulose S.A.⁵, já estabelecida há algumas décadas no estado, e que prosseguia com a expansão da sua produção comprando e/ou arrendando novas áreas para plantações de eucalipto.

Essas empresas e o Estado afirmam que existem regiões no RS que apresentam um desenvolvimento econômico e social desacelerado, refletidos, particularmente, nos baixos índices do Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (BINKOWSKI, 2009). Ou seja, empresas e Estado divulgam que a presença da atividade de produção de madeira para celulose e papel aumentaria substancialmente tais índices e isso resultaria em desenvolvimento, traduzido na forma de novas vagas de emprego, arrecadação de impostos, melhoria da infraestrutura local e incentivaria a enfraquecida produção agropecuária.

Quase todas as regiões do RS apresentam atividades florestais, focadas, particularmente, na produção de pinus, acácia e eucalipto. De forma representativa⁶ e em termos de produção florestal industrial, as regiões fisiográficas conhecidas como “Campos de Cima da Serra”, “Encosta Inferior do Nordeste” e “Litoral”

³ Esses elementos e suas interrelações com a atividade de silvicultura serão abordados no capítulo 5.

⁴ Em 2008 passou a se chamar Fibria.

⁵ Em 2009 foi vendida para uma empresa chilena e passou a se chamar Celulose Riograndense.

⁶ Esta divisão se baseia em dados estatísticos do IBGE (2012), em termos de produção florestal industrial. No entanto, não significa que não se produza outras espécies florestais.

abarcariam as plantações de pinus e acácia. As regiões fisiográficas da “Depressão Central”, “Serra do Sudeste”, “Campanha” e “Encosta do Sudeste” teriam maior representatividade na produção de eucalipto e acácia. Estas últimas e parte da região “Litoral”, comporiam a região denominada de “Metade Sul”⁷.

Em termos econômicos, a Metade Sul é fortemente baseada na agropecuária, principalmente em lavouras anuais e pecuária extensiva e familiar. Entretanto, existe uma série de críticas sobre as mudanças sociais, ambientais e produtivas que poderiam ser geradas nessa região a partir da expansão da silvicultura⁸. Estariam em jogo, portanto, mudanças nas relações sociedade-natureza em determinados espaços rurais e urbanos que passam a adotar ou expandir este tipo de atividade florestal.

Entre os argumentos sobre as mudanças ambientais na região estão à redução da diversidade biológica local, a poluição de rios e fontes de água, a degradação do solo, a redução da disponibilidade hídrica, entre outros, que provocariam desequilíbrios nos ecossistemas locais (BINKOWSKI, 2009).

Em relação às críticas de cunho social está a capacidade das populações locais de reproduzirem seus modos de vida, que poderia estar sendo drasticamente afetado devido à eliminação de laços e redes familiares, de alteração de comportamentos cotidianos, de uso dos “recursos naturais” baseado em práticas tradicionais (BINKOWSKI, 2009).

O que se tem averiguado nas últimas décadas é que grande parte dos espaços rurais têm sido impactados por dinâmicas sociais e ambientais estabelecidas a partir de disputas travadas entre atores sociais do campo, empresas capitalistas e Estado (ACSELRAD, 2004; 2007; ZHOURI; OLIVEIRA, 2005; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

No cerne destas questões estão à luta pela consolidação de “grandes projetos de desenvolvimento” (GERHARDT, 2014), diferentes entendimentos sobre o que é desenvolvimento e sobre concepções das relações entre sociedade e natureza

⁷ Ao longo dos anos convencionou-se dividir o RS em dois: “Metade Norte” e “Metade Sul”. Esta divisão se mostra representada muito mais em termos econômicos do que geográfico-ambientais. Em função desta “convenção”, muitos trabalhos acadêmicos passaram a adotar o termo. Neste trabalho utiliza-se o termo para delimitar o espaço físico onde a produção comercial de árvores teve maior expansão e investimentos financeiros nas últimas décadas.

⁸ Na Metade Sul é produzido comercialmente eucalipto, pinus e acácia e a partir destes são produzidos celulose, carvão, móveis, tanino, lenha, entre outros. Cabe ressaltar que a pesquisa dará ênfase às dinâmicas ocorridas a partir dos monocultivos de eucalipto, no entanto, não se descartará fatos/relatos/acontecimentos originados a partir dos plantios de acácia e pinus.

(RAYNAUT, 2004; OLIVEIRA, 2009). O que se observa, portanto, são disputas entre atores que representam o crescimento econômico e a ideia de estabelecer relações menos impactantes entre sociedade e natureza em determinados territórios.

Mas, afinal, quais seriam estas possíveis mudanças socioambientais provocadas pelos empreendimentos de produção de madeira nos territórios? Oliveira e Almeida (2009) analisaram as novas dinâmicas que estão acontecendo no Sul do Pará e sugerem que entre os protagonistas de novas dinâmicas está a expansão da silvicultura em áreas de Floresta Amazônica. Os autores averiguaram que ocorrem mudanças nas estratégias de uso da terra e de exploração dos elementos naturais, e que estas podem provocar a adoção de formas de gestão do espaço e da terra e iniciativas de diversificação dos sistemas produtivos, além de incentivar a manutenção de antigas ou o estabelecimento de novas estratégias sociais.

Algumas dessas transformações socioambientais também foram percebidas e analisadas por Pedreira (2002) ao avaliar, particularmente, o caso da inserção de complexos florestais no extremo sul da Bahia entre as décadas de 1970 e 2000. A autora observou que a área média por município ocupada com cultivo de eucalipto era de 6,8%, no entanto, em alguns municípios esta taxa atinge cerca de 20% da área total do município, o que tem provocado um esvaziamento do campo e uma ruptura das estruturas sócio-produtivas tradicionais, impondo limites cada vez maiores à reprodução dos agricultores familiares da região. A autora conclui o estudo dizendo que o segmento florestal e agroindustrial de papel e celulose tem gerado uma desorganização e reorganização da estrutura social e econômica local; que seu papel enquanto indutor de processo sustentado de desenvolvimento local não tem se mostrado tão relevante para a região e, que os resultados dos grandes investimentos tendem a ser pouco benéficos para a sociedade local.

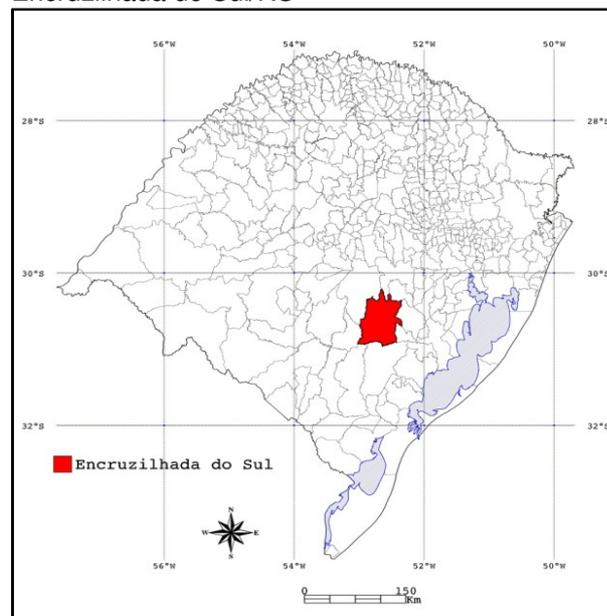
Em outro estudo, Lerner e Diesel (2008) concluíram que os plantios de eucalipto realizados na Metade Sul do RS influenciam nas mudanças no uso do solo, como também na redução das áreas de pastagens naturais, que constituem hoje a base da pecuária e que, portanto, a atividade florestal poderia vir a restringir, em certas localidades, a atividade pecuária e as lavouras de soja e arroz⁹.

⁹ Por outro lado também há alguns trabalhos realizados na Metade Sul, divulgados pelas próprias empresas florestais (VCP, Aracruz, entre outras), cujos resultados são positivos do ponto de vista

Portanto, o que se observa nestes estudos de norte a sul do país é que a produção de madeira em grande escala tem desencadeado mudanças socioambientais e produtivas, originando conflitos ambientais em determinados espaços, sejam eles rurais ou urbanos. Esta problemática em torno das transformações socioambientais em espaços rurais e urbanos em função da expansão da produção comercial de árvores, também é evidenciada em toda a região da Metade Sul.

Este trabalho de tese tratará da expansão da silvicultura e suas transformações socioambientais no município de Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul. Este município se caracteriza por uma abrangente diversidade social e ambiental apresentando diversos atores sociais, entre eles, agricultores familiares, pecuaristas extensivos, pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, madeireiros, empresas terceirizadas, empresas transnacionais, movimentos sociais, sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, entre outros. Esses atores passam a disputar os mesmos espaços, cada um com uma maneira própria de perceber a natureza, o que contribui para a existência de diferentes formas de relação com o meio natural.

Figura 1 - Localização do município de Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Binkowski (2014).

de geração de renda, da atividade de produção de madeira ser grande incentivadora da “permanência do homem no campo”, da preservação da biodiversidade do Pampa, entre outros.

A partir do cenário descrito até o momento, esta tese apresenta dois momentos. Um primeiro, denominado de “movimentos de expansão da silvicultura”, visa descrever e analisar o cenário histórico de migração e estabelecimento da silvicultura por empresas florestais estrangeiras no país desde a década de 1950 até a atualidade. Assim, discutem-se as lógicas de atuação das empresas florestadoras transnacionais e nacionais nos territórios, a formação de alianças e oposições estabelecidas a partir destes empreendimentos em determinadas regiões do país e, por fim, descreve-se o panorama dos conflitos ambientais gerados pela atividade de silvicultura em diversos países e, mais especificamente, no Brasil.

A partir da compreensão de como, onde e por que tais empresas florestais se estabeleceram no país gerando disputas, o foco da pesquisa volta-se para o Rio Grande do Sul e inicia-se, então, o segundo momento deste trabalho de tese, que diz respeito à pesquisa empírica e o aprofundamento analítico. Este momento foi denominado de “movimentos de transformação territorial”, e se propõe a descrever e analisar as transformações socioambientais ocorridas no município estudado a partir da expansão da silvicultura.

Os eixos que guiam esta etapa de análise, dizem respeito, mais especificamente:

- a) às estratégias socioprodutivas das empresas florestadoras;
- b) à relação trabalhador-empresa (nacional, transnacional e/ou terceirizada);
- c) às transformações da paisagem rural e da identidade territorial local;
- d) às formas de (re)organização dos sistemas produtivos;
- e) e, às estratégias de ação e reação da população envolvida ou não com a atividade de silvicultura.

O que parece estar em jogo em Encruzilhada do Sul e nos projetos de monocultivos de árvores é a apropriação, uso e os significados sociais que os diferentes grupos têm do território, e as intrínsecas relações de poder geradas. Ademais, o município se torna um espaço de disputas proporcionadas pelos atores sociais que divergem, e que entre as controvérsias apresentam diferentes formas de criticar e legitimar seus argumentos e comportamentos.

É nesse contexto socioambiental, novo e em transformação que estão se originando novas dinâmicas de exploração dos “recursos naturais” a partir das diferentes estratégias de alocação das empresas de produção de madeira. Portanto, o problema de pesquisa se destina a compreender como e por que se expandiu a

atividade florestal em Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul. E como a expansão destes empreendimentos de produção e beneficiamento da madeira passaram a interferir nas dinâmicas atuais das relações sociedade-natureza, influenciando novos contextos no meio rural do município. A partir deste contexto, três questões centrais instigam a pesquisa:

- a) quais as alianças, forças, interesses, posições, oposições, como se configuram essas disputas, ou seja, o que está em jogo em torno dos projetos de produção de madeira no município de Encruzilhada do Sul/RS?
- b) quais os efeitos, mudanças, transformações provocados pelos empreendimentos de produção de madeira sobre os meios natural e social e como influenciam nas dinâmicas socioambientais em Encruzilhada do Sul/RS?
- c) a partir das diferentes percepções, controvérsias e disputas em torno da apropriação e uso dos espaços em Encruzilhada do Sul/RS, estaria ali configurado um conflito ambiental?

O objetivo geral da pesquisa é o de analisar e compreender as disputas em torno do uso e apropriação do território em Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul, a partir da instalação dos empreendimentos de produção de madeira e identificar e analisar os efeitos, mudanças, transformações gerados nos sistemas natural e social do município.

Como objetivos específicos têm-se:

- a) Identificar os atores sociais envolvidos direta e indiretamente com os projetos de produção de madeira em Encruzilhada do Sul/RS;
- b) Identificar e analisar as estratégias de expansão e atuação das empresas florestais, entre elas as de aquisição e arrendamento de terras, as relações de trabalho e as relações políticas dentro do município.

A busca de respostas às questões apresentadas alimentará reflexões e debates em torno das dinâmicas da relação sociedade-natureza, assim como sobre as estratégias de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. Ademais, alimentará um banco de dados mantido pelo Grupo TEMAS (Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade), que poderá ser compartilhado com outras instituições que também

estão pesquisando o mesmo tema em diferentes regiões do país, como é o caso do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém do Pará; e em outros países como o Núcleo de Estudios Sociales Agrarios, da Universidad de la Republica (UdelaR), Montevideu/Uruguai e do Laboratoire PRODIG, da Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, Paris/França.

Ao se investigar este tema, pode-se também compreender as estratégias destes empreendimentos florestais junto aos espaços rurais, de como são construídas e elaboradas as políticas públicas para o setor e, por outro lado, no que diz respeito às questões ligadas à tomada de decisão das populações afetadas e à democratização da sociedade.

No capítulo a seguir são apresentados os pressupostos e fundamentos teóricos escolhidos para analisar a problemática da expansão da silvicultura no RS, mais especificamente, em Encruzilhada do Sul. Destina-se também, a relatar os procedimentos metodológicos levando-se em conta as interrelações e interações que se estabeleceram entre os diversos elementos dos meios social e natural da realidade empírica estudada, considerados aqui ponto-chave para a análise.

O terceiro capítulo descreve e analisa o cenário histórico de estabelecimento da atividade de silvicultura no Brasil desde o século XIX até a atualidade, tendo como fio condutor os seguintes questionamentos: como, por que e onde se estabeleceram as empresas de silvicultura no Brasil?

O capítulo quatro dedica-se a revelar como os empreendimentos de monocultivos de árvores desencadearam transformações socioambientais nos territórios onde foram implantados, sendo o estopim para a origem de conflitos ambientais pelo mundo e, mais especificamente, no Brasil ao longo das últimas décadas.

O quinto capítulo trata das causas e das origens do movimento de expansão florestal na Metade Sul do Rio Grande do Sul e analisa dois exemplos de “chantagem locacional” – o primeiro em relação à ameaça de deslocação da Aracruz Celulose e, o segundo, referente à deslocação da fábrica de celulose da VCP/Fibra. Ademais apresenta as lógicas de alocação, as “alternativas infernais” e a “acumulação por espolição” referente aos investimentos florestais no RS. Aponta ainda a existência de uma dualidade na ação do Estado e os discursos em relação à “sustentabilidade” e a “responsabilidade social” das empresas florestais.

No capítulo seis tem-se o propósito de caracterizar e apresentar o município de Encruzilhada do Sul/RS, local onde foi realizada a pesquisa empírica. Faz-se uma breve introdução ao contexto histórico, socioeconômico, demográfico, ambiental e produtivo do município, afim de melhor situar os processos atuais de transformação do território que serão abordados no capítulo de análise.

O sétimo capítulo tem o propósito de analisar os argumentos dos interlocutores sobre as dinâmicas socioambientais provocadas pela expansão do “mato” em Encruzilhada do Sul. Neste capítulo responde-se às perguntas norteadoras, identificando os atores sociais em disputa; as transformações socioambientais provocadas pelos empreendimentos de produção de madeira sobre o território (seguindo os eixos de análise), relatando as diferentes percepções, controvérsias e disputas entre as empresas florestais, sociedade civil e poder público local e sobre a existência ou não de um conflito ambiental no município.

Por fim, o capítulo conclusivo desta pesquisa traz elementos que discutem as questões norteadoras desta tese e os resultados encontrados a partir da análise.

2 O ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A produção de monocultivo de árvores e as distintas percepções sobre esta atividade nos incita a conhecer mais profundamente certos elementos que parecem ser essenciais para o entendimento do que está em movimento e que serão pontos-chave para a análise. Assim, este capítulo é direcionado à exposição das perspectivas teórico-analíticas e o enquadramento metodológico que servirão como base para as discussões analíticas desta pesquisa.

2.1 O ESPAÇO DAS RELAÇÕES DE PODER: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A noção de território é tratada por várias correntes teóricas, porém em termos gerais, pode-se admitir que “[...] território é uma porção do espaço ocupado pelo indivíduo, grupo ou pelo Estado, com seus múltiplos desdobramentos.” (LOPES, 2012, p. 37). Outra noção, anterior ao conceito de território, é de “espaço”. Raffestin (1993) parte do princípio de que existe uma expressiva diferença entre espaço e território, sendo o espaço anterior ao território:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Raffestin (1993, p. 143-144), comenta que Lefebvre bem resumiria como é o mecanismo para se passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas, etc.”. A partir desta perspectiva, Raffestin (1993, p. 144) apresenta o território como um espaço onde se projeta um trabalho (energia + informação), e que, por conta disso, revela relações marcadas pelo poder, onde o espaço seria a “prisão original” e o território “a prisão que os homens constroem para si”.

Para Raffestin (1993), “poder” é a combinação entre “energia e informação”, onde a energia pode se transformar em informação, ou seja, transformar-se em

“saber”; já a informação permite que se libere energia, portanto, “poder” (energia + informação) estaria relacionado ao trabalho, à capacidade de transformar a natureza e as relações sociais. É daí que o autor conclui que “poder” teria suas raízes no trabalho. Baseado nisso, Raffestin diz que o território seria então as relações de poder que se dão em um determinado espaço, com trocas constantes de energia e informação, por intermédio do trabalho.

Ao longo do tempo a noção de território foi abordada de várias maneiras. Conforme Haesbaert (2004), pode-se separar em quatro grandes “fins” ou “objetivos da territorialização”:

- a) abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meio de produção;
- b) identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais (a começar pela própria fronteira);
- c) disciplinarização ou controle através do espaço (fortalecimento da ideia de indivíduo através de espaços também individualizados);
- d) construção e controle de conexões e redes (fluxos, principalmente fluxos de pessoas, mercadorias e informações).

O autor conclui que em um território onde ocorrem estes fluxos de pessoas, mercadorias e informações ocorrem também às disputas de poder e de interesses.

Território, portanto, tem a ver com poder, não só o poder tradicional, mas também o “político”, tanto o poder no sentido mais concreto - de dominação -, quanto poder no sentido simbólico - de apropriação (HAESBAERT, 2008). Para Lefebvre (1986) existe uma distinção entre “apropriação” e “dominação” (“posseção”, “propriedade”), o primeiro seria “um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do ‘vivido, do valor de uso’”; já o segundo seria mais “concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HAESBAERT, 2008, p. 20):

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Haesbaert (2008, p. 20) observa que “[...] enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica.”. Este autor afirma que o território é imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, que “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’.” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar sempre juntas, ou melhor, essa última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformado em mercadoria. (HAESBAERT, 2008, p. 20)¹⁰.

Dessa forma, os territórios devem ser distinguidos de acordo com “[...] os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições [...]” (HAESBAERT, 2008, p. 21), entre outros. Deste modo, o território visto neste trabalho se aproxima das concepções de Lefebvre e Haesbaert: ele seria então funcional e simbólico, pois se exerce domínio tanto sobre o espaço para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2008)¹¹. Este território funcional e simbólico referido anteriormente também é baseado nas ideias de Raffestin (1993), ou seja, permeado por relações de poder.

Em termos de análise empírica, os diferentes grupos acionados em Encruzilhada do Sul se distinguem a partir da forma como utilizam os “recursos” do ambiente. Determinados grupos lançam mão do “domínio” dos recursos enquanto outros exercem a “apropriação” dos recursos. Tendo em vista que a construção do território é permeada por relações de poder, pode-se inferir que um grupo seria o grupo “dominante” neste território, enquanto que outro(s) grupo(s) seria(m) o(s) “dominado(s)”. Conforme Haesbaert (2008, p. 22) seriam “[...] duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: os dominantes privilegiando seu caráter

¹⁰ Haesbaert (2008, p. 20) afirma que o “espaço trabalhado por Lefebvre é ‘um espaço feito território’ através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista)”.

¹¹ A noção de território também como recurso: “proteção” ou “matéria-prima”. Raffestin (1993 *apud* HAESBAERT, 2008, p. 21) irá dizer que “um recurso não é uma coisa”, a matéria em si; ele “é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades”. RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana.”¹².

Outro elemento que acompanha a noção de território é a “territorialidade”, que segundo Haesbaert (1997) é mais ampla que a noção de “território”, pois a todo território corresponde uma territorialidade, mas nem toda a territorialidade demanda um território. A territorialidade pode ser a dimensão simbólica, o referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta¹³ (HAESBAERT, 1997).

Para Sack (1986, p. 219), a territorialidade está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar”. “A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.” (SACK, 1986, p. 219).

Raffestin (1993) comenta que a noção de territorialidade foi “verdadeiramente explicitada” em 1920, a partir da preocupação dos naturalistas quanto à territorialidade animal e não a humana. De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, ou seja, se vive concomitantemente o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Em suma, segundo Raffestin (1993, p. 14), todas estas relações são de poder “[...] visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.”. O autor complementa que os atores podem se automodificar também, mesmo sem se darem conta disso, e acrescenta: “O poder é inevitável e, de modo algum, inocente [...], é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele.” (RAFFESTIN, 1993, p. 14).

A partir desta teia de relações, a territorialidade pode ser definida “[...] como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os

¹² Outra perspectiva é a de Milton Santos que separa o território em “território como recurso”, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o “território como abrigo”, dos “atores hegemonzados” (SANTOS *et al.*, 2000).

¹³ Haesbaert (1997) separa o território enquanto base material (concreto) e territorialidade como base imaterial (simbólica).

recursos do sistema.” (RAFFESTIN, 1993, p. 15)¹⁴. Raffestin (1993) alerta ainda que a territorialidade pode ser dinâmica (pois os elementos que a constituem são suscetíveis de variações no tempo) e que as relações que a constituem podem ser simétricas ou assimétricas (caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não).

Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis. (RAFFESTIN, 1993, p. 15).

Raffestin (1993) retoma os conceitos de “energia e informação”, citados anteriormente, para dizer que neste processo tudo reside na relação concebida como processo de troca e/ou de comunicação; processo este que permite aos atores satisfazerem suas necessidades, ou seja, proporcionar a eles um ganho, mas, também um custo e, se, estes estão equilibrados, as relações são simétricas, do contrário são assimétricas. Em suma, a territorialidade seria constituída de relações mediatizadas, simétricas ou assimétricas, com a exterioridade.

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 16).

As transformações no território tendem a acontecer à medida que determinados grupos mudam a forma de utilizar os recursos existentes, passando a incorporar assim, outras práticas de apropriação e uso do território. Tais transformações ocorrem tanto no âmbito material (funcional, meio) quanto imaterial (simbólico, representações) e podem interferir em dois atributos do conceito de território: a paisagem e a identidade.

¹⁴ Raffestin (1993, p. 15) define uma territorialidade *lato sensu*, “[...] que procede de uma problemática relacional [...]”, propondo “uma expressão simples”: H r E. Onde H é o indivíduo, o sujeito, desde que pertença a uma coletividade; r é uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediatos; e E, a exterioridade, isto é, uma “topia”, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural, por exemplo.

Segundo Heindrich (2010), a paisagem é a maneira particular em que ocorre a distribuição do que é visível em sua extensão; é a materialidade física que resultou dos processos naturais e do trabalho humano, portanto, não há paisagem igual a qualquer outra. Ao identificá-la, concebe-se a diferenciação que ocorre em função da maneira particular da distribuição dos objetos (formas da natureza e construções humanas), das pessoas e das relações que se estabelecem em decorrência de tal arranjo. Mesmo ao considerar-se uma só área, a paisagem ali não permanecerá imutável ao longo do tempo. A paisagem sofre transformações e é o cenário onde ocorrem ações, eventos e processos.

Verdum (2012, p. 9) comenta que “[...] na ciência a concepção de paisagem tem se diferenciado no tempo como uma imagem que expressa os aspectos subjetivos da natureza e da vida cotidiana da(s) sociedade(s) humana(s)”. Comenta ainda que existem vários enfoques propostos por outros autores e evidencia que a paisagem pode ser percebida como um mosaico, com formas, cores e, também, sons, odores, dinâmicas, estruturas, funcionamentos, entre outros (VERDUM, 2012).

Alguns estudos apresentam a paisagem como o conjunto entre “espaço natural e o construído pela ação humana em um cenário único e em processo de constante transformação”. Integrado a isso, as “[...] dinâmicas naturais e sociais, originando ambientes diferenciados que podem ser observados em diferentes escalas de abordagem ao longo do tempo.” (VERDUM, 2012, p. 10). Nesse sentido, esse trabalho de pesquisa tem como um dos seus objetivos descrever as transformações do meio através dos tempos provocadas pela produção de madeira no município estudado; isso se dará a partir das percepções dos “nativos” que utilizaram a leitura da paisagem como instrumento para esta avaliação.

Outro aspecto essencial no reconhecimento de um território e sua territorialidade é a identidade territorial. A identidade está relacionada com elementos conceptivos do território como: diferenciação/afirmação de identidade (falar uma mesma língua, compartilhar com os demais membros da sociedade os mesmos valores, ideias e hábitos); coesão social (de significados em comum, uma mesma vivência compartilhada por todos); e, participação e conflito - um mesmo contexto, de ocupação e uso do território, situações de harmonia e conflito (HEINDRICH, 2010).

Para Semprini (1999), a identidade é um processo de aprendizagem, de educação. Neste caso, estaria diretamente ligada ao meio em que se vive e daí

surgiria a “diferença”. “Isto fornece ao indivíduo um sistema de valores e de normas de conduta permitindo-lhes ‘compreender’ o mundo e sua posição no interior dele.” (SEMPRINI, 1999, p. 102).

As transformações na paisagem e as representações de identidade é que estariam em jogo neste processo de expansão da silvicultura em Encruzilhada do Sul. Entre eles o risco de mudanças locais significativas, principalmente no que diz respeito à fauna e flora, na paisagem típica da região, nos modos de vida da população e a substituição de atividades econômicas típicas da região como a pecuária. Outra preocupação comum de quem vê a silvicultura como uma das causadoras de forte impacto no meio natural e social diz respeito à indagações quanto à “figura do gaúcho” e ao cenário ambiental do bioma pampa com seus extensos horizontes de campo.

Um dos elementos que acaba sendo produzido em um lugar marcado pela desterritorialização é a “memória coletiva” e também a “luta por uma identidade”, afirmam Zhouri e Oliveira (2010). As diversas “maneiras de sentir identidade” (ORTIZ, 2005), ou de “sentir” a paisagem fazem parte desta condição territorial onde está envolvido essencialmente o sentimento de pertença dos sujeitos/grupos, onde “ter” consciência implica em “ocupar”, “usar” e/ou “proteger”.

Em Encruzilhada do Sul se observam diferentes “sentimentos de pertença” em relação ao território em disputa, expressos pelas distintas condutas e discursos dos sujeitos envolvidos. Estes diferentes “sentimentos de pertença” relacionados à pressão intensa (e, por vezes, tensa) do capital (empresas florestais, empreiteiros, entre outros) é que determinarão o destino da população “atingida”¹⁵ pela expansão da silvicultura em Encruzilhada do Sul¹⁶.

¹⁵ Em relação à noção de “atingidos”, Vainer (2008), a partir de sua pesquisa com o Movimento dos Atingidos por Barragens, mostra que esta é uma categoria em disputa e que a noção estaria relacionada à “população afetada por grandes empreendimentos”. De acordo com Gerhardt *et al.* (2014, p. 19) a “[...] disputa se dá pela ampliação da concepção físico-espacial e incorporação da dimensão temporal (abrangendo impactos desde o anúncio da obra, durante sua construção e depois que entra em operação), bem como violências simbólicas, psicológicas e afetivas.”

¹⁶ O desfecho deste cenário será largamente discutido no capítulo 7, onde as dinâmicas socioambientais serão analisadas.

2.2 CONFLITO AMBIENTAL E DESTERRITORIALIZAÇÃO

Por meio do discurso do desenvolvimento sustentável, muitas atividades industriais têm se alocado em espaços rurais, sob o pretexto de aumentar as vagas de emprego e a renda da população local. Almeida (1998) identificou dois grandes tipos de projetos de desenvolvimento associado às noções de modernização em voga no país: o primeiro, de homogeneização, crescimento econômico, com uma visão de dominação da natureza e infinitude dos “recursos naturais”; o segundo referente às ideias de sustentabilidade, multidimensionalidade e diversidade do desenvolvimento, pelo reconhecimento da finitude dos recursos naturais e busca de uma articulação menos impactante entre sociedade e natureza.

Os dois tipos de projetos citados por Almeida (1998) no final da década de 1990 ainda permanecem atuais no meio rural brasileiro, no entanto, em determinados locais a existência dos dois projetos gera uma série de incompatibilidades de interesses. O que Almeida (1998) não faz menção em seu texto, é o aparecimento de um “terceiro projeto” mesclando características do primeiro e do segundo. Este “terceiro projeto”, talvez seja uma das práticas mais encontradas no meio rural atualmente, ele apresenta-se “maquiado” por meio do discurso do “desenvolvimento sustentável” (característico do segundo projeto), porém, com um “viés capitalista homogeneizador” (característico do primeiro projeto).

Este “terceiro projeto” é realizado em larga escala pelas empresas multinacionais, basicamente ocorre em territórios rurais e, ao longo do tempo (planejamento, instalação e operação), é o que mais tem ocasionado conflitos. As incompatibilidades se dão, principalmente, por meio de dois motivos: o *modus operandi* das empresas e os modos de vida das populações locais. A população local é a mais “atingida” pelas transformações geradas pelos projetos de desenvolvimento, no que tange a alterações nas paisagens rurais e às mudanças nas dinâmicas entre sociedade-natureza. Este é o caso dos empreendimentos madeireiro-celulósicos e seus efeitos negativos em comunidades rurais em determinados estados do Brasil¹⁷.

Sob o ponto de vista ambiental essas mudanças têm produzido alterações nas dinâmicas locais, contribuindo para a continuidade de processos de

¹⁷ Tema discutido no capítulo 4 deste trabalho.

homogeneização de agroecossistemas e aumento da dependência de insumos externos para o desenvolvimento das atividades produtivas, nos moldes da agricultura “moderna” (FLORIT, 2004). Por outro lado, Almeida (1998) analisa que estas mudanças também têm estimulado novos processos produtivos, baseados na diversificação e no uso de práticas e tecnologias menos nocivas ao ambiente, uma vez que se admite que parte dessas crises seja consequência do padrão de desenvolvimento imposto à agricultura até agora.

O avanço da produção de monocultivo de árvores no RS exemplifica bem esta disputa de interesses, principalmente porque está diretamente relacionada ao grande capital e às iniciativas do Estado de mudanças nos sistemas produtivos tradicionais – no caso de Encruzilhada do Sul, atinge duas atividades agropecuárias: a agricultura familiar de subsistência e a pecuária extensiva. O que está posto em questão são as mudanças na relação sociedade-natureza deste território, provocadas pelas atividades florestais, cujas dinâmicas mais representativas dizem respeito às alterações na paisagem e na reprodução social da população local.

Zhourri e Oliveira (2005, p. 3) comentam que existe uma assimetria nas formas de “apropriação social da natureza” relacionada às empresas florestais (eucalipto, celulose, exportação) e às comunidades locais, pois aquelas seguem a concepção hegemônica de desenvolvimento e progresso, tomando as pessoas da comunidade como “[...] invisíveis enquanto sujeitos sociais e agentes políticos dotados de desejos e direitos [...]”. Além do que tais empresas teriam o “poder” de deslocar “[...] compulsoriamente as diversas populações das áreas rurais [...]” (ZHOURRI; OLIVEIRA, 2005, p. 4), provocando efeitos culturais representativos a estas pessoas:

Via de regra, tais comunidades rurais [...] não só perdem a base material de sua existência, as condições ambientais apropriadas ao seu modo de produção - terras férteis agricultáveis, as beiras dos rios, as nascentes, etc. -, como perdem também suas referências culturais e simbólicas, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar etc. (ZHOURRI; OLIVEIRA, 2005, p. 4-5).

O plantio comercial de espécies arbóreas, sobretudo o do eucalipto, ocorre há décadas no Rio Grande do Sul, no entanto, nos últimos anos a escala de produção teve um aumento significativo, principalmente em áreas que anteriormente eram destinadas à agricultura de subsistência ou à pecuária extensiva, como é o caso de

Encruzilhada do Sul. Estas atividades foram as mais afetadas pela produção de monocultivo de árvores, pois, em função da expansão de novos plantios muitas pessoas foram deslocadas de suas terras, seja em função da compra/venda de suas propriedades, ou afetados por alguma outra dinâmica gerada a partir desta atividade. O processo de desterritorialização causado nestas comunidades é um dos fortes impactos gerados pelo monocultivo de árvores forçando as pessoas/grupos a viver em um novo contexto de (re)adaptação ou (re)configuração territorial, ambiental, social e econômica.

Muitos dos processos de desterritorialização são decorrentes de conflitos em torno dos “recursos naturais”, geralmente são disputas pelo “significado e pela apropriação do meio ambiente” e “contra a apropriação global do capital” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 445). De maneira geral, estes processos transformam territórios em “espaços abstratos”, ou seja, “[...] lugares em espaços que contêm recursos naturais para a expansão capitalista.” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 445).

Zhuri e Oliveira (2010, p. 444) defendem que a questão ambiental, uma vez inscrita na sociedade, não pode ser considerada “una, universal e objetiva”, pois os sujeitos sociais são “[...] portadores de relações e interações diferenciadas com o meio ambiente, considerado como uma construção ao mesmo tempo simbólica, social e material.”. Inevitavelmente estes sujeitos apresentam visões distintas sobre ambiente e natureza, que de tal forma influencia as disparidades na distribuição dos “recursos naturais” e dos riscos do desenvolvimento.

Nesse ponto é que Zhouri e Oliveira (2010) chamam a atenção explícita às “assimetrias de poder” existentes na relação capital/indústria e sujeitos/atores sociais cujas experiências locais têm demonstrado interesses distintos (ou, de certa maneira, têm originado conflitos ambientais). Por isso é que as autoras contrapõem que “[...] a noção de conflitos ambientais exige o estranhamento dos conceitos hegemônicos do pensamento ambiental contemporâneo [...]” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 445).

Para Acselrad (2004), os conflitos surgem em função das relações de poder existentes em dois espaços. O primeiro espaço é o da “[...] distribuição, entre os sujeitos sociais, do poder sobre os diferentes tipos de ‘capital’ [...]” (ACSELRAD, 2004, p. 23), ou seja, a capacidade dos indivíduos de terem acesso ao território - solo, água, recursos vivos -, ou acesso ao “capital material”. Esse “capital material” teria direta influência sobre mecanismos político-jurídicos do meio ambiente e sobre

sistemas econômicos competitivos. Este primeiro domínio se refere ao “espaço social” e em função das diferentes formas de apropriação dos “recursos naturais” que resultam em situações conflitivas (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010).

O segundo espaço é o da “esfera simbólica” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010), aquele onde se “[...] confrontam representações, esquemas de percepção e ideias que organizam as visões de mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificados no primeiro espaço.” (ACSELRAD, 2004, p. 23).

No quadro teórico apontado por Acselrad (2004), o conflito ambiental ocorreria a partir da quebra de um “acordo simbiótico” em função da denúncia de um dos atores sobre os efeitos indesejáveis aos “recursos naturais” por parte de outros atores:

Entende-se por conflitos ambientais aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas dos outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Para Zhouri e Laschefski (2010b, p. 4), o conflito ambiental surge em função “das diferentes práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço”. Os autores complementam que “Os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido [...]” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010b, p. 4).

Segundo Carneiro (2005), os conflitos ambientais podem revelar modos diferenciados de existência que questionam o modelo de desenvolvimento hegemônico das sociedades industriais e podem expressar a luta por autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade moderna.

Assim como Haesbaert (2004) e Raffestin (1993), também Zhouri e Laschefski (2010a; 2010b) resgatam Lefebvre para realizarem uma leitura do território/espaço. Lefebvre (1991) critica que qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade conforme a percepção dos seus idealizadores. Já Acselrad (2004) afirma que o conflito é gerado quando existe

disputa por determinados grupos com posições sociais desiguais em função dos sentidos atribuídos à natureza, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais “atingidos” contra a atividade que os gera.

Zhour e Laschefski (2010b, p. 5) apresentam três tipos de conflitos que se mostram individualizados “[...] ao longo da história da apropriação social do espaço [...]”, mas que dentro do mesmo universo semântico podem ser unificados, considerando a configuração da problemática ambiental, “[...] como pertinentes aos modos de articulação espaço-temporal das práticas sociais.”.

Para efeito analítico, Zhour e Laschefski (2010b) propõem três modalidades de conflitos ambientais:

- a) os distributivos - derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos “recursos naturais”;
- b) os espaciais - engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais;
- c) os territoriais - relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais.

Para fins de análise neste trabalho nos fixaremos aos conflitos gerados pela disputa de território – conflitos ambientais territoriais. Os conflitos ambientais territoriais marcam aquelas “[...] situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial [...]” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010a, p. 23). Zhour e Laschefski (2010a; 2010b) trazem como exemplo da deflagração de um conflito ambiental a construção de uma hidrelétrica em uma determinada área do norte de Minas Gerais, onde a comunidade local foi afetada, cujos impactos atingiram diretamente as suas territorialidades.

Da mesma forma, reservadas as suas diferenças socioambientais, considera-se haver características de um conflito ambiental territorial em Encruzilhada do Sul, cujas áreas de implantação de monocultivos de árvores pelas empresas florestais reterritorializam inúmeras pessoas dos espaços rurais. Para Zhour e Laschefski (2010a, p. 23), “[...] os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção

dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais.”.

De certo modo e a partir de outros exemplos, Zhouri e Laschefski (2010a, p. 23) focam os conflitos “entre grupos hegemônicos da sociedade urbano-industrial-capitalista e os grupos chamados tradicionais, que não são ou apenas parcialmente encontram-se inseridos neste modelo de sociedade”. Zhouri e Laschefski (2010) caracterizam os dois grupos em polos diferentes:

[...] para os grupos chamados tradicionais] a comunidade e o território, com suas características físicas, representam uma unidade que garante a produção e a reprodução dos seus modos de vida – entendidos em suas facetas econômicas, sociais e culturais -, algo que resulta numa forte identidade com o espaço onde se vive. A sociedade urbano-industrial-capitalista, por outro lado, é caracterizada por uma forte divisão do trabalho e pela individualização dos sujeitos sociais que se relacionam, em grande medida, através da mediação do mercado. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010a, p. 23).

É dessa diferença na apropriação do espaço pelos diferentes grupos que surgirão os conflitos ambientais territoriais, pois um dos grupos depende altamente dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado enquanto o outro grupo negligencia este fator em prol da produção (tecnologia + insumos) para o mercado. O choque entre a forma e o uso do território conforme os grupos são incompatíveis, surgindo consequências sociais e ambientais desastrosas. Nesse caso, para um destes grupos, “O território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo.” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010a, p. 25).

Nessa seção mostraram-se algumas noções de como se formam os conflitos ambientais, mais precisamente os “territoriais” em determinados locais, predominantemente rurais. E também algumas características de atores sociais envolvidos em conflitos que divergem interesses, e cujas divergências se encontram nas diferentes formas de apropriação e uso do território de cada ator/grupo. Entre estes atores/grupos, resumidamente, estariam àqueles já pertencentes ao local e os que estariam “explorando economicamente” o território, que de forma geral tendem a apresentar territorialidades distintas.

Para estes grupos “deslocados” de seu território não significa “[...] apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova

localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem [...]” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010a, p. 25), entra em jogo ainda a memória coletiva e a identidade centrada nos lugares. “Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a consequência da sua desestruturação.” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010a, p. 25). Fica explícito de que em função da intensa atividade econômica¹⁸, o grupo “deslocado” é o que mais sofre efeitos socioambientais deletérios.

No outro lado deste conflito está outro grupo, formado pelos “agentes hegemônicos” que passam a criar suas próprias espacialidades e territorialidades, buscando novos mercados consumidores, novas localizações para suas unidades produtivas ou novas áreas de exploração de matéria-prima (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010a). Essa “territorialidade empresarial” ou “dinâmica territorial empresarial”, como se referem Zhouri e Laschefski (2010a, p. 24), baseia-se na “[...] transformação do espaço em unidades de propriedades privadas que possam ser comercializadas como mercadorias, avaliadas pelo seu valor de troca e cada vez menos pelo seu valor de uso.”.

Aliado a esta dinâmica está quase sempre o Estado, que por meio do discurso do desenvolvimento - traduzido em mais empregos e aumento da renda familiar -, promove a aquisição de terras, flexibiliza licenciamentos ambientais, reduz ou isenta o pagamento de impostos, entre outras ações, facilitando a implementação/implantação da atividade econômica nos territórios almejados. Esta frente “Empresarial-Estado” acaba se tornando produtora de severas transformações nas dinâmicas socioambientais de espaços rurais e urbanos. Por conta disso, um dos objetivos deste trabalho é o de identificar e analisar as estratégias de expansão e atuação das empresas florestais em Encruzilhada do Sul.

As duas próximas seções tratarão de algumas das estratégias utilizadas por empreendimentos no território e seus modelos de desenvolvimento. Estes itens também se enquadram no referencial teórico utilizado para analisar a realidade encontrada no município estudado.

¹⁸ No caso comentado por Zhouri e Laschefski (2010a), a construção de uma hidrelétrica no norte de MG deu origem ao conflito ambiental. Nesta pesquisa, leva-se em consideração o modelo de desenvolvimento (“desenvolvimentismo”) estratégico das empresas florestais em certos territórios, especificamente, em Encruzilhada do Sul/RS.

2.3 A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Aproveitando-se das políticas públicas criadas pelo Estado do RS para atrair novas indústrias, as empresas florestais organizaram estratégias de compra e/ou arrendamento de áreas para a produção comercial de madeira em municípios do interior. As ações de compra e/ou arrendamento de terras desencadearam diversos tipos de consequências sociais e ambientais para a população que vivia nestes locais, que passaram a confrontar-se com a “mercantilização do meio natural” (ESCOBAR, 1998) ou “mercantilização da natureza” (HARVEY, 2004).

Para Harvey (2004), a regulação fundiária realizada entre Empresa-Estado direcionada por um ideal de desenvolvimento, que prevê a integração da população local ao sistema “urbano-industrial-capitalista”, pode ser chamada de “acumulação por espoliação”. Para explicar em que se baseia sua abordagem, Harvey (2004) retoma a ideia original de Marx por meio do conceito de “acumulação primitiva do capital” e seus pressupostos:

[...] mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas, garantidas por um Estado “facilitador” que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação. (HARVEY, 2004, p. 120).

Harvey comenta que Marx procura mostrar que a liberalização do mercado não produz uma condição melhor para todos, pelo contrário produz níveis elevados de desigualdade social e instabilidades que “[...] culminam em crises crônicas de sobreacumulação [...]” (HARVEY, 2004, p. 120). Portanto, o autor vê a necessidade de reavaliar este processo de acumulação “primitiva” (ou “originária”) do capital, ação que ainda “move o mundo”, a partir de novos termos, e propõe o conceito de “acumulação por espoliação”.

Alguns dos processos da acumulação primitiva do capital citados por Harvey, a partir da obra de Marx, seriam a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e de consumo; entre outros.

Além disso, Harvey (2004, p. 121) constata que o Estado é o maior promotor desses processos, há “[...] consideráveis provas de que a transição para o

desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado.”. “O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes.” (HARVEY, 2004, p.121).

Harvey (2004) chega à conclusão de que todos estes processos citados por Marx, há centenas de anos atrás, são extremamente atuais e estão fortemente presentes na “geografia histórica do capitalismo”. Ele enfatiza alguns efeitos destes processos como a expulsão de populações camponesas; a formação de um proletariado sem-terra; o agronegócio substituindo a agropecuária familiar; e o trabalho escravo. Apesar de Harvey citar em sua análise o México e a Índia, o Brasil também é um dos países que têm passado por estes efeitos da lógica capitalista de acumulação. Estes têm transformado o meio social e o meio natural de inúmeros territórios, ou seja, a acumulação do capital não se restringe a poucos países, pelo contrário, propagam-se a uma velocidade rápida em diversos países, principalmente aqueles em desenvolvimento.

Dentro da ideia de “acumulação por espoliação”, Harvey (2004) traz o caso citado por Roy (2001) sobre a construção de represas no vale indiano de Narmada, cuja autora expõe argumentos contrários às represas como: a energia elétrica é cara em comparação com outras; os custos ambientais parecem altos; muito dinheiro investido beneficiando a poucos e formando certas elites (engenheiros, empresas de construção, entre outros); o risco é do Estado; e, o fato de deslocar milhares de pessoas de suas terras, de sua história e de seus meios de vida. Só na Índia mais de 30 milhões de pessoas foram deslocadas de suas terras nos últimos 50 anos para a construção de represas, ocorrendo um avassalador “processo de expropriação”, sendo este um dos efeitos perversos da acumulação por espoliação que tem atingido, geralmente, populações indígenas ou marginalizadas (ROY, 2001¹⁹ *apud* HARVEY, 2004).

Curiosamente estas transformações citadas por Harvey e anteriormente ainda por Marx são características de países que estão galgando o desenvolvimento como China, Índia, México, Brasil, África do Sul, entre tantos outros. Mais especificamente no Brasil, estas mudanças - sejam em territórios urbanos ou rurais - são geradas em função de lógicas capitalistas.

¹⁹ ROY, A. **Power Politics**. Cambridge: South End Press, 2001.

2.4 A “CHANTAGEM LOCACIONAL” E AS “ALTERNATIVAS INFERNASIS”

Outra estratégia utilizada pelas empresas capitalistas é a “chantagem locacional” ou “chantagem da deslocalização”²⁰. De maneira geral, os empreendedores, a partir do enfraquecimento das barreiras comerciais e das regulações econômicas nacionais, passaram a investir em locais que fossem mais apropriados à “rentabilização de seus investimentos” (BEZERRA, 2009). Geralmente, selecionam locais em função de suas condições geográficas, ambientais e políticas mais favoráveis, porém, concomitantemente estes empreendedores passam a impor “[...] condições sociais e institucionais que mais lhes favorecem como condição para sua implantação.” (BEZERRA, 2009, p. 5).

Tais empreendedores - detentores do poder -, passam a “chantagear” o Estado ou município com a ameaça de não implementar (quando ainda não alocados) seus empreendimentos ou de retirar seus serviços do local (quando já alocados), com o intuito de adquirir vantagens em termos tributários, econômicos, ambientais, políticos, entre outros. Ou ainda pode acontecer, com a intenção de implantação de um empreendimento, de municípios disputarem para tê-lo em seu território. Neste caso, de forma simples e direta, o município que oferecer mais vantagens tende a ganhar a disputa.

Acselrad e Bezerra (2010) dizem que as “ameaças” dos empreendedores de investimento se dão de duas formas:

- a) retirar o investimento para outro local; ou
- b) não implantar nenhuma outra atividade naquela área, caso não seja aceito o empreendimento tal como a empresa o deseja.

No entanto, as consequências de que uma possível deslocalização deste empreendimento pode causar no cotidiano de quem, por ventura, dependa economicamente desta cadeia produtiva, pode ser desastrosa.

Conforme Acselrad e Bezerra (2010), a chantagem locacional se dá quando ocorre à ameaça de deslocalização de um empreendimento colocando em risco a condição dos trabalhadores, seja em situação de competição, nível de seus salários,

²⁰ Para Bezerra (2009, p. 4), a deslocalização (em sentido estrito) deve ser pensada “[...] enquanto movimento de transferência de unidades produtivas entre espaços sociopolíticos com distintas condições geográfico-institucionais para a rentabilização dos investimentos [...]”.

direitos e condições normativas destinadas a assegurar proteção social e ambiental. Os autores comentam que “A tecnologia social acionada para a imposição desigual de riscos [...] no capitalismo liberalizado [...]”, seja no âmbito nacional ou internacional, se dá por meio da “chantagem locacional dos investimentos” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 180).

A competição dos estados/municípios em alocar empreendimentos que tragam capital externo para estes locais só tende a trazer vantagens para os empreendedores, como a aquisição de terrenos, isenção de taxas, redução ou isenção de impostos, etc. Na maioria das vezes o (E)estado/município tem como pretexto trazer o desenvolvimento para as localidades, com a geração de emprego e renda. No entanto, o que se tem averiguado em casos em que houve este tipo de “chantagem” é o custo da submissão a riscos ambientais e sociais e que existe uma grande transferência de recursos públicos para agentes privados, mostrando certa discordância entre o crescimento do capital destes investidores e o desenvolvimento social prometido a estas comunidades (ACSELRAD, 2007; BEZERRA, 2009; ACSELRAD; BEZERRA, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010a; 2010b).

Para Pignarre e Stengers (2005), o capitalismo gera inúmeras “alternativas infernais”, forçando os atores sociais a se resignarem perante uma guerra econômica como se esta fosse a única solução. Nessas ocasiões, a aceitação é substituída pela política da submissão, e que deveria ser o contrário, uma política de resistência ou de denúncia destes atores envolvidos, dizem os autores. Assim, as “alternativas infernais” acabam se impondo nestes territórios como “[...] norma, regra de juízo que produz a medida comum das coisas, mecanismo de disciplinamento e controle (FOUCAULT, 1976), que faz com que os indivíduos se vejam aprisionados nos imperativos da competitividade [...]” (ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 180) e desta forma atraem sobre si e suas localidades os investimentos disponíveis no mercado.

As alternativas infernais seriam produzidas por meio da “[...] reorganização permanente do modo de funcionamento do sistema, fazendo com que sejam neutralizados os poderes que têm outras lógicas por referência.” (PIGNARRE; STENGERS, 2005²¹ *apud* ACSELRAD; BEZERRA, 2010, p. 180). Ou seja, por meio das formas reorganizadas do sistema, os empreendedores incutem nos atores

²¹ PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **La Sorcellerie Capitaliste**: Pratiques de désenvoutement. Paris: La Découverte, 2005.

localizados atributos disciplinadores que justificam a localização do empreendimento (EWALD, 1993).

Pignarre e Stengers (2005) comentam que a lógica das “alternativas infernais” é perversa e que geralmente procede por meio da deslocalização ou deslocação. Se os custos de produção de um empreendimento são altos ou se existem políticas que atravancam seus caminhos, a solução é simples, encontrar outro local cujos custos possam ser reduzidos e as políticas sejam mais vantajosas e citam o exemplo de empreendimentos que abandonaram a França para alocar-se na China. Ou mais especificamente em relação à atividade florestal, cujas empresas deixaram de produzir em países como Finlândia, Dinamarca, Suécia, Estados Unidos para se localizarem no sul da América do Sul e em países da África²². Em suma, a exploração econômica pode definir parcialmente o capitalismo e as “alternativas infernais”, afirmam Pignarre e Stengers (2005).

2.5 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma ventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

Esta pesquisa não deixa de ter uma base contrastiva²³, que permite comparar dois sistemas complexos, cujo objetivo é analisar semelhanças e diferenças, divergências e convergências, proximidades e distanciamentos, concordâncias e discordâncias, facilidades e dificuldades, limites e potencialidades entre dois “mundos”. O ato de “comparar” é um processo de perceber as diferenças e semelhanças e de assumir valores nessa relação de mútuo reconhecimento. Trata-se de entender o outro a partir dele mesmo e, por exclusão, se perceber na diferença (CARVALHO, 2008). Portanto, nesses “dois mundos” dizem respeito às

²² Os porquês destas migrações florestais fazem parte do capítulo 3 deste trabalho.

²³ A metodologia dos “estudos contrastivos” é comumente utilizada na área do conhecimento linguístico, onde são feitas comparações entre dois idiomas.

transformações, as mudanças, aos efeitos socioambientais provocados em alguns territórios, seja no Brasil ou no mundo e que servem de comparação ao contexto socioambiental encontrado no campo empírico deste trabalho.

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, esta é “[...] uma tradição específica dentro das ciências sociais que depende essencialmente da observação de pessoas em seus próprios territórios e da interação com estas pessoas através de sua própria linguagem e em seus termos.” (SPINK, 2004, p. 103). No universo existente entre os atores sociais mobilizados em torno das dinâmicas socioambientais instigados pela expansão da silvicultura, uma das características intrínsecas nestas relações são as distintas significações sociais, direcionando, portanto, este estudo à investigação qualitativa.

Conforme Chizzoti (1998, p. 79), “A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.”. Chizzoti (1998) complementa que o conhecimento não se reduz a um *rol* de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, e sim faz do sujeito-observador parte integrante do processo de conhecimento e interpretação dos fenômenos, e este irá atribuir-lhes significados. Para ele, o objeto não é um dado inerte e neutro, pois está possuído de significações e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Complementarmente ao exposto, Minayo e Sanches (1993) dizem que uma investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Fazendo um contraponto à investigação quantitativa, Gaskell (2002, p. 68) comenta que a “[...] finalidade da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.”.

Em duas de suas obras, Raynaut *et al.* (1988) e Raynaut (1997) chama a atenção de que para se compreender um universo empírico complexo, como é o caso da análise das dinâmicas socioambientais, é necessário levar em consideração alguns “princípios norteadores”, entre eles: definir um *recorte espacial*; ter um olhar sobre os *diferentes níveis de apreensão da realidade rural*; recorrer à *história como um instrumento de análise* e buscar um *olhar não disciplinar* que seja capaz de compreender uma realidade complexa.

A complexidade é uma das características dos estudos que se propõem a estudar as relações sociedade-natureza e as questões socioambientais, assim como é um dos principais aspectos destacados por autores que procuram tratar a realidade e seus problemas de maneira integrada como é o caso de Raynaut *et al.* (2000) e Raynaut (2004). Estes trabalhos, que têm o foco nas relações sociedade-natureza, exigem a mobilização de diferentes campos do conhecimento para ajudar no processo explicativo, portanto, nessa pesquisa navegam pela multidisciplinaridade, na Sociologia e na Antropologia.

A utilização da metodologia proposta por Raynaut é pertinente já que o objetivo geral deste estudo é analisar e compreender as disputas em torno do uso e apropriação do território em Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul, instaurado a partir da instalação dos empreendimentos de produção de madeira e identificar e analisar os efeitos, as mudanças, as transformações gerados nos meios natural e social do município estudado.

Para realizar este estudo, levou-se em conta, portanto, uma realidade empírica complexa, cujas interrelações e interações que se estabelecem entre os diversos elementos do meio social e do meio natural são ponto-chave para a análise.

Seguindo em uma perspectiva multidisciplinar, decidiu-se pedir licença à Antropologia para buscar inspiração em algumas técnicas utilizadas por ela como a *etnografia* e o *diário de campo*. Estas técnicas ajudaram a procurar algumas respostas às questões norteadoras deste trabalho, posto que o próprio quadro teórico-empírico motivou a adentrar os caminhos da Antropologia, configurando assim um “olhar” ao multidisciplinar²⁴. Deste modo, vale descrever aqui o percurso de elaboração desta pesquisa e algumas das perspectivas metodológicas que foram utilizadas no trabalho e como se apresentou este exercício etnográfico.

A pesquisa de campo foi realizada no período de novembro de 2012 a agosto de 2013, no entanto, cabe salientar alguns momentos pregressos até a “pesquisa de campo” propriamente dita.

²⁴ Princípio norteador citado por Raynaut: “olhar não disciplinar para compreender a complexidade”.

2.5.1 Fase de aproximação do objeto de pesquisa (ano de 2010)

Em agosto de 2009 concluí minha dissertação de mestrado, onde pesquisei os discursos e conflitos ambientais em torno dos monocultivos de eucalipto na Metade Sul do RS. Escrevi meu projeto para seleção de doutorado em novembro de 2009 tentando aprofundar ainda mais sobre esse tema, desta vez, com o intuito de investigar as mudanças nas dinâmicas socioambientais em municípios localizados na Metade Sul do RS.

A entrada no doutorado ocorreu no ano de 2010 e, logo no segundo semestre do curso, fui selecionada como bolsista de um convênio entre CAPES e PGDR²⁵ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Facultad de Agronomia e o Posgrado en Desarrollo Rural da Universidad de la Republica (UdelaR).

Esta parceria me proporcionou seis meses de uma bolsa de estudos neste Posgrado, em Montevidéu, Uruguai. Fui para Montevidéu com o objetivo de realizar uma pesquisa comparativa entre os conflitos ambientais em torno da “forestación” no Uruguai e no RS, identificando os agentes envolvidos no conflito, as suas formas de mobilização e como estes passaram a se utilizar de argumentos ambientais para seus repertórios de interesses e reivindicações.

Os meses de estudos em Montevidéu serviram para compreender as diferenças e semelhanças entre os conflitos ambientais em torno da silvicultura no Uruguai e no RS, além de adquirir uma boa experiência na coleta de dados de pesquisa de campo.

Durante este tempo de estada no Uruguai, realizei uma avançada pesquisa na internet coletando diversos dados estatísticos e artigos científicos que tinham como foco principal os monocultivos de eucalipto no sul da América do Sul, base de dados que me auxiliou muito na fase de redação deste trabalho.

²⁵ Respectivamente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

Figura 2 - Estufa de mudas de eucalipto da empresa Forestal Oriental, Paysandu, Uruguai



Fonte: Pesquisa de campo, dez/2010.

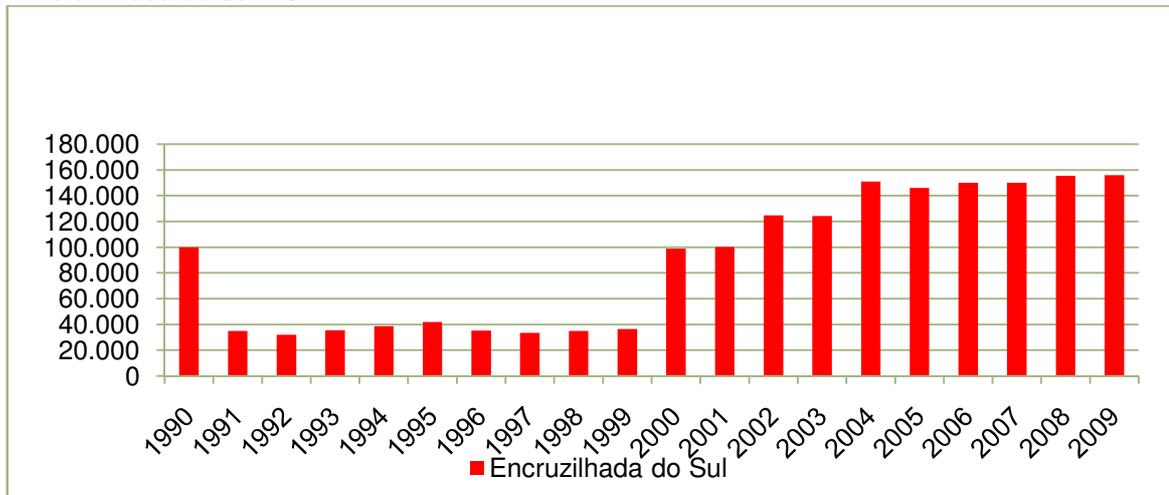
2.5.2 O primeiro “rascunho” do projeto de tese (primeiro semestre de 2011)

Em 2011, de volta a Porto Alegre, cursei as últimas disciplinas para fechar os créditos relativos ao doutorado e iniciei o primeiro esboço do projeto de tese. Os dados e artigos coletados anteriormente, o acúmulo dos conteúdos das disciplinas cursadas e as conversas com o orientador, muito me auxiliaram nesta fase de elaboração do projeto, principalmente, para delimitar o objeto de pesquisa e também a área de estudo.

Dentre o material coletado durante a estada no Uruguai, havia muitos dados sobre Encruzilhada do Sul, Rio Grande do Sul, principalmente, referente ao tema do aumento significativo da produção de eucalipto, pinus e acácia e os reflexos desta dinâmica influenciando aspectos socioculturais, produtivos, econômicos e ambientais.

Observei, por meio dos dados do IBGE (2010), que o município de Encruzilhada do Sul, no período de 2000 a 2009, se destacou entre os maiores produtores de madeira em tora para celulose e papel no RS, tendo triplicado a produção nestes 10 anos (**FIG.3**).

Figura 3 - Quantidade produzida na silvicultura de madeira em tora para celulose e papel em Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

Por traz deste dado estatístico, surgia um cenário com mudanças um tanto complexas e então resolvi dar maior atenção às dinâmicas que estavam acontecendo neste município em relação à atividade de silvicultura.

Com o aprofundamento dos estudos, elaborei um primeiro projeto de tese, cujo principal objetivo era o de realizar um estudo contrastivo sobre as dinâmicas socioambientais a partir da silvicultura realizada em dois municípios localizados na Metade Sul. Em função disso, organizei dois critérios para a escolha dos municípios: deveriam constar dentro de um aumento significativo da área de plantio (em hectares) e o tempo de plantio dos eucaliptos (um dos municípios deveria ter plantios recentes e o outro, antigos). Encruzilhada do Sul se encaixava nos dois critérios, pois tinha plantios antigos e recentes.

Outro critério que foi levado em consideração para a escolha dos municípios a serem estudados partiu das leituras de trabalhos científicos realizados anteriormente, cujos conteúdos demonstravam a pressão dos plantios de árvores sobre as áreas destinadas à agricultura e à pecuária, desencadeando várias tensões em função das mudanças nos sistemas produtivos. Alguns destes estudos mostravam que a região Sul do estado era uma região de plantios mais recentes, pois a empresa florestal VCP/Fibria havia adquirido milhares de hectares (ha) para plantios de eucalipto.

Ficava visível que era da região sul do estado, o município a ser comparado com Encruzilhada do Sul, afinal era na região sul que havia um cenário conflituoso

entre a silvicultura e as atividades consideradas “tradicionais”, como a pecuária extensiva e agricultura de subsistência. Conforme minhas pesquisas, estavam enfrentando este mesmo conflito os municípios de Piratini e Herval.

Neste momento, como um *clic*, me dei conta de que um dos critérios que era relevante ao estudo é que a pesquisa considerasse, em um primeiro momento, as dinâmicas desencadeadas a partir dos plantios de eucalipto, para analisar outras tensões. Isso descartava, portanto, o município de Piratini, cujos plantios, em sua grande maioria, são de pinus.

No município de Herval, os plantios tiveram impulso nesta última década, principalmente a partir dos projetos de expansão da produção de eucalipto pela VCP/Fibria, sendo considerados plantios recentes, com menos de 10 anos. Outra dinâmica constatada a partir de estudos científicos realizados em Herval diz respeito à forte especulação imobiliária, desencadeada a partir da expansão dos monocultivos de eucalipto no município. Estes fatores passaram a influenciar diretamente nas dinâmicas de uso e posse da terra, gerando novas racionalidades e, portanto, (re)adaptações nas estratégias de reprodução social dos atores sociais.

O que pude apreender pesquisando os dados secundários sobre estes dois municípios é que estavam se estabelecendo novas dinâmicas em função das mudanças nos processos produtivos e que, conseqüentemente, isso desencadearia reflexos nos meios social e natural. Passei a tratar estas constatações como uma primeira hipótese de trabalho, o que naturalmente me levou ao campo para comprová-la (ou não). Meu próximo passo seria então o de realizar uma visita de cunho exploratório aos dois municípios.

2.5.3 A pesquisa exploratória (novembro e dezembro de 2011)

Em Encruzilhada do Sul, o campo exploratório foi realizado em novembro de 2011. Nesse percurso tive dois importantes informantes que moravam no município: a primeira, uma estudante de engenharia civil e militante do Partido dos Trabalhadores; a segunda, socióloga, realizou sua monografia de graduação com o tema do avanço dos monocultivos de eucalipto no município. Elas me passaram contatos de líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de

vereadores, do prefeito, do presidente do sindicato de trabalhadores da madeira, do sindicato rural e de alguns trabalhadores da silvicultura.

Figura 4 - Plantios de eucalipto na localidade do Chanã, Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Pesquisa de campo, dez/2011.

Em Herval, o campo exploratório foi realizado em dezembro de 2011, mas neste caso os informantes não eram moradores do município. A primeira, uma arquiteta que trabalhou em Herval, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com projetos de permacultura em assentamentos de reforma agrária. Foi esta arquiteta que me explicou o contexto histórico e atual dos assentamentos em Herval, assim como também me indicou lideranças locais e assentados do MST para entrevistar.

A outra informante é natural do município, antropóloga que fez sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado sobre as dinâmicas políticas do município; esta informante me indicou alguns contatos de vereadores, prefeito, ex-prefeitos, pecuaristas e moradores do município.

Figura 5 - Sede do Assentamento Tamoios, Herval/RS



Fonte: Pesquisa de campo, dez/2011.

As entrevistas não tiveram um roteiro fechado ou previamente definido. As perguntas foram abertas, onde me preocupei apenas em apresentar o tema da entrevista, ou seja, como se fosse uma “conversa guiada”. Eckert (1996) relata que em um trabalho etnográfico, os sujeitos são os personagens fundamentais de um trabalho de campo e que suas falas e observações devem ser valorizadas. Me deixei guiar por estas observações.

2.5.4 O projeto de tese e a qualificação (primeiro semestre de 2012)

Os registros detalhados das informações, as observações e as reflexões que surgiram no decorrer da investigação foram realizados em um diário de campo, ferramenta essencial para este tipo de pesquisa. Nesta fase de aproximação à área de estudo foi realizado também um levantamento de dados secundários sobre os dois municípios. Levou-se em conta:

- a) dados brutos, provenientes de censos, estatísticas, levantamentos de campo realizados em outras pesquisas ou trabalhos de acompanhamento disponíveis à consulta;
- b) informações sistematizadas na forma de mapas, croquis, relatórios técnicos, artigos de pesquisa, diagnósticos, livros.

Após o estudo exploratório, confirmaram-se Encruzilhada do Sul e Herval como os dois municípios escolhidos como área de estudo para a pesquisa de campo da tese, muito em função do cenário instigante que constatei nestes dois locais. Estes espaços ilustram a complexidade do objeto de pesquisa aqui em análise, pois apresentam duas realidades cujos problemas sociais e ambientais se aproximam bastante.

É a partir do recorte empírico que são efetuados os “[...] levantamentos, aprofundamentos, análises e explicações sobre o objeto em estudo, constituindo-se em um espaço de referência para possíveis generalizações e comparações.” (OLIVEIRA, 2009, p. 88). Posteriormente à definição da área de estudo houve os primeiros levantamentos de dados sobre os principais fatores considerados relevantes para compreender a diversidade das relações sociedade-natureza (elementos naturais, estrutura fundiária, meio socioeconômico e as práticas produtivas adotadas em casa um dos municípios).

Depois de intensos meses de estudo, suor, frio e escrita, estava pronto o projeto de pesquisa para a qualificação e que focava os dois municípios, Herval e Encruzilhada do Sul e as dinâmicas socioambientais e a reprodução social dos atores sociais destes locais.

No entanto, a partir das sugestões realizadas pela banca de professores, abandonei o conceito de “reprodução social” e passei a redirecionar a pesquisa levando em consideração os seguintes motes que constavam no projeto de tese: “os atores passam a disputar os mesmos espaços, cada um com uma maneira própria de perceber a natureza, o que contribui para a existência de uma gama de formas de relação com o meio natural”.

Meu exercício pós-banca de projeto de qualificação e antes de ir a campo para pesquisar foi o de readequar o “foco da pesquisa”, levando em consideração, principalmente, o seguinte questionamento: “afinal, quem são os atores sociais envolvidos, como se configuram as disputas e quais os principais argumentos frente aos projetos de produção de madeira para celulose e papel nos dois municípios estudados?”

Junto com o orientador sistematizamos os dados que eu já dispunha, provindos das pesquisas secundárias, da pesquisa exploratória e das contribuições da banca de projeto de tese e readequamos o foco da pesquisa. Desta vez, levando

em consideração a linha teórico-conceitual dos “conflitos ambientais” e das noções de território e territorialidade. Enfim, viajei para “colocar os pés no campo”.

Em setembro de 2012, após a banca de projeto de tese, realizei uma viagem de estudos referente ao edital de “Missão de Curta Duração UFRGS” para Paris, França/Pantheón - Paris 1, Sorbonne, onde pude trocar experiências com o pesquisador Dr. Pierre Gautreau do Laboratoire PRODIG, sobre as pesquisas em torno da “forestación” no sul da América do Sul.

2.5.5 A pesquisa de campo (novembro de 2012 a agosto de 2013)

Após o retorno da França, viajei para Encruzilhada do Sul em meados do mês de outubro de 2012, porém, os primeiros dias foram destinados aos contatos iniciais com o “campo” e a procurar um local para morar. No início de novembro, depois de, enfim, conseguir um quarto para morar, pude vivenciar o empírico com mais calma e profundidade.

Segundo Peirano (1995, p. 4), a pesquisa de campo é “[...] uma imersão no universo social e cosmológico do ‘outro’.”. Conforme a autora, a pesquisa de campo não se limita a uma simples técnica de coleta de dados e sim a um procedimento que implica ter em mente teorias específicas, ou seja, é a técnica/prática e a teoria caminhando juntas.

Os primeiros dias da pesquisa de campo foram muito solitários, com uma sensação constante de “estar perdida” naquele lugar. Lembro que descrevi estas sensações a uma amiga pesquisadora, que me indicou como leitura o primeiro capítulo do livro “A Invenção da Cultura” (2012), onde o autor, Roy Wagner, descreve a solidão do pesquisador ao entrar em campo:

A despeito de tudo o que possam ter-lhe dito sobre o trabalho de campo, a despeito de todas as descrições de outras culturas e de experiências de outros pesquisadores que ele possa ter lido, o antropólogo que chega pela primeira vez em campo tende a sentir-se solitário e desamparado. Ele pode ou não saber algo sobre as pessoas que veio estudar, pode até ser capaz de falar sua língua, mas permanece o fato de que como pessoa ele tem que começar do zero. É como uma pessoa, então, como um participante, que começa a sua invenção da cultura estudada. Ele até agora experimentou a cultura como uma abstração acadêmica, uma coisa supostamente tão diversa e tão multifacetada, e no entanto monolítica, que se torna difícil apoderar-se dela ou visualizá-la. Mas, enquanto ele não puder “ver” essa cultura em torno de si, ela lhe será de pouco conforto ou utilidade. (WAGNER, 2012, p. 44).

Me identifiquei muito com este fragmento do texto e era exatamente assim que eu me sentia, não me valia de nada toda a pesquisa pregressa sobre o município, sobre a história, sobre a cultura – afinal, eu estava ali, e estava “começando do zero”.

Elaborei um roteiro básico com perguntas que levava em conta a opção da utilização de entrevistas semiabertas, com certo grau de estruturação, que serve como um guia com uma relação de pontos de interesse que se vai explorando ao longo da entrevista. A ideia da entrevista é de que ela se aproxime de uma conversa informal, porém, direcionada para determinados temas (BONI; QUARESMA, 2005). Basicamente, as questões giravam em torno de cinco grandes eixos:

- a) introdução da silvicultura no município;
- b) estratégias de alocação das empresas florestais;
- c) relações de trabalho empresa-empregado;
- d) transformações na paisagem;
- e) dinâmicas sócio-produtivas.

Resolvi então marcar minha primeira entrevista. A primeira foi com o prefeito do município (2009-2012), que estava ao final do seu mandato. Lamentei não ter chegado no município no período de campanha política, pois estes são momentos propícios para reconhecermos possíveis entrevistados, para identificar mais claramente as relações de forças, alianças, oposições, enfim, teria sido um bom momento para verificar o “quem é quem” na política local.

Foi a partir dessa primeira entrevista que me dei conta de um fato, que poderia atrapalhar o andamento das entrevistas e este dizia respeito exatamente ao fator político, que ainda fervilhava pela cidade. Eu estava alugando o quarto na casa de uma ex-candidata a vereadora no município, vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Minha “entrada no campo” estava claramente ligada a ela, pois era ela que me levava a Praça Central, que me apresentou aos comerciantes da cidade, enfim, isso poderia “abrir” ou “fechar” portas para a pesquisa.

Me dei conta que isso representava algum incômodo quando em certa ocasião me apresentei a um “empreiteiro” do município, falei sobre minha pesquisa e ele quis saber onde eu estava hospedada. Sem titubear, comentei que estava na casa de *tal* pessoa. E ele prontamente disse: “mas ela é do PT não é? Você é do PT também?”. Eu havia recém chegado em Encruzilhada do Sul, me adaptando ainda

ao local, procurando fazer uma pesquisa cujo tema é polêmico; estar vinculada a um partido político, neste primeiro momento, poderia não contribuir para os meus passos futuros. Dalí para frente resolvi reformular a minha forma de apresentação.

No final de novembro acompanhei as agricultoras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), de Encruzilhada do Sul ao “22º Seminário Estadual e 4º Interestadual de Alternativas à Cultura do Fumo”, que se realizou no município vizinho de Dom Feliciano, cujo lema do evento era “Não é preciso ser filho de doutor, jovem da roça também tem seu valor”.

Apesar do seminário se tratar especificamente da produção de fumo, insisti em marcar lugar no ônibus, pois sabia que ali estariam agricultoras de várias partes do município e assim eu poderia fazer os primeiros contatos e, quiçá, agendar algumas visitas às propriedades dessas agricultoras.

Figura 6 - 22º Seminário Estadual e 4º Interestadual de Alternativas à cultura do Fumo, Dom Feliciano/RS



Fonte: Pesquisa de campo, nov/2012.

Em uma análise geral do evento, foi interessante observar que os organizadores, em sua maioria, eram ligados à igreja católica – lá se encontravam freiras, irmãs, padres e pessoas relacionadas à Pastoral da Terra. O evento mobilizou diversas pessoas do município e da região e me pus a pensar que alguns “movimentos religiosos” (ou “movimentos messiânicos” como denominam alguns autores) que se engajam em determinadas lutas sociais no campo alcançam bons resultados, como era o caso daquele seminário. Fiquei então refletindo se estes

“movimentos religiosos” tivessem tomado para si a “luta conta o eucalipto” ou “contra o Deserto Verde”, assim como a Via Campesina, por exemplo, tomou em 2006. Teriam alcançado bons resultados? Teriam traçado um novo rumo de discussões sobre a expansão da silvicultura na Metade Sul?

A ida a este evento, de certa forma, foi marcante na minha trajetória de pesquisadora, primeiro por ter achado que havia “dado uma bola fora”, afinal o evento não era direcionado ao tema da pesquisa; segundo, de Encruzilhada do Sul participaram do evento apenas cinco agricultoras; terceiro, a viagem, apesar de curta foi desgastante, em função das estradas ruins (buracos, poeira, vento); e, quarto, exatamente naquele dia a pesquisadora foi “atacada” por uma desagradável cólica.

Porém, à medida que o tempo foi passando, depois de ter tomado um remédio, ter conversado com as agricultoras e saber que ali estava uma das líderes mais antigas do MMC no RS, aos poucos, o olhar da pesquisadora começava a mudar. Comecei a me dar conta de que havia tantas outras observações a serem feitas e que aquilo, sim, era parte do “fazer etnográfico” do pesquisador. Para contribuir e positivar o “olhar da pesquisadora” em meio a algumas conversas com agricultoras de Dom Feliciano, descobri que o sobrenome de uma agricultora que estava no evento era o mesmo que o meu - “Binkowski”; éramos primas em terceiro grau. Me vi dentro do cenário de um dos textos de Grossi (1992): “na busca do ‘outro’ encontra-se a ‘si mesmo’”.

Enquanto os dias passavam, fui sentindo que estava atrasada no andamento da pesquisa empírica, pois ainda tinha que contabilizar os meses para a pesquisa de campo em Herval. O mês de dezembro não estava “rendendo” muito, pois tive dificuldades em marcar as entrevistas em função de ser uma época onde se inicia o período de férias de verão e algumas famílias aproveitam para viajar. E também porque, querendo ou não, o mês de dezembro é destinado aos preparativos de Natal e Ano Novo. Bem, esta fase atrapalhou muito o andamento das entrevistas e comecei a prever um atraso maior em relação à pesquisa de campo em Herval.

Já estava dando os primeiros passos independentes em Encruzilhada do Sul quando lembrei de uma citação do Malinowski (1976) falando sobre como o pesquisador deve guiar-se no trabalho de campo:

Os princípios do método podem ser agrupados em três itens principais: em primeiro lugar, como é óbvio, o investigador deve guiar-se por objetivos verdadeiramente científicos, e conhecer as normas e critérios da etnografia moderna; em segundo lugar, deve providenciar boas condições para o seu trabalho, o que significa, em termos gerais, viver efetivamente entre os nativos [...]; finalmente, deve recorrer a um certo número de métodos especiais de recolha, manipulando e registrando as suas provas. (MALINOWSKI, 1976, p. 21).

Senti-me vivendo “efetivamente entre os nativos” quando em meados de janeiro estava eu caminhando para uma entrevista com o proprietário de uma agropecuária e fui encontrando algumas pessoas que eu já havia conversado e entrevistado. Pelo caminho recebi alguns: “Boa tarde!”. Mais algumas quadras e outros “conhecidos”, até que para ao meu lado um carro e a voz lá de dentro fala...é neste ponto que o diálogo conquistou o direito a seguir com travessões:

- Pra aonde tu tá indo? Quer carona?

(era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que eu havia entrevistado dias atrás)

- Ôpa, estou indo até a Vila Paraíso!

- Pois então sobe que eu te deixo lá!

Deste dia em diante me senti “vivendo efetivamente entre os nativos”.

Encruzilhada do Sul é o sexto município em extensão de área no RS, existindo localidades que ficam a 100 Km da sede, para se ter ideia das distâncias dentro do município. Eu já estava há três meses na cidade e não tinha visitado nem sequer 1/3 do município.

Em novembro, eu havia realizado um pedido à Secretaria de Educação para que pudesse viajar/acompanhar os ônibus escolares que buscavam e levavam os alunos do interior do município. Recebi resposta positiva de que poderia viajar nos ônibus em meados de dezembro, no período exato que estes paravam de fazer o transporte em função do período de férias escolar.

Comecei a sentir dificuldades em me deslocar, pois as localidades são muito distantes e o transporte interno local é quase inexistente. Já estávamos no mês de janeiro e os ônibus escolares só voltariam em março. Tive então que procurar novas alternativas de “carona”.

Foi então que me aproximei da EMATER/ASCAR-RS, onde conheci os técnicos e o gerente de extensão do município e já de início tive um “malentendido”

com um dos técnicos agrícolas da unidade. Primeira vez que entrava na sede da EMATER/ASCAR-RS, talvez um ambiente parecido como em tantos outros municípios do interior, “um ambiente muito masculino”, onde a maioria dos técnicos eram homens, com exceção da assistente social e da secretária. Porém, este “ambiente” não me intimidava já que havia frequentado uma faculdade de agronomia.

Mais ainda estava por vir o fato que iria realmente me intimidar. Os demais técnicos saíram e acabou ficando eu, a secretária e um dos técnicos agrícolas; já havia me apresentado anteriormente e comentado o que eu estava fazendo em Encruzilhada do Sul. Quando toca o telefone, a secretária atende e pergunta em voz alta: “*Fulano de tal, é um agricultor perguntando qual época se planta tal variedade?*”. O Senhor Fulano de Tal olha para mim e diz:

Quem sabe passa o telefone aí pra moça porque ela deve saber já que é doutora? E aproveitando, qual é o teu posicionamento, a doutora é contra ou a favor dos eucaliptos?

Respondi, pausadamente, que naquele momento o meu posicionamento era o que menos importava, já que eu estava em Encruzilhada do Sul para saber exatamente o que a população achava sobre isso.

No entanto me surpreendi, desta vez positivamente, quando dias depois recebi uma ligação de outro técnico convidando-me para participar do dia de campo sobre “Pastoreio Rotativo em Ovinocultura” organizado pela EMATER/ASCAR-RS. Aquela seria uma ótima oportunidade para conhecer outras localidades, além de fazer novos contatos. De fato, neste dia conheci alguns pecuaristas produtores de eucalipto e acácia, um proprietário de casa comercial (agropecuária), uma consultora que faz licenciamentos ambientais para a silvicultura no município e uma veterinária ligada à prefeitura municipal. Bingo! Havia ganhado o dia e alguns telefones de contatos na agenda.

A partir desse dia de campo passei então a acompanhar alguns técnicos em visitas a assentamentos rurais. Conheci todos os assentamentos rurais do município e identifiquei diferentes dinâmicas em relação à adesão ou não aos plantios de monocultivos de árvores. Assim como acompanhei os técnicos do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em visitas às propriedades rurais de pequenos agricultores.

Já era março, foi quando comecei a me preocupar com o tempo da pesquisa de campo em Encruzilhada do Sul. Apesar das entrevistas fluírem, o processo era lento. Foi quando em uma das idas a Porto Alegre que encontrei com o meu orientador e expus alguns caminhos que a pesquisa de campo estava me mostrando até aquele momento. E um dos direcionamentos, a meu ver, era o de ter que optar em realizar a pesquisa somente em Encruzilhada do Sul.

A questão “tempo” me fazia refletir a todo o instante sobre o andamento da pesquisa. Se ficasse em Encruzilhada do Sul só até abril me faltaria tempo para realizar todas as entrevistas que eu tinha colocado como meta, portanto, precisava de mais tempo. Da mesma forma, ir para Herval em abril e iniciar o mesmo processo de “adaptação”, de “confiança”, de “independência”, ou seja, tais processos são lentos –, levaria muito mais tempo do que eu realmente disponibilizava. Assim, corria o grande risco de não aprofundar a pesquisa em nenhum dos dois locais. Foi aí também que optei em ficar somente em Encruzilhada do Sul e aprofundar a pesquisa de campo nesse local.

A partir daí, refiz meu percurso no campo, delimito melhor o tempo e redimensionei a quantidade de entrevistas. E foi a partir do melhor conhecimento do local, da cultura do lugar e das minhas “descobertas” no campo que passei a repensar certas ideias e argumentos que chegaram comigo no campo, isto é, que já estavam preconcebidos.

Malinowski (1976) ressalta que para se fazer uma boa etnografia deve se conhecer bem a teoria científica e estar a par de suas últimas descobertas, no entanto, isso não significa estar sobrecarregado de ideias preconcebidas. A pessoa quando parte para uma expedição deve ter a capacidade de levantar o maior número de problemas e não ter a incapacidade de mudar seus pontos de vistas (MALINOWSKI, 1976).

Uma das minhas ideias “preconcebidas” era de que grande parte dos pecuaristas extensivos vendiam suas terras e passavam a se ocupar de outras atividades. No entanto, no campo observei que alguns até podem vender a terra, porém, a grande maioria, arrenda terras e permanece praticando a pecuária. O valor pago pelo arrendamento das terras pelas empresas florestais serve de “capital de giro” para manter a pecuária.

Outro ponto, que só a partir da pesquisa de campo pude constatar, foi em relação aos “ciclos de expansão da silvicultura” em Encruzilhada do Sul. De

antemão, a partir das consultas a trabalhos acadêmicos e artigos científicos, parecia existir dois momentos de expansão da silvicultura no município e, no entanto, a partir das pesquisas de campo, observa-se que são três ciclos: o primeiro ciclo (década de 1950) calcado na produção de pinus e eucalipto; o segundo ciclo teve maiores investimentos na produção de acácia enquanto que o pinus e o eucalipto mantiveram a área de produção (meados da década de 1980), e o terceiro ciclo se deu partir dos anos 2000 e se mantiveram no auge as produções de acácia e eucalipto.

No total, foram realizadas 44 entrevistas semiabertas, registradas em reuniões e eventos cerca de 50 horas de áudio, além de materiais de divulgação e panfletos. Houve também muitas conversas informais e muita observação, e dois cadernos de campo cheios de informações referentes ao cotidiano da pesquisa de campo. A seguir, apresento um quadro identificando as entrevistas realizadas no total do período de campo, os vínculos dos entrevistados e os grupos sociais a que pertencem.

Quadro 1 - Entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo

| ENTREVISTA | VÍNCULO | GRUPO SOCIAL |
|-------------------|------------------------------|---|
| 01 | Presidente | SITIEML |
| 02 | Vereadora | Poder Público Local |
| 03 | Prefeito | Poder Público Local |
| 04 | Presidente | Sindicato Rural |
| 05 | Historiadora | Professora Municipal |
| 06 | Biólogo | Poder Público Local |
| 07 | Proprietário | Serraria |
| 08 | Engenheira Agrônoma | Consultora Ambiental |
| 09 | Proprietário | Empreiteira Acácia |
| 10 | Coordenador | MPA |
| 11 | Presidente | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| 12 | Técnico Agrícola | EMATER |
| 13 | Corretor Imobiliário | Imobiliária |
| 14 | Trabalhador | Trabalhador do Mato |
| 15 | Líder Assentamento da Quinta | MST |
| 16 | Cooperativada | COOMCREAL |
| 17 | Advogado | Advogado "Novo" Sindicato dos Trabalhadores da Silvicultura |
| 18 | Prefeita | Poder Público Local |
| 19 | Secretaria da Agricultura | Poder Público Local |
| 20 | Ex-Trabalhadora do mato | COOMCREAL |
| 21 | Ex-Trabalhadora do mato | COOMCREAL |
| 22 | Ex-Trabalhadora do mato | COOMCREAL |
| 23 | Ex-Trabalhadora do mato | Nativa Reflorestamento |

| ENTREVISTA | VÍNCULO | GRUPO SOCIAL |
|-------------------|----------------------|----------------------------|
| 24 | Líder comunitária | Associação Vila da Fonte |
| 25 | Técnico Agrícola | Seta S.A. |
| 26 | Engenheiro Agrônomo | EMATER |
| 27 | Proprietária | Arko Madeiras Tratadas |
| 28 | Técnico Agrícola | MPA |
| 29 | Professora/Educadora | Centro Divina Providência |
| 30 | Líder | MMC |
| 31 | Agricultora | MMC |
| 32 | Agricultora | MMC |
| 33 | Agricultora | MMC |
| 34 | Agricultora | MMC |
| 35 | Agricultor | Lindeiro ²⁶ |
| 36 | Assentada | Assentamento Vassoural |
| 37 | Assentado | Assentamento Padre Réus |
| 38 | Assentada | Assentamento Padre Réus |
| 39 | Assentada | Assentamento Santa Barbara |
| 40 | Assentado | Assentamento Guará |
| 41 | Ovinocultora | MPA |
| 42 | Poeta/Veterinário | Autônomo |
| 43 | Proprietário | Agropecuária |
| 44 | Proprietário | Empreiteiro eucalipto |

Fonte: Binkowski (2014).

Durante a pesquisa de campo, utilizou-se também como ferramenta metodológica alguns recursos audiovisuais como imagens, fotografias e desenhos como forma de analisar a paisagem e as dinâmicas naturais, levando em consideração a variável tempo. A ideia foi de contrastar fotografias da paisagem local tiradas anteriormente à expansão dos monocultivos de eucalipto pelos interlocutores e as que foram recentemente fotografadas durante a pesquisa de campo. Foram utilizados para os registros audiovisuais um gravador digital e máquina fotográfica digital.

Para Deffontaines (1998), as paisagens rurais são consideradas as marcas visíveis da ação humana, portanto, considerar a dinâmica da paisagem, enquanto resultado das práticas dos agricultores, se constitui em um elemento importante no estudo das relações entre sociedade-natureza. Desta forma, levou-se em consideração na fala dos interlocutores este tipo de observação, seja por meio da fotografia, de um desenho ou da própria oralidade - a história servindo de ferramenta para a leitura da evolução da paisagem.

²⁶ Proprietários vizinhos; propriedades que fazem divisa; limite de propriedades.

2.5.6 “O campo também é o que vem depois”: sistematização dos dados e redação da tese (outubro de 2013 a junho de 2014)

A frase entre aspas no subtítulo desta seção é embasada nas ideias da antropóloga Marilyn Strathern (2013), que afirma que a pesquisa de campo não termina quando o pesquisador vai embora do campo empírico. O campo continua ainda mais vivo, presente e em movimento nas etapas de sistematização de dados e de escrita.

Após a etapa da pesquisa de campo, de volta a Porto Alegre, as entrevistas foram degrevadas, utilizando-se a audição direta e como forma complementar, o programa de computador Via Voice. Este processo foi lento e minucioso consumindo dois meses deste período.

A etapa posterior foi a de sistematização e pré-análise dos dados obtidos a partir das degrevações e da pesquisa junto aos materiais secundários. Foi a partir daí que me deparei com as primeiras dificuldades de sistematização dos dados, muito em parte pela grande quantidade de informações extraídas a campo. Teoricamente esta seria a fase onde as ideias deveriam estar muito bem definidas e, no entanto, na prática as ideias ainda estavam muito soltas e a pesquisadora insegura para iniciar a escrita. Até que nos últimos dias de 2013, eu e o orientador definimos um sumário que passou a ser meu guia definitivo até o fim da escrita da tese.

Com o rumo do trabalho já traçado, faltava iniciar o processo de escrita propriamente dito, e aí se iniciou uma etapa que considero solitária, angustiante e cheia de incertezas. O domínio sobre essa “[...] tecnologia tão simples, tão onipresente e tão poderosa [...]” (MACHADO, 200?, p. 4) que é a escrita, foi para mim tarefa árdua. O “pânico da folha em branco” (MACHADO, 200?) se estendeu por dias consecutivos e, por vezes, infundáveis. Durante estes dias lembrei inúmeras vezes do poema do Mario Quintana: “uma formiguinha atravessa, em diagonal, a página ainda em branco. Mas ele, aquela noite, não escreveu nada. Para quê? Se por ali já havia passado o frêmito e o mistério da vida...”.

Resolvi então reunir todas as reflexões e ideias tidas durante os últimos anos de doutorado e agrupá-las em um arquivo, concomitante, refiz algumas leituras dos

diários de campo e a audição de entrevistas-chave, daí foram surgindo os primeiros escritos e a primeira dezena de páginas das mais de 200 ao fim deste trabalho.

Tendo em vista a amplitude da temática escolhida, o formato metodológico final deste trabalho foi influenciado, sem dúvida, pelo próprio andamento da pesquisa de campo, das decisões dos recortes espacial, temporal e social, além das sugestões dadas pelos professores da banca de qualificação do projeto de tese e, obviamente, do contato da pesquisadora com os atores sociais locais e com o orientador.

Quadro 2 - Síntese da estrutura analítica da pesquisa

| Questões de pesquisa | Objetivos Específicos | Categorias teóricas e analíticas | Instrumentos e técnicas metodológicas |
|--|--|--|---|
| <p>a) Quais as alianças, forças, interesses, posições, oposições, como se configuram essas disputas, ou seja, o que está em jogo em torno dos projetos de produção de madeira no município de Encruzilhada do Sul/RS?</p> <p>b) Quais os efeitos, mudanças, transformações provocados pelos empreendimentos de produção de madeira sobre os meios natural e social e como influenciam nas dinâmicas socioambientais em Encruzilhada do Sul/RS?</p> <p>c) A partir das diferentes percepções, controvérsias e disputas em torno da apropriação e uso dos espaços em Encruzilhada do Sul/RS, estaria ali configurado um conflito ambiental?</p> | <p>a) Identificar os atores sociais envolvidos direta e indiretamente com os projetos de produção de madeira em Encruzilhada do Sul/RS;</p> <p>b) Identificar e analisar as estratégias de expansão e atuação das empresas florestais, entre elas as de aquisição e arrendamento de terras, as relações de trabalho e as relações políticas dentro do município.</p> | <p>Território Territorialidade Conflito Ambiental Chantagem Locacional</p> | <p>Levantamento de dados secundários</p> <ul style="list-style-type: none"> - institucionais - bibliográficos - pesquisa documental <p>Levantamento de dados primários</p> <ul style="list-style-type: none"> - entrevistas gravadas - observação e registros no diário de campo |

Fonte: Binkowski (2014).

3 OS MOVIMENTOS DA SILVICULTURA NO BRASIL E NO MUNDO

As políticas públicas podem “criar barreiras” ou “facilitar a permanência” de empresas no mercado, intermediar financiamentos, restringir ou promover importações/exportações, gerar ou desarticular planos de investimentos, entre outros propósitos. Considerando-se, sobretudo, as políticas públicas delineadas em prol da silvicultura no Brasil percebem-se o quanto elas foram determinantes para o desenvolvimento do setor florestal (ou de fato para a consolidação das empresas florestadoras no mercado) e para a existência, mesmo que informal, de uma “lógica florestal” (político-econômica) originada por meio de incentivos fiscais e recursos públicos direcionados à ampliação da indústria e fomento de novas áreas para plantações comerciais de árvores no Brasil.

O BNDES, por exemplo, foi uma das instituições que se mostrou protagonista em oferecer incentivos financeiros a este setor da indústria, contribuindo com recursos desde a instalação das primeiras empresas de alto porte de capital no país ou por meio da compra de ações tornando-se acionista destas empresas.

A partir deste contexto de formação e consolidação dos complexos industriais florestais, nos propomos a entender como se deu, o que denominamos de “movimentos de expansão da silvicultura” no país. A escolha do termo “movimento” não se dá aleatoriamente e sim, pelos significados que ele pode representar no contexto florestal. Com referência à Física, um determinado corpo ao mover-se não está estático, logo essa noção de deslocamento nos leva a pensar em uma variação de posição, ou seja, estão em jogo o espaço e o tempo.

Considerou-se neste trabalho, portanto, o “movimento” ou os “movimentos” realizados pela (ou para) atividade de silvicultura, no sentido de mudanças de posição, novas ações e variações deste setor que atravessou crises e períodos de êxito, no entanto, com uma trajetória feita de altos e baixos, que produziu economia, mas que também gerou efeitos socioambientais.

Compreender como se desenvolveu a atividade de silvicultura no Brasil se torna muito relevante para as discussões a serem realizadas nos capítulos de análise deste trabalho (capítulos 5, 6 e 7), particularmente, com referência à localização e organização destas empresas florestais em diferentes territórios e os conflitos ambientais territoriais provocados por elas nestes espaços.

Deste modo, este capítulo tem o intuito de descrever e analisar o cenário histórico de estabelecimento da atividade de silvicultura no país desde o século XIX até a atualidade. O fio condutor deste capítulo é: como, porque e onde se estabeleceram as empresas de silvicultura no Brasil?

No intuito de responder estas perguntas traçaram-se os seguintes eixos de discussão:

- a) descrição dos elementos determinantes, em termos ambientais, técnicos, econômicos e políticos, que influenciaram o processo de expansão da silvicultura no Brasil;
- b) descrição do panorama encontrado pelas empresas florestadoras no Brasil e as políticas públicas desenvolvidas para o setor florestal;
- c) e apresentação das empresas que ao longo do tempo se destacaram no cenário florestal;
- d) descrição sucinta do cenário da silvicultura na América do Sul;
- e) quem são os atores sociais envolvidos na promoção da silvicultura enquanto atividade econômica no país;
- f) identificar as lógicas de atuação das empresas florestadoras nos diferentes territórios;
- g) e, por fim, identificar as alianças e oposições que se originaram a partir do estabelecimento destes empreendimentos em determinadas regiões do país.

3.1 1º MOVIMENTO: FORMAÇÃO E EXPANSÃO DO SETOR DE BASE FLORESTAL NO BRASIL

A intenção nesta seção é resgatar a origem da indústria de madeira, celulose e papel e revelar quais foram os fatores determinantes para a sua formação no contexto brasileiro. O (in)sucesso do setor florestal sempre esteve relacionado aos momentos político-econômicos do país, ou seja, se a economia vai bem, o setor florestal está garantido. Dessa forma, fica claro que a formação dos complexos industriais voltados à produção de madeira, celulose e papel no país teve relação direta com as políticas públicas governamentais e os investimentos estrangeiros. Com a intenção de entender como a silvicultura passou a ser uma das atividades

econômicas mais antigas no Brasil, buscou-se apresentar fatos e elementos desta trajetória que estarão dispostos a seguir.

3.1.1 Origem, formação e expansão: da importação de matéria-prima para fabricação do papel à geração de excedentes exportáveis (1809 a 1979)

Com a transferência da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro houve a necessidade de criação de novas instituições como a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, a Biblioteca Real, a Academia Real de Belas Artes e a Imprensa Régia (1809) assim como também houve a necessidade de importação de matéria-prima para suprir tal demanda. Com isso, D. João VI permitiu isenções aduaneiras para a importação de matérias-primas para a fabricação do papel. Assim, envolta à História Contemporânea, a indústria do papel no Brasil começa a alavancar sua produção no fim do século XIX, quando as primeiras fábricas de papel foram criadas.

Em 1888 foi criada a primeira fábrica de papel do país, fundada pelos irmãos Melchert e se chamava Fábrica de Papel Paulista Salto, localizada em Itú, São Paulo (SP). Em 1890 também em São Paulo era criada a Companhia Melhoramentos; e, anos mais tarde, em 1909 foi fundada pelo Grupo Klabin a Companhia Fabricadora de Papel (SOTO, 1992; HILGEMBERG; BACHA, 2000)²⁷. Nesses anos a matéria-prima para a fabricação do papel ainda dependia da importação de outros países.

Em 1917 começaram os primeiros experimentos visando a produção de pasta de celulose a partir de plantas nativas como sisal, bambu, babaçu, palha de arroz, lírio-do-brejo, folha de bananeira, araucária, entre outros. É neste período que a indústria de papel irá receber grande impulso para o seu desenvolvimento em função da escassez de matéria-prima provocada pela primeira guerra mundial na Europa (SUZIGAN, 1986; VERSIANI RABELO, 1987).

²⁷ Desta contextualização é importante salientar dois fatos marcantes nesta trajetória. O primeiro diz respeito à estreita relação que a indústria do papel no Brasil tem com a produção do café (CANO, 1983) e, o segundo, que estas primeiras indústrias de papel criadas por determinados grupos brasileiros no início dos anos 1900 figuram, atualmente, entre as principais empresas do setor de celulose e papel no país.

Na década de 1920 houve a primeira grande onda de investimentos no setor industrial de papel no Brasil, onde foram criadas novas empresas, aumentando a capacidade de produção²⁸.

[...] entre 1885 e 1925, são instaladas no país a Fábrica de Papel Paulista Salto, a Companhia Melhoramentos e a Companhia Fabricadora de Papel (que deu origem ao grupo Klabin), a fábrica de papelão Simão e Companhia (que originou o grupo Simão, adquirido, posteriormente, pela VCP), a Indústria de Papelão Limeira S.A. (que originou o grupo Ripasa), entre outros. Nesta época, a pasta de madeira e a celulose eram quase que totalmente importadas e a atividade florestal era completamente desvinculada da indústria do papel. (HILGEMBERG; BACHA, 2000, p. 147).

Soto (1992, p. 63) chama a atenção que a “[...] atividade florestal e a indústria de papel estavam praticamente desvinculadas [...]” nesta época e que o capital estrangeiro era inferior se comparado a qualquer outra empresa manufatureira. O capital estrangeiro neste setor reduziu-se ainda mais com a crise de 1929 que afetou diretamente a produção cafeeira – base da economia brasileira na época. Em decorrência da crise o governo proibiu a importação de máquinas para a instalação de novas fábricas de papel e criou um fundo especial para socorrer as empresas afetadas (HILGEMBERG; BACHA, 2000).

O auxílio financeiro do governo para “socorrer” as empresas em crise e o aumento do valor pago pela celulose importada desencadeou condições para o surgimento de um segmento nacional que fosse também produtor de pasta de celulose no Brasil. Ainda relacionado aos benefícios governamentais, em 1933, o Estado deu isenção de impostos de importação e taxas alfandegárias às máquinas, acessórios e todos os insumos necessários para as empresas organizadas em prol da produção de pasta de celulose (SUZIGAN, 1986; SOTO, 1992; HILGEMBERG; BACHA, 2000).

Até o momento se observam dois momentos da indústria de papel e celulose no Brasil, um primeiro momento (período 1888 a 1929) onde a celulose e a pasta de madeira eram tidas por meio de importações, e cujos investimentos estrangeiros eram reduzidos. Pode-se considerar este período como uma *primeira onda de investimentos* do Estado. O início da década de 1930, mais precisamente o ano de

²⁸ A maior parte dos autores que escrevem sobre a evolução do setor de celulose e papel no Brasil destacam apenas três grandes ondas de investimentos nas décadas de 1920, 1930 e 1950. No entanto, neste texto agregaram-se também os investimentos ocorridos na década de 1960, 1970, 1980 e anos 2000.

1933, marca a *segunda grande onda de investimentos*, e a partir disso, o desenvolvimento industrial de produção de celulose²⁹. Em 1934, o grupo Klabin comprou do Banco do Estado do Paraná, a fazenda Monte Alegre, de 143.000 ha e iniciou a implantação da primeira fábrica de papel imprensa, pasta mecânica e celulose semibranqueada (HILGEMBERG; BACHA, 2000).

A Indústria Klabin de Papel e Celulose S.A. foi inaugurada somente em 1946, sendo a maior em termos de produção de papel e celulose no país³⁰. Com ela inaugurou-se também o chamado processo de integração vertical na indústria³¹. Conforme Mendonça Jorge (1992), a implementação desta fábrica é emblemática no desenvolvimento da indústria de celulose e papel no país.

Em primeiro lugar, porque trata-se do primeiro projeto significativo de uma fábrica de papel integrada (produção conjunta de celulose e papel) e, sobretudo, utilizando recursos florestais nacionais. Em segundo lugar, porque é o primeiro projeto onde aparece uma relação explícita entre o Estado e a iniciativa privada, através de uma política pública deliberada de apoio ao desenvolvimento do setor. (MENDONÇA JORGE, 1992, p. 27).

A outra empresa que também se destacava nesta época na produção de papel era a Companhia Suzano, que investia pesquisas na fabricação de celulose de fibra curta (CFC). Mas, só a partir de 1961 é que começou a ser produzida em larga escala a celulose de fibra curta de eucalipto. Segundo Soto (1992, p. 67), “A obtenção da produção de papel integralmente com CFC foi a inovação tecnológica que estimulou e acelerou o processo de integração vertical da indústria.”.

A CFC é produzida a partir do eucalipto e utilizada na produção de papéis finos como os de imprimir e escrever, guardanapos, papel toalha, papel higiênico, entre outros. A celulose de fibra longa (CFL) é produzida a partir do pinus e é usada para produzir papéis mais resistentes como, por exemplo, para embalagens.

Soto (1992) traça o perfil de três empresas que se destacaram nesta evolução industrial da celulose e papel, entre elas: o Grupo Klabin, a Cia. Suzano e o Grupo Simão (atualmente VCP/Fibria). Não é à toa que estas mesmas empresas atualmente configuram a lista das mais bem sucedidas no país – levando-se em

²⁹ Cabe ressaltar que o setor florestal (plantações de árvores para produção de pasta de celulose) até este momento, não acompanhou diretamente a ascensão do setor industrial. O que passou a acontecer somente a partir da década de 1950.

³⁰ De 1937 a 1956, a produção de papel aumentou de 112 para 395 milhões de toneladas (SUZIGAN, 1986; RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANFPC, 1990).

³¹ A Klabin, inicialmente produzia a pasta de celulose (fibra longa) a partir do “pinho do Paraná” ou “pinheiro do Paraná”.

conta tal trajetória intimamente relacionada à origem e evolução dos empreendimentos de produção de madeira, celulose e papel.

Concomitantes ao progresso destas três empresas na integração vertical industrial estavam outras empresas que optaram somente pela produção de papel, como a Papyrus Indústria de Papel S.A. (São Paulo), a Companhia Industrial de Papel Pirahy (Rio de Janeiro) e a Fábrica de Papel Santa Therezinha (São Paulo).

Contudo, ainda nesta época o capital estrangeiro no setor industrial da celulose e papel era tímido. Em 1953 foi criada a empresa Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda., subsidiária de outra empresa estadunidense, a West Virginia, Pulp and Paper Company (SOTO, 1992). Em 1958 foi fundada a Manville, subsidiária da Manville Corporation e a Champion Papel e Celulose Ltda., subsidiária da Champion Papers Incorporation (porém, esta empresa só iniciou suas atividades em 1960), produzindo exclusivamente celulose de fibra curta e também foi a primeira a exportar papel fabricado integralmente a partir deste tipo de celulose (SOTO, 1992).

O primeiro programa governamental de investimentos específicos para o setor de celulose e papel estava relacionado ao Plano de Metas³² do governo de Juscelino Kubitschek, realizado na segunda metade da década de 1950. Nessa época, ainda era caracteristicamente tímido o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE)³³ que priorizava investimentos na indústria de transportes e energia elétrica à indústria da celulose – e só em 1955 passou a financiar algumas empresas como a Celulose e Papel Fluminense S.A. Para Soto (1992) este foi o primeiro passo em direção a um maior apoio ao setor, sem dúvida, as expectativas e perspectivas para

³² O Plano de Metas consistiu em selecionar cinco áreas prioritárias, energia, transportes, indústrias básicas, alimentação e educação. O plano dividiu as cinco áreas em trinta metas subsetoriais (BIELCHOWSKY, 2004). O setor de celulose e papel foi prioritário no Plano de Metas, como parte da indústria de bens intermediários básicos. A meta 24, por exemplo, previa o aumento de 90 mil toneladas de celulose para 260 mil em 5 anos, de 1955 a 1960 (SOTO, 1992).

³³ O BNDE nasce em 1952, em plena era Vargas, como consequência dos estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que objetivava promover o desenvolvimento industrial do país. A CMBEU se inseria no contexto da política externa americana do pós-guerra, de apoio às nações amigas, e buscava diagnosticar os gargalos do desenvolvimento brasileiro e as alternativas para superá-los, visando ao posterior financiamento de projetos estratégicos. A criação de um banco de desenvolvimento que, através da gestão de fundos públicos, pudesse financiar parte desses projetos foi uma das recomendações da CMBEU (JUVENAL; MATTOS, 2003). Cabe salientar que o BNDE, a partir de 1982 incorporou o “S” à sua sigla em função da incorporação dos recursos do FINSOCIAL nos programas do banco (SOTO, 1992), passando a responder por Banco Nacional do Desenvolvimento Social. Neste trabalho manteve-se a sigla BNDE apenas quando os fatos foram anteriores a 1982, após este ano a referência é BNDES.

a década de 1950 eram de mais investimentos de capital estrangeiro paralelamente à injeção de dinheiro por parte do Governo.

Em 1960, o Brasil produzia em torno de 70% de celulose de fibra curta para consumo interno, porém, ainda era dependente da importação de celulose de fibra longa. Nesse período já havia excedentes que começaram a ser exportados. Entre as empresas exportadoras estavam a Champion, Cambará, Celulose Brasileira e Sacraft. Em 1966 é criada a Borregaard S.A. (subsidiária de uma empresa norueguesa)³⁴, localizada em Guaíba, Rio Grande do Sul, foi a primeira empresa de grande porte na produção de celulose de fibra curta para exportação.

O crescimento interno na produção de CFC e o início das exportações fez com que os produtores de papel e celulose encomendassem um estudo que pudesse estabelecer “[...] critérios operacionais relativos ao dimensionamento das novas fábricas e ampliação das já existentes a serem apoiadas pelo BNDE.” (HILGEMBERG; BACHA, 2000, p. 150).

Conforme Hilgemberg e Bacha (2000), tal estudo apontava algumas necessidades, entre elas a “de se realizar novos investimentos direcionados à implantação de fábricas de celulose capazes de atingir escalas de produção capazes de gerar excedentes para exportação”. Assim, incentivado pela necessidade estratégica do mercado, o BNDE passa a exercer papel determinante investindo recursos financeiros no setor de celulose e papel. É o que se averigua nas políticas públicas realizadas pelo Estado a partir de 1967:

Em 1967, por meio da Resolução 276, o Conselho de Administração do BNDE decide conceder prioridade aos projetos de implantação ou ampliação de capacidade para produção de celulose e papel. Além disso, na segunda metade da década de 60 o setor de papel e celulose é grandemente influenciado por duas medidas de política governamental: o Decreto Lei 5.106/66 e a Decisão 196/68 do BNDE. Em meados da década de 60, foi promulgado o Decreto-Lei 5.106/66 para viabilizar a implantação de maciços florestais pelas empresas e, assim, cumprir as determinações do Código Florestal, promulgado em 1965. (HILGEMBERG; BACHA, 2000, p. 150).

³⁴ A fábrica começa a funcionar em 1968, este projeto é considerado um marco do desenvolvimento do setor, em termos econômicos foi um dos primeiros grandes investimentos estrangeiros no país e tinha como objetivo se tornar competitivo internacionalmente com a fabricação de 500 t/dia de CFC. Em termos ambientais “[...] acarretou custos sociais e ambientais para a população, demonstrando a necessidade de equipamentos e legislação de controle ambiental.” (LOPES, 1998, p. 2).

O decreto-lei previa também que as pessoas físicas pudessem abater de sua “[...] renda bruta as importâncias efetivamente aplicadas nesta atividade no ano-base da tributação e às pessoas jurídicas abater até 50% do Imposto de Renda devido.” (HILGEMBERG; BACHA, 2000, p. 150). No entanto, grande parte das pessoas físicas que acessaram esta política pública estava interessada apenas na redução do imposto de renda, havendo pouco retorno em produção de madeira. O que se averiguou posteriormente é que os plantios florestais não eram realizados e seus recursos desviados. Segundo levantamentos realizados pelo governo federal, mais de 7 milhões de ha de lavouras de árvores haviam sido “plantados”, mas após fiscalizações verificou-se a existência de somente $\frac{1}{4}$ desse montante (BINKOWSKI, 2009).

Para frear estas condutas que estavam se tornando cada vez mais corriqueiras, o BNDE (Decisão 196/68) estabeleceu que apenas financiaria projetos com escalas de produção de celulose maiores de 100 toneladas/dia (t/dia). O Banco alegava que assim se evitariam “desperdícios de matérias-primas e energia”, e também a poluição que os pequenos empreendimentos estavam ocasionando ao liberar ao ambiente o “licor negro” (subproduto da fabricação da celulose) (BNDES, 1991).

Ao conceder financiamentos apenas às empresas que tinham a capacidade superior a 100 t/dia de celulose, o BNDE deixou evidente sua intenção, por mais preocupado que fosse com os “desperdícios e a poluição”, o Banco passa a fortalecer poucas e influentes empresas. Conforme Soto (1992) ao final da década de 1960 existiam somente seis empresas com tal capacidade, três eram novas no mercado: a Cia. Florestal Monte Dourado, a Aracruz Florestal (que surgiu como uma empresa de prestação de serviços na área de [re]florestamento) e a Florestas Rio Doce (controlada pela Cia. Vale do Rio Doce).

De forma geral, na década de 1960 às políticas públicas destinadas à ampliação da indústria nacional de celulose e papel tiveram caráter protecionista³⁵, destaca-se: a lei aduaneira de 1957, a política cambial, o acesso fácil a créditos, a baixa taxa de juros e prazos de carência e pagamentos a perder de vista. Tais políticas de incentivo tiveram relação direta com o aumento da área com plantações

³⁵ Cabe salientar que em 1965 houve a criação do Código Florestal Brasileiro e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 1967.

de árvores para produção de celulose³⁶. É neste período que se concretiza a forte intervenção do Estado, determinante na formação do complexo industrial florestal no país.

Comprovando a tradição de que o BNDE e o setor industrial de celulose e papel caminhavam (e caminham ainda hoje) juntos, no final da década de 1960 a empresa Borregaard S.A. já era a maior exportadora de celulose de fibra curta³⁷ do país. De olho nos avanços deste mercado o BNDE tornou-se acionário da Borregaard. Com esta parceria estratégica o BNDE passou a pressionar o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), que fixou, para fins de concessão de incentivos, escalas mínimas de 500 t/dia para a produção de celulose, com expansão prevista para 1.000 t/dia (HILGEMBERG; BACHA, 2000).

A Borregaard já trabalhava com produções acima das 500 t/dia de celulose. Perspicaz, diante da possibilidade do país tornar-se referência em exportações de celulose e papel frente à economia global, o BNDE aprovou o Plano de Ação para o período 1974-1978, o qual estabelecia que os projetos prioritários seriam àqueles voltados à exportação:

Nesse sentido, pretende o BNDE dar apoio a projetos de grande porte que concorram para que a economia brasileira atinja um nível de produção de celulose superior a 2,5 milhões de toneladas em 1978, formando, ao mesmo tempo, a massa crítica que garanta uma capacidade de produção superior a 3 milhões de toneladas em 1980. (BNDES, 1991, p. 23).

Também em 1974 o governo elabora o I Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC), que visava alcançar a autossuficiência na produção de celulose e papel, prevendo para a celulose a geração de excedentes exportáveis. Enquanto este plano previa a instalação de, aproximadamente, 13 plantas, apenas cinco projetos foram implementados até 1980. O projeto também previa que houvesse participação do Estado, do capital privado nacional e do capital privado internacional, no entanto, o Estado arcou com boa parte dos recursos.

³⁶ Segundo Soto (1992), 80% das plantações realizadas entre os anos de 1966 a 1970, ocorreu a partir de incentivos fiscais, sendo esta época determinante na formação do complexo industrial florestal que se tem na atualidade no país. Importante ressaltar que o autor destaca a Aracruz Florestal (criada em 1967) como fruto destes pacotes de incentivo.

³⁷ Imprescindível comentar que até o final da década de 1950 a produção de celulose era realizada a partir do pinus (celulose fibra longa) e extraída predominantemente de “florestas” já existentes. Somente a partir de 1961 é que a celulose passa a ser produzida também a partir de eucalipto (celulose fibra curta) e só então iniciam os incentivos às plantações comerciais de eucalipto.

Na década de 1970, as empresas líderes da indústria integrada³⁸ em termos produtivos e organizativos eram o grupo Klabin e o grupo Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda., que se especializaram na produção de embalagens, enquanto as outras empresas especializaram-se na produção de papéis para imprimir e escrever, entre estas o grupo Suzano, grupo Simão e a empresa Champion Celulose e Papel S.A.

Destacavam-se no setor de produção de celulose a Borregaard S.A.³⁹, a Celulose Nipo-Brasileira (CENIBRA), a Aracruz Celulose que somente entre elas representavam em torno de 25% da capacidade nacional de produção de CFC, e a Companhia Florestal Monte Dourado (SOTO, 1992). No período de 1974 a 1979 houve muitos investimentos de capital estrangeiro no mercado brasileiro de celulose e papel.

Na década de 1980, a indústria produtora de bens de capital para a indústria de papel e celulose era controlada pelo capital estrangeiro de empresas transnacionais, entre elas a Kamyr do Brasil (capital sueco), Beloit-Rauna Industrial Ltda. (capital estadunidense) e a Sunds Defibrator (capital sueco) (SOTO, 1992).

Foi no período de 1974 a 1980 que as empresas começaram a investir em áreas de reflorestamento, vinculando assim as plantações à indústria de celulose e papel e formando a base florestal do país. Conforme Soto (1992), de 1975 a 1980 foram plantados mais de 2 milhões de ha de árvores, sendo que 15% (em torno de 220 mil ha) foram plantados pela indústria de celulose e papel. Chama atenção ainda que 80% destas plantações foram realizadas a partir de recursos de incentivos fiscais, maior parte do BNDES.

A política fundamental do BNDES de auxílio aos empreendimentos florestais era o crédito subsidiado, a participação acionária (até 50% do capital), crédito do FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) para aquisição de equipamentos nacionais, aval para importação de equipamentos e financiamentos para acionistas (SOTO, 1992).

Dos recursos subsidiados pelo BNDES de 1962 a 1971, 60% foram para duas empresas: Aracruz e Klabin. Soto (1992) comenta que o montante dado às empresas florestadoras só ficou atrás do que foi dado às empresas petroquímicas. O

³⁸ Empresas que possuem plantações de árvores para o próprio abastecimento de sua cadeia produtiva.

³⁹ Marcada por vários problemas financeiros, em 1978 a empresa ficou sob o controle do BNDES.

que se averigua é que a política estabelecida pelo BNDES dos anos 1960 à década de 1980 foi determinante para o estabelecimento e organização dos empreendimentos madeireiro-celulósicos no país.

3.2 2º MOVIMENTO: MODERNIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO SETOR DE BASE FLORESTAL NO BRASIL

O início da década de 1980 foi marcado pela crise econômica no país, situação muito diferente das décadas anteriores caracterizadas pelo desenvolvimentismo⁴⁰. A “década perdida”, como ficou conhecida a década de 1980, teve no esgotamento do modelo de desenvolvimento o estopim para a crise, cujas consequências foram a drástica redução de investimentos e os altos índices de inflação.

3.2.1 Crise e modernização dos empreendimentos de madeira, celulose e papel (1980 a 2000)

O complexo industrial florestal também sofreu com as incertezas geradas pela crise da década de 1980, tanto que até meados de 1984, o setor florestal foi obrigado a se readaptar em função da redução de investimentos governamentais. No entanto, mesmo com a crise o setor florestal foi um dos que mais se desenvolveu na década de 1980, onde as exportações cresceram cinco vezes mais do que na década anterior.

Na segunda metade da década de 1980⁴¹ a produção de celulose de fibra curta havia duplicado e algumas empresas são destaque nesta área como a Klabin (Oeste do Paraná), Suzano (Sul da Bahia) e a Aracruz (Norte do Espírito Santo). A tendência da década de 1980 foi de investimentos em novas áreas, saindo do eixo São Paulo, considerado até o final dos anos 1970 como o polo florestal do país.

De 1981 a 1991 a produção de papéis para impressão e escrever foi a que mais cresceu, destacando-se aí novas empresas com produções ainda pequenas se

⁴⁰ Política econômica representada mais fortemente na década de 1950, com o presidente Juscelino Kubitschek e, posteriormente, nas décadas subsequentes com os governos militares.

⁴¹ O Brasil vivia um momento histórico com a volta da democracia (1985) e o fim dos regimes ditatoriais.

comparadas com empresas maiores, mas que anos mais tarde passariam a ser líderes de mercado, como é o caso da CELPAV (do grupo Votorantim, que mais tarde tornou-se Votorantim Celulose e Papel).

Esta década também foi marcada por uma nova característica industrial – grande parte das empresas líderes do setor passou a comprar áreas e realizar os seus próprios plantios de árvores –, destacando-se os plantios de eucalipto. Mais para o final da década de 1980, outra modalidade entra em vigor, o “fomento florestal”, onde a empresa fornece mudas e créditos para os produtores e estes se comprometem a fornecer a madeira.

Incentivada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC) houve a elaboração do II PNPC (1987-1995), que tinha como objetivo o aumento da produção e incremento nas áreas para as plantações. Em contrapartida, o Estado deveria assumir algumas metas, entre elas a de investir mais em financiamentos – via, obviamente, BNDES. Este PNPC apresentava uma “cara nova”, com um viés mais “ambiental”:

[...] plano de ação do BNDES para o período reafirmava os objetivos propostos pelo PNPC e acrescentava preocupações ambientais, destacando-se: condicionar a concessão de colaboração financeira para projetos de fabricação de celulose à aprovação pela SEMA, em especial no que se referia ao tratamento de efluentes; exigir que se incluíssem nos empreendimentos projetos de uso de subprodutos da fabricação de celulose e da exploração de matéria-prima fibrosa; – recomendar a utilização de resíduos florestais como combustível, bem como o aproveitamento de energia hidrelétrica, quando disponível, nos projetos de celulose; aproveitar a casca da madeira como combustível nas caldeiras; e, conceder subsídio aos projetos de implantação de sistemas de tratamento de efluentes. (JUVENAL; MATTOS, 2003, p. 13).

Os incentivos do sistema BNDES na década de 1980 contribuíram para consolidar as empresas e/ou grupos empresariais que o banco havia ajudado a fomentar, implantar e expandir na década anterior (BNDES, 1991; SOTO, 1992). Cabe ressaltar os casos da Aracruz e da Klabin que juntas receberam 57% de todo o investimento do BNDES entre 1971 a 1991 (SOTO, 1992). O BNDES não se restringiu a ser agente financiador, ele “foi também planejador e indutor de investimentos, principalmente nas décadas de 60 e 70, e sua atuação pode ser entendida como um dos alicerces para a expansão da indústria de celulose e papel no país” (JUVENAL; MATTOS, 2003, p. 1).

Segundo Soto (1992, p. 122), foi na década de 1980 que o “[...] BNDES se desfez de boa parte das participações acionárias [...]” que havia realizado na década anterior, entre elas está a parceria com a Aracruz (redução de 38% para 12%) e a Klabin.

Para Juvenal e Mattos (2003) o período 1986-1992 representa a consolidação da indústria de celulose e papel, pois foram realizados muitos investimentos em modernização e para o aumento da produtividade, abertura de capital, incentivo à gestão profissional nas empresas, políticas de estímulo ao setor, entre outros.

Além da consolidação das empresas do setor de papel e celulose houve também a consolidação da ANFPC e da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS). Como política de modernização houve incentivos à adoção de novas tecnologias para expandir ainda mais o setor, por exemplo, o melhoramento genético adotado pelas empresas de celulose no início da década de 1990 e que veio a aumentar a produtividade das plantações de árvores no país, principalmente no que diz respeito ao cultivo de eucalipto.

A partir da segunda metade da década de 1980 inicia-se o que denominamos de a *quarta grande onda de investimentos* no setor de papel e celulose no Brasil. O II PNPC implantado pelo governo federal representa este novo ciclo no país. Este programa previa: a ampliação da oferta de celulose, papel e pasta; aumento na área de plantio de árvores; aumento nas exportações; incentivos fiscais para importação de equipamentos e implantação de florestas nos projetos aprovados pelo então CDI; estímulos a capitalização das empresas pela abertura de capital, entre outras iniciativas (JUVENAL; MATTOS, 2003).

Se valendo dos incentivos propiciados por este programa originou-se a Bahia Sul Celulose S.A.⁴², uma associação da Cia. Suzano (37,77%), da CVRD (30,91%, por meio da Florestas Rio Doce), da BNDESPAR (27,66%) e do IFC (3,66%) para implantar uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, com capacidade de 420 mil t/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever, com capacidade de 230 mil t/ano, no município de Mucuri, Bahia (JUVENAL; MATTOS, 2003).

Também neste mesmo período o Grupo Votorantim adquiriu a CELPAV (então controlado pela BNDESPAR) que passou a produzir celulose kraft

⁴² Hoje esta fábrica pertence à Suzano Papel e Celulose.

branqueada de eucalipto integrada à produção de papel de impressão e escrever, que começou a operar em 1991, e em 1992 o Grupo adquiriu o controle acionário da Indústria de Papel Simão, uma das primeiras fábricas de celulose do país.

É no início dos anos 1990 que a questão ambiental e social adquire importância entre as decisões de financiamentos do governo federal às empresas. O desenfreado desenvolvimentismo agrícola trouxe consequências ao ambiente e à reprodução social de certas comunidades. Entre as atividades que começavam a gerar tais impactos socioambientais encontrava-se a própria silvicultura, realizada até então sem normas ou fiscalização de plantio e manejo.

O ano de 1993 foi considerado o ano de “maturidade da indústria brasileira de celulose e papel” (JUVENAL; MATTOS, 2003), ancorada pelo sucesso de alguns indicadores como produtividade, exportação, importação, consumo interno, entre outros. Entre 1993 e 1996 houve o aumento do consumo de papel *per capita*, fato muito relacionado à criação da moeda nova, o real (VALENTIM, 2007). Isso instigou o setor de celulose e papel a aumentar sua produtividade.

Apesar do mercado brasileiro e internacional ter crescido substancialmente, a primeira metade da década de 1990 foi muito difícil para as empresas nacionais, comenta Lopes (1998). Esse autor relaciona alguns fatores que dificultaram a trajetória do setor de base florestal:

- a) a crise econômica provocada pelo Plano Collor I e II;
- b) a queda geral dos preços do papel e da celulose no mercado internacional;
- c) a internacionalização e globalização do setor, com a diminuição das barreiras tarifárias.

No entanto, a segunda metade foi marcada pela recuperação das empresas do setor e a retomada da atividade industrial de acordo com Lopes (1998).

Já nos anos 2000, o Brasil se confirmava como o principal exportador de celulose de fibra curta de eucalipto, estando entre os maiores fornecedores de papéis de impressão e escrever não-revestidos e a Aracruz Celulose S.A. tornou-se a maior produtora mundial de celulose de eucalipto. O mercado brasileiro da celulose consolidou-se como um dos mais produtivos do mundo em função da adoção de tecnologias (melhoramento genético, maquinários, equipamentos) com

baixos custos, aumentando, conseqüentemente, o rendimento industrial; além disso, é claro que o contexto de políticas públicas também foi incentivador deste cenário.

Nessa trajetória de consolidação da indústria e dos empreendimentos madeireiro-celulósico-papeleiro brasileiro, o BNDES (mesmo que ao longo dos anos tenha tido flutuação, maior ou menor, na influência ao setor) sempre esteve presente nas negociações industriais. Entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, o BNDES atuou principalmente de três formas: análise técnica de viabilidade das transações propostas; realização de operações de mercado aberto, em favor das novas estruturas de controle; e promoção de recursos para os investimentos necessários em modernização e expansão (JUVENAL; MATTOS, 2003).

No entanto, foi no período de 2000 a 2001 que o Banco desembolsou maiores recursos para investimentos em novos projetos de expansão e modernização (principalmente referente à produção de celulose de mercado⁴³). Não é a toa que alguns autores (SOTO, 1992; HILGEMBERG; BACHA, 2000; JUVENAL; MATTOS, 2003) comentam que a trajetória do BNDES se confunde com a trajetória do próprio setor de celulose e papel.

As altas escalas de produção do mercado nacional foi o impulso inicial para a expansão e modernização do setor industrial de celulose e papel no país, que também estava relacionado aos investimentos do capital estrangeiro e, obviamente, pelos investimentos internos do BNDES.

3.3 3º MOVIMENTO: A GLOBALIZAÇÃO E A NOVA GEOPOLÍTICA DA SILVICULTURA NO MUNDO

Ao se consolidar como um setor econômico promissor, a tendência do mercado de celulose e papel no Brasil foi se expandir com vistas à modernização da indústria. Esta fase de expansão e modernização apresenta dois momentos marcantes no país: o primeiro, na década de 1980, e o segundo a partir dos anos 2000.

⁴³ A celulose é denominada “de mercado” quando se destina à comercialização, diferenciando-se desta forma, daquelas consumidas nas linhas de produção integradas.

3.3.1 A abertura de mercados e os investimentos estrangeiros

Na década de 1980, a tendência foi modernizar as indústrias já existentes (em termos de adoção de tecnologias, técnicas de melhoramento genético, equipamentos e maquinários), aproveitando também os investimentos do capital estrangeiro no país⁴⁴. O segundo momento desta expansão do setor de celulose e papel se deu ao longo dos anos 2000. A expansão e modernização nessa época foram estimuladas, principalmente, por quatro motivos:

- a) o país queria garantir-se entre os maiores produtores de celulose em termos mundiais;
- b) pela alta demanda por celulose e papel dos países emergentes – como é o exemplo da China⁴⁵;
- c) a onda de investimentos em termos de políticas públicas geradas no país⁴⁶;
- d) investimentos estrangeiros impulsionados pela globalização.

De fato, no início dos anos 2000 o país já despontava entre os maiores produtores de celulose e papel. Este aumento na produção esteve intimamente ligado a dois fatores: a reestruturação do mercado em nível global e a vontade político-econômica de tornar o mercado brasileiro competitivo mundialmente (este último intimamente relacionado às políticas públicas promovidas pelos governos, como comentado anteriormente).

A indústria de papel e celulose é uma indústria tradicional, basicamente produtora de *commodities*, com tecnologia relativamente acessível e cada vez mais globalizada (JORGE, 1993; LOPES, 1998). Para Lopes (1998), a globalização permitiu que países, antes sem expressão neste mercado, participassem cada vez mais como produtores, alterando assim o perfil da indústria. A partir das políticas de globalização, como a redução de barreiras tarifárias houve a formação de grandes blocos econômicos (JORGE, 1993), esse contexto influenciou também uma maior especialização das unidades produtivas.

⁴⁴ As empresas que despontavam entre as mais produtivas naquela época eram Aracruz, Klabin, Bahia Sul/Suzano e Votorantim, instaladas basicamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Bahia.

⁴⁵ Destaca-se aqui a China e sua economia emergente despontando como uma das maiores importadoras de celulose – o Brasil exporta 33,1% de celulose para a China (BRACELPA, 2011).

⁴⁶ Os dados de 2001 mostram que as maiores produtoras de celulose eram Aracruz, Cenibra, Bahia Sul/Suzano, VCP e Jari e; as produtoras de papel eram Klabin, Suzano, International Paper, Ripasa e Rigesa (JUVENAL; MATTOS, 2003).

O cenário mundial do setor de base florestal sempre foi marcado por uma intensa competição por mercados e também por investimentos. O setor possui uma cadeia produtiva bastante complexa, abrangendo as etapas de (re)florestamento, produção de madeira, fabricação de celulose, fabricação de papel, conversão de papel em artefatos, produção gráfica, produção editorial e reciclagem do papel utilizado (LOPES, 1998). “Além disso, inclui atividades de geração de energia, distribuição, comércio, exportação e transportes rodoviário, ferroviário e marítimo, de produtos e matérias-primas.” (LOPES, 1998, p.3). Lopes (1998) resume o que significa um “complexo produtivo”:

O complexo produtivo está diretamente ligado a outros setores da economia como o de serviços, indústria química, mineração, bens de capital e engenharia, possuindo um forte poder multiplicador de renda. Os produtos gerados pela cadeia produtiva suprem diversas necessidades da sociedade, tais como cultura, lazer, educação, higiene e moradia. Estes destinam-se ao consumo ou a embalar produtos de consumo, como por exemplo: Madeira (celulose, energia, móveis, construção, habitação, etc.); Papéis para impressão e escrita (jornais, livros, revistas, papel reprográfico, formulários, cadernos, etc.); Papéis para embalagem (caixas, sacos, envelopes, rótulos, etc.); Papéis e celulose para fins sanitários e higiênicos (toalhas, guardanapos, papel higiênico, etc.). (LOPES, 1998, p. 3).

Vale retornar até as décadas de 1980 e 1990 para contextualizar o cenário internacional da silvicultura e de como o mercado se comportava em determinados países e a partir de quais fatores se deu a migração de investimentos para outras áreas. Nesta época, Estados Unidos e Canadá eram países que se destacavam na produção integrada de celulose e papel, abastecendo tanto o mercado interno quanto o externo – caracterizavam-se assim pelo alto grau de internacionalização as empresas de madeira, celulose e papel (VALENTIM, 2007). Além destes países norte-americanos, estavam em pauta três países escandinavos, Suécia, Noruega e Finlândia, a seguir algumas características destes países no cenário florestal.

3.3.1.1 Estados Unidos e Canadá

Em relação à configuração das empresas de celulose e papel, os dois países apresentam diferenças industriais em termos de integração, produtos, escalas e processos. Nos Estados Unidos, a principal especificidade da indústria de celulose e papel é sua vinculação com a indústria de construção civil e madeireira (JORGE, 1993) e, portanto, ela acompanha os ciclos da construção civil.

O alto preço pago pela celulose estadunidense se deve por ela ser produzida por meio de um subproduto da madeira serrada, cujos preços chegavam a ser até cinco vezes maiores do que da madeira para celulose. Para Jorge (1993) este segmento era um dos fatores que desestabilizavam a oferta de celulose, sobretudo em virtude dos significativos volumes envolvidos nestes mercados. Outro aspecto que vale chamar atenção das empresas de celulose e papel dos Estados Unidos era o seu potencial financeiro, que lhes conferia uma grande capacidade de promover modificações e rápidas adaptações, caso fossem necessárias (JORGE, 1993).

Cabe destacar que a base florestal neste país é muito diferenciada devido às diferentes características físicas de cada local ou ao modo de funcionamento relativo a cada empresa. Por exemplo, na costa oeste, não existe plantio devido às pressões dos ambientalistas e à queda no rendimento das florestas mais novas; já no sul, se deve ao elevado custo das terras, em virtude da especulação imobiliária e à exaustão das florestas nativas (JORGE, 1993).

No Canadá, em particular na região da British Columbia, a configuração da indústria é similar à estadunidense em razão da disponibilidade de recursos florestais, hídricos e de infraestrutura física (JORGE, 1993). Muito em função destas características, na década de 1960, empresas florestadoras dos Estados Unidos e Europa tenham realizado grandes investimentos. Em meados da década de 1960 foram construídas grandes plantas, levando o país a dispor de um volume muito grande de excedentes comercializáveis, em particular de celulose e de papel de imprensa.

Entretanto na década de 1980 a indústria canadense passou por uma série de dificuldades como a escassez de recursos florestais de alta qualidade (que levou as empresas a buscarem novas espécies de árvores); custos crescentes de mão de obra (problemas com sindicatos e trabalhadores); e, a pressão de ambientalistas para que as florestas públicas não fossem exploradas para fins industriais por empresas privadas (em função do baixo custo dos direitos de exploração que eram cobrados) (JORGE, 1993).

Portanto, fatores como a ação de ambientalistas e a exigência da reutilização do papel (reciclagem) pela sociedade influenciaram as empresas dos Estados Unidos e Canadá a se reestruturarem no mercado, buscando se adaptar a um “novo” público e às novas políticas.

3.3.1.2 Suécia, Noruega e Finlândia

No caso dos países escandinavos - Suécia, Noruega e Finlândia - o mercado interno de madeira-celulose era limitado e as exportações representavam a maior parte do que era produzido⁴⁷. Porém, o mercado escandinavo foi marcado pela alta competitividade do mercado europeu e também pelo baixo custo de produção de países como Estados Unidos, África do Sul, Índia e Brasil. Para assegurar a competitividade, as empresas escandinavas aderiram à verticalização em direção à produção de papel, por meio da “[...] integração das plantas existentes e de processos vigorosos de reestruturação patrimonial, via aquisição e fusão de empresas.” (VALENTIM, 2007, p. 6).

O caso dos países escandinavos é bem representativo dentro do cenário florestal mundial. Foi na década de 1980 que as empresas nacionais começaram a expandir seus empreendimentos a outros países, realizando assim uma reestruturação do seu mercado efetuando novas aquisições, fusões com outras empresas e/ou a criação de *joint-ventures*⁴⁸.

No final dos anos oitenta, o resultado deste processo eram empresas bem maiores, com grande potencial financeiro e mais internacionalizadas. Do ponto de vista da operação industrial, as empresas sofreram forte pressão para realizar investimentos em controle ambiental, mas no entanto souberam explorar este ponto negativo através de uma forte associação com os fabricantes de equipamentos. Tanto as empresas de celulose e papel como os fornecedores de equipamentos tornaram-se líderes na produção de tecnologias mais amigáveis do ponto de vista ambiental, garantindo inclusive novas fatias de mercado através da diferenciação de produtos. (JORGE, 1993, p. 31).

O foco dos empreendimentos escandinavos foram os países considerados “novos” produtores de celulose de mercado, Portugal, Espanha, África do Sul, Chile e Brasil. Em síntese, como constata Jorge (1993), os elementos levados em

⁴⁷ O mercado escandinavo de celulose e papel, assim como o Brasil também apresenta algumas etapas de expansão, a primeira na década de 1950 que em função de fatores como “[...] indisponibilidade de grandes áreas para plantio, baixa taxa de crescimento anual das árvores e os altos custos de exploração nas zonas temperadas [...]” (LERNER *et al.*, 2007, p. 2) fizeram com que a formação de novas plantações passasse a ser feita preferencialmente nas regiões tropicais e subtropicais. E a segunda etapa se deu na década de 1980, como consta no texto.

⁴⁸ A expressão em inglês significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando o lucro. Elas podem definir se criam uma nova empresa ou se fazem uma associação (consórcios de empresas). O caso recente de uma *joint-venture* no setor de base florestal foi entre as empresas VCP e Aracruz, que se uniram e formaram a empresa Fibria.

consideração pelas empresas escandinavas para obter sucesso com os novos empreendimentos em terras estrangeiras:

- a) a exploração de florestas integralmente plantadas com espécies de rápido crescimento (pinus, eucalipto e outros), ao contrário dos produtores “tradicionais” que utilizam florestas nativas de coníferas⁴⁹;
- b) a produção está concentrada em poucas empresas, em geral com plantas atualizadas tecnologicamente e com escalas de produção adequadas, o que implica custos de produção competitivos e relativamente similares entre elas, incluindo as do Brasil;
- c) não existe um único modelo do ponto de vista patrimonial e, muito menos, das estratégias destas empresas, há desde empresas estatais, como no caso de Portugal à *joint-ventures*, no caso do Chile e há estratégias de produção aproveitando os recursos florestais disponíveis e/ou de integração no mercado consumidor⁵⁰.

As grandes empresas de celulose do mercado mundial reproduziram as mesmas estratégias das escandinavas e passaram a reestruturar seu mercado e, conseqüentemente, iniciaram um processo de realocamento de suas atividades no espaço global, muito em parte incentivadas pelo clima e a geografia destas “novas” áreas, mas também e, sobretudo, pela tendência de reduzir os seus custos de produção.

De acordo com IIED (1996), a exploração de florestas nativas nas regiões da América do Norte e Europa, tradicionais produtores de celulose, possuía restrições tanto pela escassez de florestas aptas a exploração, como pela pressão dos ambientalistas, que apresentam o setor de celulose e papel como um grande responsável pelo desmatamento. Este seria mais um dos motivos para que as empresas procurassem alternativas de abastecimento de matéria-prima para o setor.

Outro fator, relacionado às políticas de globalização, que impulsionou a migração de empresas para outros países e redefiniu a geopolítica industrial da produção de madeira, celulose e papel, é observado por Carámbula e Piñero (2006, p. 64), e diz respeito à eliminação das barreiras comerciais ocasionando o aumento do comércio mundial, isto “[...] acelerou os processos de rotação de capital e facilitou

⁴⁹ É o caso das empresas norte-americanas e escandinavas.

⁵⁰ Estes fatores ainda podem ser considerados para caracterizar o setor de base florestal no Brasil, por exemplo.

o deslocamento das companhias transnacionais de um país a outro.”. Para Carámbula e Piñero (2006) tais companhias buscam economias que oferecem os menores custos, seja de mão de obra, de transporte, de insumos, de impostos, de preço da terra, entre outros.

A crescente integração e interdependência econômica dos países têm sido fatores relevantes na reespecialização dos empreendimentos de silvicultura pelo mundo. Com a adoção de políticas econômicas liberais - abertura econômica e novos mecanismos de mercado - tornou-se mais fácil realizar investimentos em outros países. Segundo Nair (2001), estas mudanças econômicas geradas essencialmente pela globalização provocaram alguns efeitos no setor florestal mundial:

- a) abertura de mercados locais para produtos florestais importados;
- b) maiores investimentos transnacionais do setor florestal, especialmente a extração da madeira, o desenvolvimento de plantações e o processamento da madeira, principalmente com base em vantagens comparativas;
- c) melhores oportunidades para comercializar certos produtos (por exemplo, plantas medicinais e aromáticas) e serviços (por exemplo, de ecoturismo);
- d) prováveis efeitos adversos sobre as indústrias locais, incapazes de se adaptar às mudanças e privadas das vantagens comparativas que tiveram no contexto de proteção.

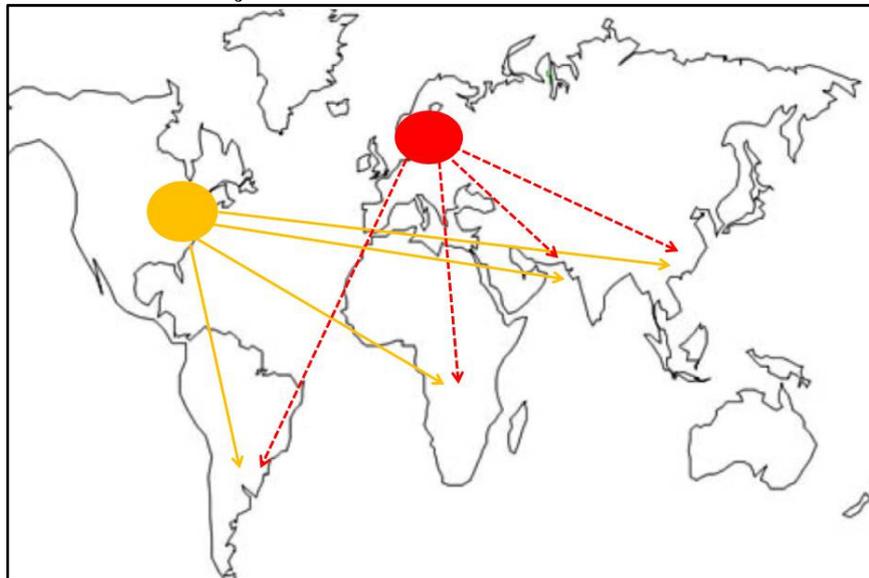
Conforme IIED (1996), a escolha de uma região para alocar empreendimentos madeireiro-celulósicos são priorizadas pelas empresas as seguintes características como: locais passíveis de uma eficiente mecanização (do plantio aos tratamentos silviculturais), solos que possam ter alto índice de nutrientes, configuração de terras que permita a concentração da produção, a produção em larga escala e desenvolvimento uniforme de matéria-prima florestal, rápido crescimento vegetativo das árvores, além de boa estrutura logística (como estradas/rodovias e portos para o escoamento da produção).

Outras características são comentadas por Carrere e Lohman (1996) referindo-se especificamente ao custo da terra (hectare) e as grandes extensões de terras contíguas. Na visão destes autores estas duas características juntas seriam “uma vantagem”, não só para os plantadores de madeira, mas também para os produtores de celulose, já que as indústrias de celulose de última geração tendem a

ser enormes e, portanto, sua localização economicamente ideal é no centro de grandes e compactas áreas produtoras de matéria-prima.

De maneira geral, os fatores citados até o momento influenciaram o deslocamento desses empreendimentos madeireiro-celulósicos para outros países, que não o eixo Estados Unidos/Canadá/Países Escandinavos, (re)alocando-se em países da Ásia, África e América do Sul. Esta migração empresarial-comercial-florestal parte do hemisfério norte em direção ao hemisfério sul.

Figura 7 - A migração de investimentos das empresas madeireiro-celulósicas em direção norte→sul



Fonte: Binkowski (2014).

Segundo Jorge (1993), as consequências deste processo de migração de empresas ou capital para outros países puderam ser sentidos já no fim da década de 1980, início de 1990, entre eles:

- a) redução da participação da Suécia e da Finlândia no *market pulp*, como resultado do próprio processo de integração, sobretudo na Finlândia, onde a produção de celulose de mercado cresceu apenas 2,7% entre 1982 e 1990;
- b) o movimento de internacionalização destas empresas na Europa e, em menor escala, nos demais países. Destaca-se, neste caso, a empresa Stora Enso, cujos investimentos se diversificaram por diversos países, entre eles Portugal, Chile e Brasil;

c) aumento da competitividade destas empresas em quatro pontos cruciais: potencial financeiro, liderança tecnológica, maior valor agregado dos produtos e liderança de mercado, em particular, na distribuição. O indicador do sucesso competitivo destas empresas pode ser aferido pela evolução da colocação destas empresas no *ranking* das maiores empresas do setor.

O que se pode constatar é que o mercado europeu foi o que mais se readaptou as mudanças em função de novas políticas de reestruturação interna do mercado de madeira para celulose e papel. Assim, como países do hemisfério sul, por exemplo, apreciaram com júbilo a entrada de investimentos estrangeiros para estimular ainda mais a modernização do setor de base florestal.

Tabela 1 - Países produtores de celulose e papel em 2012

| Celulose | | | Papel | | |
|--------------|-----------|----------------|--------------|---------------|----------------|
| País | | mil toneladas | País | | mil toneladas |
| 1 | EUA | 50.351 | 1 | China | 102.500 |
| 2 | China | 18.198 | 2 | EUA | 74.375 |
| 3 | Canadá | 17.073 | 3 | Japão | 26.083 |
| 4 | Brasil | 13.977 | 4 | Alemanha | 22.630 |
| 5 | Suécia | 11.672 | 5 | Suécia | 11.417 |
| 6 | Finlândia | 10.237 | 6 | Coréia do Sul | 11.333 |
| 7 | Japão | 8.642 | 7 | Canadá | 10.751 |
| 8 | Rússia | 7.519 | 8 | Finlândia | 10.694 |
| 9 | Indonésia | 6.710 | 9 | Brasil | 10.260 |
| 10 | Chile | 5.155 | 10 | Indonésia | 10.247 |
| 11 | Índia | 4.095 | 11 | Índia | 10.242 |
| 12 | Alemanha | 2.636 | 12 | Itália | 8.664 |
| | Demais | 10.376 | | Demais | 90.789 |
| Total | | 166.641 | Total | | 399.985 |

Fonte: Adaptado de ABRAF (2013).

No quadro geral visto até o momento, percebe-se o quanto a indústria de produção de madeira para celulose e papel representa um papel importante no setor econômico de determinados países. Tal importância é levada em consideração, sobretudo, pelas características do tipo de indústria, como a elevada concentração produtiva, os investimentos e condições de financiamento, e pela conformação do mercado (padronização de produtos, difusão de tecnologias de produção, entre outros).

“A competição mundial, crescentemente acirrada, reforça a busca de competitividade em preço e qualidade na produção.” (JORGE, 1993, p. 1). Com o mercado efervescente pela demanda de mais e mais celulose principalmente pelo alto consumo de papel nos países desenvolvidos, como Finlândia, Estados Unidos e

Alemanha, cujo consumo *per capita* em 2010 atingiu as marcas de 280,6 kg, 242,6 kg e 240,2 kg, respectivamente (BRACELPA, 2014). Se comparado a outros países como Chile, Argentina e Brasil com consumos em torno de 79 kg, 61 kg e 48 kg, as diferenças são discrepantes, levando-se em consideração ainda que a média mundial é de 57 kg (BRACELPA, 2014). Portanto, tem-se a nítida ideia que países em desenvolvimento como Brasil, Argentina e Chile produzem madeira para celulose e papel para manter o mercado e o *status* de países desenvolvidos como Finlândia, Estados Unidos e Alemanha, assim como também se pode inferir alguma relação entre altos PIBs e aumento do consumo de papel.

Com o crescimento exorbitante do consumo de papel, a demanda por celulose cresceu exponencialmente, exigindo das indústrias de celulose uma corrida na aquisição de novas áreas para efetuar novos plantios. Esse fenômeno ocorreu no início da década de 1990 e se deu em direção aos países em desenvolvimento, o que alterou a disposição global do capital advindo das indústrias de celulose e papel.

O mercado se caracterizou pela procura de locais com custo de produção mais baixo, principalmente em função da busca por regiões mais produtivas. Desta forma, a demanda por celulose de fibra curta de eucalipto obteve maior expansão em países do hemisfério sul, e isso se deve basicamente:

- a) pelo fechamento de fábricas menores e de custo mais elevado na América do Norte e na Europa;
- b) pela substituição do uso de fibra longa por fibra curta pelos fabricantes de papel;
- c) pelo grande crescimento do mercado chinês, que montou um parque industrial papelero com grande capacidade (DORES *et al.*, 2007).

O longo período de maturação e a grande necessidade de inversões em terras, plantio, máquinas, equipamentos e capital de giro, tornam esta indústria a de maior intensidade de capital no mundo. As empresas, para alcançar custos de produção competitivos, procuram obter ganhos de escala com plantas industriais de capacidade produtiva cada vez maiores. Isto faz com que cada nova unidade que entre em operação, acrescente uma grande oferta ao mercado. (LOPES, 1998, p. 4).

Desta forma, os países com posições globais estratégicas e boa logística para escoamento da produção na direção de grandes centros consumidores foram os mais procurados para investimentos no setor de produção de madeira para celulose e papel. Na época, os países preferidos por investidores foram Brasil, China,

Indonésia, África do Sul e Uruguai. Com o passar dos anos, outros países entraram na disputa de maiores produtores de celulose com recordes de produção a cada ano⁵¹, acirrando ainda mais a concorrência a nível mundial, ampliando os mercados, e reforçando a concorrência por preço e qualidade na produção.

Com o processo de nova espacialização dos empreendimentos de celulose e papel para países em desenvolvimento, o mercado do eixo Estados Unidos-Canadá-Escandinavos, começava a demonstrar desgastes. Segundo Dores *et al.* (2007), a capacidade das fábricas dos Estados Unidos, Canadá e Europa reduziram em consequência de alguns fatores:

- a) altos custos de produção⁵²;
- b) agravamento da legislação ambiental⁵³;
- c) falta de competitividade de fábricas obsoletas ou de pequena escala frente aos produtores de baixo custo (DORES *et al.*, 2007).

Alguns destes processos aconteceram nos Estados Unidos, que desde a década de 1970 era importador de grandes quantidades de celulose, mas que em 2003 foi superado pela China, que passou a liderar o *ranking* dos importadores de celulose. Os Estados Unidos e Canadá são países bem desenvolvidos no setor industrial florestal e com a realização de novos negócios em outros países, eles só estão tentando manter a estabilidade de seus mercados (VALENTIM, 2007).

Se valendo desta nova dinâmica no mercado da celulose e papel, alguns países tiveram um salto de produção de celulose, é o que mostra Valentim (2007) em sua análise sobre a internacionalização da indústria de celulose e papel. O autor comenta que a Indonésia é considerada um dos maiores concorrentes do Brasil no mercado internacional por produzir grandes quantidades de celulose de eucalipto a preços mais baixos do que o brasileiro.

Já a Rússia está se tornando uma grande exportadora de celulose por apresentar grandes áreas territoriais com coberturas florestais, porém, a maior dificuldade do país é promover a regeneração natural de sua floresta boreal.

A China, por sua vez, produz e importa celulose, essencialmente para atender a demanda interna do país. Ela apresenta uma população bastante elevada, que em

⁵¹ Salvo tempos de crise como a iniciada em 2008, que será detalhada nas próximas seções.

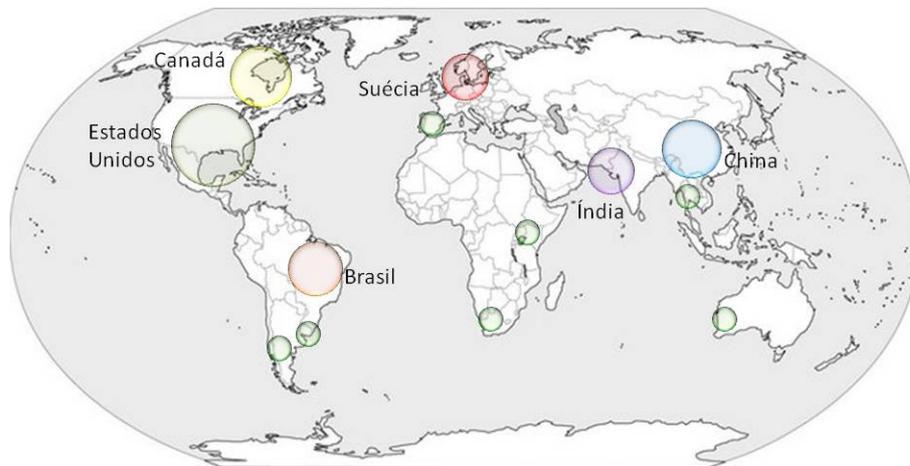
⁵² Composição do custo médio de produção da celulose se dá em função dos custos com a madeira, energia, manutenção, produtos químicos, mão de obra, transporte, entre outros.

⁵³ “Como as florestas são propriedades públicas, leis restritivas estão reduzindo drasticamente o espaço para sua exploração.” (DORES *et al.*, 2007, p. 125).

10 anos cresceu em 13%, ocasionando um aumento de 329% no consumo de papel e papelão, de 14 milhões de toneladas para 48 milhões de toneladas (BRACELPA, 2014). Em 2012 a China é o país que mais fabrica papel, com 102 milhões de toneladas, e o segundo na produção de celulose, com 18 milhões de toneladas (BRACELPA, 2014).

Na China, a indústria apresenta equipamentos modernos, de alta velocidade de produção, e também há um forte apoio do governo em relação a empréstimos e subsídios, vantagens que fazem com que o país seja bastante competitivo no mercado global atualmente.

Figura 8 - Mapa com os países produtores de eucalipto para celulose



Fonte: Binkowski (2014).

A celulose de mercado é caracterizada como *commodity*, este mercado é marcado por suscetíveis oscilações, que dependem diretamente dos movimentos financeiros na economia global. Os preços na indústria de celulose de mercado, na qualidade de *commodity*, têm referências internacionais e são sensíveis às alterações da capacidade da indústria, aos estoques dos produtores, ao valor do dólar norte-americano, aos custos de produção e frete e, sobretudo, às oscilações da atividade econômica mundial, o que lhes confere um caráter tipicamente cíclico (BIAZUS *et al.*, 2010)⁵⁴.

Segundo relatório do BNDES (1996) sobre o setor de papel e celulose, o custo da madeira elevou-se na última década devido a dois fatores: pressões

⁵⁴ Outro tipo de “pressão de mercado” é dado pela preocupação ambiental, onde ambientalistas exigem maiores controles ambientais na cadeia de produção dos grandes empreendimentos, no entanto, este tipo de “pressão” será tratado no capítulo destinado ao conflito ambiental.

ambientalistas para não se cortar florestas e escassez de recursos florestais de boa qualidade. Também tem se verificado a implantação de rígidos programas de redução de custos e modernização administrativa, objetivando estruturas mais leves e capazes de responder às demandas de uma competição globalizada (MACEDO, 1996).

Na década de 2000, outra tendência do mercado foi a exigência de Certificação Florestal, que tem como objetivo “[...] atestar que a madeira foi obtida através de um manejo florestal sustentável, que inclui a utilização das melhores práticas ambientais e sociais.” (DORES *et al.*, 2007, p. 117)⁵⁵.

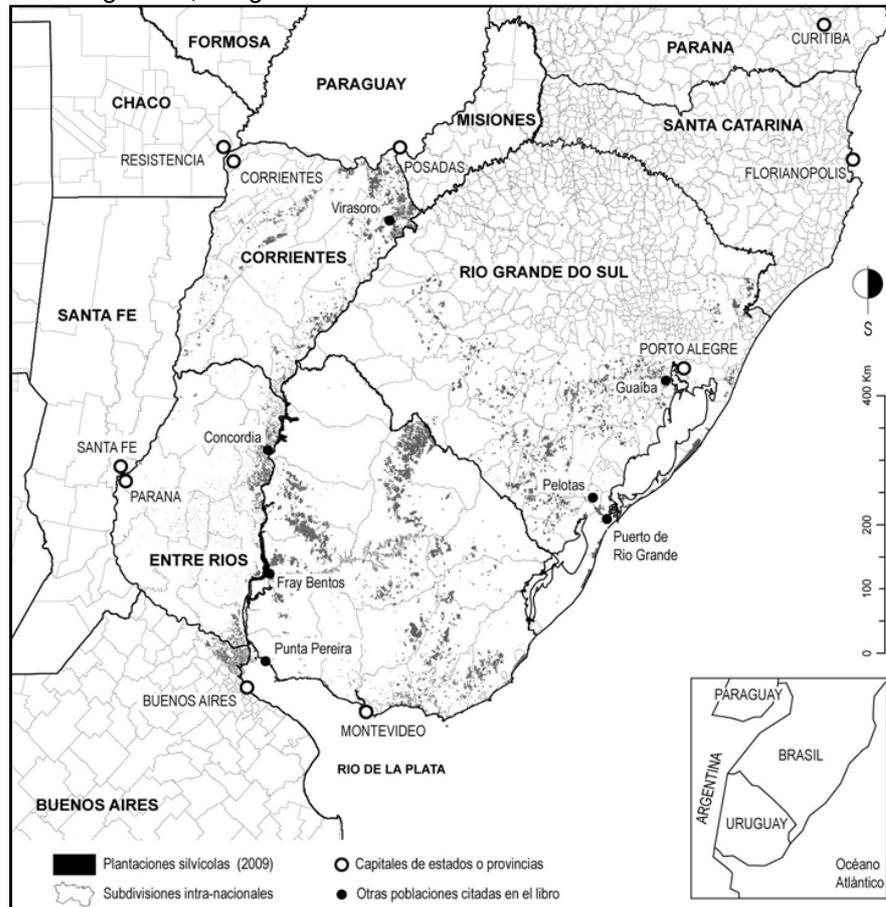
3.3.2 A América do Sul na rota dos grandes projetos de produção de madeira para celulose e papel

O cenário mundial recente é marcado pela migração de indústrias de produção de madeira para celulose e papel do hemisfério norte para o sul, promovendo uma nova espacialização dos empreendimentos madeireiro-celulósicos comerciais, principalmente no sul da América do Sul - Chile, Uruguai, Argentina e Brasil⁵⁶.

⁵⁵ Alguns exemplos de selos produzidos neste setor é o do *Forest Stewardship Council* (FSC) e o “Cerflor”, que foi “desenvolvido no Brasil pelo INMETRO, com apoio de entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI) e a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), foi incorporado ao *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes* (PEFC) [...]” (DORES *et al.*, 2007, p. 117-118).

⁵⁶ Gautreau (2014) denomina a atividade realizada na região de “silvicultura platina” ao se referir à silvicultura realizada no Uruguai, Argentina e Rio Grande do Sul (Brasil).

Figura 9 - A localização das plantações silvícolas no sul da América do Sul - Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul em 2011



Fonte: Gautreau (2014).

Nesses países, em termos ambientais, o clima tropical e subtropical é muito favorável ao crescimento rápido das espécies de eucalipto e pinus, além do que determinadas regiões apresentam solos férteis e alta disponibilidade hídrica. Ademais, a disponibilidade de terras em determinadas regiões permite a concentração da produção e o desenvolvimento uniforme de matéria-prima florestal.

Já em termos econômicos e políticos, as empresas de celulose e papel encontraram nos países da América do Sul um sistema político estável, com condições favoráveis de incentivos fiscais, além do baixo custo de produção (técnica, terra e mão de obra). Outra vantagem para a implementação desses empreendimentos florestais no sul da América do Sul são os aspectos logísticos. Geralmente, as regiões escolhidas apresentam boa estrutura ferroviária e rodoviária, além de estarem estrategicamente localizados próximos de vias fluviais ou marítimas que facilitam o transporte de matéria-prima para outros países.

Para Gautreau (2014), as empresas estrangeiras vieram em busca de terras disponíveis para plantar e de territórios de baixa conflitividade social, porém, o fator chave foi o baixo preço da terra. De acordo com o autor, os preços se mantiveram baixos desde os anos 1990 até início dos anos 2000, em comparação com outras regiões do mundo de clima temperado. Outra motivação das indústrias em expandirem-se aos países sulinos, segundo o autor, é a proibição de utilização dos bosques nativos para produção de celulose nos países nórdicos.

Conforme Shiva (2003), a busca por países periféricos, na sua grande maioria localizada no hemisfério sul, se justifica em função de uma série de fatores distintos dos países centrais como, por exemplo, a acessibilidade a grandes quantidades de terra e ao seu baixo valor imobiliário; a mão de obra de baixo custo; o apoio do poder público sobre a forma de incentivos e subsídios; e, na maioria dos casos, a falta de legislação ambiental sobre o tema.

Carrere e Lohman (1996) comentam que os fatores que atraíram as empresas transnacionais ou de “porte mundial” para a região platina são bem conhecidos, entre eles, os aspectos biofísicos (boa pluviometria média anual, geadas limitadas e solos aptos) que influenciam diretamente na taxa de crescimento das espécies arbóreas. Conforme Gautreau (2014) estas produtividades tem várias vantagens para o negócio madeireiro, pois aceleram a recuperação dos investimentos silvícolas em outras partes do mundo e permite, ainda, “atualizar” mais rapidamente a genética das plantações.

Quadro 3 - Elementos determinantes no estabelecimento de empresas de produção de madeira para celulose e papel nos países da América do Sul

| Técnicos | Políticos | Econômicos | Ambientais | Logísticos |
|--------------------------|---|---|--|--|
| Disponibilidade de terra | Sistema político estável | Menores custos de produção: mão de obra, transporte, insumos, impostos e preço da terra | Clima tropical/subtropical; crescimento vegetativo rápido; menor tempo de produção | Boa estrutura ferroviária, rodoviária, portuária |
| | | Incentivos fiscais | Flexibilidade nas normas ambientais; ausência de legislação ambiental | Acesso à mecanização |
| Solos férteis | Inexistência de conflitos socioambientais | Subsídios econômicos | Disponibilidade hídrica; boa pluviometria média | |

| Técnicos | Políticos | Econômicos | Ambientais | Logísticos |
|--|---|---|---------------------------------------|-----------------------------------|
| | | | anual; geadas limitadas e solos aptos | |
| Áreas com baixa densidade demográfica permitindo concentração dos plantios | Apoio do poder público (vantagens fiscais e subsídios econômicos) | Instituições facilitando financiamentos | | Mercado interno pouco competitivo |

Fonte: Binkowski (2014).

No entanto, o que se percebe na migração de empresas de produção de madeira para celulose e papel para a América do Sul é o lado perverso do grande capital. A procura por novas terras para produção de madeira se dá em um contexto onde as legislações ambientais em países do Norte (Estados Unidos, Canadá e Escandinávia, por exemplo) são rigorosas com suas leis e multas, não se utiliza mais as florestas nativas e se respeita áreas de preservação. Na América do Sul, em meados da década de 1990, a legislação ambiental era flexível ou mesmo insipiente. E com a vinda de capital estrangeiro para estas áreas, nem ao menos os governos procuraram reforçar a legislação ambiental, pois de fato a intenção era “atrair” e não “repelir” investimentos.

Portanto, não é a toa que as migrações tenham tido um único, ou pelo menos mais representativo sentido: norte → sul. Aliado a isso, o alto retorno dos investimentos (e rápido, em função da facilidade de fazer negócios nos países sulinos) e o custo de produção baixíssimo, se comparado a países do hemisfério norte. Conforme Gautreau (2014), em 2005 o custo de produção de uma tonelada de celulose era de 155 dólares no Brasil, 310 nos Estados Unidos e de 430 na Europa. Observa-se a disparidade dos custos e o quanto é financeiramente vantajoso produzir celulose em países em desenvolvimento.

Cria-se, portanto, um “modelo florestal” no sul da América do Sul, onde as empresas investidoras encontraram um ambiente propício à realização da atividade de silvicultura, originando-se também uma “lógica florestal”. Ou seja, não é só a produção de madeira e sim uma lógica mais abrangente, onde interagem outros aspectos (empresarial, trabalhista, político, econômico, fiscal, ambiental, conflitivo, jurídico). Estes aspectos são levados em consideração a partir da implementação de novos empreendimentos ou da expansão de antigos projetos de madeira para celulose e papel.

Segundo dados da pesquisa realizada por Gautreau (2014), na Argentina plantou-se em torno de 723 mil ha entre 2000 e 2013; no Uruguai em torno de 1 milhão de ha e no Rio Grande do Sul foram plantados 200 mil ha entre 2004 e 2008. É na década de 1990 que as áreas com plantações arbóreas começam a aumentar no Uruguai e Argentina, a área dos plantios alcançava os 50 mil ha por ano (GAUTREAU, 2014). No Chile, o aumento das áreas de plantações com madeira aumentou de 29 mil ha em 1975 para 225 mil ha em 2007 (NAHUELHUALA, 2012).

3.3.2.1 Uruguai

Vale ressaltar alguns momentos da trajetória do setor florestal no país vizinho, Uruguai que apresenta um histórico de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do setor florestal muito similar ao do Brasil, seja em termos do período em que foram lançadas tais políticas, seja por conta do conteúdo vigente.

Em 1968 foi criada no Uruguai a Lei de promoção florestal nº 13.723, que tinha como principal objetivo abastecer a demanda interna de madeira, e a função de proteção de matas nativas, solos e água, e também como sistema de recreação e turismo (BINKOWSKI *et al.*, 2012).

A segunda etapa de incentivos na produção florestal se deu no final da década de 1980 e tinha como objetivo principal incentivar os plantios comerciais, sendo promulgada a Lei nº 15.939, em 1987, cujo objetivo era promover, mais especificamente, plantações para a indústria de celulose e papel. Segundo Gautreau (2014), a partir da Lei Florestal de 1987, os investimentos na silvicultura uruguaia se deram por meio de vários atores diferentes, como proprietários de terra, aposentados, pequenas empresas de manufatura, entre outros, todos eles prevendo garantida rentabilidade.

Em termos técnicos, o critério básico utilizado por órgãos governamentais para a escolha das áreas de plantio no Uruguai, era e continua sendo o uso do solo. Segundo informações do Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca do país, existe em torno de 4 milhões de ha que poderiam ser destinados às plantações arbóreas comerciais, o que representa, em média, 25% da área cultivável do país. Tal informação pode ser recebida com euforia pelas empresas transnacionais que lá

se estabeleceram, ou pode ser vista com temerosidade pela população contrária à “forestación”⁵⁷.

No início da década de 1990, as primeiras transnacionais que se estabeleceram no país foram a Eufores S.A. e a Forestal Oriental⁵⁸, iniciando os plantios de eucalipto na região oeste, nos departamentos de Paysandu e Rio Negro (GAUTREAU, 2014). Em 1996, a Stora Enso, de capital sueco-finlandês, se instala na região central, e em 1997, a Weyherhaueser (estadunidense), inicia seus trabalhos no norte do país.

Já, nos anos 2000, as principais regiões de concentração das plantações de eucalipto eram o Litoral Médio (Rio Negro e Paysandu), Centro Norte (Rivera e Taquarembó), com mais área de plantio, o Sudeste (Lavalleja, Maldonado e Rocha), e o Centro do país (Florida e Durazno) (BINKOWSKI *et al.*, 2012; GAUTREAU, 2014), estas duas últimas regiões consideradas emergentes e, por conseguinte, com menos áreas plantadas.

Gautreau (2014), comenta que os plantios não seguem uma linha uniforme, por exemplo, nos departamentos do norte (Paysandu, Rio Negro, Taquarembó, Rivera), se implantam grandes maciços, em torno de 2000 ha, enquanto que na outra metade sul do país os tamanhos diminuem, em torno de 350 ha.

Na última década três grandes projetos foram implementados no Uruguai: ENCE, em 2002, a Botnia-UPM, em 2003, e a Stora Enso, em 2009. De acordo com Gautreau (2014), em 2010 o país tinha em torno de 950 mil ha com plantações silvícolas, 71% são áreas de eucalipto e 29% com pinus.

3.3.2.2 Argentina

Assim como Brasil e Uruguai, a Argentina também teve um histórico de leis e políticas públicas que impulsionaram o setor florestal do país. Em 1948, a Lei de nº 13.273, teve peso na constituição do que viria a ser o complexo industrial argentino, pois ela expressava, pela primeira vez, a vontade do Estado em consolidar o setor

⁵⁷ Gautreau (2014) chama a atenção para a utilização dos termos “silvicultura” e “forestación”. O primeiro seria precisamente o cultivo de árvores realizado pelos “forestales” e o segundo, é o produto de uma narrativa construída há alguns anos pelas próprias instituições que promovem o cultivo de árvores inviabilizando o caráter agrícola da atividade; além disso, o termo “forestación” provoca certa confusão entre florestas nativas e plantações comerciais.

⁵⁸ A Eufores é afiliada ao grupo espanhol ENCE e a Forestal Oriental faz parte de um consórcio entre a holandesa Shell e a finlandesa UPM-Kymmene (GAUTREAU, 2014).

florestal, por meio da criação de políticas públicas e da Comisión Nacional de Bosques (CNB) (BERCOVICH, 2000).

A outra etapa de desenvolvimento do setor florestal se deu entre os anos 1960 e 1970, cuja alta demanda interna foi um dos incentivadores para criação de políticas em torno do setor. No entanto, na década de 1970, a indústria celulósico-papeleira perde dinamismo e entra em crise, vindo a se recompor em meados dos anos 1990, a partir de investimentos estrangeiros.

Na década de 1970, as empresas e suas plantações de árvores se instalaram na região de Entre Rios, área de maior interesse em função da sua localização mais próxima ao oceano Atlântico. Posteriormente, com esta região já ocupada, as plantações tiveram direcionamento ao norte do país, na província de Corrientes. Para Gautreau (2014), esta ocupação criou restrições à implantação de uma silvicultura celulósica “moderna” como a uruguaia, porque os custos com transporte se tornaram alto.

A Lei 25.080, aplicada a partir de 2000, implementou o reembolso de parte dos custos de plantação para maciços de até 500 ha e estabilidade fiscal de longo prazo às empresas, protegendo-as de mudanças e aumentos impositivos (GAUTREAU, 2014). Esta Lei financiou basicamente projetos de pequenos e médios produtores (até 300 ha/ano/produtor) e oferecia como principal vantagem a estabilidade fiscal.

A expansão florestal se deu sobre a província de Corrientes, desde os núcleos anteriores de Entre Rios, ao sul, e de Misiones, ao norte. Nesse sentido, “[...] as empresas estrangeiras tiveram desde o início um papel fundamental no crescimento da área plantada a partir de 1995 [...]” (GAUTREAU, 2014, p. 27, tradução nossa). Localizaram-se nessas áreas a empresa de capital chileno Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (CMPC), no norte de Corrientes, e a Masisa, no leste de Entre Rios e Corrientes. É no leste argentino que há as maiores taxas de concentração de maciços florestais. Em Misiones, por exemplo, uma só empresa, a Arauco, tem 39% do total plantado, e em Corrientes, a CMPC concentra 18% de toda a província (GAUTREAU, 2014).

A partir dos anos 2000, o setor florestal argentino entra em crise, obrigando as grandes empresas a tirar o “pé do acelerador” e reduzir investimentos. Foi o que aconteceu com a CMPC, que desistiu de construir uma fábrica no norte de Corrientes. A crise fez com que sobrassem estoques de madeira sem

comercialização, desta forma, a madeira só podia ser processada se enviada para outras províncias, já que em Corrientes não existiam grandes fábricas de processamento.

A crise afetou também Estados Unidos e Europa, grandes importadores de madeira, que reduziram drasticamente as importações, causando aumento de estoques de madeira na Argentina. Na “mesopotâmia argentina”, como se refere Gautreau (2014) da região de Entre Rios, Corrientes e Misiones, a crise atingiu até mesmo as pequenas e médias indústrias madeireiras depois que as grandes se voltaram para o mercado interno.

As mudanças político-econômicas que assolaram o país no início dos anos 2000, deixaram uma marca negativa no mercado de madeira, celulose e papel, em função do alto “risco político” e do iminente “risco de expropriação”. Por outro lado, o país continuava apresentando as características “apropriadas” para investimentos florestais de empresas estrangeiras de grande porte.

A “lógica florestal” ainda enxergava a Argentina como potencial produtor florestal em função do baixo preço da terra, das grandes extensões de terra para os plantios, dos territórios rurais com baixíssima densidade populacional, do baixo risco de ocorrência de conflitos sociais, de legislação ambiental incipiente, e de governos abertos a negociar com empresas transnacionais (GAUTREAU, 2014).

3.3.2.3 Chile

A primeira espécie arbórea de cunho comercial plantada no Chile para fins de produção de madeira comercial foi o pinus, por volta de 1930, muito inspirado no modelo florestal dos Estados Unidos. O pinus plantado em solo chileno era direcionado às construções das minas de carvão no sul do país, entretanto, com o tempo notou-se que a madeira não era propícia a este objetivo (CARRERE; LOHMANN, 1996). Tal “descoberta” gerou certo desconforto, pois já haviam sido plantados vários hectares de terra com pinus.

Aos poucos, pequenas empresas florestadoras também começaram a plantar pinus naquela região, no entanto, o mercado florestal ainda se mostrava tímido, dividido entre tais empresas e pequenos e médios produtores de madeira. Entre 1940 e 1959, já haviam sido plantados 10 mil ha de pinus naquela região (CARRERE; LOHMANN, 1996).

Em 1965, o Governo chileno tinha como objetivo ampliar a atividade florestal no país, realizou então uma reestruturação no setor, criando condições para novos investimentos. De acordo com Carrere e Lohmann (1996), simultaneamente, o Estado era responsável pelo abastecimento de plantas (produzidas em viveiros do próprio Estado), assim como da própria plantação, tanto em terras públicas como privadas. Estes autores explicam que o Estado tinha participações, por meio da criação da Corporación para el Fomento de la Producción (CORFO), com empresas como a Arauco e Constitución (CELCO), criadas nesta época.

Contudo, já na primeira metade da década de 1970, o Estado vendeu sua parte nestas empresas, mas não deixou de manter os incentivos e subsídios. Estes incentivos iam desde subsídios diretos à plantação (75% do custo), o manejo (subsídios para podas e raleios), e para administração (vigilância, cercados), até assegurar mão de obra barata mediante a proibição da atividade sindical e a repressão do movimento obreiro e campesino (CARRERE; LOHMANN, 1996).

Diversos autores se referem ao modelo florestal do Chile como “exitoso”, “de sucesso”, “desenvolvido”, sendo o resultado das políticas neoliberais impostas pela ditadura no país (LARA, 1992; MESSNER, 1993; CARRERE; LOHMANN, 1996). A expansão das plantações florestais no Chile começou com a ditadura militar, especialmente durante o governo do ditador Augusto Pinochet (1973-1990), na década de 1970, seguindo a mesma dinâmica de países como Brasil, Uruguai e Argentina com isenções fiscais e subsídios para as empresas florestais que criassem novos projetos no país.

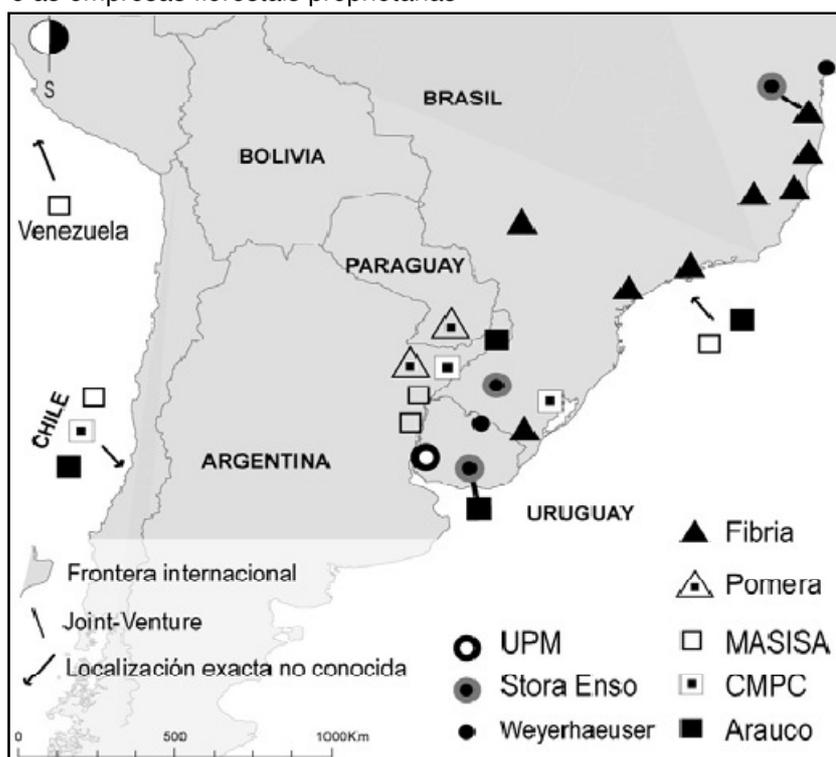
Os grupos Angelini e Matte são os que dirigem as duas maiores indústrias de celulose no país, respectivamente, a ARAUCO e a CMPC. As duas empresas também tem negócios nos outros países da América do Sul. A incorporação do eucalipto para a fabricação de celulose se deu por volta de 1988, e atualmente é a espécie florestal mais plantada no país.

A produção de celulose teve sua grande expansão na década de 1990 a partir dos grandes investimentos de empresas como a Scott Paper e a Simpson (Estados Unidos), a Attisholz (Suíça), a Fletcher Challenger (Nova Zelândia) e a Stora Enso (Suécia), além da presença de empresas japonesas proprietárias de milhares de hectares com plantações, principalmente, de eucalipto (JORGE, 1993). O mercado chileno também exporta outros produtos florestais além da pasta de celulose, entre eles, produtos não industrializados ou com escasso grau de transformação como os

*chips*⁵⁹ e madeira serrada, e seus maiores compradores são Ásia (destaque para o Japão), Europa, América do Sul e Estados Unidos.

O desenvolvimento do setor florestal no Chile nas últimas duas décadas se deu com base em suas vantagens comparativas, como o baixo custo de mão de obra, crescimento rápido das espécies arbóreas (eucalipto e pinus) e tecnologia e desenvolvimento de rede internacional. No entanto, o que se observa é que estas “vantagens comparativas” também se apresentam em outros países, como o Brasil e o Uruguai, por exemplo, demarcando um contexto de competição entre os mercados de celulose. Não é a toa que empresas de capital chileno têm investido em novos projetos (áreas plantadas, fábrica de celulose, parcerias, entre outros) no Brasil, Uruguai e Argentina (**FIG.10**).

Figura 10 - Localização das plantações silvícolas na América do Sul e as empresas florestais proprietárias



Fonte: Gautreau (2014).

3.3.2.4 Brasil

Na primeira seção deste capítulo foram apresentadas informações pertinentes à gênese do mercado de base florestal no Brasil, expressando seus ciclos de

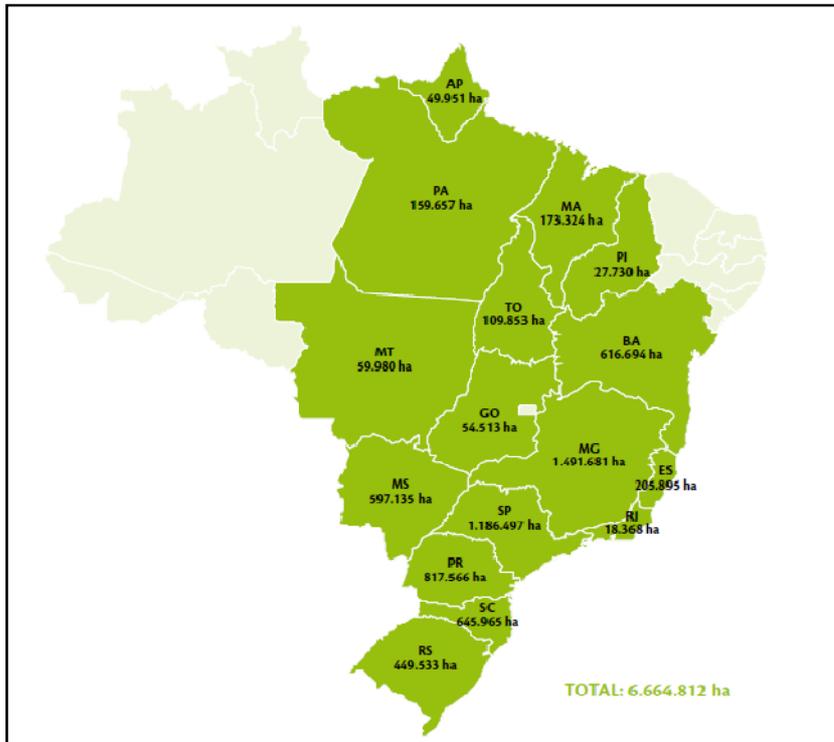
⁵⁹ Lascas de madeira; no Brasil é conhecido como “cavacos” de madeira.

expansão, as políticas públicas de incentivo do Estado e a época político-econômica que o país se encontrava, apresentando também os atores sociais que estiveram envolvidos em alavancar o setor, entre eles as instituições públicas e privadas (nacionais e estrangeiras). A partir disso, nesta seção tem-se o intuito de mostrar algumas estatísticas do mercado de celulose e papel dando a noção do quanto o país tornou-se competitivo nesse setor industrial nas últimas décadas. Ademais, será evidenciado como está dividido o setor de base florestal brasileiro e quais são os polos “tradicionais” e os “em expansão”.

O Brasil tornou-se um dos países protagonistas na produção de madeira para celulose e papel na última década. Em 2013, produziu em torno de 14 milhões de toneladas de celulose (entre fibra longa e curta), destes, 61% foram para exportação, 27% para o consumo próprio e 12% para a venda no mercado doméstico (BRACELPA, 2014). O país exportou 1% para a América Latina; 40% para Europa; 8% para Ásia/Oceania; 20% para a América do Norte e 31% para a China, movimentando um montante de US\$ 5,2 bilhões (BRACELPA, 2014).

No setor da produção de papel em 2013, foram 10 milhões de toneladas – destes, 18% exportações; 28% consumo próprio e, 54% vendas no mercado interno doméstico (BRACELPA, 2014). O país exportou 56% para América Latina; 15% para Europa; 7% para Ásia/Oceania; 13% para América do Norte; 5% para África e; 4% para China, movimentando em torno de US\$ 2,0 bilhões (BRACELPA, 2014).

Segundo dados da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF, 2013), no ano de 2012 o país tinha 6,6 milhões de ha de plantações arbóreas comerciais, destes 76,6% plantados com eucalipto e 23,4% com pinus (**FIG.11**).

Figura 11 - Mapa da produção de eucalipto e pinus no Brasil em 2012

Fonte: ABRAF (2013).

Empresas “tradicionais” no mercado da celulose como Klabin, VCP, Aracruz e Stora Enso, passaram a adotar novas estratégias para aumentar a produção por meio da aquisição de novas áreas. Contudo a grande dificuldade era a disponibilidade de áreas nas regiões tradicionais onde eram efetuados estes empreendimentos anteriormente, como São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Novas regiões do país passaram a configurar como potenciais regiões para a instalação destes novos empreendimentos madeireiro-celulósicos, entre elas, os estados do Rio Grande do Sul, Tocantins, Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul. Entre os atores sociais envolvidos no setor de base florestal no país é comum ouvir o termo “MAPITO”, referindo-se aos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, que formam o recente polo florestal localizado no norte/nordeste do Brasil (BINKOWSKI, 2009; BINKOWSKI *et al.*, 2012).

Conforme dados da ABRAF (2013), no período entre 2006 e 2012, o aumento da área plantada de eucalipto e pinus teve média de 2,8%, este indicador tem comprovado que existe uma tendência de desaceleração do crescimento da área de

plantios. Para ABRAF (2013), as principais razões para a estagnação do crescimento da área de plantios florestais em 2012 foram:

- a) as restrições impostas pelo governo brasileiro para a compra de terras por grupos nacionais que possuam composição majoritária de capital estrangeiro;
- b) a reduzida atividade econômica nos países da União Europeia e nos Estados Unidos, países importadores de produtos florestais ou da cadeia de base florestal plantada;
- c) a redução da competitividade no mercado internacional dos produtos da cadeia produtiva brasileira de base florestal;
- d) e a excessiva burocratização e os longos prazos requeridos pelos órgãos ambientais nos processos de licenciamento ambiental de novos projetos florestais e industriais no país.

Outro fator citado pela Associação para a diminuição do “nível de atratividade para investimentos em florestas plantadas” foi a limitação imposta pela infraestrutura deficiente do país, como rodovias, ferrovias e portos, o que acarretou custos adicionais ao transporte da madeira para as fábricas e para o escoamento dos produtos (ABRAF, 2012).

Ao comparar dados da ABRAF entre 2010 e 2012, por exemplo, nota-se que houve reduções de áreas plantadas nos principais estados produtores de florestas plantadas nas regiões Sudeste e Sul do país (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul) e ocorreram aumentos significativos nos estados situados nas novas fronteiras do setor, como o Maranhão, Tocantins, Piauí e o Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul e Tocantins tiveram destaque pois aumentaram suas áreas de plantio, o primeiro apresentou um crescimento de 22,5% da área plantada com pinus e eucalipto em relação ao ano de 2011; já o Tocantins de 60 mil ha em 2011, aumentou para 109 mil ha em 2012. Esse aumento se deve, sobretudo, pelos investimentos de empresas nacionais/transnacionais com o intuito de consolidar estes estados como novos polos da produção de celulose. Em 2009 instalou-se no município de Três Lagoas/MS, uma unidade da Fibria, com capacidade de 1,3 milhão de t/ano, o que tornou o estado um dos cinco maiores produtores de celulose do Brasil.

Conforme Biazus *et al.* (2010) uma das dificuldades da localização do novo polo florestal implementado no Mato Grosso do Sul seria quanto ao aspecto logístico, por estar consideravelmente longe da costa brasileira. Embora a competitividade brasileira na madeira compense as maiores dificuldades logísticas, a proximidade permanece estratégica na garantia de mercado e na manutenção de preços competitivos.

O estabelecimento de plantios de madeira para celulose nos estados do Rio Grande do Sul, Tocantins, Maranhão, Piauí e Mato Grosso do Sul se dá em função da necessidade de novas áreas, já que os polos florestais tradicionais já não disponibilizavam de mais terras. A indisponibilidade de terra aliada ao recrudescimento no cumprimento da legislação ambiental travou alguns investimentos de grandes empresas do setor, é o caso do Rio Grande do Sul com a implementação do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (ZAS)⁶⁰.

A instalação de empreendimentos florestais nesses estados se dá, acima de tudo, em função da “lógica florestal” seguida pelas empresas do setor: mão de obra barata, menor custo de produção, baixo preço pago por hectare e disponibilidade de incentivos fiscais, que geram em grande parte, altíssimos lucros.

Biazus *et al.* (2010) comenta que alguns dados de 2008 demonstram que a indústria brasileira de celulose integrada e de mercado tinha capacidade instalada de 14,3 milhões de t/ano e estava dividida em 56 empresas, das quais 12 concentravam 92% do total. Destaque para Fibria, Suzano, Klabin e Cenibra, que, juntas, eram responsáveis por 67% desse total. Já em relação à celulose de fibra longa branqueada, em 2008 existiam 10 fabricantes e capacidade total de 1,8 milhão de t/ano, destacando-se Klabin, Rigesa e Grupo Orsa, detentores de 71% da capacidade total (BIAZUS *et al.*, 2010).

Em 2008, a produção de celulose de fibra curta branqueada, era de 11,4 milhões de t/ano em capacidade instalada, distribuídos entre 13 empresas, destacando-se a Fibria, a Suzano e a Cenibra, com 69% do total (BIAZUS *et al.*, 2010). Segundo Biazus *et al.* (2010), referente às pastas de alto rendimento, havia capacidade instalada total de 612 mil t/ano em cerca de 30 empresas, com destaque para Norske Log e Stora Enso (48% do total), enquanto que para a celulose solúvel

⁶⁰ O ZAS ou “Zoneamento Florestal” tem o objetivo de ser o instrumento de gestão que possibilite avaliar de forma integrada a vulnerabilidade dos ambientes frente à implantação da atividade, ou seja, identificar as áreas agrícolas propícias aos cultivos de arbóreas exóticas (eucalipto e pinus), respeitando as condicionantes de sustentabilidade ambiental (SEMA, 2007).

existiam 505 mil t/ano em capacidade em três empresas, sendo 85% do total detido pela Bahia Specialty Cellulose.

As fábricas de pastas de celulose no Brasil localizam-se estrategicamente nas proximidades das grandes plantações ou em locais cuja logística favoreça o escoamento da produção para o abastecimento dos principais clientes, situados no exterior. Em virtude disso, as fábricas de celulose situam-se perto de portos, ferrovias e rios e concentram-se basicamente nas regiões sul e sudeste do país, que têm 77% da capacidade total instalada; fora do eixo sul-sudeste, estão os investimentos na Bahia (BIAZUS *et al.*, 2010).

As principais empresas produtoras de celulose integrada e de mercado no país são Fibria, Suzano, Cenibra e Klabin, a seguir uma breve descrição das características destas empresas e dos empreendimentos mais relevantes.

3.3.2.4.1 A Fibria

A Fibria foi criada em 2009, resultante da compra da Aracruz Celulose pela Votorantim Celulose e Papel, é considerada atualmente a maior empresa de celulose de mercado do mundo. A operação teve, em um primeiro momento, o BNDES como principal acionista, com 34,9% da participação total, além do grupo Votorantim, com 29,3%, e o mercado, com 35,8%. A nova empresa iniciou operação com 15 mil empregados diretos e indiretos em seis fábricas e seis escritórios comerciais no exterior, além de área florestal total de 1,3 milhão de hectares (incluindo reservas legais, plantios e fomento), nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia (BIAZUS *et al.*, 2010).

Em 2009, a Fibria anunciou a venda das instalações industriais e florestais da unidade de Guaíba (RS) por US\$ 1,4 bilhão para a CMPC, de capital chileno. Os ativos compreendiam a fábrica de celulose com capacidade de produção de cerca de 450 mil t/ano e uma fábrica de papel com capacidade de cerca de 60 mil t/ano. A negociação ainda envolveu área aproximada de 212 mil ha e licenças e autorizações para a execução de projeto de expansão da fábrica de celulose, para 1,7 mil t/ano. Apesar da venda, a Fibria manteve ativos US\$ 180 milhões em equipamentos industriais adquiridos para a expansão da unidade (BIAZUS *et al.*, 2010).

A empresa ainda tem projetos de investimentos como a Veracel II (*joint venture* com a Stora Enso), em Eunápolis (BA) e a de Três Lagoas II, no Mato Grosso do Sul. Além disso, há a possibilidade de uma terceira linha em Aracruz (ES), Barra do Riacho IV, sem data definida e capacidade de produção esperada de 1,5 milhão de t/ano.

3.3.2.4.2 A Suzano

A Suzano é a segunda maior produtora de celulose do país, tem cinco unidades industriais, sendo a fábrica integrada de Mucuri (BA) a maior delas. As outras três fábricas da Suzano estão localizadas no interior de São Paulo, sendo uma delas integrada e as outras duas produtoras de papel. Tem áreas de plantios na Bahia e no Espírito Santo. A unidade de Limeira (SP) é uma associação entre CONPACEL e Fibria. A Suzano tem como principais projetos de investimento as fábricas no Maranhão e no Piauí. Além disso, há a previsão de ampliação da fábrica de Mucuri (BA), e o projeto para uma fábrica sem localização definida ainda.

3.3.2.4.3 A Klabin

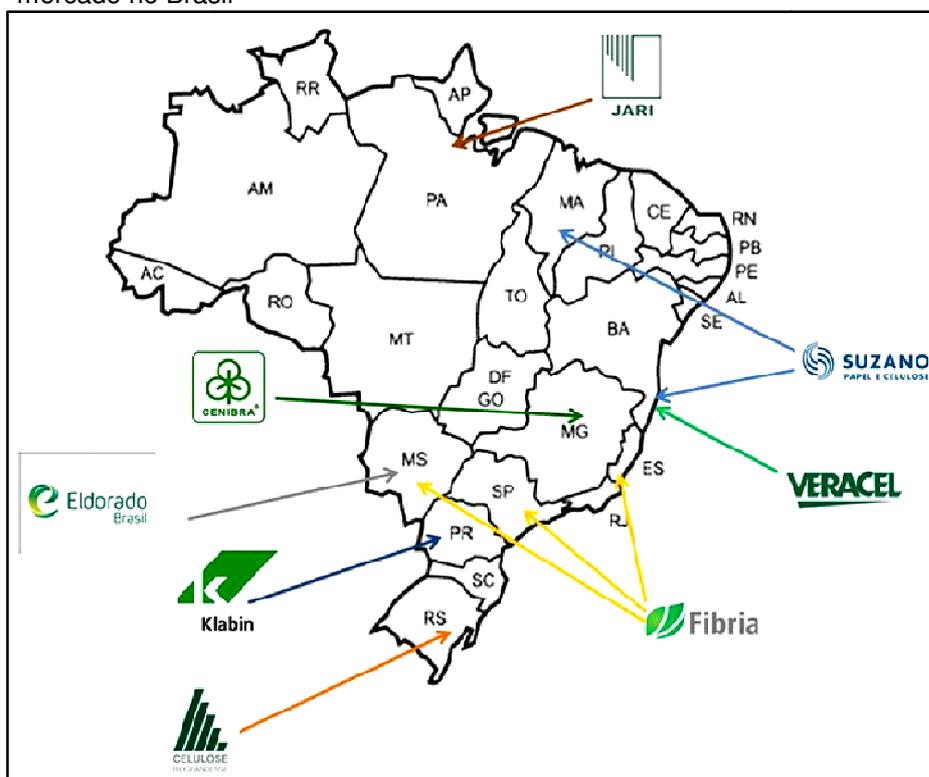
A Klabin é a maior empresa em produção, exportação e reciclagem de papéis do Brasil, além de ser líder na produção integrada de papéis e cartões. Possui 17 unidades industriais no Brasil, distribuídas por estados como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além de uma na Argentina, sendo duas integradas à produção de celulose (Paraná e Santa Catarina) (BIAZUS *et al.*, 2010). É autossuficiente em madeira, possui 224 mil ha de plantações com pinus e eucalipto. A empresa prevê uma nova fábrica no Paraná, com previsão de operação para 2015, a unidade será destinada à produção integrada de papel-cartão, e o excedente será vendido ao mercado.

3.3.2.4.4 A Cenibra

A Cenibra é resultado de uma parceria entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd., cuja participação passou a 100% em 2001. A empresa possui uma unidade industrial em

Belo Oriente (MG) e escoar sua produção por meio do Porto de Vitória (ES). Tem em torno de 129 mil ha com plantios. Seu principal projeto de investimento é o aumento de capacidade da unidade de Belo Oriente de 1,2 milhão para 2,0 milhões de t/ano até 2014. Existe previsão de investimentos em três projetos: o da empresa Eldorado (nova no setor), para uma fábrica no município de Três Lagoas (MS); um projeto da CMPC para a ampliação da fábrica de Guaíba, previsto para 2015, e o projeto do Grupo Orsa (PA) e operação prevista para 2017.

Figura 12 - Localização das maiores fábricas de celulose Integrada e de mercado no Brasil

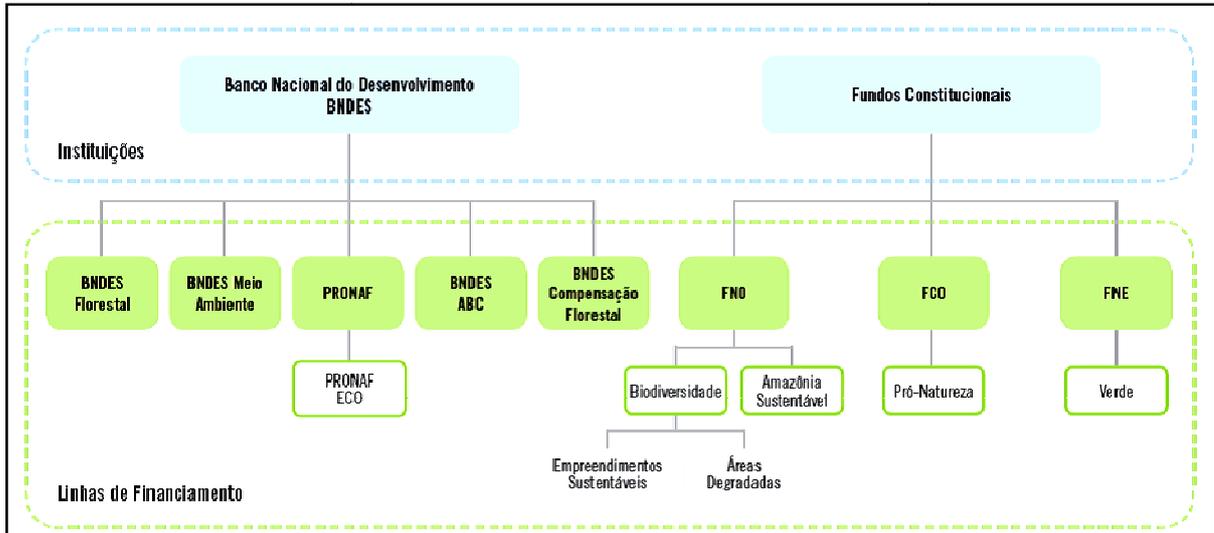


Fonte: Binkowski (2014).

Em termos de financiamento, o BNDES continua sendo o que mais disponibiliza linhas de crédito direcionadas à atividade florestal, embora a lista de financiadores tenha aumentado na última década. As linhas de financiamento abrangem recursos destinados a custeio, investimento ou comercialização. Os financiamentos podem ser feitos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); BNDES Florestal (apoio ao Reflorestamento, Recuperação e Uso Sustentável das Florestas); BNDES Meio Ambiente (apoio a Investimentos em Meio Ambiente); BNDES ABC (Programa Nacional para a

Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura – Agricultura de Baixo Carbono); e BNDES Compensação Florestal (Programa de Apoio à Compensação Florestal)⁶¹.

Figura 13 - Organograma com os sistemas de financiamento para o setor florestal no Brasil, 2011-2012



Fonte: BRACELPA (2013).

De acordo com a BRACELPA (2013), o destino dos financiamentos proporcionados pelo BNDES para o setor florestal em 2011 foi de 36% para a indústria de madeira, 31% para o plantio e manejo florestal, 28% para a aquisição de bens de capital e 5% para outros. Dentro do setor industrial de madeira, os recursos foram destinados em maior parte para as indústrias de produção de celulose (72%), seguidos do papel (18%) e painéis (10%) (BRACELPA, 2013). Já em relação ao plantio e manejo florestais, os financiamentos cobriram em maior parte os plantios destinados ao eucalipto (92%) seguido do pinus (8%) (BRACELPA, 2013).

Os estados do Mato Grosso do Sul, Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará parecem ser a “bola da vez” entre os investimentos brasileiros no setor de produção de madeira para celulose e papel, em virtude disso, as estimativas do BNDES é que ocorra um incremento de 2 milhões de ha de plantios comerciais nos próximos 10

⁶¹ O PROFLOTA (Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas) e o PRODUSA (Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável) foram consolidados no Programa ABC (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura – Agricultura de Baixo Carbono), em 2011. Esta fusão objetivou simplificar o processo de concessão de crédito ao produtor rural e tornar as taxas de juros mais atrativas (BLAZUS *et al.*, 2010).

anos, constituindo-se um cenário muito positivo para as linhas de financiamento destinadas a este setor (BIAZUS *et al.*, 2010).

4 O PANORAMA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS EM TORNO DOS MONOCULTIVOS DE ARBÓREAS

Nos capítulos anteriores introduziu-se o tema sobre a expansão da silvicultura no Brasil e no mundo fazendo uma analogia ao “movimento físico”, cujo significado seria o de “mudança de posição”, “ação e reação”, de “ação no espaço e no tempo” passando uma ideia de “movimentação”. Esta analogia serviu para dar significado aos movimentos de formação, expansão, consolidação e rearranjo da atividade de produção de madeira, celulose e papel, marcando o desenvolvimento da silvicultura comercial no Brasil e no mundo.

Neste capítulo, tem-se a intenção de mostrar como estes movimentos de produção de madeira para celulose e papel desencadearam reações em outras esferas, em um sentido de “causa e efeito” ou de “ação e reação”, originando, dessa forma, outros tipos de movimentos como os de mobilização e denúncia dos impactos socioambientais⁶² provocados pelos monocultivos de árvores realizados em grande escala.

As consequências destes movimentos de expansão dos monocultivos de árvores além da geração de lucros exorbitantes às empresas florestais ocasionaram transformações socioambientais nos territórios cujos empreendimentos (fábrica e/ou plantações florestais) foram implantados, sendo o estopim para a origem de conflitos ambientais.

O processo de implantação desses grandes projetos de produção de madeira para celulose e papel desencadeou mudanças nas práticas sociais e no espaço rural e urbano de determinadas regiões a partir de disputas travadas pela apropriação e uso do território entre atores sociais “do campo”, empresas florestais nacionais e transnacionais e o Estado.

De maneira geral, o conflito ambiental origina-se por meio de denúncias de certos grupos sociais em relação à possibilidade de degradação da natureza, e

⁶² O termo “impacto ambiental” ou “impacto socioambiental” acabou por se difundir no discurso dos atores sociais envolvidos em conflitos ambientais em torno dos monocultivos de árvores. Entretanto, o uso da categoria “impacto”, seja no sentido ecológico, ambiental ou socioambiental é problemático, como chama a atenção Gerhardt *et al.* (2014, p. 7) quando comenta que “[...] o mesmo mascara a dominação política que está por trás da causa que o produziu.”. Nesse trabalho optou-se por utilizar outros termos como “efeito”, “transformação” ou “mudança”. Porém, preservou-se os termos quando utilizados pelos interlocutores, com o intuito de destacar as significações e representações em seus discursos ou quando utilizados pelos autores da bibliografia referente ao conflito ambiental.

consequentemente, pelo viés das denúncias sociais. O quadro exposto põe a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais (ACSELRAD, 2004) e é a partir dessa perspectiva que os conflitos ambientais em torno dos projetos de produção de madeira para celulose e papel se originam.

A categoria “(meio) ambiente” vista enquanto “reserva de recursos naturais” deve ser vista também como um espaço de disputa e de conflitos. Acselrad (2005, p. 7) afirma que “Ao contrário do que sugere o senso comum, o ambiente não é composto de puros objetos materiais ameaçados de esgotamento, ele é atravessado por sentidos socioculturais e interesses diferenciados.”. O autor afirma que

[...] o meio ambiente é uma construção variável no tempo e no espaço, um recurso argumentativo a que atores sociais recorrem discursivamente através de estratégias de localização conceitual nas condições específicas da luta social por “mudança ambiental”, ou seja, pela afirmação de certos projetos em contextos de desigualdade sociopolítica. (ACSELRAD, 2004, p. 19).

Portanto, trata-se de um espaço comum de recursos mas também um “[...] espaço exposto a distintos projetos, interesses, formas de apropriação e uso material e simbólico.” (ACSELRAD, 2005, p. 7). Deste confronto de ideias entre conservacionistas ambientais e projetos capitalistas surge o conflito ambiental.

Para Acselrad (2005, p. 8), os conflitos ambientais ocorrem quando existe “[...] um desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade, região ou país [...]”, ou seja, a continuidade de uma determinada apropriação e uso dos recursos do território é ameaçada “[...] pela maneira como outras atividades, espacialmente conexas, são desenvolvidas.”.

Este tipo de conflito teve maior visibilidade a partir da década de 1990 concomitantemente à desenfreada exploração econômica estabelecida na América do Sul, dada a partir da abertura dos mercados, definido pelo processo de globalização, e a intensificação do uso de áreas onde já eram realizadas atividades de exploração dos “recursos naturais”.

Com a dinâmica de acumulação resultante da exploração destas atividades, existem determinados “acordos simbióticos” que são rompidos entre as distintas práticas espaciais. Estes “acordos” podem ser rompidos ainda em função da “[...] recusa socialmente organizada [dos atores sociais “atingidos”] frente a um novo tipo de acordo proposto pelos agentes hegemônicos [...]” (ACSELRAD, 2005, p. 8).

Dessa forma, o conflito ambiental ocorreria a partir desta quebra de “acordo simbiótico” (ACSELRAD, 2004) em função de uma denúncia dos atores sociais “atingidos” decorrente dos efeitos indesejáveis aos recursos ambientais por parte dos agentes hegemônicos.

O conflito ambiental geralmente exprime contradições relativas aos modelos de desenvolvimento impostos pelos agentes hegemônicos em relação à disposição espacial efetuada pelas atividades, a destinação social da produção e o modo pelo qual ela é efetuada, entre outros. Os empreendimentos de produção de madeira para celulose e papel, por exemplo, são acusados de “[...] ameaçar a continuidade da atividade de pequenos agricultores, pescadores artesanais, índios e quilombolas [...]” (ACSELRAD, 2005, p. 8). O autor põe em xeque os empreendimentos monoculturais, como o de eucalipto, questionando o lucro produzido pelas empresas à custa da expulsão das populações locais de suas terras, por inviabilizar a pesca nos rios, eliminar a caça dos índios, degradar a biodiversidade, etc. (ACSELRAD, 2005).

O que se constata é que o modelo hegemônico reproduzido pelas empresas do setor de celulose e papel em países em desenvolvimento tem interferido nas dinâmicas socioambientais destas regiões, portanto, tem-se o propósito de discutir nesta seção quais foram os efeitos socioambientais do movimento de expansão da produção de madeira, celulose e papel pelo mundo ao longo das últimas décadas.

4.1 A HEGEMONIZAÇÃO DO ESPAÇO PROVOCADA PELOS EMPREENDIMENTOS DE MONOCULTIVO DE ÁRVORES NO MUNDO

Na Tailândia, no Chile, na África do Sul, na Índia, tal como em vários outros países do hemisfério Sul, apesar de seus variados biomas e configurações sociais, os impactos da monocultura surpreendem pela homogeneidade pela qual é visto o fenômeno – conflitos por água, barramento e desvios de rios, sumiço de córregos e contaminação por agrotóxicos, plantios em áreas de mata ciliar e nascentes, afetando bacias hídricas, substituição de mata nativa por espécies exóticas, concentração de terras e conflitos de propriedade e uso, intoxicação de trabalhadores e vizinhança, mecanização do agro e êxodo rural, terceirização e inchaço das periferias urbanas, uniformização da paisagem social e ambiental, participação modernizante-desenvolvimentista do Estado (através de isenções fiscais, investimentos diretos em infraestrutura, transporte, liberação de licenças, legislações e jurisprudências); além das pesquisas científicas apoiadas por recursos empresariais e do marketing verde, ambos cunhando a terminologia “floresta” ao referirem-se aos plantios monocultores. (ACSELRAD, 2007, p. 4).

A dinâmica parece ser a mesma quando se analisa os conflitos ambientais decorrentes da atividade de silvicultura em diversos países: deslocação de populações “atingidas”, redução da biodiversidade, êxodo rural, territórios marcados pelo baixo desenvolvimento econômico, promessas de geração de vagas de emprego, entre outros.

Outro ponto que chama a atenção é que os locais onde as empresas alocam suas fábricas e/ou plantações florestais são países em desenvolvimento e, basicamente, em regiões consideradas “economicamente deprimidas”⁶³ ou “desaceleradas economicamente”. Os países em desenvolvimento apresentam características muito semelhantes e que tendem a atrair este tipo de exploração como, por exemplo, os salários pagos são geralmente bem mais baixos do que se comparado à países desenvolvidos, o custo com insumos e manutenção são muito baixos, o baixo preço da terra e leis ambientais flexíveis.

Nesse sentido, para instalação destes empreendimentos nestes países e regiões, as empresas florestais muitas vezes aliadas ao Estado, se apropriam do discurso do “desenvolvimento sustentável” ou da “sustentabilidade ambiental” para otimizar os efeitos da sua ação institucional. O auge do “cerco do convencimento” destas empresas nessas regiões se dá por meio da perspectiva futura de desenvolvimento econômico com aumento do PIB, IDH, geração de renda e vagas de emprego.

A dinâmica destas empresas e seus aliados é a de “[...] remodelar a infraestrutura tanto política quanto física, captando subsídios, gerenciando demandas, centralizando o poder, e evadindo, digerindo e regulamentando a resistência.” (CARRERE, 2005, p. 25). Levando em consideração tais características é pretensão acreditar que as empresas de produção de madeira (*commodities*) estejam preocupadas em satisfazer as necessidades existentes das sociedades locais do entorno destes empreendimentos. É o que explica Carrere (2005) quando diz que as empresas transnacionais dominam cada vez mais todos os setores econômicos, principalmente aqueles onde é possível a obtenção do lucro.

⁶³ Para o BNDES, o conceito de área “economicamente deprimida” está relacionado com aquelas áreas em que predominam as características de baixo nível de PIB *per capita*, infraestrutura básica precária ou inexistente, elevadas taxas de desemprego, entre outros (MORELLI, 2011).

A maioria delas tem incorporado considerações sociais e ambientais a seu discurso, apesar de que são poucas as que realmente colocam na prática suas próprias declarações nesse sentido. Além de suas boas intenções, a própria escala de suas atividades faz com que a sustentabilidade ambiental seja praticamente impossível de atingir, enquanto a concorrência por dominar os mercados mundiais tem feito com que as considerações sociais sejam quase antagônicas com a rentabilidade. (CARRERE, 2005, p. 11).

Depois da instalação dos empreendimentos de produção de madeira, os efeitos socioeconômicos e ambientais observados não condizem com a noção de “desenvolvimento sustentável” sugerida anteriormente pelas empresas, onde, geralmente, as comunidades locais são as que ficam com o ônus, ou seja, com os danos, os riscos e os custos socioambientais. Carrere (2005) comenta que o desapossamento, o desmatamento e a poluição causados pela indústria da celulose e do papel estão relacionados a uma dinâmica bem maior por traz destas empresas, que é o do crescimento, a da concentração e da intensificação do capital.

Deriva dos empreendimentos de produção de madeira para celulose e papel, o que Pedlowski e Föeger (2004) chamam de uma “exportação dos conflitos socioambientais”, em função de diferentes escalas geográficas adotadas por estas empresas. Conforme Pedlowski e Föeger (2004, p. 135), “A questão da alta mobilidade do capital expressa na capacidade de transpor escalas geográficas tem sido identificada como uma marca registrada da ação de grandes corporações para escapar de conflitos derivados de prejuízos sociais localizados.”. Isto é, apesar das diferenças ditadas pelas especificidades locais, seja a atividade florestal realizada em grande escala na África do Sul ou no extremo sul da Bahia, certamente estes espaços irão se articular em torno das discussões sobre as transformações socioambientais que os monocultivos de árvores provocam no território.

Pedlowski e Föeger (2005, p. 145) explicam que para diluir a oposição política aos seus empreendimentos e minimizar os custos da ampliação de suas atividades, as grandes corporações capitalistas se utilizam de estratégias cada vez mais agressivas como “[...] retirar da sociedade civil, e dos grupos sociais atingidos, a primazia da defesa da equidade socioambiental e do desenvolvimento sustentado.”. Para “sobreviver” estas empresas “[...] precisam, a todo momento, captar subsídios, estimular demandas – e acima de tudo, controlar a resistência.” (CARRERE, 2005, p. 30) dos movimentos contrários aos seus empreendimentos.

Carrere (2005) explica que nos lugares em que a oposição não desafia os interesses da indústria de celulose e papel, esta tentará contê-la, redistribuindo internamente seus consideráveis recursos de diferentes maneiras, apaziguando tensões em uma área através da liberação de outra. Já nos espaços onde as empresas não conseguem conter os ânimos dos atores sociais “atingidos”, os conflitos ambientais emergem. Tais conflitos, segundo Zhouri *et al.* (2005, p. 12) são “[...] inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território, o qual alude a territorialidade para além dos espaços físicos, sociais e culturais subsumidos pelo ambientalismo neoliberal [...]”, vigente nos últimos anos.

[...] o conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida. Entendemos, pois, que projetos industriais homogeneizadores do espaço, tais como hidrelétricas, mineração, monoculturas de soja, eucalipto, cana-de-açúcar, entre outros, são geradores de injustiças ambientais, na medida em que, ao serem implementados, imputam riscos e danos às camadas mais vulneráveis da sociedade. (ZHOURI *et al.*, 2005, p. 18).

Levando-se em consideração tais aspectos dos conflitos ambientais, selecionou-se alguns casos relevantes gerados a partir da produção em grande escala de madeira para celulose e papel em países como a África do Sul, Chile, Indonésia, Uruguai e Argentina⁶⁴.

4.1.1 África do Sul: a deslocação de terras, a redução da capacidade hídrica e o aumento de incêndios florestais

Na África do Sul, grande parte dos conflitos ambientais gerados nas últimas décadas se deu em torno da atividade florestal realizada por duas empresas de produção de celulose e papel, a Sappi Forest Products e a Mondi Ltd.⁶⁵, elas respectivamente, contam com 540 e 309 mil ha de plantações de árvores distribuídos pelo país.

⁶⁴ Procurou-se contextualizar os conflitos ambientais ocorridos nos territórios por meio de autores e pesquisadores que realizaram seus trabalhos científicos nestes locais.

⁶⁵ A Mondi é de capital anglo-americano; a fábrica construída em Durban, é uma das maiores plantas individuais de papel no mundo com uma capacidade estimada anual de 540 mil toneladas. Em 1996 a empresa comprou ações da fábrica da Aracruz Celulose, no Espírito Santo.

Segundo um relatório da organização ambiental sul-africana Timber Watch, os efeitos mais prejudiciais das plantações de árvores comerciais são o esgotamento da umidade do solo e o deslocamento das comunidades rurais de suas terras (CARRERE, 2005). Conforme Carrere (2005), a silvicultura provocou outros impactos na África do Sul como o desmatamento de florestas nativas, a maior exposição a doenças de plantas exóticas e maior propensão à incêndios em áreas com plantações de árvores, como o caso da província de Mpumalanga, que em julho de 2002 teve imensas áreas devastadas por um incêndio florestal, cujo foco inicial foi em áreas de plantio da Sappi.

Um dos impactos mais sentidos pela população da África do Sul, foi o deslocamento de comunidades das zonas rurais, que foram estimulados a vender suas terras das zonas rurais para estabelecer moradia ou procurar emprego nos bairros nos arredores das grandes cidades. Tanto a empresa florestal Sappi quanto a Mondi investiram na compra de terras no entorno da área das fábricas de celulose, de modo a consolidarem grandes “blocos florestais” como também visando o baixo custo que teriam com transporte (CARRERE, 2005).

De acordo com o Movimento Mundial por los Bosques Tropicales (1999), com a expansão dos plantios de árvores muitas pessoas que estavam empregadas nas produções de hortaliças, cana de açúcar e pecuária foram deslocadas dos espaços rurais. A implantação destes grandes “blocos florestais” se deu particularmente em áreas de pequenas granjas, cujas estruturas e edificações foram destruídas para a introdução de árvores. A preocupação essencial do Movimento é com a readaptação destas pessoas em outros locais e, especialmente, no que diz respeito a busca por novos trabalhos em setores que necessitam de qualificação e experiência.

Outra inquietude gerada na África do Sul se dá em relação aos investimentos das grandes indústrias de celulose e papel em espécies de eucalipto que se adaptem bem à temperaturas baixas, pois isto poderia significar que vastas áreas de campo do interior do país poderiam ser adquiridas por estes grandes projetos de produção de madeira para celulose e papel. Coincidentemente ou não, estas áreas também são consideradas vitais para a produção hídrica da África do Sul.

A mecanização das colheitas florestais é outro fator que vem provocando mudanças nas relações de trabalho entre trabalhador e empresa na África do Sul. A empresa Mondi, por exemplo, aderiu fortemente à mecanização; tais máquinas trabalham 24 horas dia, ou seja, três turnos de oito horas onde empregam apenas

três pessoas. Em situações anteriores estariam trabalhando em torno de 200 trabalhadores (MOVIMIENTO POR LOS BOSQUES TROPICALES, 1999).

Figura 14 - Fotos representativas da produção de madeira para celulose e papel e seus efeitos na África do Sul



Fonte: Lang (2008), Paper History (2012), SA Forestry (2013).

4.1.2 Chile: a disputa de terras entre empresas florestais e o povo indígena mapuche

Um dos mais recentes trabalhos científicos com o tema dos conflitos ambientais sobre a “forestación” no Chile é o estudo publicado em 2014, “Pueblo mapuche y recursos forestales en Chile: devastación y conservación en un contexto de globalización económica”, de José Aylwin, Nancy Yáñez y Rubén Sánchez⁶⁶. Em resumo os autores constataam que ao longo dos anos no Chile, o setor florestal vem sendo promovido e subsidiado pelo Estado que entre 1976 e 2011, fez investimentos de 538 milhões de dólares.

⁶⁶ Tomou-se como base este estudo para descrever os principais impactos socioambientais decorrentes do conflito entre a “forestación” e o povo indígena mapuche no Chile.

Os plantios florestais, estão localizados em sua grande maioria, na região sul do Chile, onde têm ocorrido inúmeros impactos socioambientais como empobrecimento, migrações, indisponibilidade hídrica, contaminação de fontes de água, substituição de bosques nativos, perda da biodiversidade, uso de agrotóxicos, sistemas inapropriados de colheita e aumento do risco de grandes incêndios (AYLWIN *et al.*, 2014).

É na região centro-sul que se formou um dos mais emblemáticos conflitos em torno dos monocultivos de árvores na América do Sul entre a atividade de silvicultura, impulsionada pelas grandes empresas do setor florestal, e o povo indígena mapuche com disputas “[...] em torno da propriedade das terras, o controle dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental dos territórios indígenas.” (AYLWIN *et al.*, 2014, p. 5, tradução nossa).

O estudo mostra também que existe diversas contradições, em termos econômicos e sociais, gerados pelo modelo florestal adotado no país como a diminuição de vagas de emprego, a instabilidade laboral, as más condições de trabalho, o aumento dos índices de pobreza e um incremento dos problemas socioambientais provocados pela concentração das plantações de espécies florestais no território.

As plantações tem cercado as comunidades mapuche, impactando não só a paisagem, mas também a sua flora e fauna e a qualidade do solo, afetando também os cursos de água, a maioria dos quais secaram. Estas plantações também causaram impactos econômicos e sociais graves, por danificar as formas de relação com a terra, típicos da cultura mapuche. Como resultado disto, muitos mapuche tiveram de deixar suas comunidades em busca de emprego nos centros urbanos [...]. (AYLWIN *et al.*, 2014, p. 20, tradução nossa).

Do outro lado deste conflito estão as empresas florestais que monopolizaram as terras que pertenciam por “propiedade ancestral” aos mapuches (reivindicadas por estes). As empresas se opõem a restituir tais terras e pressionam em instâncias judiciais pela criminalização dos líderes mapuche, como uma estratégia de “neutralização da demanda de terras” (AYLWIN *et al.*, 2014). Desta relação já foram constatados violentos confrontos entre empresas e mapuches.

No Chile existem três grandes conglomerados que comandam o setor florestal, a Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (CMPC), a Forestal Arauco e a MASISA. Em 2010, as três empresas juntas tinham 76,9% das receitas

de exportações do setor florestal chileno (AYLWIN *et al.*, 2014). Estes grandes conglomerados concentram em torno de 78% da propriedade sobre as plantações florestais a nível nacional.

Aylwin *et al.* (2014) comentam que conforme dados de 2007, estas grandes empresas tinham em torno de 1,7 milhões de ha concentrados, em sua grande maioria, nas regiões de Biobío, La Araucanía, Los Ríos e Los Lagos, onde a propriedade indígena procedente dos títulos de radicação é de mais de 500 mil ha.

O que fica evidente ao ler o estudo organizado por estes autores é que a atividade florestal realizada no Chile, em áreas da região centro-sul, apresenta mais controvérsias e impactos do que bons indicadores de desenvolvimento, pois, conforme o contexto supracitado, são múltiplas as mudanças socioambientais provocadas pelas indústrias florestais nos territórios indígenas.

Figura 15 - Fotos representativas da “forestación” e os conflitos entre empresas florestais e povo mapuche no Chile



Fonte: Mondaca (2011), Seguel (2012), MapuExpress (2014).

4.1.3 Indonésia: o desmatamento de florestas nativas e a violação dos direitos dos povos indígenas

Na mesma linha das consequências provocadas pelos grandes projetos de produção de madeira em outros países, o governo da Indonésia lançou no início da década de 1980, um plano florestal chamado “Desenvolvimento das Plantações Madeiras Industriais (HTI) e da Indústria da Celulose”, que teve como objetivo tornar o país um dos maiores produtores de celulose do mundo (CARRERE, 2005). Tal plano alegava inicialmente que as plantações de madeira para celulose reabilitariam terras já degradadas e reduziriam a pressão sobre as florestas naturais. A partir disso, proferiu algumas regras como a permissão aos concessionários para cortar florestas nativas. Não diferente de outros países, o governo indonésio também subsidiou empreendimentos que aceitassem realizar atividades no país

Conforme Carrere (2005) até o ano 2001, mais de 8 milhões de ha de terras tinham sido outorgadas a 175 companhias para serem transformadas em HTIs. Destes, 5 milhões de ha foram alocados para plantações de acácia e eucalipto. No entanto, o que se constatou ao longo dos anos foi uma série de impactos socioambientais em determinadas regiões do país, “[...] as plantações se expandiram, o processo foi gerando gradativamente uma cadeia de desastres para o meio ambiente e para as vidas econômicas, sociais e políticas do povo indonésio.” (CARRERE, 2005, p. 151).

A Indonésia em duas décadas de investimentos consolidou-se como um dos maiores polos florestais do mundo, com inúmeras empresas instaladas e alta produtividade de matéria-prima. Dois casos, no entanto, valem ser ressaltados neste panorama geral sobre conflitos entre empresas florestais e população local, o primeiro diz respeito à Asia Pulp and Paper Company e o segundo, à Asia Pacific Resources International Holding Ltd..

A empresa Asia Pulp and Paper Company é subsidiária da Indah Kiat Pulp and Paper, cuja fábrica de celulose e papel está localizada em Perawang, no sul de Sumatra. Esta empresa já foi denunciada inúmeras vezes por causar impactos à biodiversidade local como também por desrespeitar os direitos das comunidades locais e a legislação do país, recorrendo tanto a pressões indevidas quanto a subornos a funcionários do governo (CARRERE, 2005). Para Carrere (2005) o

“papel barato” vendido pela fábrica à Europa e Ásia não vale todo o “sofrimento” causado à população local.

A Indah desmatou milhares de hectares de floresta úmida para plantar outras espécies florestais de crescimento rápido, entre elas acácia e eucalipto. É uma das empresas que mais desmatou floresta úmida e também foi acusada de poluir os rios próximos de sua fábrica atingindo inúmeras comunidades que vivem às margens dessas fontes de água. Os rios dessa região serviam de fonte de água e sustentavam a atividade econômica dessas comunidades, que é a pesca artesanal. Com a poluição dos rios de Perawang, inúmeras famílias foram obrigados à mudar seus hábitos e modos de vida.

A outra empresa de produção de madeira para celulose e papel é a Asia Pacific Resources International Holding Ltd. (APRIL), está registrada em Cingapura e faz parte do grupo indonésio Raja Garuda (CARRERE, 2005). A principal subsidiária de fabricação de papel da APRIL é a Riau Andalan Pulp & Paper (RAPP), localizada na província de Riau, na ilha indonésia de Sumatra, que começou suas operações em 1995 (CARRERE, 2005).

A área onde foi construída a fábrica da RAPP é território reivindicado por povos indígenas das vilas de Delik, Sering e Kerinci e em função disso, vem ocorrendo diversos conflitos com estas populações por disputa de terras. Em uma das ocasiões houve a denúncia de que um dos representantes legais destas comunidades havia sido encarcerado e, ao que tudo indica, seria uma ação da própria empresa. Ademais foram constatados outros casos de violência entre funcionários da empresa e membros das comunidades (CARRERE, 2005).

Segundo a organização Human Rights Watch, em seu relatório intitulado “Sem solução: violação dos direitos humanos e a indústria de celulose e papel da Indonésia” (2003), as empresas são acusadas de desrespeitar os direitos humanos e realizar práticas nocivas ao meio ambiente em termos de manejo florestal (CARRERE, 2005).

Neste relatório é detalhado três casos ocorridos em 2001, cujos moradores locais de Mandiangin, Betung e Angkasa/Belam Merah, frustrados com as disputas não resolvidas com a Arara Abadi, criaram bloqueios e começaram a derrubar árvores das plantações da empresa (CARRERE, 2005). O ato acabou em violência onde “[...] centenas de seguranças da empresa, armados com cassetetes, atacaram os moradores, ferindo gravemente nove deles e prendendo sessenta e três.”

(CARRERE, 2005, p. 148). A Organização relata ainda que estes territórios onde as empresas alocaram seus plantio florestais são reivindicados por comunidades indígenas, que dependem tanto do plantio do arroz quanto da extração da borracha e que estas atividades estariam em xeque.

Entre os efeitos da produção em larga escala de madeira para celulose e papel na Indonésia estão os incêndios florestais, a poluição de fontes de água, a perda da biodiversidade local, o deslocamento de populações, as disputas pela propriedade de terras, a violência, desmatamento de florestas nativas, entre outros, que acaba por expor a fragilidade das políticas públicas voltadas ao florestamento, deflagrando a insustentabilidade do modelo florestal hegemônico.

Figura 16 - Fotos representativas do conflito em torno da expansão dos monocultivos de árvores na Indonésia



Fonte: Butler (2011), Noor (2013).

4.1.4 Uruguai e Argentina: a instalação da fábrica de celulose da Botnia S.A. em Fray Bentos e a mobilização da população de Gualeguaychú

Em 2005, a empresa finlandesa Botnia S.A.⁶⁷ obteve a autorização do Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente do Uruguai para iniciar o projeto de construção de uma fábrica de celulose às margens da cidade de Fray Bentos (GRAÑA, 2010). Também nessa época surgiram as primeiras manifestações contrárias à construção da fábrica, pois os ambientalistas temiam que pudesse ocorrer a contaminação do ar e da água, em função dos produtos químicos utilizados na produção de polpa de celulose. Outro ponto sustentado pelos ambientalistas é que este tipo de empreendimento florestal e seu monocultivos consomem muita água, podendo reduzir a capacidade hídrica de certas regiões, assim como também influenciar diretamente na perda de biodiversidade associada aos campos uruguaios.

A cidade de Fray Bentos faz fronteira com a cidade argentina de Gualeguaychú, separadas apenas pelo Rio Uruguay. A população de Gualeguaychú, se mostrou contrária à instalação da fábrica, diante dos possíveis impactos ambientais que poderiam ser provocados (BINKOWSKI, 2009). Em 2005 houve as primeiras mobilizações argentinas, como comenta Graña (2010, p. 19, tradução nossa), “a inquietude cruzava o rio para se instalar entre a população entrerriana de Gualeguaychú”. É nessa época que o conflito toma forma e as tensões aumentam, tomando uma dimensão “binacional e internacional” (GRAÑA, 2010).

O conflito tem seu auge quando a ponte internacional General San Martín é bloqueada por ativistas da Asamblea Ciudadana Ambiental de Gualeguaychú (ACAG), que com discursos identitários e nacionalistas demonstraram como se daria o conflito dali para a frente (GRAÑA, 2010). Em 2006, o governo argentino leva o caso para o tribunal de Haia⁶⁸, Nações Unidas.

Somente em abril de 2010 a Corte Internacional de Justiça em Haia, declarou sua sentença sobre o caso: “Argentina e Uruguai deveriam criar um sistema conjunto de monitoramento da contaminação gerada pela fábrica de celulose UPM

⁶⁷ Em 2009 ocorreu a fusão entre as empresas Forestal Oriental (capital uruguaio) e a Botnia S.A. (capital finlandês), formando a UPM Uruguay (capital finlandês).

⁶⁸ É um tribunal internacional de justiça fundado em 1946, criado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) e localiza-se em Haia, nos Países Baixos.

(antiga Botnia), na cidade uruguaia de Fray Bentos, às margens do rio Uruguai, que divide os dois países.” (MESQUITA, 2013). Após mais de três anos, a ponte que foi mantida interrompida como forma de protesto pela ACAG, foi liberada em junho de 2010.

A partir da sentença dada pela Corte de Haia, Argentina e Uruguai criaram um “comitê científico” formado por técnicos dos dois países, cuja função era a de acompanhar a uruguaia Dirección Nacional de Medio Ambiente (DINAMA) na coleta mensal de amostras de água da fábrica da Botnia/UPM; estas amostras deveriam ser enviadas a um laboratório de análises no Canadá.

No entanto, após dois anos e 27 medições, não houve qualquer divulgação de resultados pela CARU. O motivo seria a falta de consenso entre os técnicos responsáveis por esta tarefa. Sem a divulgação destes dados a Argentina resolve, novamente, levar o caso novamente ao tribunal, solicitando urgência na divulgação dos resultados, já que análises realizadas paralelamente comprovavam que “[...] a temperatura da água do rio subiu e que há níveis ‘alarmantes’ de fósforo e de outras substâncias tóxicas.” (MESQUITA, 2013).

Os impasses e as controvérsias geradas neste conflito, demonstram que, especificamente neste caso, os protestos, mobilizações e denúncias ocorreram mesmo antes da instalação da fábrica no Uruguai. O que se constata, no entanto, é que ao longo dos anos os possíveis impactos ambientais estão se comprovando como, por exemplo, o aumento de substâncias tóxicas contaminantes no leito do Rio Uruguai. Contudo, o que se observa neste conflito é que o governo uruguaio não está disposto a questionar as ações da empresa UPM (antiga Botnia) em relação à dinâmica de produção da celulose, preferindo assegurar que o megaempreendimento florestal permaneça na banda oriental do Uruguai.

Figura 17 - Fotos representativas do conflito entre as populações de Fray Bentos (Uruguai) e Gualeguaychú (Argentina) em torno da construção da fábrica de celulose da Botnia S.A.



Fonte: Daniele (2006), Elias (2008), Taringa (2013), Flores (2014).

4.2 O CONFLITO AMBIENTAL EM TORNO DA EXPANSÃO DA SILVICULTURA NO BRASIL

No Brasil, a população dos locais onde as empresas de produção de madeira para celulose e papel se instalaram (ou tencionaram se instalar) apresentam, geralmente, distintas reações em diferentes momentos deste processo. Em um primeiro momento, quando da notícia de instalação dos empreendimentos, a população do município/região reage em função da “oportunidade de desenvolvimento”, onde o campo econômico e político exercem maior influência, vislumbrando, dessa forma, investimentos financeiros vultosos para desenvolver a economia local/regional. O segundo momento é o de reagir às “consequências socioambientais” geradas a partir da instalação dos empreendimentos madeireiro-celulósicos. Neste caso, o campo ambiental apresenta maior protagonismo, levantando questões sobre o uso e apropriação dos “recursos naturais”, a modificação da paisagem, a degradação ambiental, a concentração de terras, o

êxodo rural, entre outros. Estes dois momentos representam o processo de formação de conflitos ambientais em torno, especialmente, dos empreendimentos de monocultivos de árvores no Brasil.

Conforme dados do documento “Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição de Estratégias para Minimização dos Conflitos Identificados”, elaborado pelo Programa Nacional de Florestas, do Ministério do Meio Ambiente, em 2005, os conflitos socioambientais, identificados em áreas de plantações florestais, enquadram-se, basicamente, em quatro tipos: fundiários, trabalhistas, ambientais e socioambientais. E envolvem problemas de descumprimento da legislação, desmatamento, poluição e a extinção de espécies, e violência moral e física contra segmentos da sociedade que se interpuseram ao modelo de desenvolvimento protagonizado pelo setor de celulose e papel.

Em alguns estados brasileiros, com presença atuante de grandes empreendimentos de produção de madeira para celulose e papel, alguns dos principais conflitos se dão em torno dos seguintes fatores/aspectos:

- a) no Espírito Santo, com o avanço dos monocultivos de eucalipto em terras de indígenas e quilombolas, houve denúncias de irregularidades na apropriação de terras e de impactos ambientais gerados por parte da Aracruz Celulose;
- b) na Bahia, as empresas florestais se utilizam dos programas de “responsabilidade social” como forma de “comover e mobilizar” a sociedade por meio de projetos socioambientais e dessa forma se inserir no território com aceitação pela população local de suas atividades empresariais/industriais (MORELLI, 2011); mesmo se valendo da “responsabilidade social”, diversos grupos de resistência à produção de monocultivos de eucaliptos se organizaram e denunciaram os efeitos perversos da atividade florestal;
- c) em Minas Gerais, as plantações de monocultivos de eucalipto (principalmente, para a indústria de siderurgia) tem gerado conflitos de ordem socioambiental nas comunidades locais de duas regiões, o norte e o vale do Jequitinhonha; da mesma forma, existe a atuação de grupos de resistência à atividade florestal na região;
- d) no Rio de Janeiro, a Aracruz utilizou-se do “poder político e econômico” como forma de convencimento do executivo/legislativo dos municípios para

implementar seus empreendimentos florestais no estado; a organização de grupos contrários à implantação dos monocultivos de eucalipto se pautou, sobretudo, nos impactos socioambientais provocados anteriormente no estado do Espírito Santo.

De modo geral, o que se observa na formação destes conflitos ambientais é que as denúncias são embasadas nas mudanças socioambientais de espaços rurais e urbanos onde estes monocultivos de árvores estão implementados como: a perda líquida de empregos, a migração forçada ou voluntária, a apropriação de enormes áreas de terra por empresas nacionais e transnacionais, o esgotamento e poluição de recursos hídricos, a perda de biodiversidade, o empobrecimento do solo, destruição de ecossistemas locais, florestas ou campos, e em muitos casos, violações aos direitos humanos, incluindo a repressão, a prisão e até a morte de indivíduos. Tendo como base tais efeitos, constatados a partir de conflitos ambientais pelo mundo, questiona-se: quais foram os efeitos socioambientais gerados pelos empreendimentos de produção de madeira no Brasil? Algumas respostas serão dadas nas próximas seções.

4.2.1 Espírito Santo: a Aracruz Celulose, a invasão de terras de comunidades tradicionais e a ocorrência de impactos ambientais

A silvicultura de mercado no Espírito Santo tem início com a Aracruz Celulose em 1967, quando a empresa se instala na localidade de Barra do Riacho, município de Aracruz⁶⁹. A história da Aracruz no Espírito Santo está intimamente relacionada à disputa de terras com indígenas e quilombolas, à degradação ambiental e à violência no meio rural. Assim como desde sua criação também esteve ligada “[...] às políticas desenvolvimentistas adotadas pelo governo militar de 1964.” (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004, p. 129).

Como visto no capítulo três, várias empresas florestais receberam apoio econômico e político dos governos militares e ao longo dos anos, tais empresas

⁶⁹ Cabe salientar que após 2009, a Aracruz Celulose passou a se chamar Fibria, no entanto, mantivemos o nome para evidenciar o contexto histórico. Em 1967 instala seus plantios no estado e em 1978 ocorre à inauguração da primeira fábrica de celulose da Aracruz no Espírito Santo, denominada de “A”; em 1991 foi criada a fábrica “B” e, em 2002 a fábrica “C”, as duas também localizadas em Barra do Riacho (ANDRADE; DIAS, 2003; DE’NADAI *et al.*, 2005).

cresceram economicamente e consolidaram-se no setor floretal brasileiro. A Aracruz foi uma destas empresas, obteve subsídios e isenções dos governos estaduais e das “[...] agências multilaterais de desenvolvimento que possibilitaram o aporte de quantidades significativas de capital.” (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004, p. 129).

Nesta conjuntura, por intermédio dos governos federal e estadual, no início dos anos 1970, foram criados complexos industriais no Espírito Santo, conhecidos na época como “Grandes Projetos Industriais” (NADER, 2007), que deveriam movimentar a economia estadual. Dentre os projetos encontrava-se a Aracruz Celulose S.A., criada pela iniciativa privada, mas a partir de uma concentração de investimentos públicos estaduais e federais (AMBRÓZIO, 2005).

No entanto, com o passar dos anos houve inúmeras dinâmicas socioambientais constatadas no território a partir da atividade de produção de madeira para celulose e papel realizada pela Aracruz. De acordo com Aquino (2013), a atuação da Aracruz no Espírito Santo é acompanhada por diversos conflitos e protestos de lideranças comunitárias e sindicais, movimentos sociais, ONGs, etc., em função dos problemas sociais e ambientais causados pela empresa. Aquino (2013) cita entre os problemas, a expulsão de agricultores de base familiar e populações tradicionais de suas terras; alterações na disponibilidade de emprego no campo; destruição da Mata Atlântica; contaminação das águas de rios e córregos por agrotóxicos e dejetos industriais e homogeneização da paisagem.

Em outro estudo realizado no município de Itaúnas/ES, Ferreira (2002) pesquisou sobre as transformações socioambientais decorrentes da produção de madeira da Aracruz. Especificamente em relação às dinâmicas sociais alteradas no território, Ferreira (2002) constatou que com a expansão do monocultivo de eucalipto no município, ocorreram perdas sociais importantíssimas como o saber tradicional, as manifestações artísticas e as construções simbólicas e filosóficas do local. A autora salienta ainda que se perderam alternativas de visão de mundo e práticas cotidianas dentro dessa comunidade, alterando assim os seus modos de vida.

Em função do aumento dos problemas socioambientais causados pela produção de madeira da Aracruz no Espírito Santo e das denúncias constantes de violação dos direitos humanos, constituiu-se em 1991, a partir de distintos segmentos da sociedade civil a Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV)⁷⁰. A

⁷⁰ A expressão “deserto verde” é utilizada para descrever as imensas áreas cobertas por eucalipto no norte do Espírito Santo e sul da Bahia; esta denominação foi incorporada pela RADV e,

RADV é uma articulação que envolve mais de 100 entidades dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro. Algumas das entidades participantes são associações profissionais, estudantis, ONGs, movimento de pequenos agricultores, MST, Igreja Católica, Plesbiteriana e Luterana, entre outros.

A RADV, além das ações de denúncias dos prejuízos socioambientais dos plantios de eucalipto e a luta pela retomada de terras que teriam sido ilegalmente tomadas dos indígenas e quilombolas⁷¹ pela Aracruz no ES, também tem procurado impedir a expansão da atividade no estado e em outras partes do Brasil.

Do ponto de vista ambiental, o conjunto de acusações da RADV contra a Aracruz inclui uma extensa cadeia de impactos ambientais que seriam efeitos diretos da monocultura de eucalipto, que vão desde a diminuição da biodiversidade até a alteração do ciclo hidrológico, com o conseqüente desaparecimento de rios e brejos. [...] um aspecto ainda mais conflituoso da relação RADV com a Aracruz relaciona-se ao questionamento das formas pelas quais a empresa logrou ter controle do território capixaba que, segundo a RADV, teria recorrido inclusive ao uso de mecanismos ilegais para ganhar o controle de áreas anteriormente ocupadas por grupos indígenas e por comunidades quilombolas. (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004, p. 131-132).

Ao final da década de 1990, a empresa se utilizou de algumas estratégias para se recuperar da imagem negativa quanto ao seu funcionamento em terras capixabas, investindo no gerenciamento e na adequação ambiental⁷² aos padrões internacionais de funcionamento, entre eles, a obtenção de certificação florestal.

É importante salientar, que a Aracruz desde que se instalou no estado teve apoio “incondicional” dos governos estaduais que eram favoráveis às ações da empresa, já que tanto o Estado quanto a empresa obteriam vantagens futuras. A ampla campanha organizada pela RADV, mobilizou também o judiciário e o legislativo estaduais. A organização de um grande seminário sobre os impactos dos

posteriormente foi incorporada também ao discurso dos movimentos sociais no sul do Brasil. A expressão “deserto verde” está carregada de significações retóricas e metafóricas, geralmente, utilizada para “[...] legitimar ou deslegitimar a atividade de silvicultura, dependendo de que posição está o ator social que fala.” (BINKOWSKI, 2009, p.170).

⁷¹ Ainda, segundo dados coletados pela RADV, as comunidades indígenas das etnias guarani e tupiniquim tiveram a redução de cerca de 60 mil ha em seu território, permanecendo com apenas 7.500 ha que só foram recuperados parcialmente após muitos anos de batalhas nos tribunais (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004).

⁷² A “adequação ambiental” sugerida por Zhouri e Laschefski (2010) leva em consideração a emergência de um paradigma na sociedade industrial que pretende “adequar” o pleito socioambiental ao modelo clássico de desenvolvimento. “Esta adequação tem sido feita por meio da participação na gestão ambiental e social e por meio das soluções técnicas e de mercado com vistas à conciliação entre os interesses econômicos, ambientais e sociais.” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010b, p. 1).

eucaliptos no ES, com alcance nacional e internacional também surtiu efeito positivo no campo político do estado. Muito em função destas campanhas houve a decorracada da imagem da Aracruz frente à sociedade do ES e do resto do país, e o apoio até então, incondicional do Estado (especialmente político), começou a impor certas condições e restrições⁷³.

A partir deste contexto conflituoso no Espírito Santo e com o intuito de ampliação do território florestal e “aumentar a escala de influência político-econômica” (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004) a Aracruz começa, no início dos anos 2000, a procura por novas áreas para plantio de eucalipto. Entre as possibilidades de escolha estão Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, e não por coincidência, pois são estados vizinhos ao Espírito Santo. Outra estratégia da empresa também foi a de ampliar o mercado da fábrica de celulose de Guaíba, no Rio Grande do Sul, aumentando as áreas de plantio.

4.2.2 Bahia: a expansão dos monocultivos de eucalipto no extremo sul

Seguindo a geopolítica de instalação das fábricas de celulose pelo Brasil e a consequente “exportação dos conflitos”, como dito por Pedlowski e Föeger (2004), chega-se ao sul da Bahia, onde os plantios de eucalipto são realizados pela Veracel Celulose S.A. e a Suzano Celulose e Papel. Da mesma forma que no Espírito Santo, o estado da Bahia também criou projetos governamentais para alavancar a economia estadual a partir das plantações de árvores.

Entre os planos estavam o Programa de Governo do 1º Governo de Antonio Carlos Magalhães (1971-1974), as Diretrizes para Ação Governamental (Governo Roberto Santos, 1975-1979), Diretrizes e Metas do 2º Governo de Antonio Carlos Magalhães (1979-1983) e o Plano Estratégico de Ação (1988-1991); este último ressalta o setor de papel e celulose como um dos segmentos prioritários a serem desenvolvidos no estado (PEDREIRA, 2008).

Estes programas se alinhavam com planos semelhantes em outros estados do país, ainda seguindo a linha dos governos ditatoriais com “estratégias de

⁷³ Fato marcante desta época foi a venda das ações da Aracruz mantidas pela Coroa Sueca, militantes em defesa do meio ambiente. A venda das ações se deu em meio às acusações de invadir áreas de indígenas e quilombolas pela empresa.

desenvolvimento nacional”, a partir de investimentos no setor florestal do país (aqui, no caso específico, o estado da Bahia).

De acordo com Pedreira (2008, p. 70) a atividade de “reflorestamento” é vista pelo governo e pelos fazedores de políticas públicas do estado, como “[...] indutora de crescimento e desenvolvimento econômico, potencializando a integração de regiões aos fluxos produtivos do país.”. Assim,

A implantação de distritos florestais e a expansão das áreas de reflorestamento tinham, portanto, um duplo objetivo: atrair investimentos industriais para o estado, particularmente do setor de papel e celulose, inserindo-se, assim, no processo de desenvolvimento econômico nacional; e interiorizar o desenvolvimento, por meio da modernização das atividades agrícolas e de implantação de polos industriais e agroindustriais regionais. (PEDREIRA, 2008, p. 71).

Uma das regiões escolhidas para os plantios de eucalipto foi o “extremo sul” baiano, por apresentar boas condições físicas e ambientais, pela disponibilidade de terra e mão de obra a baixos custos e de contar com certa infraestrutura, constituindo-se em um local favorável à implantação dos empreendimentos de produção de madeira para celulose e papel.

É na década de 1980 que o ciclo de investimentos na região do extremo sul baiano é impulsionado, com a implantação e expansão dos maciços florestais, vinculados ao segmento agroindustrial de papel e celulose. Estabeleceram-se na região outras empresas florestais como a Cenibra Florestal, criada em 1983 e a Cia. Vale do Rio Doce, por meio da sua subsidiária Floresta do Rio Doce, em 1984. As áreas de plantios destas empresas seriam posteriormente negociadas para as empresas Bahia Sul Celulose, Aracruz e Veracruz Florestal (PEDREIRA, 2008).

A Bahia Sul Celulose foi criada em 1987, a partir da sociedade entre CVRD e o Grupo Suzano, “[...] obedecendo à lógica da estratégia empresarial de cada uma delas e no contexto onde prevaleciam previsões otimistas no mercado de celulose e papel além das potencialidades e vantagens competitivas do Brasil nesse setor.” (PEDREIRA, 2008, p. 85).

Em 1992 a Bahia Sul inaugurava sua fábrica na localidade de Itabatã, município de Mucuri/BA. Em 2001, o Grupo Suzano adquiriu a participação da Cia. Vale do Rio Doce, passando a se chamar Suzano, e em 2004 o Grupo Suzano

compra a Bahia Sul Celulose firmando-se como um dos maiores produtores de celulose do país.

A Veracel⁷⁴ foi criada em 1998, a partir da fusão da Stora Enso (capital sueco-finlandês) e a Aracruz Celulose S.A. (capital brasileiro) e sua fábrica só entrou em operação em 2005, localizada no município de Eunápolis/BA.

Ao lado dos atrativos locais da região a dinâmica do mercado mundial e nacional de setor de papel e celulose, em especial, do segmento de celulose de mercado, exerceu um papel fundamental para viabilização de novo ciclo de investimentos no setor a partir nos anos 1990. Neste contexto, a penetração dos empreendimentos florestais/industriais no Extremo Sul baiano, representa o desdobramento de ciclo expansão do setor de papel e celulose, em particular do segmento de celulose de mercado, em novas regiões do país, destacadamente o Norte do Espírito Santo, Sul da Bahia e Leste de Minas Gerais. O conjunto de inversões orientava-se pelas previsões otimistas de crescimento de mercado e em particular as perspectivas de ampliação da posição nacional do comércio internacional (PEDREIRA, 2008, p. 80).

A partir deste avanço dos empreendimentos florestais no extremo sul da Bahia, surgiram também os primeiros impactos socioeconômicos relativos à atividade de silvicultura efetuada em larga escala no território. Pedreira (2008) afirma que a implantação e a expansão das atividades florestais e de produção de celulose e papel provocaram um conjunto de transformações na estrutura produtiva e social regional, entre elas:

- a) a intensificação da concentração fundiária e incremento da exploração empresarial;
- b) a desestruturação das relações econômicas e sociais, tradicionalmente, vigentes;
- c) a expansão de atividades, ocupações e modos de vida, predominantemente, urbanos.

Pedreira (2008, p. 7) conclui que a “[...] dinamização da economia, em particular a urbana, vista como sinônimo de desenvolvimento e modernização, tem se mostrado pouco profícua para a sociedade local.”.

⁷⁴ A trajetória dessa empresa de raízes baianas iniciou-se quando a Veracruz Florestal, então subsidiária da Odebrecht, começou a comprar terras na região, já em 1991. Naquele ano, foram plantadas as primeiras mudas de eucalipto. Em 1996, a Veracel obteve a licença ambiental para o projeto da fábrica de celulose. Dois anos depois, em 1998, tornou-se a Veracel Celulose S.A.(VERACEL, 2014).

Do ponto de vista socioambiental a introdução do cultivo de eucalipto vem trazendo sérios riscos para os recursos hídricos, o solo, a fauna e a flora locais, contribuindo também para a inviabilidade da agricultura familiar na região, ocupando todas as terras agricultáveis, inclusive em áreas que seriam destinadas a reforma agrária, terras indígenas e no entorno de Unidades de Conservação (UCs) como as que são reservas de Mata Atlântica (SANTOS; SILVA, 2004).

A partir das transformações do território causadas pelos empreendimentos industriais florestais no extremo sul da Bahia, foi criado em 1991, o Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES). O Centro é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem como objetivo trabalhar para a preservação da Mata Atlântica, acompanhar e formular políticas públicas no campo socioambiental, implantar mecanismos ágeis de controle social, na educação e cultura regional, na defesa dos direitos humanos e por um modelo de desenvolvimento regional sustentável. O CEPEDES é uma das organizações parceiras da RADV, que juntos vêm divulgando, sobretudo, pesquisas sobre os impactos dos monocultivos de eucalipto no norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia (CEPEDES, 2014).

Com o passar dos anos outras organizações foram se constituindo no extremo sul da Bahia, principalmente em defesa da preservação do território local e contrárias aos empreendimentos de produção de madeira. Um dos fatos marcantes ocorridos no sul da Bahia foi a elaboração da “Carta dos Atingidos pela Expansão da Veracel, Suzano e Fíbria na Bahia”, em abril de 2012. A Carta foi organizada por entidades como a Socioambiental do Extremo Sul, Sul e Sudoeste da Bahia; o Fórum de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania da Micro Região Sul e o Vicariato Sul da Diocese de Itabuna/BA. Estes três grupos reúnem em torno de 70 entidades da sociedade civil.

A carta foi elaborada em função do licenciamento de novas áreas de plantio de eucalipto dadas pelo governo estadual à Veracel, e denunciava também irregularidades nos licenciamentos anteriores, seja na forma que os plantios foram realizados, seja na elaboração do EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e do RIMA (Relatório de Impacto Ambiental), cujas “punições” à empresa são muito brandas ou inesistentes. Entre as reivindicações destas entidades estão:

- a) a anulação da licença prévia do projeto de expansão da Veracel Celulose à revisão, pelo conselho de procuradores do Ministério Público Estadual, do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta);
- b) a suspensão imediata do plantio de espécies exóticas (eucalipto), no estado da Bahia;
- c) a realização de audiências públicas e oficinas de elaboração de plano diretor do território e do ZEE (Zoneamento Econômico Estadual);
- d) o redirecionamento dos investimentos do BNDES e demais bancos nacionais à agricultura familiar, e à demarcação e titulação das terras das comunidades tradicionais.

4.2.3 Minas Gerais: o Vale do Jequitinhonha e os “geraizeros” na disputa pela reapropriação e uso dos recursos do território “florestal”

Em Minas Gerais, o monocultivo de eucalipto foi implantado mais fortemente em duas regiões do estado: o norte e o Vale do Jequitinhonha. Apesar do eucalipto produzido nesta região ser direcionado à indústria siderúrgica, as dinâmicas originadas desta atividade são semelhantes às da indústria de celulose, pelo simples fato dos agentes hegemônicos apresentarem as mesmas características econômicas e de mercado.

O incentivo aos plantios de eucalipto se deu nos governos militares (1964-1985) por considerarem a siderurgia um setor estratégico, por conta da expansão da demanda por aço associada ao crescimento industrial (CALIXTO *et al.*, 2009; BRITO, 2006). De acordo com Calixto *et al.* (2009, p. 523) houve a formulação de planos para o setor em função da “[...] escassez de carvão, mineral ou vegetal, e desde 1960 foram criados programas de apoio ao reflorestamento em Minas Gerais, principal polo siderúrgico movido à carvão vegetal do país.”.

Os plantios de eucalipto foram destinados a determinadas áreas chamadas “Distritos Florestais” (regiões prioritárias para plantações de árvores) e as terras eram dadas pelo estado às empresas que se estabelecessem ali (BRITO, 2006). Desde esta época tanto o “norte de Minas” quanto o “Vale do Jequitinhonha” eram considerados como “bolsões de pobreza”, “áreas problema”, “áreas estagnadas economicamente”, “vale da miséria” ou “vale da morte” (os dois últimos referem-se especificamente ao Vale do Jequitinhonha). Portanto, o propósito do governo era o

de integrar estas áreas a um “padrão de crescimento” do Estado, usando os programas de “reflorestamento” para “o incremento da renda e do emprego através do incentivo, da coordenação e do planejamento florestal” (MINAS GERAIS, 1971; IEF, 1975⁷⁵ *apud* CALIXTO *et al.*, 2009, p. 523).

As áreas ocupadas pelo monocultivo de eucalipto nestas regiões são as chapadas, que são “as mesmas áreas de Cerrado utilizadas secularmente pelas comunidades locais” e que foram substituídas por grandes plantações de eucalipto, virando “[...] propriedade privada de grandes empresas siderúrgicas e grupos empresariais que receberam incentivos fiscais, financiamentos e total apoio do Estado.” (BRITO, 2012, p. 5).

No norte e no Vale, o Estado expropriou inúmeras famílias que viviam da agropecuária nas áreas de “chapada”, com o discurso de que estas terras eram imensos “vazios”, esse “domínio costumeiro da terra equivalia à ausência de ocupação e uso” e a privatização das terras foi estimulada pelos formuladores de programas públicos (CALIXTO *et al.*, 2009).

No norte de Minas, os “geraizeiros” foram os mais “atingidos” pelos plantios de eucalipto. Os “geraizeiros” constituem comunidades rurais agroextrativistas-pastoris que estruturaram seu modo de vida nos domínios do Cerrado em contato com a Caatinga e que se constituíram como tal no processo sócio-histórico, cultural e político de formação da região e de reconhecimento das identidades diferenciadas que formam o povo brasileiro. São comunidades que permaneceram com seu modo específico de viver mesmo com as fortes pressões advindas das transformações do território (BRITO, 2012).

No Vale do Jequitinhonha estabeleceram-se quatro grandes empresas de “reflorestamento”, a Acesita Florestal, a Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAF), a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e a Companhia Suzano, além de outras empreiteiras pertencentes a estas ou a outras empresas. No norte de Minas Gerais se estabeleceram outras empresas, entre elas, a Gerdau S.A., a Energética Florestal, a Rio Rancho, a Rima Industrial, a Replasa Reflorestadora e a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose. Estas empresas têm terras próprias ou adquirem madeira de outras empresas da região.

⁷⁵ INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF. **Projeto de distritos florestais para Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1975.

Ao longo das últimas três décadas, a região norte e o Vale do Jequitinhonha de Minas Gerais transformaram-se em um grande polo florestal. E é nestas áreas que estão localizadas “as maiores florestas contínuas de eucalipto do Brasil” (CALIXTO *et al.*, 2009). É inegável que são estas áreas as mais impactadas pelo monocultivo de eucalipto. A produção de eucalipto homogeneizou a paisagem, reduziu a biodiversidade do Cerrado, destruiu *habitats* da fauna, elevou a pressão sobre os recursos hídricos, além de expropriar lavradores que perderam grande parte das áreas de terras em comum (CALIXTO *et al.*, 2009).

Segundo Gonçalves (2005), a dinâmica socioeconômica desta região até meados da década de 1980, demonstrou que houve uma fragilização do espaço rural local, no sentido de uma desestruturação social, onde a perda da posse da terra provocou consequências como migração e piora nas condições de vida. Conforme Gonçalves (2005), este processo concretizou-se territorialmente devido à rápida industrialização destas áreas, à alteração no padrão original de crescimento demográfico e às mudanças que foram sendo “introduzidas-exigidas” em termos de uso da terra pelos agricultores.

Conforme Brito (2006) os impactos gerados pelas empresas “reflorestadoras” no norte de Minas, ou “região dos gerais” como se refere a autora, são observados em termos sociais, onde por exemplo ocorreu a elevação dos índices de êxodo rural, reduziu as vagas de emprego e diminuiu a renda familiar da população. Grande parte destes indicadores sociais demonstra que são precárias as condições de vida nos municípios desta região (BRITO, 2006).

Na luta pela reterritorialização, certas comunidades começaram a se articular em meados dos anos 2000 organizando grupos, associações, ONGs para a retomada do seu espaço territorial, que segundo Brito (2012, p. 5), “[...] não se trata de um território, mas de territórios construídos por várias comunidades, cada uma com suas especificidades, e com suas semelhanças, atingidas diretamente no seu modo de vida.”. Essas “ações e reações” organizadas pelas comunidades “atingidas” “[...] trazem à tona a iniquidade do projeto monocultor na região e uma gama de reflexões sobre desenvolvimento, modelo de produção, direitos territoriais que se materializam na forma de conflito socioambiental, engendrado no âmbito de um ecologismo popular.” (BRITO, 2012, p. 5-6).

4.2.4 Rio de Janeiro: o norte fluminense e a tentativa frustrada de um novo polo florestal

Por volta dos anos 2000, a empresa florestal Aracruz Celulose S.A. inicia a busca por novas áreas de plantio em estados como Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. A procura por novas áreas se dá em um momento onde a empresa foi acusada de causar graves danos socioambientais no norte do Espírito Santo, degradando o ambiente e deslocando comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) de suas terras.

O Rio de Janeiro passa a ser um dos focos da empresa, mais especificamente o município de Campos de Goytacazes, cujo Protocolo de Intenções foi assinado pelo governador e a empresa em 2001⁷⁶. A empresa previa viabilizar o plantio de eucalipto em pelo menos 42 mil ha no território fluminense (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004). A intenção de alocar seus plantios em Campos, gerou a mobilização política de diversos setores do município, com atores sociais a favor e outros contrários ao empreendimento, desencadeando alianças e oposições cada um em meio a distintos interesses.

Algumas das “táticas de enamoramento”, como se referem Pedlowski e Föeger (2004), na investida da Aracruz em Campos, se deu primeiramente por meio da contratação de um profissional (um importante empresário do setor imobiliário), que seria seu representante na cidade. A empresa divulgou que os investimentos no município ultrapassariam os 80 milhões de reais, o que atçou a cobiça de alguns políticos, assim como de outras empresas terceirizadas da região. Além disso, a Aracruz patrocinou a visita de autoridades políticas à fábrica de celulose no Espírito Santo e o anúncio de vagas de empregos.

No entanto, em uma das visitas realizadas à fábrica de celulose no ES, alguns políticos membros da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campos se mobilizaram contrários a vinda da empresa, alegando não quererem os mesmos tipos de danos ambientais em solo fluminense (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004; ACSELRAD; BEZERRA, 2010). As disputas entre grupos favoráveis e contrários à vinda da Aracruz para Campos se intensificaram, culminando na aprovação de uma lei municipal (semelhante à do zoneamento ambiental realizado no ES) que

⁷⁶ Na gestão do então governador Anthony Garotinho.

dificultava a vinda da empresa para o município. Esta lei foi vista como vitória dos grupos contrários à implantação dos monocultivos de eucalipto em Campos.

De maneira geral, o que se observou no norte do Rio de Janeiro foi uma intensa mobilização contrária ao estabelecimento da atividade de silvicultura e, por conseguinte, da Aracruz. Esta mobilização reuniu a sociedade civil, por meio da formação de redes de organização, reuniões e manifestações pública, e também do poder executivo e legislativo com a elaboração de leis que visavam “[...] disciplinar a utilização de terras para o plantio industrial de eucalipto, refletindo diretamente a experiência adquirida no Espírito Santo.” (PEDLOWSKI; FÖEGER, 2004, p. 128).

Os conflitos evidenciados neste capítulo apresentam características típicas de conflitos ambientais territoriais, onde determinados grupos apresentam modos diferenciados de apropriação do meio decorrendo impossibilidades de acordo ou consenso, em função das distintas racionalidades - modos de ser, fazer, pensar - existentes. Zhouri e Laschefski (2010, p. 11) explicam que estes conflitos apresentam “[...] modos diferenciados de existência que colocam em questão o próprio conceito de desenvolvimento, assim como expressam a luta pela autonomia de grupos que resistem ao modelo de sociedade-urbano-industrial e as instituições reguladoras do Estado moderno.”.

Portanto, o que se constata é que a implantação de empreendimentos florestais tem gerado consequências que se alastram rapidamente sem esbarrar em fronteiras, culturas ou continentes, já que os impactos socioambientais evidenciados são muito semelhantes seja na ilha de Sumatra, na Indonésia, seja no interior do município de São Mateus, no Espírito Santo, Brasil. Com base nesses conflitos ambientais pelo mundo e no Brasil, propõe-se regular o *zoom* da câmera fotográfica e focar agora no movimento de expansão do monocultivo de árvores no Rio Grande do Sul, tema do próximo capítulo.

5 O RIO GRANDE DO SUL E O MOVIMENTO DE EXPANSÃO DO MONOCULTIVO DE EUCALIPTO

Com o mercado efervescente pela demanda mundial de celulose no início dos anos 2000, as indústrias florestais nacionais e transnacionais passaram a buscar novas áreas para efetuar novos plantios de eucalipto. As empresas realizaram detalhados estudos socioeconômicos e ambientais que serviriam de base para selecionar as áreas. Contudo, a grande dificuldade encontrada pelas empresas foi a indisponibilidade de terras nas regiões tradicionais onde eram efetuados os empreendimentos madeireiro-celulósicos como São Paulo, Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais.

Assim, de um lado as empresas davam a “largada” à procura de locais para os plantios de eucalipto e do outro, governos/estados empolgados com a possibilidade da “chegada” destes novos negócios florestais. Desta forma, os estados elaboravam propostas atraentes para trazerem as empresas, e estas por sua vez, levavam em consideração a lógica das vantagens competitivas para a implementação do negócio florestal.

As propostas priorizavam particularmente vantagens fiscais e subsídios para a construção de novas fábricas de celulose e também para o estabelecimento de novas áreas de plantio. Enfim, o cenário almejado pelas empresas florestais ao deslocar seus empreendimentos para outros estados era este - mão de obra barata, baixo preço pago por hectare, impostos reduzidos ou zerados, melhoria e manutenção de infraestrutura (rodovias, portos, ferrovias) com o objetivo de proporcionar menores custos de produção e elevar o lucro.

O contexto descrito anteriormente foi comentado diversas vezes neste trabalho por representar de forma contundente as condições locais que mais são levadas em conta pelas empresas florestais quando da implantação de novas áreas de produção de madeira, seja desde o deslocamento de empresas/negócios do hemisfério norte para o hemisfério sul ou da migração interna no país, da região sudeste e nordeste para o centro-sul e sul, por exemplo.

Dentro desta “lógica florestal” novas regiões do país foram selecionadas para a instalação dos novos empreendimentos madeireiro-celulósicos, entre eles o Rio Grande do Sul, mais especificamente a Metade Sul, região escolhida para a

expansão dos monocultivos de árvores. É a partir daí que se origina, o que vamos denominar aqui de “movimento de expansão do monocultivo de eucalipto na Metade Sul do RS”.

Gautreau (2014) comenta que no ano de 2010 o Rio Grande do Sul tinha em torno de 592 mil ha de plantações silvícolas, com 35,5% de eucalipto, 35% pinus, 29% acácia e o restante com outras espécies⁷⁷. O que se constata nos últimos anos, é o aumento da produção florestal no Rio Grande do Sul, principalmente do setor voltado para a celulose. Portanto, este capítulo tem o propósito de apresentar como se originou o movimento de expansão florestal na Metade Sul do RS e as alianças, forças, interesses, posições, oposições em torno desses empreendimentos de produção de madeira.

5.1 AS POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA SILVICULTURA E AS EMPRESAS DE CELULOSE NO RS

Ao longo dos anos a dinâmica agrossilvopastoril do RS foi readaptando-se e abrindo espaço para novas atividades econômicas, entre elas destaca-se a silvicultura de eucalipto, pinus e acácia. A intensa investida das empresas de produção de madeira para celulose e papel no estado começa a ganhar respaldo na economia gaúcha em função do aumento da área de plantios comerciais e das dinâmicas socioeconômicas que se originaram daí.

A silvicultura realizada a partir de eucalipto, pinus e acácia apresenta uma geografia peculiar no mapa do RS. Se tomarmos como base a década de 1980, os plantios estariam alocados desta forma: eucalipto principalmente na região metropolitana de Porto Alegre; pinus nos Campos de Cima da Serra e acácia na região do Vale do Taquari. No entanto, se tomarmos como parâmetro os dados dos anos 2000, teríamos a expansão destes plantios alastrando-se cada vez mais para a Depressão Central e Serra do Sudeste.

O impulso desta expansão de áreas, em meados de 2003 no RS, principalmente no caso do eucalipto, se deve à expansão do mercado brasileiro na busca por novas áreas de produção. A conjuntura socioeconômica-política favorável

⁷⁷ O mesmo pesquisador estima que em 2014 o total de plantios gire em torno de 640 mil hectares; estes dados foram expostos na palestra “25 anos de silvicultura no Uruguai, Brasil e Argentina”, no Seminário Internacional do Bioma Pampa, 24 de abril, 2014, Porto Alegre.

aliada às características edafoclimáticas favoráveis no Rio Grande do Sul fazia do estado (da Metade Sul) um ambiente propício à alocação dos empreendimentos madeireiro-celulósicos pelo seguinte contexto:

- a) cenário sociopolítico favorável - com políticas públicas voltadas ao incentivo do setor florestal e o desenvolvimento regional para a Metade Sul;
- b) em termos econômicos – o baixo custo das terras, baixo custo de implantação e manutenção dos cultivos e mão de obra abundante e barata;
- c) localização estratégica - a Metade Sul do RS possui localização geográfica privilegiada, equidistante de São Paulo e de Buenos Aires, os dois principais mercados da América do Sul. Conta com extensa área retroportuária; malha de transporte terrestre e uma rede ferroviária que une o centro e oeste do estado ao Porto de Rio Grande;
- d) condições de clima e solo - a precipitação é uniformemente distribuída ao longo do ano e as temperaturas são amenas, propiciando um crescimento vegetativo ininterrupto do eucalipto com corte raso para celulose aos 7 anos e corte para toras com 12 anos⁷⁸.

Com base nesses aspectos o estado foi escolhido por empresas nacionais e transnacionais para a implantação de sua base florestal com eucalipto. Com a decisão das empresas de alocar os empreendimentos florestais no RS, o governador Germano Rigotto implantou em 2004 o “Programa Floresta-Indústria”⁷⁹, política pública de incentivo às atividades florestais, que preconizava uma triangulação de responsabilidades entre governo do Estado, empresas florestais e sociedade (BINKOWSKI, 2009).

A base para atrair os investimentos florestais ao estado era o “Plano Estratégico Programa Floresta-Indústria” que era apresentado e divulgado pelos representantes da Secretaria de Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI) e que tinha como objetivo principal estabelecer um instrumento de diálogo entre atores da cadeia produtiva de base florestal, visando: orientar, estimular e facilitar o seu processo de desenvolvimento sustentável, por meio da indicação de

⁷⁸ Dados do Centro de Agronegócios (CENAG) sobre a ocupação de área dos estabelecimentos por diferentes formas de exploração agrícola na Metade Sul do RS, no ano de 2006 (OSÓRIO, 2007).

⁷⁹ O Programa foi idealizado por profissionais da área de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e estava “engavetado” há anos por falta de interesse de governos anteriores, só em 2004 foi aceito pelo então governador Germano Rigotto (PMDB).

prioridades e atividades de melhoria da competitividade e estruturar e otimizar Arranjos Produtivos de Base Florestal, com ênfase nas pequenas e médias empresas, no período 2007-2027 (BINKOWSKI, 2009). Outro programa de incentivo financeiro voltado para o cultivo de eucalipto, era o Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PROFLORA), financiado pela Caixa/RS⁸⁰, que tinha o intuito de gerar renda e emprego em regiões menos desenvolvidas (BINKOWSKI, 2009).

Mesmo cientes das críticas que o setor florestal recebia, tanto o Estado quanto às empresas prosseguiram com seus planos de negócios no RS. E assim as empresas florestais estabeleceram seus plantios na Metade Sul, aproveitando-se das vantagens política-econômica-ambiental da região.

Entre as empresas estavam a Votorantim Celulose e Papel (VCP) e a Stora Enso, estreantes no cenário gaúcho, e a Aracruz Celulose S.A., instalada no município de Guaíba, que a partir da nova política florestal do governo do estado, visava expandir ainda mais sua produção. Cabe ressaltar que existiam à época outras empresas do setor florestal instaladas no RS, porém, nesse capítulo consideraram-se as empresas que desenvolvem, exclusivamente, a silvicultura de eucalipto e o montante de investimentos realizados por elas no estado. A seguir uma breve descrição das empresas que estavam(ão) disputando o mercado de produção de madeira para celulose e papel no RS.

⁸⁰ CAIXA/RS é uma empresa de fomento onde o Estado do Rio Grande do Sul tem 51% das ações e o restante, 49%, são de entidades privadas.

Aracruz Celulose S.A.

Empresa brasileira, no início dos anos 2000 tinha o controle acionário dos grupos Safra, Loretzen, Votorantim e BNDES. Entre 2003 e 2004 foi uma das empresas líderes mundiais na produção de celulose branqueada de eucalipto. Atuava nos estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com mais de 286 mil ha plantados com eucalipto. A empresa se instalou no estado no ano de 2003, após comprar a Riocell (antiga Borregaard), pertencente anteriormente ao Grupo Klabin.

Em 2006 anunciou a ampliação de sua fábrica em Guaíba/RS, no entanto em 2008, em função da crise econômica internacional que abateu o setor florestal, adiou o início das obras. Em 2009, a Aracruz e a VCP realizaram fusão (*holding*), criando a empresa Fibria. No entanto, ainda vivendo dos resquícios da crise econômica mundial a Unidade Fibria de Guaíba foi comprada pela companhia de celulose chilena CMPC, e atualmente, a unidade se chama Celulose Riograndense S.A. Na figura 18 é possível verificar as razões sociais das empresas que já administraram a fábrica de celulose localizada em Guaíba/RS.

No período de expansão dos monocultivos de eucalipto no RS, a Aracruz se mostrou uma importante interlocutora em prol do “desenvolvimento” da Metade Sul frente ao governo estadual. Houve, na época, notícias na mídia sobre a construção de uma nova fábrica da Aracruz ou no município de Rio Grande (próximo ao porto) ou Uruguiana (apostando-se aqui, por hipótese, na utilização do transporte ferroviário) - boato que até então não se confirmou.

Figura 18 - Fábrica de celulose de Guaíba/RS, cronologia das empresas administradoras



Fonte: Binkowski (2014).

Votorantim Celulose e Papel

Foi uma das maiores produtoras de celulose e papel do Brasil, com receita líquida de R\$ 2,6 bilhões, em 2007. A empresa possuía duas unidades industriais: uma em Jacareí e outra em Piracicaba, ambas no estado de São Paulo, e 50% da CONPACEL, em Limeira (SP). Sua base florestal era distribuída entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul (VCP, 2009).

A empresa pertencia a um dos maiores conglomerados econômicos privados do Brasil, o Grupo Votorantim voltado principalmente a atividades industriais, financeiras e novos negócios. A empresa direcionou os plantios de eucalipto para o RS, onde tinha o objetivo de construir uma fábrica de celulose, prevista para entrar em operação entre 2009-2011, no município de Capão do Leão. O investimento, incluindo a base florestal, era estimado em US\$ 1,3 bilhão, com geração de 4 mil postos de trabalho (ZERO HORA, 2006). Doze municípios disputaram a alocação da fábrica de celulose, no entanto, em função de estratégias empresariais, a empresa desistiu de construí-la no RS, transferindo-a para Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

Segundo Fanzeres (2005), a entrada da empresa na Metade Sul do RS teve, como principal ponta de lança, a aquisição da Fazenda Ana Paula, com 14,5 mil ha, localizada no município de Hulha Negra, região da Campanha. A compra da Fazenda Ana Paula estava associada a uma estratégia mais ampla da VCP, a de implementação do “Projeto Losango” na Metade Sul do RS.

Stora Enso

É uma empresa de capital sueco-finlandesa, com mais de 700 anos de história, presente em 40 países, com aproximadamente 38 mil empregados espalhados pelo mundo; destes, 800 funcionários estão no Brasil. Tem plantios de eucalipto espalhados pela Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná e no país vizinho, Uruguai.

Em 2005, iniciou a compra de terras na região da Campanha, oeste do RS. A intenção da empresa era a construção de uma fábrica de celulose em um dos municípios da Campanha, mas em função dos conflitos judiciais e ambientais encontrados no estado, desistiu de implementar a fábrica.

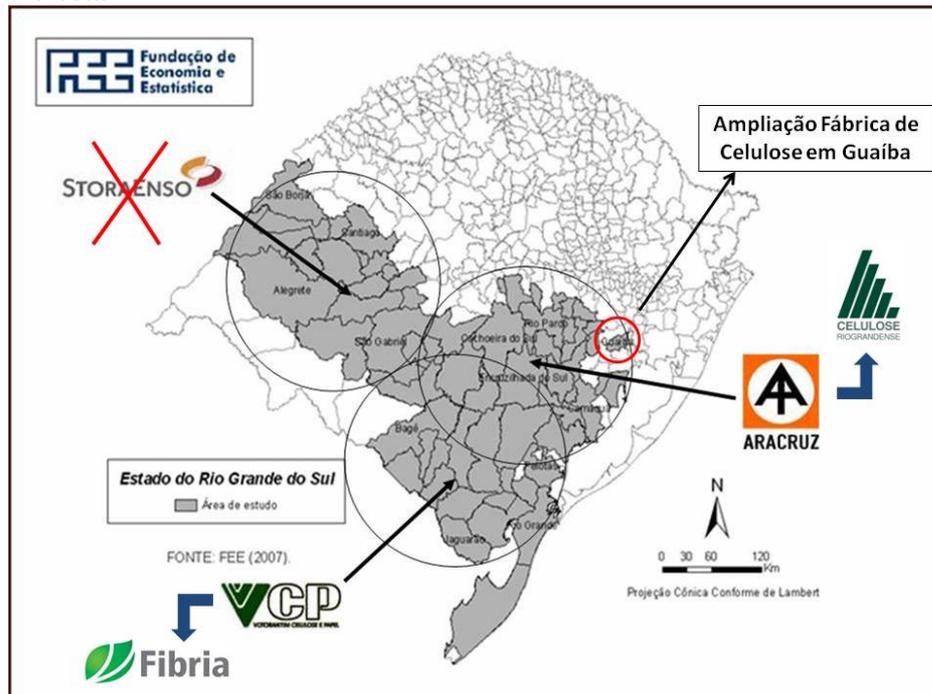
Adquiriu em torno de 45 mil ha na fronteira oeste do RS com investimento em torno de R\$ 100 milhões. No entanto, depois de 2008 a Stora Enso encerrou a compra de terras no RS, investindo diretamente nas plantações em terras uruguaias. Em 2010, a empresa inaugurou sua fábrica de celulose em Contillas, departamento de Colônia, Uruguai.

Entretanto, no decorrer destes anos ocorreram mudanças empresariais consideráveis nos negócios florestais destas empresas. Entre as mudanças que mais se destacaram estão:

- a) a fusão da Aracruz com a VCP, originando a Fibria;
- b) em 2009, a compra da fábrica de celulose em Guaíba da Fibria pela chilena CMPC, originando a Celulose Riograndense;
- c) e a desistência da Fibria e da Stora Enso de construírem suas fábricas de celulose no estado.

A partir dos investimentos realizados por estas empresas e com as mudanças empresariais sofridas ao longo dos últimos anos, o mapa da localização dos empreendimentos de eucalipto (celulose) no Rio Grande do Sul poderia ser visualizado da seguinte forma (**FIG.19**):

Figura 19 - Mapa com a localização dos plantios de eucalipto por empresa florestal



Fonte: Adaptado de FEE (2007) e Binkowski (2009).

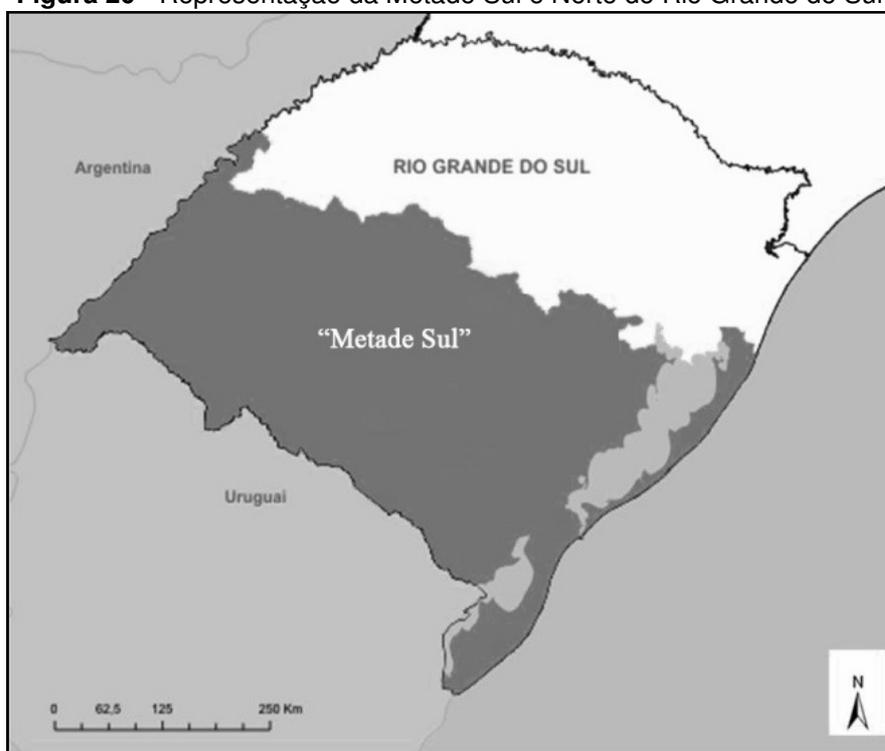
- a) a Aracruz Celulose S.A. - hoje Celulose Riograndense, permanece investindo em plantios na região da Depressão Central e Serra do Sudeste e na ampliação da fábrica de celulose em Guaíba;
- b) a VCP - hoje Fibria, permaneceu com as áreas de plantios na Serra do Sudeste e Encosta do Sudeste e aguardando as colheitas a serem realizadas no estado; porém, os investimentos em novas áreas estão parados; a empresa estaria investindo em outros estados como o MS;
- c) e, a Stora Enso permaneceu com os plantios em município da Campanha, atualmente aguarda para realizar as colheitas e não está mais investindo na compra de terras no RS; passou a investir em terras uruguaias.

Conforme Gautreau (2014), as três empresas, Celulose Riograndense, Stora Enso e Fibria, concentram 30% do total plantado com monocultivos de árvores no estado, em torno de 178 mil ha sobre os 592 mil ha estimados. Portanto, o que se observa é que as três empresas se estabeleceram geográfica e estrategicamente, instalando suas plantações em regiões do estado onde não houvesse disputa pela compra de terras, pois isso poderia acarretar no aumento do valor pago por hectare.

5.2 A METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL: O MONOCULTIVO DE EUCALIPTO COMO A “SALVAÇÃO DA LAVOURA”

De acordo com Heindrich (2000), a Metade Sul abrange em sua maior extensão a campanha gaúcha, situada ao sudoeste do RS, pertencente ao Bioma Pampa, apresentando como paisagem principal os campos nativos, o que propiciaram a atividade pastoril extensiva, caracterizada principalmente por baixos índices demográficos e alta concentração fundiária⁸¹.

Figura 20 - Representação da Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul



Fonte: Binkowski (2009).

A atual realidade da Metade Sul, em termos econômicos, sociais e agrários, é de uma região que se mantém economicamente atrelada à dicotomia agrícola da pecuária extensiva e das lavouras anuais, apresenta mão de obra barata, baixa densidade populacional e uma estrutura agrária baseada em grandes extensões de terra (conhecidas como latifúndios ou estâncias), o que, de certa forma, torna a compra e o arrendamento de terras facilitado para a produção comercial de árvores como o eucalipto. A situação econômica instável dos pecuaristas extensivos da

⁸¹ Segundo o Ministério da Integração Nacional (2009), a Metade Sul é um território de aproximadamente 154.099 Km², com 105 municípios.

região e a desaceleração das atividades da pequena agricultura, também seria outro ponto que poderia colocaria em xeque o “desenvolvimento regional” da Metade Sul, o que, abriria espaço, desta forma, a outras atividades econômicas como a própria silvicultura.

Se valendo deste cenário para alocar os empreendimentos de produção de madeira para celulose e papel, empresas florestais e Estado passaram a incorporar em seus discursos elementos que salientam a “desaceleração econômica e social” focados, particularmente, nos baixos índices do PIB e IDH, alegando desta forma, o não desenvolvimento da região. Segundo as empresas florestais e o Estado, a presença da atividade de produção de madeira para celulose e papel traria o “desenvolvimento” e, portanto, teria o “poder” de aumentar substancialmente tais índices por meio da geração de empregos, arrecadação de impostos, melhoria da infraestrutura regional e local, e incentivo à “enfraquecida” produção agropecuária, sendo literalmente a “salvação da lavoura” para a população da região.

Analisando-se a dispersão das empresas florestais no país e em outros locais do mundo, uma das estratégias utilizadas para localizar seus empreendimentos é a de construir uma imagem negativa de “pobreza”, de “não desenvolvida”, de “economicamente deprimida” e/ou “estagnada” dos locais onde pretendem instalar suas plantações, com o propósito de anunciarem os monocultivos de árvores como forma “salvacionista”.

Acselrad (2007, p. 7-8) comenta que os critérios para a implantação dos empreendimentos florestais (seja a fábrica ou as plantações, ou ambos) dizem respeito, via de regra, “[...] à situação de estagnação econômica das regiões em pauta, que faz destas propostas a esperança de salvação econômica para a região, atraindo com frequência o apoio político dos governos e setores empresariais locais.”.

Observa-se que, geralmente, estas empresas florestais seguem a ideia de levar/trazer desenvolvimento a regiões consideradas “subdesenvolvidas”, “atrasadas”, “estagnadas”, “pobres” e que por meio da implantação dos negócios florestais, teriam a capacidade de transformar este cenário, tornando-o, “desenvolvido”, “moderno”, “progressista” e “rico”. Esta dinâmica florestal desenvolveu-se no extremo sul da Bahia (“bolsões de miséria”), no norte e no vale do Jequitinhonha (“vale da miséria”) em Minas Gerais e no norte do Espírito Santo (“áreas não desenvolvidas”), ocorrendo o mesmo na região “pobre” da Metade Sul

do Rio Grande do Sul. Gerhardt *et al.* (2014, p. 1) comenta que é desta condição negativa, que de tempos em tempos surgem entre “[...] governantes, mídia, empresários e políticos, propostas de caráter salvacionista (por vezes messiânico) visando propiciar sua ‘reestruturação produtiva’ e inseri-la nos circuitos produtivos capitalistas e mercados globais.”.

Outro argumento muito utilizado, principalmente, pelas agências de fomento ou mesmo pelos agentes hegemônicos, é o de tratar “áreas desocupadas” por “vazios” – “vazios econômicos”, “vazios ambientais”, “vazios demográficos” – e, que portanto, tais áreas estariam destinadas “naturalmente” a serem ocupadas demograficamente ou preenchidas por atividades econômicas.

No caso do RS, o argumento dos atores sociais favoráveis à instalação das empresas florestais, era de que os campos da Metade Sul eram considerados um “vazio ambiental”. Argumento totalmente rechaçado por cientistas e movimentos ambientalistas que consideram os campos sulinos rico em biodiversidade de fauna e flora e que inclui espécies endêmicas e ambientes exclusivos, sendo parte essencial do Bioma Pampa⁸² (BINKOWSKI, 2009).

5.3 AS LÓGICAS DE ALOCAÇÃO/DESLOCAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS MADEIREIRO-CELULÓSICOS

Outro tipo de estratégia dos empreendedores florestais é a coerção realizada com o Estado ou município a partir da ameaça de não implementar (quando ainda não alocados) seus empreendimentos ou de retirar seus serviços do local (quando já locados), com o intuito de adquirir vantagens em termos tributários, econômicos, ambientais, políticos, entre outros, chamada de “chantagem locacional” ou “chantagem da deslocalização”.

A chantagem locacional ocorre quando existe a ameaça de deslocalização de um empreendimento, ou seja, o “[...] movimento de transferência de unidades produtivas entre espaços sociopolíticos com distintas condições geográfico-institucionais [...]” (BEZERRA, 2009, p. 4), com o intuito de aumentar a rentabilidade

⁸² Localizado na Metade Sul do RS, apresenta em torno de 176 mil Km² (IBGE, 2006). Chamado de Bioma Pampa ou Campos Sulinos tem uma vegetação de campo e relevo de planície, caracterizado por planícies vastas e abertas, vegetação densa, arbustiva e arbórea, nas encostas e ao longo dos cursos de água, além de haver a ocorrência de banhados (CHOMENKO, 2008).

dos investimentos. Essa situação esteve presente em dois momentos distintos no RS, por meio da ação de duas empresas florestais e será o tema das próximas seções.

5.3.1 A “invasão” do Horto Barba Negra e a ameaça de deslocação da Aracruz Celulose

Em março de 2006, as mulheres trabalhadoras rurais pertencentes à Via Campesina⁸³, ocuparam e destruíram mudas e equipamentos do maior horto florestal do RS, pertencente à empresa Aracruz Celulose S.A., no município de Barra do Ribeiro (BINKOWSKI, 2009). De acordo com a Via Campesina, o intuito da ação foi o de “[...] denunciar as consequências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucalipto.” (GERCHMANN, 2006).

A Aracruz, em nota à sociedade riograndense após o acontecido, comentou que haviam sido destruídos trabalhos de melhoramento genético de 20 anos e que esta “invasão” poderia prejudicar o RS na disputa para sediar a nova unidade da empresa. Anteriormente, a empresa havia divulgado que ampliaria a fábrica de celulose e anunciava a escolha de Guaíba para sediar o empreendimento. Com o ocorrido no horto, a Aracruz colocava em dúvida a construção da fábrica no RS.

Com a possibilidade da não alocação da fábrica (que ainda não havia sido construída, nem ampliada), políticos e empresários passaram a se manifestar, pedindo a criminalização do fato ocorrido. Para o vice-governador à época, Antônio Hohlfeldt, o ato foi de “provocação e bandidagem” (CORREIO BRAZILIENSE, 2006); já para Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, a ação foi violenta e deveria ser tratada no âmbito do poder judiciário. As entidades empresariais em nota de repúdio disseram que “[...] esses atos que afrontam a lei agredem a democracia, também destroem as oportunidades sociais e os empregos gerados por esses empreendimentos.” (GERCHMANN, 2006).

As entidades ao alertarem para a possível perda de “oportunidades sociais e empregos gerados” com não construção da fábrica da Aracruz, provocaram a

⁸³ A “Via Campesina é um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e medianos produtores, mulheres rurais, indígenas, jovens rurais e trabalhadores rurais. Defendemos os valores e os interesses básicos de nossos membros; somos um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma afiliação política, econômica ou de outro tipo” (VIA CAMPESINA, 2009).

mobilização de mais de mil pessoas entre moradores, comerciantes e funcionários públicos do município de Guaíba em uma passeata pelas ruas do município. Os manifestantes pediam a punição das invasoras do horto, apoiando assim a empresa.

A Associação Gaúcha de Empresas Florestais (AGEFLOR) em nota de repúdio, disse que “a intolerância praticada ao exemplo do que ocorreu, se tolerada, somente garante uma sociedade pobre, ignorante, violenta e arbitrária, onde prosperam todos os frutos do mal”, registra ainda que seu papel é o de “combater o mal através do bem”.

Entre saber o que é exatamente o “bem e o mal”, o ato ocorrido no horto florestal acabou criando duas situações para a Aracruz, uma do ponto de vista negativo, com a interrupção das pesquisas científicas, e outra, do ponto de vista positivo, onde a Aracruz, por meio de suas declarações, carregou a opinião pública a seu favor além de incentivar o governo estadual a modificar (leia-se “melhorar”) as vantagens já oferecidas à empresa, com o intuito de fixar a empresa em solo gaúcho.

5.3.2 A chantagem locacional e a deslocação da fábrica de celulose da VCP/Fibria

O investimento total para a implantação da base florestal e da fábrica está estimado em US\$ 1,3 bilhão e a produção prevista é de um milhão de toneladas de celulose por ano, com a geração de milhares de empregos diretos e indiretos em toda a região. Este era basicamente o conteúdo das notícias estampadas nos principais jornais do Rio Grande do Sul em 2005.

A notícia trouxe novas perspectivas quanto à geração de emprego em 12 municípios da Metade Sul, onde o Projeto Losango estava sendo implantado pela VCP e que poderiam, portanto, ser escolhidos para sediar a fábrica. Entre os municípios: Arroio Grande, Bagé, Candiota, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Hulha Negra, Pedras Altas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande e Jaguarão (VCP, 2006).

Em maio de 2008 foi divulgado que apenas dois municípios estavam na disputa pela fábrica: Arroio Grande e Rio Grande. Dentro dos “preceitos e da lógica florestal”, o município que oferecesse mais vantagens competitivas, ganharia a disputa pelo empreendimento. A própria empresa estimulava a competição entre os

municípios, buscando as “condições sociais e institucionais” (BEZERRA, 2009) que melhor lhe favorecessem, configurando dessa forma, pontos característicos de uma “chantagem locacional”.

No entanto, com a crise de 2008-2009, a VCP/Fibria alegou interromper o andamento das licenças referentes à operação da fábrica em função da desestabilização da atividade de silvicultura. Porém, o que se constatou é que as restrições ambientais e o preço da terra teriam dificultado a realização de novos plantios e, que este teria sido o grande motivo pelo qual a fábrica de celulose não foi implantada no RS.

A crise financeira 2008/2009 iniciada nos Estados Unidos ocasiona um efeito dominó em grandes instituições financeiras (crise dos *subprimes*) com desdobramentos a nível global ocasionando uma crise econômica internacional. As incertezas econômicas desaceleram e suspendem por tempo indeterminado os projetos e os investimentos das empresas do setor de celulose no Rio Grande do Sul. (MORELLI, 2011, p. 116).

A VCP/Fibria realocou seu projeto de construção da fábrica de celulose para o Mato Grosso do Sul, com base nas vantagens estratégicas de mercado, e onde não há, até o momento, legislação ambiental para a produção comercial de árvores. Algumas das razões para a empresa florestal ter migrado para o Mato Grosso do Sul são citadas por Almeida (2012):

- a) a presença de água em abundância propiciada pela bacia do rio Paraná;
- b) um conjunto de incentivos fiscais e facilidades creditícias no âmbito das três esferas administrativas (federal/estadual/municipal);
- c) predomínio de propriedades acima de 2 mil ha e de baixo custo (preço médio R\$ 3.190,00/ha);
- d) condições edafoclimáticas propícias ao desenvolvimento do eucalipto e ao uso de gel com vistas à diminuição da perda de mudas pós plantio;
- e) flexibilização das leis ambientais por meio de resolução que dispensa de licenciamento ambiental as atividades de plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas, com finalidade de produção e corte ou extração de produtos florestais diversos;
- f) paralisia da política de assentamentos rurais para a região em questão, o que deixa “espaços vazios” a espera do agronegócio;

g) baixa articulação na região de ações organizadas de reivindicação de território (conflitos fundiários) por parte de movimentos sociais organizados (sem terra, quilombolas, indígenas).

Esta é a maneira que as empresas selecionam os espaços para localizar seus empreendimentos, obviamente levam em consideração às condições locais, geográficas e ambientais, mas sobretudo, as condições político-econômicas que mais lhes favorecerão na implantação de seus negócios florestais.

A força destes agentes residiria exatamente na chantagem locacional pela qual os grandes investidores envolvem/submetem todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens financeiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade, condições legais fundiárias e ambientais apropriadas etc. os capitais internacionalizados ameaçam se “deslocalizar” para outros países. No plano subnacional, se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se “deslocalizam”, penalizando, conseqüentemente, os estados e municípios onde é maior o empenho em se preservar conquistas sociais. Ao mesmo tempo, ao escolherem o espaço mais rentável onde se realocar (ou seja, aqueles locais onde conseguem obter vantagens fiscais e frouxidão normativa), acabam premiando com seus recursos os estados e municípios onde é menor o nível de organização da sociedade e mais débil o esforço em assegurar o respeito às conquistas legais. Ou seja, neste quadro político-institucional, os capitais conseguem, em níveis antes desconhecidos, internalizar a capacidade de desorganizar a sociedade, punindo com a falta de investimentos os espaços mais organizados, e premiando, por outro lado, com seus recursos, os espaços menos organizados. (BEZERRA, 2009, p. 5).

Observa-se que nas duas situações apontadas anteriormente, as pressões dos agentes florestais hegemônicos, dotados de grande poder político-econômico, se dão da seguinte forma, segundo Acselrad (2007):

- a) pela ameaça de retirada do investimento para outro local; ou
- b) pela ameaça de que não se aceitando o empreendimento tal como a empresa o deseja, nenhuma outra atividade virá ali se implantar.

Nos dois casos, com a “retirada do empreendimento” ou apenas a “ameaça”, é sempre a população local que sai perdendo, “[...] por serem via de regra, pouco contempladas pelas ações dos poderes públicos na garantia de direitos e serviços básicos [...] entre condições precárias e ambientalmente problemáticas de trabalho ou nenhum trabalho.” (ACSELRAD, 2007, p. 3).

Nesse sentido, a “lógica florestal” realizada pelas empresas florestais no RS utilizou-se da “ameaça de deslocalização” dos seus empreendimentos como uma forma de conseguir as vantagens econômicas e políticas desejadas.

Portanto, não é o capitalismo que se democratiza ao migrar (e principalmente apenas ameaçar migrar) para regiões economicamente deprimidas, mas é o dispositivo da ameaça de deslocalização que garante aos investimentos que as pressões por democratização serão deprimidas, aqui e acolá, diante da necessidade de atrair capitais descompromissados com o desenvolvimento de qualquer território. (BEZERRA, 2009, p. 5).

Aqui, evidencia-se outro ponto polêmico dentro da “lógica florestal”: o quão interessadas estão tais empresas florestais em realmente mudar os territórios considerados “deprimidos”? O que se observa é que em grande parte das trajetórias dos empreendimentos florestais ocorre à existência de um enorme contrassenso entre o “desenvolvimento do capitalismo e o desenvolvimento social”, o primeiro tem assegurado o revigoramento das taxas de lucro das empresas, e o segundo, se aproxima de um “jogo de soma zero” (BEZERRA, 2009) nos espaços onde são instalados tais empreendimentos.

Segundo Zhouri e Laschefski (2010) a “ameaça da deslocação”, com o rompimento dos contratos e compromissos sociais (empregados, contribuintes para o orçamento público, com todos os setores produtivos e serviços ligados a eles), tornou-se uma “arma poderosa” para que os Estados cedam às demandas territoriais dos grandes empreendimentos florestais. Os autores chamam a atenção para a dinâmica territorial adotada pelas empresas de “[...] transformar o espaço em unidades de propriedades privadas que possam ser comercializadas como mercadorias, avaliadas pelo seu valor de troca e cada vez menos pelo seu valor de uso.” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 24).

Evidentemente que os estados do Rio Grande do Sul ou do Mato Grosso do Sul, por exemplo, também estimulam a competição pela alocação dos empreendimentos florestais, com intuito de incorporar este “capital externo” e, a partir disso, aderem à “lógica florestal” imposta pelas empresas. Conforme Zhouri e Laschefski (2010), os estados facilitam a aquisição de terrenos por meio da isenção de taxas e impostos ou disponibilizando terras públicas/devolutas para o setor privado, na forma de concessões, com a finalidade de exercer determinadas atividades econômicas, como a silvicultura.

A disputa entre os estados, desencadeada pelo capitalismo e, nesse caso particularmente, pela implementação dos empreendimentos florestais, representa “[...] o quanto as administrações públicas podem ser capturadas por alternativas infernais [...]” (BEZERRA, 2009, p. 13). Pignarre e Stengers (2005, p. 39-40, tradução nossa), denominam de “alternativas infernais”, o “[...] conjunto de situações que não parecem deixar nenhuma escolha a não ser a resignação ou uma denúncia que soa um pouco vazia, marcada de impotência, porque não oferece nenhuma possibilidade de tomada de ação.”. Para Pignarre e Stengers (2005, p. 40, tradução nossa), atualmente o capitalismo mostra-se como um sistema que “[...] paralisa e captura os atores sociais no interior de alternativas infernais.”, ante a guerra econômica incontrolável.

Nessa situação, o Estado e as empresas florestais decidem pela população, que perde sua autonomia para decisões políticas. Mello (2009, p. 28) comenta que está configurada aí “[...] a marca da impossibilidade, da não-negociação, da ação coletiva frente a decisão de um projeto diferente do hegemônico.”. No RS, não houve qualquer tipo de consulta à população da Metade Sul sobre a decisão de tornar a atividade de silvicultura o “carro chefe” das estratégias de desenvolvimento da região, isto é, não houve nenhuma participação da população na tomada de decisão.

O estado que “recebe”/“aceita” tais empreendimentos no seu território, substitui a política da “submissão” pela de “competitividade”, cujo requisito é a capacidade de atrair sobre si, os investimentos disponíveis no mercado (PIGNARRE; STENGERS, 2005; BEZERRA, 2009; ACSELRAD; BEZERRA, 2010). Nessa lógica da “livre-escolha”, como se refere Acselrad e Bezerra (2010), o estado primeiramente entra no jogo de disputa por investimentos (florestais), aceita “as regras do jogo” e, em consequência disso, arca com os possíveis riscos envolvendo a população.

Os riscos socioambientais dos empreendimentos madeireiro-celulósicos recentemente alocados em determinadas áreas da Metade Sul do RS, foram negligenciados pelo Estado, no entanto, baseado na trajetória destes empreendimentos florestais em outros estados/locais, se sabe que estes riscos se mostram iminentes e inexoráveis.

Está em jogo aqui o que Harvey (2004, p. 120) chama de “acumulação por espoliação”, ou seja, a globalização por meio da liberalização dos mercados não

produz uma “condição melhor para todos”, pelo contrário produz níveis elevados de desigualdade social e instabilidades que, geralmente, tendem a provocar crises agudas de sobreacumulação. Desta forma, os agentes hegemônicos acumulam (lucro) e as populações sofrem as consequências das atividades econômicas como a “mercantilização da natureza”; a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas de produção e de consumo (HARVEY, 2004).

Portanto, o maior promotor desses processos, que mantém “[...] as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas mas não necessariamente convergentes.” (HARVEY, 2004, p.121) é o Estado. Em consequência disso, o que passa estar em jogo entre as empresas florestais (lucro), o Estado (investimentos) e a sociedade civil (impactos) – é a apropriação e uso do território.

5.3 A DUALIDADE DO ESTADO E O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE E DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS FLORESTAIS

O que se tem observado nesta última década, em relação à ação do Estado frente às políticas para o setor florestal e o desenvolvimento da Metade Sul do RS, é uma posição de “dualidade”. Pois de um lado o Estado incentiva o estabelecimento do monocultivo de eucalipto na Metade Sul, sob o discurso e o pretexto de alavancar o desenvolvimento econômico da região e, por outro, regula e controla as mesmas políticas públicas de “desenvolvimento” para que a implantação deste monocultivo não degrade o ambiente (BINKOWSKI, 2009).

Segundo Diesel *et al.* (2006), o apoio do Estado se dá simultaneamente aos propósitos da política social de busca de alternativas para superação da pobreza rural; da política econômica de apoio a setores produtivos com potencial de dinamização produtiva regional; e, da política ambiental, respectivamente, tais “propósitos” se referem à Metade Sul, as empresas florestais instaladas no RS e ao órgão ambiental que controla e fiscaliza a atividade florestal.

O papel do Estado em relação à expansão dos empreendimentos de produção de eucalipto para celulose e papel na Metade Sul do RS pode ser considerado “maleável/flexível” ao considerar que suas decisões podem se

aproximar mais dos interesses das empresas florestais ou dos atores sociais contrários ao estabelecimento dos monocultivos de eucalipto. Nessa esfera existem diferentes atores mobilizados e com diferentes visões em curso, portanto, fica evidente que ao se manifestar, o Estado se move em direção a determinados interesses.

Segundo Binkowski (2009), essa dualidade do Estado no RS estaria representada, de um lado, pelos órgãos estaduais específicos de criação de políticas públicas de desenvolvimento e, do outro, pelos órgãos ambientais, responsáveis por controlar a expansão florestal em determinados espaços. Tal dualidade pode demonstrar um Estado “esquizofrênico”, já que financia e subsidia empresas florestais em busca de desenvolvimento regional, mas concomitantemente, barra e desestimula o estabelecimento da atividade de silvicultura em certos espaços, por meio de normas ambientais promulgadas em função dos efeitos que podem provocar ao ambiente⁸⁴.

De acordo com Maia (2008) o Estado, enquanto ator social, apresenta dois papéis marcantes: o de buscar a sustentabilidade dos recursos [ambientais], para garantir a sobrevivência e qualidade de vida da sociedade; e, ao mesmo tempo, o de buscar a promoção do desenvolvimento econômico. Estes dois papéis ao serem confrontados, levaria a um “[...] conflito entre desenvolvimento e sustentabilidade, entre o capital e as populações tradicionais [...]” (MAIA, 2008, p. 7) e, entre o próprio Estado e as empresas florestais.

Almeida (2012, p. 12) defende que “[...] o desenvolvimento econômico é um mito cuja funcionalidade é criar um imaginário coletivo centrado na ideia de que todos serão beneficiados pelo desenvolvimento do capital [...]”, situação que leva as populações a aceitar sacrifícios que incluem formas de dependência e de degradação do meio ambiente. Seja para as empresas florestais, seja para o Estado, os “efeitos não sustentáveis do desenvolvimento” (pautado na ideia de crescimento econômico via industrialização direcionada à exportação de mercadorias, com o objetivo de acumulação de riqueza abstrata no contexto da

⁸⁴ Em 1972, o antropólogo Gregory Bateson definiu o *double-bind* (ou duplo vínculo) como uma situação em que uma pessoa se vê diante de mensagens simultâneas de aceitação e rejeição, ou de estímulo e repressão. O *double-bind* é perverso porque ele gera uma situação em que o receptor da mensagem não pode ganhar. Ele é obrigado a conviver e aceitar uma ambiguidade externa flagrante. Na sabedoria popular, a lógica do *double-bind* aparece em ditos como “[...] se correr o bicho pega, se ficar o bicho come [...]” e “morde e assopra” (MELLO, 2009, p. 29).

globalização), “[...] são percebidos como solucionáveis por meio da utilização de novas tecnologias e de um planejamento racional.” (ZHOURI *et al.*, 2005, p. 12).

Os “efeitos não sustentáveis” seriam os efeitos socioambientais gerados pelos empreendimentos florestais, cujas populações e o ambiente local, via de regra, tendem a ser os mais impactados. O fato é que uma atividade, como a de silvicultura na Metade Sul, é tida como “redenção econômica” (GERHARDT *et al.*, 2014), tanto o poder público quanto parte da população local, tende a invisibilizar impactos, danos e conflitos em torno dos empreendimentos florestais. Portanto, este é um ponto importante a ser discutido: as diferentes concepções sobre o “desenvolvimento” a partir da atividade de silvicultura.

Binkowski (2009) constatou em sua pesquisa sobre a expansão da silvicultura no RS, que os “adeptos do desenvolvimento” (favoráveis e motivadores à expansão da silvicultura) defendem uma noção econômica de desenvolvimento e que o “desenvolvimento” apresenta as seguintes conotações: econômico, progresso, evolução, benefícios, crescimento, investimento, melhoria, aumento e consumo. Do outro lado estão os “críticos à silvicultura” (contrários ou receosos com a expansão da silvicultura), estes tem como base a busca pelo “desenvolvimento sustentável” e levam em conta termos como: equilíbrio, ambiental, social, cultural, conservação, preservação, natureza, meio ambiente, responsabilidade e sustentabilidade.

É notório, portanto, que em cima destes diferentes discursos dos atores sociais, as empresas florestais tenham se adaptado ao viés “ambiental”, “ecológico”, “sustentável” e, portanto, elas passam a se utilizar cada vez mais do discurso do “desenvolvimento sustentável” ou da “sustentabilidade”, baseando-se em preceitos da “conservação e preservação ambiental”. Assim adotam uma série de termos, noções, conceitos, imagens, discursos, parcerias, propagandas usados estrategicamente para que as empresas possam se adequar às regras do jogo, isto é, as regras impostas pelo mercado, pelas organizações ambientais e pela sociedade civil.

A “sustentabilidade” realizada pelas empresas florestais se dá por meio de algumas práticas como o manejo sustentável da produção silvicultural, a elaboração de programas de responsabilidade social e dos selos de certificação florestal, da adequação a legislação ambiental, da preservação da reserva legal, entre outros (BINKOWSKI, 2009) que tendem a legitimar “positivamente”/“ambientalmente” as empresas florestais perante a sociedade. De acordo com Almeida (2012) o

complexo florestal apresenta toda uma forma de “moldar a cultura do eucalipto” por meio de ações que construam ou invertam conceitos. Almeida (2012) cita alguns exemplos que ilustram esta construção/inversão:

- a) o conceito de monocultura/monocultivo substituído pelo de floresta;
- b) o corte mecanizado do eucalipto que passou a se chamar “colheita”;
- c) a fábrica agora é chamada de *site*;
- d) os problemas urbanos passam a ser reconhecidos como “dor do crescimento”, entre outros.

Estas também são estratégias (quase que doutrinadoras) que as empresas florestais fazem para legitimar sua “atividade de risco” frente ao grande público. Segundo Almeida (2012, p. 15), “A introdução desta linguagem nada tem de neutra, há uma intencionalidade.”, e explica que:

São estratégias que buscam biologizar as mudanças que estão sendo introduzidas no nosso cotidiano, e este imaginário cria uma situação de conformidade porque na Biologia crescimento e desenvolvimento são processos naturais. Então, naturalmente ninguém pode estar contra o desenvolvimento/progresso. Mas não é este o caso, o que acontece aqui nada tem de natural, é doutrina econômica cujo centro motivador é o mercado capitalista e precisa de fiscalização e limite. (ALMEIDA, 2012, p. 15).

As empresas florestais investiram nestas “artimanhas” como uma oportunidade de se fazer crer que sua atividade não é de “risco”, evitando assim problemas relacionados ao mercado e, por isso, passaram a adotar critérios ambientais e sociais em sua atividade produtiva. Vale retomar o que Zhouri (1998; 2006), Laschefski e Freris (2001) e Laschefski (2002) falam sobre o processo de “ecologização” destas empresas e dos grupos ambientalistas que passaram a substituir as ações de confronto por relações de parceria com as empresas.

Com efeito, grande parte dos esforços ambientalistas têm se concentrado em ações para uma espécie de “pedagogia” do capitalismo, ou seja, ações voltadas para o esverdeamento do empresariado, no sentido do seu convencimento para adoção de planos de gestão ou de manejo ambiental, além de políticas sociais. (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010b, p. 2).

Uma das estratégias das empresas florestais com viés do “esverdeamento” é o da responsabilidade social ou os Programas de Responsabilidade Social (PRS). O

PRS consiste no desenvolvimento de ações sociais e ambientais através de investimentos financeiros no setor socioambiental local e/ou regional visando à aceitação de sua matriz econômica e seus projetos operacionais como forma de minimizar a pressão exercida pela opinião pública (VIEIRA, 2004). Segundo Morelli (2011), os PRSs preveem a atuação das empresas em ações de monitoramento, proteção e/ou preservação: no meio físico (água, ao solo e ao ar); no meio biótico (fauna e flora); e, antrópico (as variáveis priorizadas seriam o emprego, a educação, o transporte e a segurança do local ou da região do empreendimento).

Ao falar-se em “responsabilidade”, vem à tona novamente o “agir” do Estado que por vezes, transfere às empresas florestais a responsabilidade de criação, manutenção e amparo de serviços que deveriam ser realizados pelo próprio poder público, nas localidades onde os empreendimentos estão implementados. De certa forma, o Estado estimula as empresas florestais a instalarem-se em determinadas áreas/regiões, dá incentivos e subsídios fiscais e com isto tira o “peso” que recaía sobre si, se eximindo de certos serviços e deixando a cargo das empresas algumas responsabilidades sociais.

Verifica-se aí a transferência de poder do Estado para as corporações, armando-se um “jogo de favores”, onde as empresas acabam sendo condescendentes. Em determinados locais tais serviços já ficam até “pré estabelecidos” entre empresa e poder local (município), uma espécie de “toma lá, dá cá”. De fato, aí está uma das críticas feitas ao Estado quando este transfere suas próprias responsabilidades para as empresas.

Diante da análise das lógicas do Estado e das empresas florestais, outro ponto importante a ser considerado é o comportamento da população dos municípios cujos empreendimentos de produção de madeira para celulose e papel foram implantados. No ano de 2007 e 2008 foram realizadas audiências públicas em 5 municípios do interior do RS para a elaboração do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (ZAS). Nestas audiências o discurso da população frente à expansão da silvicultura na Metade Sul do RS era de que a implantação da atividade traria desenvolvimento aos municípios e, portanto, teria o caráter “salvacionista” de que falam Acselrad (2007) e Gerhardt *et al.* (2014).

De acordo com Almeida (2012), em grande medida esta percepção positiva da população está atrelada a um passado de empregos precários, terras improdutivas e degradadas, e no caso da Metade Sul, a desaceleração da atividade

agropecuária. Segundo Almeida (2012) deve-se tomar cuidado com este tipo de raciocínio, “do antes e depois”, pode ser perigoso já que se tem como referência um cenário que se deseja superar.

Entretanto, quando o governo do RS decidiu que a silvicultura seria a “redenção econômica” da Metade Sul, houve argumentações contrárias à decisão do Estado de implantação do monocultivo de eucalipto especialmente de grupos ambientalistas e movimentos sociais. Morelli (2011) cita algumas destas críticas:

- a) alocação de recursos públicos às empresas (assessoria técnica, renúncia fiscal, financiamentos);
- b) grandes áreas ocupadas pelas plantações, resultando, por exemplo, em altas taxas de desemprego e pobreza local/regional;
- c) contaminação por pesticidas que fluem através da água ocasionando problemas de saúde da população local;
- d) uso de transgenia com riscos ambientais;
- e) intensificação da concentração de terras;
- f) aumento ou intensificação de secas, elevação de temperaturas, destruição do bioma pampa;
- g) fragilidades ambientais de determinadas áreas e alteração da paisagem local.

O “movimento de expansão do monocultivo de eucalipto na Metade Sul do RS” se dá por meio do aumento da área de monocultivo de eucalipto, da adesão de novos municípios e da instalação/ampliação de empresas florestais. Passada uma década do início deste “movimento”, cabe questionar-se, afinal a atividade de silvicultura como forma de alavancar o desenvolvimento da região cumpriu seu papel?

Os próximos capítulos tratarão de caracterizar o município de Encruzilhada do Sul, local onde foi realizada a pesquisa empírica e de onde se pode obter algumas respostas acerca deste questionamento.

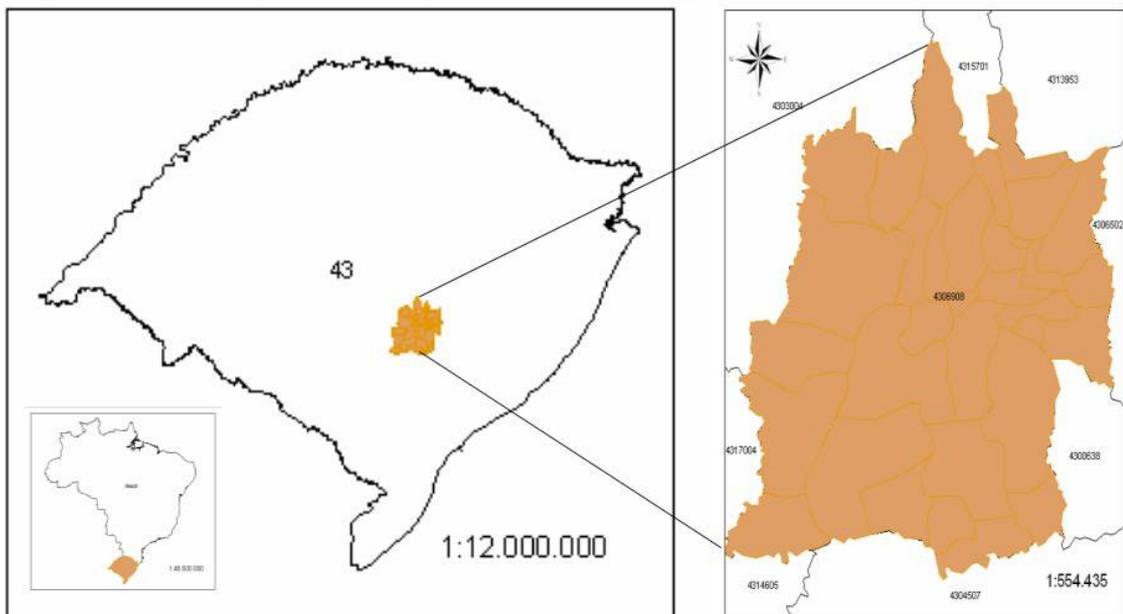
6 ENCRUZILHADA DO SUL: LOCALIZANDO O TERRITÓRIO DE PESQUISA

Este capítulo se destina a fazer uma breve introdução ao contexto histórico, socioeconômico, demográfico, ambiental e produtivo do município de Encruzilhada do Sul, para melhor situar o leitor nos processos atuais de transformação do território que serão abordados posteriormente na análise.

6.1 ASPECTOS LOCACIONAIS E DEMOGRÁFICOS

O município de Encruzilhada do Sul tem sua área limítrofe com os municípios de Rio Pardo e Pantano Grande ao Norte, Cachoeira do Sul e Santana da Boa Vista a Oeste, Dom Feliciano e Amaral Ferrador a Leste e Piratini e Canguçu a Sul; e dista 170 Km da capital do estado, Porto Alegre. Encruzilhada do Sul pertence à Bacia Hidrográfica do Guaíba e a Bacia do Rio Camaquã, localizado na região fisiográfica Serra do Sudeste, na mesorregião Sudeste Riograndense e à microrregião Serras do Sudeste.

Figura 21 - Localização do município de Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Adaptado de Moraes (2007).

Encruzilhada do Sul possui sete subdistritos (IBGE, 2010), ao norte e noroeste, subdistrito de “Capitão Noronha” e “Cerro Partido”; ao sul e sudeste, “Coronel Prestes” (ou “Vau dos Prestes”); a sudeste, na divisa com Amaral Ferrador, está o subdistrito de “Maria Santa”; a sudoeste, “Pompeu Machado”; na região central, “Santa Bárbara”; e a nordeste, a “Sede” (cidade).

Encruzilhada do Sul está na 13ª posição entre os municípios com maior extensão territorial no estado, com 3.348 Km², corresponde a 1,2% do território do estado do Rio Grande do Sul e encontra-se a 436 metros acima do nível do mar.

O município tem uma população de 24.534 habitantes, com densidade demográfica de 7,33 hab/Km² (IBGE, 2010). Desses 17.119 pessoas vivem na zona urbana, representando 69,8% da população, enquanto que 7.415 pessoas vivem na zona rural, representando 30,2%. A população é composta por 12.322 (50,22%) de homens e 12.212 (49,78%) por mulheres (IBGE, 2010). A população do município segundo o CENSO de 2000 era de 23.902 habitantes, enquanto que a estimativa para 2014 é de que a população ultrapasse os 25.500 habitantes.

Tabela 2 - A evolução da população em Encruzilhada do Sul/RS no período 1991-2010

| Residentes | 1991 | % | 1996 | % | 2000 | % | 2010 | % |
|-------------------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|-------------|----------|
| Urbana | 10.358 | 48 | 12.840 | 56 | 14.841 | 62 | 17.119 | 70 |
| Rural | 11.121 | 52 | 9.977 | 44 | 9.061 | 38 | 7.415 | 30 |
| Total | 21.479 | 100 | 22.817 | 100 | 23.902 | 100 | 24.534 | 100 |

Fonte: IBGE (2010).

O que se observa no município é o grande fluxo de pessoas que deixaram a zona rural e que, possivelmente, passaram a residir na cidade. Em 20 anos a zona rural perdeu mais de 3.700 moradores, enquanto que a zona urbana recebeu em torno de 6.700.

Segundo, Souza (2006, p. 52-53) a evolução da população ao longo do tempo em relação ao local de residência “[...] é resultado apenas de sua transferência do meio rural para o urbano, já que essa região não apresenta atrativos para imigrantes, também não havendo fenômenos significativos de transferência da população para outras regiões.”. Souza (2006, p. 53) comenta que “Parte da explicação para esse fenômeno está no primeiro ciclo de acacicultura em

Encruzilhada do Sul, que ocupou extensas áreas, deslocando os moradores dessa região, muitos deles agregados em fazendas.”.

6.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Em termos econômicos, o PIB do município gira em torno de R\$ 9.770,00 (IBGE, 2009) e o IDH é de 0,657 (PNUD, 2013). O IDESE (Índice de Desenvolvimento Econômico)⁸⁵ foi de 0,632 em 2010, se enquadrando na categoria de “médio desenvolvimento” (FEE, 2010). Vale realizar uma comparação, de que em 2001 o PIB era de R\$ 5.797,00 tendo um aumento significativo na renda *per capita* do município em dez anos. Já o IDESE obteve um significativo aumento em 2001 de 0,631, para 0,652 em 2006, no entanto, em 2010 o índice baixou para 0,632.

Chama-se atenção ainda para o índice de Gini⁸⁶ calculado para o município (DATASUS, 2014) que em 1991 apresentava um índice de 0,6028; em 2000 era de 0,5895, e em 2010 reduziu para 0,5382, constatando-se, portanto, que ao longo de duas décadas, a concentração de renda tem diminuído no município.

Em termos produtivos as atividades que mais se destacam no município são a pecuária, a agricultura e a silvicultura. Conforme dados do IBGE (2012), a agricultura do município se destaca na produção de arroz, milho, soja, trigo, feijão e fumo e também conta com o incremento da produção de frutíferas como melancia, uva, maçã e pêssego.

A pecuária é uma das atividades mais antigas em Encruzilhada do Sul e pelo Censo Agropecuário de 2006 se destacam a bovinocultura de corte com 112.112 cabeças e a ovinocultura com 69.470 cabeças. Em um retrospecto, no ano de 2004 havia 161.695 cabeças de gado no município e conforme dados do IBGE (2012), em 2012 reduziu para 122.042 cabeças. Já o rebanho ovino em 2004 tinha 63.348 cabeças e em 2012 contava com 74.675 cabeças.

⁸⁵ É um índice sintético, organizado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul. O IDESE é inspirado no IDH e composto por 12 indicadores, divididos em quatro blocos temáticos: Educação, Renda, Saneamento e Domicílios, e Saúde. Os municípios são classificados dentro de três níveis de desenvolvimento: alto (igual ou maior que 0,800), médio (igual ou maior que 0,500 e menor que 0,800) e baixo (menor que 0,500).

⁸⁶ Índice ou coeficiente de Gini, é utilizado para medir a concentração de renda ou a desigualdade de renda de um determinado grupo; consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade.

Na última década, a partir destes dados, pode-se afirmar que a pecuária ganhou novo fôlego enquanto sistema produtivo no município. No entanto, outra atividade tem disputado espaço com a pecuária no município, a silvicultura conta com uma área de cerca de 80 mil ha plantados, basicamente com acácia, eucalipto e pinus (ENCRUZILHADA DO SUL, 2014).

6.3 ASPECTOS AMBIENTAIS

Em termos físico-ambientais, o município está situado no Escudo Cristalino Rio-Grandense apresentando um relevo formado por um conjunto de ondulações suaves e moderadas. O relevo de serra, na área sedimentar antiga, se torna mais brando, chegando a suave ondulado, nesse planalto de rochas graníticas e nas partes central e leste, outros granitos do Complexo Canguçu entrecortados por falhas geológicas, além de deposições sedimentares sobrepostos (EMBRAPA, 2005).

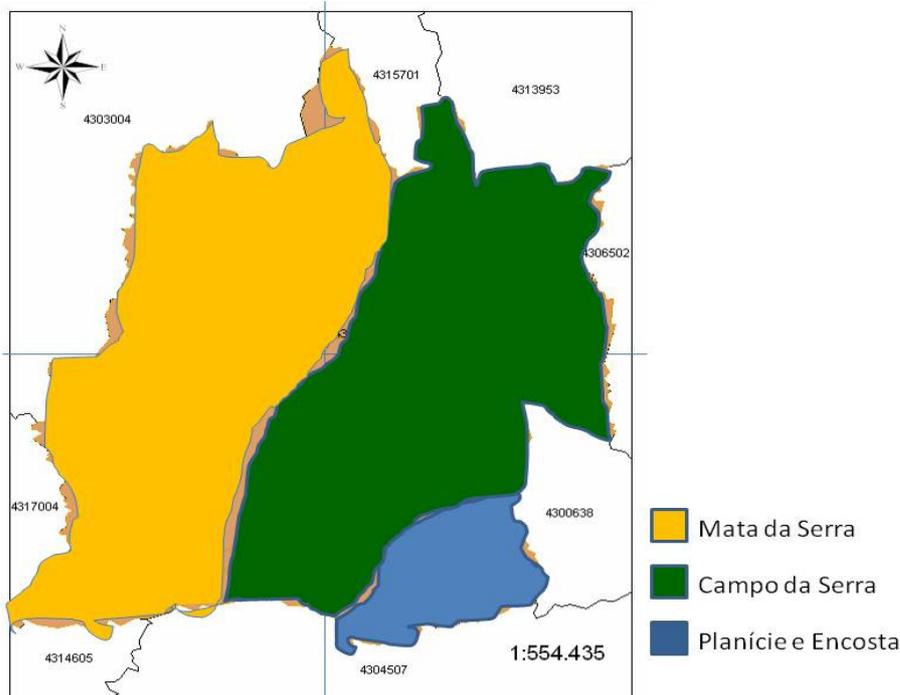
Ribas *et al.* (2004) realizaram um estudo no município de Encruzilhada do Sul, onde analisaram a paisagem e propuseram três diferentes tipos de zonas agroecológicas, cujas características principais são pertinentes de serem citadas neste trabalho para que o leitor compreenda como está caracterizado e localizado o sistema natural do território pesquisado (**FIG.22**).

- a) a “zona envolvendo a Planície do Rio Camaquã e a Encosta da Serra” caracteriza-se pela predominância de propriedades agrícolas entre 500 a 2.000 ha, com mão de obra familiar e principalmente contratada, cultivando lavouras anuais como arroz e soja, além da criação pecuária extensiva de corte. Em comparação com as outras duas zonas, é nesta zona que a agricultura é a mais desenvolvida, com motomecanização e cultivo de sementes selecionadas, tendo assim os maiores ganhos de produtividade. A vegetação caracteriza-se pela presença de campos limpo (espécies nativas) e sujo (espécies exóticas). O solo é caracterizado por inundações frequentes e propícias aos cultivos permanentes e à exploração da pastagem nativa.
- b) a “zona de campo” (na serra), apresenta uma maior diversidade em termos de estrutura fundiária, ocorrendo três tipos de produtores: “os familiares”, com área até 200 ha, produzindo cultivos de subsistência, com criação de pecuária

extensiva de corte e leiteira, além de possuírem áreas para “florestamento”; “os estancieiros tradicionais” com áreas maiores que 500 ha, são criadores de bovino de corte e ovinos, utilizam mão de obra familiar e, em menor número, contratada; e “os empresariais”, geralmente provindos de outros municípios/regiões, dispoendo de áreas entre 100 a 500 ha, utilizados com cultivos de uva, maçã, pêssego, melancia, e para extração/mineração de rochas, como mármore e granito. A agricultura caracteriza-se pela baixa motomecanização e, no caso dos produtores empresariais, a mão de obra contratada é local ou externa, dependendo da atividade. A vegetação natural característica é a Estepe, assim como na região da Mata, espelhando atualmente um “clímax de fogo”, acentuado na introdução da pecuária extensiva. Os solos característicos permitem, assim como na Planície, o cultivo de lavouras permanentes, porém, a presença de uma vasta faixa de terras, com afloramento de rocha e declividade não permitem o cultivo continuado de cultivos anuais.

- c) a “zona da mata” caracteriza-se pela presença de agricultores familiares empobrecidos, alguns deles trabalhadores temporários em outras propriedades, por grandes faixas de terras pertencentes à indústria de produção de madeira (pinus, acácia e eucalipto) e em algumas áreas trabalham na extração mineral. Cabe salientar que algumas das propriedades rurais são quase que permanentemente inacessíveis por veículos automotores, em decorrência de relevo acidentado e das condições das estradas de acesso. O solo é raso e com afloramento de rocha em quase toda a área, sendo este próprio para exploração da vegetação natural, pastagens ou mata.

Figura 22 - Localização das zonas agroecológicas em Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Adaptado de Ribas *et al.* (2004).

6.4 ASPECTOS PRODUTIVOS

O município de Encruzilhada do Sul se originou por meio das sesmarias e tem como atividade tradicional a pecuária. Em função deste contexto histórico e cultural é que se dão muitas das relações existentes entre pequenos e grandes produtores rurais na ocupação do espaço rural e também urbano do município.

No entanto, a pecuária vem se mostrando instável economicamente provocando diversas dinâmicas no cotidiano de quem depende economicamente desta atividade. Estas transformações a partir da pecuária se acentuaram ainda mais com a modernização da agricultura provocando mudanças em termos técnicos, econômicos e sociais em Encruzilhada do Sul (RIBAS *et al.*, 2004).

Ribas *et al.* (2004) comentam que no decorrer do século XX, vários foram os aspectos que levaram a pecuária a um patamar de crise, entre eles:

- a) a baixa produtividade da pecuária feita em terras “dobradas”;
- b) a descapitalização destes produtores;
- c) a divisão de terras em função das heranças familiares também contribuiu para a redução da produtividade;

d) a competição com outros estados pelos produtos provindos da agropecuária.

O arroz foi uma das primeiras tentativas de diversificação da agricultura, isso ainda na década de 1920, abrangendo também outros grãos como trigo, feijão, milho e soja, para posteriormente, aderir à produção de ovinos, especialmente para a lã, aproveitando o mercado que andava mais “aquecido” (RIBAS *et al.*, 2004).

Nessa época, com o incentivo à adoção da diversificação da agricultura e sem novos estímulos do governo, a atividade pecuária passa por uma forte desaceleração. Conforme Pesavento (1984), uma das saídas para a crise na pecuária veio do governo estadual, com o programa de desenvolvimento à instalação de frigoríficos nas regiões pecuaristas. Segundo Pesavento (1984) foi a partir da Primeira Guerra Mundial que ocorreram às primeiras entradas de capital estrangeiro no estado, viabilizando este investimento e promovendo a renovação tecnológica do rebanho.

No entanto, a pecuária em Encruzilhada não acompanhou as mudanças e ainda apresentava muitos entraves como os altos custos de investimento; a ausência de linhas de crédito para o setor; o despreparo dos criadores/produtores; e a ausência de assistência técnica (RIBAS *et al.*, 2004)⁸⁷.

Estas mudanças no setor agropecuário constatadas ao longo dos anos, tiveram reflexos também nas categorias sociais, onde muitos dos pecuaristas considerados “tradicionais” passaram a configurar uma nova categoria - a “familiar”⁸⁸ ou a “empresarial”, conforme as classificações dadas por Ribas *et al.* (2004). Também houve aqueles que aderiram somente à agricultura de grãos e desistiram da atividade pecuária.

Os poucos “pecuaristas empresariais” que se formaram em Encruzilhada localizavam-se em regiões privilegiadas, na Planície do rio Camaquã, na Encosta e no norte da Serra, próximo à Cachoeira. Na Serra, o predomínio foi de “pecuaristas tradicionais”, que conservavam praticamente inalterados os seus sistemas de produção, baseados na criação extensiva de gado. Em função da baixa escala de produção que obtinham, estes pecuaristas

⁸⁷ “A pecuária tradicional (ciclo longo) e a pecuária empresarial (ciclo curto), estão assim divididas pela diferença nos tempos de produção e a racionalidade dos negócios, cujas variáveis são: manejo, genética, alimentação e sanidade.” (FONTOURA, 2000, p. 91).

⁸⁸ Aquele caracterizado pela propriedade relativamente reduzida, com até 300 ha, desenvolvendo a criação extensiva e o cultivo agrícola de subsistência; não está inserido em grandes mercados já que a escala de produção é baixa (COTRIM, 2003).

passaram por um processo gradual de descapitalização. A divisão das terras, em decorrência de questões econômicas que levaram à venda ou arrendamento de parte das propriedades e da divisão das terras por herdeiros, também surgiu como um fator de estagnação na escala de produção, pela própria redução das áreas produtivas. Neste processo, parte dos “pecuaristas tradicionais” formou um tipo particular de agricultor denominado de “pecuarista familiar”. (RIBAS *et al.*, 2004, p. 11).

As dinâmicas socioambientais ocorridas na segunda metade do século XX refletiram-se também na concentração fundiária, ou melhor, na desconcentração fundiária, pois se tornou mais difícil encontrar estabelecimentos rurais com mais de 5 mil ha, como era comum no início do século.

Em 1938, a vila de Encruzilhada é elevada à condição de cidade devido ao crescimento demográfico apresentado naquela década. Contudo, nessa época ocorreram significativas transformações no sistema de produção da pecuária. A primeira, dizia respeito ao “pecuarista tradicional” que incorporou outras atividades à propriedade como a ovinocultura e o plantio de grãos, principalmente de milho e trigo (RIBAS *et al.*, 2004). A outra mudança aconteceu com os “pecuaristas empresariais”, que diversificaram suas atividades por meio do cultivo do arroz e, assim como os “tradicionais”, aumentaram o rebanho de ovinos. Os “pecuaristas empresariais” ocupavam cerca de 62% da área agrícola do município em 1940 (RIBAS *et al.*, 2004).

O que se constatou nessa época é que os “grandes produtores” (larga escala de produção), foram gradativamente diversificando suas atividades com lavouras anuais. Houve também aqueles “grandes produtores” que desistiram totalmente da pecuária e passaram a investir fortemente na agricultura. Já entre os “pequenos produtores” “[...] que dispunham de terras propícias ao plantio de grãos, abandonaram seu rebanho para dedicarem-se somente à agricultura.” (RIBAS *et al.*, 2004, p. 12). Foi em meados da década de 1940 que houve a expansão da ovinocultura no município, motivada pela crescente demanda de lã nos mercados gaúcho e internacional, como comentam Ribas *et al.* (2004):

Os campos gaúchos, pela natureza das pastagens de que se serve e pelas condições ecológicas favoráveis, contribuiu com mais de 65% do total do rebanho nacional em meados do século, possuindo ainda as lãs de melhores características. Porém, segundo Palazzo (1969), comparado ao de outros países produtores, o rebanho gaúcho revelou-se com baixo rendimento. (RIBAS *et al.*, 2004, p. 12).

A partir da década de 1940 com a consolidação da atividade agrícola no município de Encruzilhada, houve a expansão da área e o aumento da produtividade do arroz e do trigo; e uma certa redução na produção de feijão e de milho em decorrência do plantio regular e continuado desses cultivos em áreas inadequadas a este tipo de plantio, reduzindo a produtividade da lavoura. Em 1945, a cidade de Encruzilhada passa a se chamar Encruzilhada do Sul.

A década de 1950 é marcada pela forte adesão dos produtores do município à mecanização e a partir dos anos 1960, observa-se a redução da concentração fundiária, que volta a se elevar na década de 1970, vindo a diminuir apenas a partir dos anos 1990, com a implementação de assentamentos em Encruzilhada do Sul.

O processo fundiário da distribuição das terras é acompanhado por outras dinâmicas na posse dos estabelecimentos. Ao longo deste quinquênio, assim como diminui a proporção de terras sob a responsabilidade de arrendatários, parceiros ou ocupantes, retornando esta ao proprietário em si, os estabelecimentos considerados públicos ou coletivos perdem parte de sua área, repassando-a a posse individual ou de empresas de sociedade anônima (S.A.), reforçando a ideia de concentração social dos recursos. (RIBAS *et al.*, 2004, p. 14).

Até a década de 1970 o município era caracterizado como “lavoureiro e pecuário” no que tange à produção agropecuária, gado bovino e ovino e também lavouras de trigo, milho, soja, arroz. A década de 1980 é marcada pelo auge da modernização da agricultura, provocando mudanças no uso do solo, com investimentos externos e internos em fruticultura, mineração e silvicultura.

A atividade de silvicultura começa a ter considerável crescimento a partir de 1980, concomitante a isso, as lavouras deixam de ser a principal atividade nas propriedades. No período de 1985 a 1996, o rebanho ovino apresenta drástica redução, gerando consequências diretas na produção de lã, já abalada pela expansão do mercado de malhas sintéticas, já os produtores que persistiram na ovinocultura passaram a abastecer o mercado de carnes (RIBAS *et al.*, 2004).

Com um número elevado de áreas improdutivas no município, iniciaram-se em 1987, as negociações para se implementar assentamentos rurais em antigas fazendas desocupadas. Dois fatores contribuíram para a implementação dos assentamentos no município: o primeiro, diz respeito à crise econômica da pecuária e o segundo, a perspectiva de que os assentamentos trouxessem maior diversificação e renda para a agricultura do município.

A iniciativa de implementação de assentamentos foi do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Porém, este foi um processo lento, árduo e com muitas discussões envolvendo de um lado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do outro, a sociedade civil, prefeitura, sindicato patronal e diversas associações. Houve ações estratégicas de contestação da reforma agrária realizadas pela UDR (União Democrática Ruralista) e a realização de uma propaganda negativa daqueles contrários à criação dos assentamentos como poder público, da sociedade, sindicato rural e meios de comunicação como jornais locais e rádios.

De um lado, os “latifundiários” afetados pela crise econômica se viam “obrigados” a vender suas terras ao estado, de outro lado, a sociedade em geral, criava um movimento de resistência a qualquer assentamento e assentado, sentimento este levado adiante durante muitos anos, no entanto, atualmente a resistência é encarada com menos ênfase. As negociações entre os atores sociais locais, INCRA e Estado duraram sete anos e em 1993 foi instalado o primeiro assentamento rural no município.

Encruzilhada do Sul tornava-se assim um polo de assentamentos de reforma agrária no estado (**TAB.3**). A implementação de assentamentos de reforma agrária no município influenciou na intensa diversificação agrícola das propriedades rurais, com o aumento direto da agricultura familiar de subsistência.

Tabela 3 - Assentamentos localizados em Encruzilhada do Sul/RS

| Assentamento | Distância da Sede (Km) | Ano de Fundação | Área (ha) | Nº de Famílias |
|--------------------------|-------------------------------|------------------------|------------------|-----------------------|
| Segredo Farroupilha | 18 | 1993 | 2.605 | 113 |
| São Pedro ou “da Quinta” | 5 | 1994 | 1.018 | 44 |
| Santa Bárbara | 60 | 1997 | 588 | 16 |
| Guará* | 60 | 1998 | 470 | 16 |
| Padre Reus | 38 | 1998 | 1310 | 37 |
| São Roque-Vassoural | 20 | 2002 | 287 | 12 |
| Elton Brum** | 15 | 2013 | 321 | 10 |
| TOTAL | | | 6.278 | 238 |

Fonte: INCRA (2012), Diário de campo da autora, junho/2013.

* O Guará é o único cujos assentados são do próprio município e não pertencem ao MST.

** O assentamento foi inaugurado em janeiro de 2013, no entanto, os lotes ainda não foram definidos.

Para Souza (2006), a emergência dos movimentos sociais, o processo de reabertura democrática e a Constituição de 1988 produziram efeitos no tecido social do país e estas mudanças produziram efeitos também em Encruzilhada do Sul, como por exemplo, a chegada do primeiro assentamento em 1993, onde foram alocadas 113 famílias na antiga Fazenda Branca (Estância Farroupilha) com uma área de cerca de 2 mil ha.

A década de 1990 também é marcada pela ascendência do cultivo de soja. A soja apresentou um *boom* de produção, principalmente na região do Planalto do estado. É no final da década de 1990 que os plantios de soja começam a migrar para outras regiões à procura de novas áreas, já que boa parte da área do Planalto estava tomada pelo cultivo.

No início dos anos 2000, se estabeleceu em Encruzilhada do Sul a Cooperativa Triticola de Ibirubá (COTRIBA), que passou a impulsionar a atividade de sojicultura na região. A sojicultura atingiu desde os pequenos proprietários com 20 ha aos grandes produtores, com áreas de 200 ha; estes últimos estão localizados, principalmente, na Planície Aluvial e na Encosta da Serra (RIBAS *et al.*, 2004), e se utilizam de mão de obra contratada.

A orizicultura passou a ter um limite físico de áreas adequadas ao plantio, porém, apesar desta limitação, os investimentos e as inovações no sistema de cultivo provocaram um aumento gradativo do rendimento dessas lavouras e a produção se manteve (RIBAS *et al.*, 2004). A localização das propriedades orizicultoras abrangeu principalmente à beira do rio Camaquã, cujas áreas médias das lavouras de arroz ficam entre 50 e 200 ha.

Este é o cenário histórico de um século da atividade agropecuária em Encruzilhada do Sul, onde se verificaram mudanças produtivas, sociais, políticas e econômicas e que serão esmiuçadas no capítulo 7.

6.5 OS MOVIMENTOS DE EXPANSÃO DA SILVICULTURA EM ENCRUZILHADA DO SUL

A expansão da fronteira agrícola no RS se dá em função do processo de modernização da agricultura no espaço gaúcho, a partir da década de 1950, onde se intensificaram os monocultivos agrícolas com adoção de novas tecnologias, largo

uso de insumos químicos e a utilização de mecanização com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade.

Conforme Bertê (2004, p. 72) tais práticas agrícolas tiveram como resultado, elevados processos erosivos, principalmente em função do desmatamento destas áreas, que se refletiram principalmente na “[...] perda de camadas de solo fértil, na sua contaminação e na contaminação dos cursos d’água por agrotóxicos com prejuízo para a fauna e a flora nativas e o assoreamento dos rios [...]”. Este cenário foi mais comum de ser visualizado em regiões como a do Planalto, onde as práticas da modernização da agricultura ocorreram com mais intensidade, destacando-se aí o cultivo de soja.

Ao tomar-se por base a região da fronteira oeste do estado - Campanha, Sul ou a Planície Costeira -, fala-se em primeiro lugar, de uma região com relevo “plano e baixo”, cuja vegetação nativa corresponde aos “[...] campos limpos com presença de matas galerias ao longo dos cursos d’água [...]” (BERTÊ, 2004, p. 72). Nesses locais, o processo de modernização da agricultura também teve força, no entanto, ocorreu predominantemente após a década de 1960, com a expansão das lavouras de arroz em áreas de planícies de inundação de rios ou próximos às lagoas. A orizicultura assim como a sojicultura no Planalto do estado, provocou efeitos negativos ao ambiente como desmatamento, assoreamento, alterações no regime hídrico, etc., especialmente, em função da utilização de agrotóxicos e da mecanização, afetando as várzeas de rios, as matas galerias e os banhados da Metade Sul do estado (BERTÊ, 2004).

A década de 1950 foi marcada por um grande incentivo a implementação da atividade de silvicultura em diversos estados e no Rio Grande do Sul não fugiu a regra. Conforme Bertê (2004) foi em 1956 que houve a aprovação da lei de incentivos fiscais a atividade de “florestamento” no Brasil, especialmente direcionado ao fornecimento de matéria-prima para a indústria de celulose e papel. Bertê (2004) faz uma relação entre a porcentagem de mata nativa e de plantio de monocultivo de árvores no estado, em 1990 havia apenas 2% de mata nativa e cerca de 4% da área do estado plantado com pinus, acácia e eucalipto.

A partir de uma pesquisa específica com dados secundários e também o acesso às próprias entrevistas da pesquisa de campo, evidenciou-se três “ciclos de expansão” ou “movimentos de expansão da silvicultura” em Encruzilhada do Sul: o primeiro movimento se dá a partir da década de 1950 (junto ao processo de

modernização da agricultura); o segundo, em meados da década de 1980; e o terceiro movimento, no início dos anos 2000 até a atualidade.

Em Encruzilhada do Sul, a silvicultura começou a ser incorporada na década de 1950. Nessa época, os agricultores/produtores que não conseguiram acompanhar as práticas adotadas pela modernização da agricultura, passaram a investir em outras atividades que não a agricultura ou a pecuária. Ou ainda, passaram a diversificar a propriedade, incorporando a silvicultura no cotidiano da propriedade. Os plantios realizados no território eram principalmente de pinus e eucalipto. Segundo Stoelben e Rauber (2010, p. 2), “Esse cenário oportunizou o incentivo a esse cultivo, aumentando assim a área plantada a partir desse período.”.

No entanto, é no segundo “movimento de expansão da silvicultura”, em meados da década de 1980, que a atividade se consolida como uma nova dinâmica territorial e produtiva no município. Para Ribas *et al.* (2004), as mudanças no controle social da estrutura fundiária podem ser, em grande parte, justificadas pela conjuntura deste período. De acordo com Ribas *et al.* (2004), o crescimento das lavouras de monocultivo temporários, o aparecimento da silvicultura e, principalmente, a retomada da pecuária bovina de corte é visto como uma consequência do atrativo econômico que estas atividades apresentam em determinadas épocas.

A silvicultura começa a demonstrar um considerável crescimento a partir de 1980, ao mesmo tempo em que a adoção e continuidade da produção de lavouras passaram a decair. É no final da década de 1980 que começaram as tratativas para a atração de empresas e indústrias que tivessem foco o setor florestal.

As primeiras empresas florestais de grande porte de capital instaladas no município foram a Forjasul/Tramontina, a Riocell e a Tanac/Tanagro⁸⁹. Tais empresas foram atraídas, principalmente, em função do discurso político das lideranças locais, que propagandeavam a oferta de grandes extensões de terra e incentivos fiscais dados pelo poder público para a implantação dos monocultivos de árvores no município.

⁸⁹ A Forjasul é a empresa de beneficiamento de madeira da Tramontina. A Tanagro realiza os plantios e colheitas para a Tanac, que é a beneficiadora, localizada em Montenegro/RS. A Tanac é a maior produtora mundial de taninos e derivados (30 mil ton/ano) e a maior plantadora individual do mundo de acácia-negra. Tem uma unidade de produção de cavacos em Rio Grande/RS, produzindo extratos tanantes vegetais para a indústria calçadista, floculantes e coagulantes para tratamentos de água e de efluentes, além de adesivos para a indústria madeireira; a empresa exporta cerca de 85% da produção para 72 países (FIERGS, 2006).

De acordo com Ribas *et al.* (2004), no início da década de 1980 estas empresas compraram terras da região “da mata” e contrataram mão de obra local, como também incentivaram a migração de outros trabalhadores para o local. No entanto, averiguou-se que é a população “da mata” que mais sofre, em função das más condições de sobrevivência no campo, pois até meados dos anos 2000, nenhuma das residências possuía energia elétrica, e a maioria das casas era construída de “pau a pique”, com a ausência de banheiro e sem água encanada (RIBAS *et al.*, 2004). O que se evidencia a partir da análise da região “da mata”, é que mesmo após 25 anos de atividade de silvicultura no local, não houve mudanças socioeconômicas para a população daquela região.

Os plantios realizados nessa época eram de acácia, eucalipto e, principalmente, pinus⁹⁰. É nessa época também, que surgem diversas madeireiras e serrarias, com o intuito de beneficiar a madeira que estava sendo plantada no local. Entre as que mais se destacaram, em função da quantidade de madeira beneficiada, foram as serrarias Maggione e a Progresso, voltadas predominantemente à produção de pinus. Dessa forma, o que se averigua nessa época é que Encruzilhada do Sul começava a ter um *status* de “polo florestal” no estado.

Em relação ao plantio de acácia ou acacicultura, Souza (2006) comenta que houve dois ciclos de expansão, o primeiro a partir da década de 1980, e o segundo, estaria acontecendo nos tempos atuais. Segundo a autora, o primeiro ciclo deixou um saldo grande de produtores descapitalizados, pois os grandes proprietários que arrendaram suas terras para os plantios de acácia gastaram antecipadamente os valores pagos pelo arrendamento, em consequência disso, ao receberem suas terras de volta, encontravam-se sem capital para relotação de plantel (gado) e/ou formação de lavouras, ou ainda, para a limpeza do terreno com a retirada dos tocos das árvores. Esses fatores induziram muitos produtores a vender, parte ou toda, a propriedade rural.

Em um dos relatórios organizados pela EMATER local (2003) existe a citação de uma reportagem realizada pelo Jornal Sudeste⁹¹ na década de 1980, onde está descrita a estratégia da Riocell para expandir seus negócios no município.

⁹⁰ As espécies mais comuns no município são, respectivamente, *Acacia mearnsii*, várias espécies do gênero *Eucalyptus* e *Pinus elliotti*.

⁹¹ Existem dois jornais locais de grande circulação em Encruzilhada do Sul, o Jornal Sudeste e o 19 de Julho.

Em 1989, a RIOCELL começou a distribuição de mudas de eucalipto através de um convênio entre a Prefeitura e a EMATER. Esse trabalho foi denominado Fomento Florestal. [...] Os produtores que pegaram mudas assinaram um contrato com a Riocell, em que, por ocasião do primeiro corte, poderiam vender toda essa madeira para a empresa. Caso contrário, se o produtor não tiver interesse em vender a madeira produzida para a Riocell, este deverá pagar o valor correspondente às mudas, que será de 10% da estimativa da produção da mata. (JORNAL SUDESTE, 16/02/1996⁹² *apud* EMATER, 2003).

Cabe salientar que não foi encontrado na bibliografia pesquisada, um número exato referente à área plantada com monocultivo de árvores no município, nem nas décadas anteriores e tampouco referente à atualidade. Conforme Souza (2006), o relatório de atividades da EMATER de 1992, registra a estimativa de área de matas nativas em 30 mil ha e de áreas com eucalipto, pinus e acácia em 17 mil ha. Já no relatório referente ao ano de 2003, a área de mata nativa seria de 75 mil ha e a de monocultivo de árvores de 35 mil ha.

O terceiro “movimento de expansão da silvicultura” em Encruzilhada do Sul ocorreu a partir dos anos 2000, fazendo parte de uma maior e mais potente “onda de investimentos” idealizada pelo estado para atrair empresas/indústrias ligadas ao setor florestal. Este ciclo também trouxe a modernização tecnológica às plantações de árvores como a adoção de técnicas de melhoramento genético e de manejo, agrotóxicos, máquinas e implementos de plantio, corte, colheita, descasque, entre outros.

Nesse ciclo de expansão, observou-se cada vez mais a relação e a dependência entre empresas florestais e poder público estadual/municipal. É o que comentam Ribas *et al.* (2004), exemplificando a pressão que as empresas florestais exerceram em cima do poder público para que melhorassem as vias de acesso no interior do município e no asfaltamento da BR-471, em função do constante fluxo de caminhões de transporte de madeira destas empresas. De certa forma, esta pressão realizada pelas empresas florestais em vantagem própria, acaba por beneficiar também outros setores da sociedade, como explicam Ribas *et al.* (2004) no parágrafo a seguir:

A melhoria nas condições de transporte além de beneficiar o transporte de madeiras, também incentivou o crescimento de novas e ressurgidas atividades agrícolas. Essas atividades agrícolas seguem um esquema semelhante às madeiras, ou seja, empresas a montante compram as

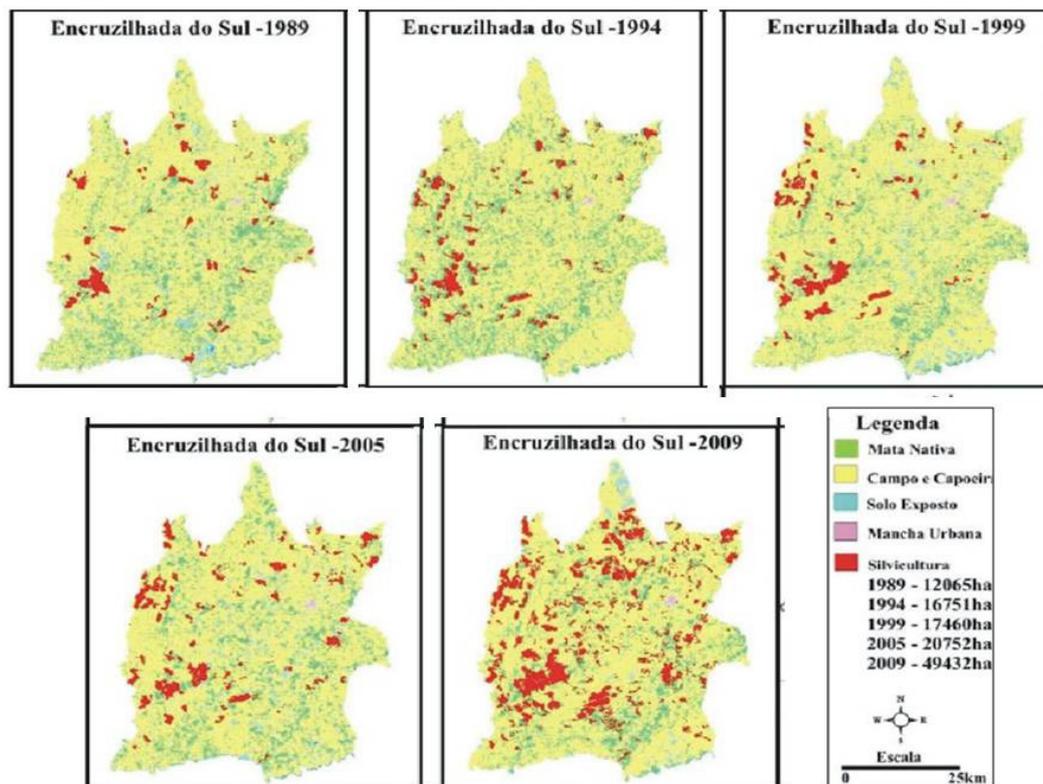
⁹² JORNAL SUDESTE. Notícias sobre fomento florestal. Encruzilhada do Sul, 16 fev. 1996.

terras disponíveis, contratam mão de obra, local ou externa, e implementam práticas intensivas de cultivo. Neste processo, a fruticultura, ocupando áreas da Serra, começa a tomar destaque no município com o cultivo de maçã, melancia, pêssego e, mais recentemente, uva. (RIBAS *et al.*, 2004, p. 17-18).

Stoelben e Rauber (2010) averiguam que a quantidade de madeira extraída do município ao final da década de 1980 era de cerca de 6 mil m³; em 1996 era de 46 mil m³; e no ano 2000 a quantidade subiu para 110 mil m³. Esta estatística demonstra o quanto a atividade de silvicultura obteve crescimento de produção em 20 anos.

De acordo com Ribas *et al.* (2004) a madeira com destino comercial é obtida em estabelecimentos com área variando entre 100 e 1.000 ha, a maioria sob propriedade da própria empresa a montante, sendo que a produção destinada à indústria representa 65% da produção total, com o restante utilizado no consumo das propriedades. Atualmente encontra-se madeira plantada em pequenas propriedades rurais, com áreas entre 7 a 15 ha, geralmente, estes plantios são realizados por agricultores familiares e assentados de reforma agrária. A figura 23 demonstra a evolução da silvicultura no município de Encruzilhada do Sul entre 1989 e 2009, cujas “manchas vermelhas” são as áreas com monocultivo de árvores comerciais.

Figura 23 - Evolução temporal do uso do solo e cobertura vegetal no município de Encruzilhada do Sul/RS, entre 1989 e 2009



Fonte: Adaptado de Stoelben e Rauber (2010).

Em relação às mudanças identificadas no uso do solo e em relação ao sistema produtivo no último século em Encruzilhada do Sul, pode-se dizer que houve três momentos relevantes. Um primeiro momento, cujas restrições naturais do ambiente aliada a “carga cultural” da população do município, contribuíram para o crescimento da produção pecuária, e em menor escala, mas sempre presente, a produção agrícola. O segundo momento, diz respeito à introdução da silvicultura no município, aproveitando-se da crise no setor agropecuário, impulsionada claramente pelo processo de modernização da agricultura e por fatores institucionais estaduais/locais. E, um terceiro momento, decorrente ainda do crescimento da silvicultura no município, que são as dinâmicas de compra, venda e arrendamento de terras para as empresas florestais, interferindo nos sistemas de produção tradicionais do município: agricultura e pecuária.

Os três momentos supracitados estão relacionados diretamente com os “três movimentos de expansão da silvicultura” em Encruzilhada do Sul descritos anteriormente, quais sejam, década de 1950, meados da década de 1980 e, a partir dos anos 2000.

O próximo capítulo tratará de analisar os efeitos, mudanças, consequências, transformações provocadas pelos empreendimentos de produção de madeira sobre os meios natural e social de Encruzilhada do Sul/RS e como podem estar influenciando nas dinâmicas socioambientais do município.

7 A EXPANSÃO DO “MATO” E AS DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS EM ENCRUZILHADA DO SUL

A expansão da produção de madeira para celulose e papel tem suscitado mudanças territoriais e socioambientais em diversos espaços, como constatado nos capítulos anteriores. Geralmente, estes espaços se caracterizam por uma abrangente diversidade social e natural onde se estabelecem diversos tipos de relações entre sociedade e natureza em função dos diferentes atores sociais existentes. Estes atores sociais passam a disputar os mesmos espaços, cada um com uma maneira própria de representar a natureza, o que contribui para a existência de uma gama de formas de relação com o meio natural. De acordo com Oliveira (2009, p. 68), “[...] o significado que cada grupo social atribui à natureza, juntamente com os objetivos que traçam para si, determina as maneiras como este sistema vai se relacionar com o meio natural e como vai decidir explorá-lo.”

Em Encruzilhada do Sul, estas diferentes formas de exploração do meio natural, principalmente as praticadas pelos empreendimentos madeireiro-celulósicos, têm exercido influência direta nas dinâmicas socioambientais na medida em que contribuem para mudanças importantes nas atividades econômico-produtivas, na paisagem rural e nas relações sociais no espaço rural e urbano do município.

É no “adaptar-se” e/ou “transformar-se” que estão intrínsecas tanto as estratégias das empresas florestais e terceirizadas quanto à própria estratégia de ação e reação da população local em relação ao “mato”⁹³, portanto, cabe questionar-se sobre quais são as percepções destes atores frente a tais dinâmicas e estratégias de (re)adaptação a este (novo) contexto.

A contextualização histórica encruzilhadense feita até aqui, serve de pano de fundo para relacionar as informações coletadas na pesquisa de campo à análise que se pretende neste trabalho. Portanto, este capítulo analítico tem o intuito de expressar alguns dos argumentos mais representativos manifestados pelos interlocutores sobre as dinâmicas socioambientais provocadas pelo “mato” em

⁹³ A expressão “no mato”/“do mato” é comumente utilizada nos municípios que têm a economia voltada à silvicultura e em Encruzilhada do Sul esta expressão está muito presente no cotidiano da população. Portanto, ela será utilizada neste trabalho para se referir aos monocultivos de árvores – “mato de eucalipto”, “mato de acácia” e “mato de pinus” ou simplesmente, o “mato”.

Encruzilhada do Sul. Nas páginas seguintes vai ser desvelado um universo empírico complexo e em “movimento”. Tem-se a pretensão de responder as seguintes perguntas: quem são os atores sociais em disputa? quais são os efeitos, mudanças e transformações provocadas pelos empreendimentos de produção de madeira para celulose e papel sobre os meios natural e social e como estes influenciam nas dinâmicas socioambientais? Em última análise, o que se pretende é identificar e analisar o que está em movimento em relação à expansão da silvicultura?

7.1 ENCRUZILHADA DO SUL, UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: AGENTES HEGEMÔNICOS *VERSUS* POPULAÇÃO LOCAL

Neste trabalho a noção de território tem dimensão funcional e simbólica, pois exerce domínio tanto sobre o espaço para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (LEFEBVRE, 1986; HAESBAERT, 2008), isto é, o território é ao mesmo tempo funcional (recurso, abrigo, fonte de matérias-primas) e simbólico (sentido, identidade, alteridade, sentimento, pertencimento) e, além disso, é um espaço permeado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Diante disso, a primeira pergunta que se faz ao se analisar o contexto em Encruzilhada do Sul é: o que está em disputa? A resposta a este questionamento não demanda grande delonga: é o território. Entre os atores em disputa estão às empresas florestais, incluindo as empresas terceirizadas, quarteirizadas..., Estado, poder público municipal, população local, configurada tanto entre aqueles que aceitam a atividade de silvicultura quanto àqueles que se opõem a ela.

O que distingue os diferentes grupos sociais encontrados em Encruzilhada do Sul é a forma como utilizam os “recursos” do ambiente, onde determinados grupos exerceriam o seu “domínio”, enquanto que outros exerceriam sua “apropriação”. Levando-se em consideração Haesbaert (2008) tem-se, duas formas distintas de “produção do território”: os “dominantes” (estratégias de domínio) que tendem a privilegiar o caráter funcional e mercantil, e os “dominados” (estratégias de apropriação) que valorizam o território enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana.

Em relação à realidade encontrada em Encruzilhada do Sul e os atores sociais que constroem o espaço e as relações sociais, levando-se em consideração

a noção de território de Haesbaert (2008) e os “tipos ideais”⁹⁴ weberianos, o território estaria sendo disputado (uso e apropriação) por dois grandes grupos, como pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 4 - O território funcional e o simbólico em Encruzilhada do Sul/RS

| TERRITÓRIO | |
|--|---|
| Funcional | Simbólico |
| Empresas florestais | População local |
| Processos de “dominação” | Processos de “apropriação” |
| Território da “desigualdade” | Território da “diferença” |
| Território sem territorialidade | Territorialidade sem território |
| Princípio da exclusividade | Princípio da multiplicidade |
| Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção, lucro) | Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, “segurança afetiva”) |

Fonte: Adaptado de Haesbaert (2008).

Obviamente que ao realizar-se este exercício inspirado nos “tipos ideais”, estamos delimitando “extremos” e aí se corre o risco de simplificar ou generalizar a realidade dos atores sociais que se posicionam entre estas duas polaridades. Como é o caso do poder público municipal/Estado e da população local que aceita o “mato” como atividade econômica legítima no município. Estes atores sociais integram um *continuum* entre “empresas florestais” e “população local”, em um “meio termo” funcional-simbólico. Para Haesbaert (2008) a população local veria o “território” enquanto “símbolo”, no entanto, o que se averigua em Encruzilhada do Sul é que a população também vê o “território” enquanto “recurso”.

Em referência ao quadro 4, a partir das “questões territoriais” e das “relações de poder” e no confronto entre estas duas é que entenderemos as transformações socioambientais locais que estão ocorrendo no espaço rural e urbano de Encruzilhada do Sul, tendo como ponto de partida a produção de madeira para celulose e papel. Contudo, também é a partir das “relações de poder” e das “questões territoriais” que se percebem as distintas construções do território como se observou no quadro 4 e, com isso, diferentes territorialidades.

É nesse “campo de forças”, ou como denomina Raffestin (1993) “teias de relações sociais”, que se constrói o território e suas territorialidades. Não é à toa que as noções de território e territorialidade, explicitam “[...] relações de poder assimétricas, que ganham espacialidade e denunciam interesses e lutas territoriais,

⁹⁴ Cabe salientar que os “tipos ideais” aqui descritos nunca se manifestarão em estado puro, ou seja, todo o território funcional terá elementos simbólicos e vice-versa.

expressas em modos de vida, valores diferenciais e práticas socioespaciais distintas e, não raro, antagônicas.” (PENIDO, 2010, p. 5) .

Em Encruzilhada do Sul são percebidas, em termos gerais, dois tipos de territorialidades, que no seu interior também comportam diversidades e tensões:

- a) a territorialidade dos agentes hegemônicos - empresas florestais, Estado e poder público municipal/local;
- b) a territorialidade da população local - trabalhadores do “mato”, trabalhadores rurais, pecuaristas extensivos, pecuaristas familiares, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, população urbana, entre outros.

De acordo com Sack (1986), a territorialidade agrega o modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Dessa forma, em Encruzilhada do Sul temos territorialidades dinâmicas e assimétricas.

A territorialidade apresentada pelos agentes hegemônicos, por exemplo, indica que estes utilizam a terra como “valor de compra”, se organizam por meio de relações de trabalho e do controle do território, e o lugar é visto como “recurso” para geração de lucro.

Já a territorialidade da população local pode ser caracterizada de duas formas: parte apresenta uma territorialidade onde a terra é utilizada como “valor de uso”, os atores se organizam por meio dos sistemas produtivos e veem o lugar como espaço de sobrevivência, memória e identidade. A outra parte da população exprime uma territorialidade onde a terra tem “valor de troca”, os atores se organizam por meio dos sistemas produtivos e de relações de trabalho e veem o lugar como “recurso” para sua sobrevivência.

Em função destas territorialidades observadas em Encruzilhada do Sul, se caracterizam duas percepções distintas da população local em relação à presença e expansão dos empreendimentos de produção de madeira. Parte da população ou certos grupos sociais são a favor do desenvolvimento da atividade assim como apoiam sua expansão. Esses grupos percebem as transformações sociais e ambientais que ocorrem no território, principalmente, aqueles relacionados às suas propriedades ou locais de moradia, no entanto, as dissociam dos empreendimentos madeireiro-celulósicos. Outra parte da população (outros grupos sociais) é contrária

ao desenvolvimento da atividade no município, exatamente pelo fato de terem constatado transformações socioambientais e as relacionarem diretamente aos empreendimentos.

Cabe ressaltar que tanto Raffestin (1993) quanto Haesbaert (2008) enfatizam que as disputas por território se dão em função das relações de poder. Nesse sentido, entra em jogo a própria territorialidade do lugar, que de certa forma também é condicionada a estas relações. A territorialidade dos grupos pode se mostrar tanto sociocultural quanto politicamente, pois estão presentes no cotidiano destes grupos, respectivamente, o mundo permeado pelas relações de poder e o mundo das ideias/dos significados/das representações. Em função destas relações de poder (principalmente referente ao ente político) e das questões territoriais (principalmente referentes às transformações do meio) e quando elas se confrontam pode ocorrer um conflito. Para entender as transformações socioambientais locais que estão ocorrendo no espaço rural de Encruzilhada do Sul é necessário compreender estas noções de território e territorialidade.

Em Encruzilhada do Sul, as incompatibilidades referentes ao uso e apropriação do território se dão, principalmente, pelo *modus operandi* das empresas florestais e os *modos de vida* da população local. De certa forma, a produção do “mato” em Encruzilhada do Sul exemplifica bem a disputa de interesses pelo território entre o grande capital, Estado e poder público municipal, e do outro lado, a população local “atingida” que critica as mudanças nos sistemas produtivos - a agricultura familiar de subsistência e a pecuária extensiva -, e os efeitos socioambientais, como a transformação da paisagem e o êxodo rural.

O que está posto em questão, portanto, são as mudanças na relação sociedade-natureza deste território, provocadas, sobretudo, pela expansão do “mato” e que serão explicitadas a partir deste momento por meio do relato dos interlocutores desta pesquisa. Com o intuito de expressar alguns dos argumentos mais representativos manifestados pelos interlocutores sobre as dinâmicas socioambientais provocadas pelos monocultivos de árvores em Encruzilhada do Sul, destacam-se alguns eixos de análise e que serão expostos a seguir:

- a) as estratégias socioprodutivas das empresas florestadoras;
- b) a relação trabalhador-empresa (nacional, transnacional e/ou terceirizada);
- c) as transformações da paisagem rural e a identidade territorial local;
- d) formas de (re)organização dos sistemas produtivos;

- e) as estratégias de ação e reação da população envolvida ou não com a atividade de silvicultura.

7.2 ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DAS EMPRESAS FLORESTAIS

Na década de 1980, as empresas florestais que mais se destacavam em Encruzilhada do Sul eram a Riocell, com os plantios de eucalipto, e a Tanagro com os plantios de acácia. Naquela década, já se percebia a grande movimentação em torno do setor florestal no município e se arriscava dizer, conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Madeira e Lenha (SITIEML), que Encruzilhada do Sul seria um “*novo polo florestal no estado*”. Porém, é na década de 2000 que a movimentação da silvicultura adquire novo alento e intensos investimentos.

Com a criação de políticas públicas para a silvicultura o Estado incentivou cada vez mais o setor florestal fazendo com que empresas passassem a investir na compra ou arrendamento de terras para as plantações de “mato”. As empresas por sua vez investiram em locais que apresentavam vantagens geográficas, ambientais e econômicas, como foi o caso do município de Encruzilhada do Sul.

A prefeitura de Encruzilhada do Sul, nessa época, propagandeava os incentivos fiscais a serem dados às empresas florestais que se localizassem no município. Com estes incentivos, a prefeitura procurava criar mais vagas de emprego no município, carente nesse aspecto, e fortificava a economia local, já que a pecuária dava indícios de estagnação.

Para Acselrad (2007), os critérios para a implantação das empresas florestais e das plantações que as alimentam dizem respeito, geralmente, à situação de estagnação econômica das regiões em pauta, que transformando essas propostas em salvação econômica, atraindo com frequência o apoio político dos governos e setores empresariais locais.

Em 2004, segundo dados da prefeitura municipal, a silvicultura ocupava 35 mil ha, cerca de 10% de toda a área “reflorestada” no Rio Grande do Sul, envolvendo 20 empresas no processo, desde o plantio das árvores até o corte, gerando em torno de 2.500 empregos diretos e indiretos (SOUZA, 2006).

A AGEFLOR, outra grande incentivadora da silvicultura no RS, estimava em 2004 que a silvicultura geraria um emprego a cada 7 ha plantados. Fazendo-se os cálculos para Encruzilhada do Sul teríamos a geração de 5 mil empregos (SOUZA, 2006). No entanto, o que se observa a partir dos dados estimados por Souza (2006) é que os empregos gerados em Encruzilhada do Sul ficaram aquém das estimativas da AGEFLOR.

Mesmo com a geração de emprego não tendo sido aquela esperada (ou propagandeada pelas empresas, Estado e poder público municipal), o município se manteve como grande produtor de madeira e, atualmente, segundo o presidente do SITIEML do RS, *“atuam no município de Encruzilhada do Sul em torno de 45 empresas no setor de base florestal, cada uma com 35 funcionários, em média”*.

Entre estas empresas florestais de grande porte, em termos produtivos e de contundente aporte de capital estão a Celulose Riograndense (eucalipto), Tanac S.A./Tanagro S.A. e Seta S.A. (acácia) e a Forjasul Madeiras S.A. e Fibraplac (pinus). No entanto, existem dezenas de outras empresas de médio e pequeno porte que estão no município e outras dezenas de empresas que realizam diversos “serviços do mato” para as empresas de maior porte, desde o plantio, manejo, colheita, entre outros. E ainda, empresas que trabalham voltadas ao setor de serviços de base florestal como madeireiras, serrarias, transportadoras, restaurantes, supermercados, etc.

Importante ressaltar que enquanto a pesquisadora esteve no município foram procurados os responsáveis da Celulose Riograndense, Tanagro e Seta para conversar sobre a silvicultura no município, porém, obteve-se sucesso apenas com a Seta S.A. Na Tanagro o responsável não aceitou, mesmo se argumentando que o trabalho era de pesquisa e, portanto, acadêmico-científico, e que ele poderia optar em responder ou não as perguntas. O técnico responsável pela Tanagro recomendou que a pesquisadora procurasse diretamente a diretoria da empresa em Montenegro/RS, pois não estava autorizado a falar sobre a empresa.

Já ao procurar à sede da Celulose Riograndense, a pesquisadora foi surpreendida com a inexistência de uma sede, um escritório ou algo do gênero que pudesse representar a empresa no município. Comentei o fato com outros interlocutores, eles também acharam peculiar, mas disseram que quando era necessário, eles entravam em contato com a sede da empresa em Guaíba/RS. De toda forma, foi importante perceber que a empresa que mais comprou terras no local

não apresenta sequer um escritório no município. O que se percebe é que a Celulose Riograndense é a referência no plantio de eucalipto, contrata muitas empresas terceirizadas, incentiva o comércio local, no entanto, “*não está de corpo presente*”, como disse um dos líderes do MST ao se referir à empresa. Grande paradoxo: a empresa está em todo o lugar, mas não está no lugar!

7.2.1 A compra e arrendamento de terras

Uma das primeiras estratégias utilizadas pelas grandes empresas florestais para aumentar a produção de madeira no município foi aumentar também a quantidade de terras, passando a comprar e/ou arrendar áreas no município.

As empresas florestais de grande porte e que plantavam eucalipto, como a Celulose Riograndense, por exemplo, optaram pela compra e arrendamento. Nesse caso, a estratégia para estabelecer seus empreendimentos foi a de comprar grandes extensões de terras. O técnico agrícola responsável pela empresa Seta S.A. em Encruzilhada do Sul afirma que estas empresas se interessam “*em adquirir terras que sejam contínuas e de preferência próximas ao núcleo urbano dos municípios, pois assim os custos com transporte são reduzidos*”.

Com a corrida enlouquecida por compra ou arrendamento de terras na região em 2003/2004, ocorreu o aumento exorbitante do preço pago pelo hectare. Na região onde a Fibria estava comprando terras, por exemplo, houve um aumento de cerca de 300% no preço (PAULI, 2010). Ferreira (2010, p. 33) relata que a única “coisa” que a Fibria trouxe para a região sul do estado foi o “[...] aumento do já absurdo desemprego, visto que comprou não apenas estâncias, mas também fazendas de médio porte e pequenas propriedades em localidades que no geral empregavam quase todos os trabalhadores rurais do município.”. Ferreira (2010) constata também que muitos pequenos proprietários venderam suas terras para a VCP/Fibria, entusiasmados com os valores que a empresa oferecia.

Em Encruzilhada do Sul o processo foi semelhante ao constatado na região sul do estado. Conforme um dos corretores imobiliários de Encruzilhada do Sul, esta movimentação de compra de terras elevou o preço do hectare no município: “*no início dos anos 2000 o valor do hectare era de R\$ 700,00, e em 2005, com a procura ensandecida por novas áreas para os plantios de eucalipto e acácia, o hectare*

passou a valer R\$ 3.500,00". O corretor comenta que a *"Celulose Riograndense chegou e comprou todas as terras disponíveis na cidade"*, valorizando ainda mais o preço da terra.

O corretor comenta ainda, que a empresa contratou um único escritório imobiliário que ficou responsável por comprar terras em Encruzilhada do Sul e, que certamente, este escritório teria sido bem remunerado por isso. O corretor lamenta por, naquela época, não estar trabalhando no ramo, pois poderia ter lucrado muito com estas transações. De certa forma, esta estratégia de centralizar a compra de terras em um único escritório/corretor imobiliário é muito semelhante à utilizada pela empresa Aracruz Celulose no município de Campos de Goytacazes/RJ, como foi explicitado no capítulo 4.

Tanto o corretor quanto o técnico da Seta S.A. concordam que a Celulose Riograndense tinha uma estratégia bem definida: a de comprar grandes fazendas/estâncias. Os donos dessas fazendas/estâncias, geralmente, eram aqueles pecuaristas descapitalizados que aproveitaram o momento de "oportunidade", como comenta o técnico da Seta S.A.: *"apareceu uma empresa pagando bem, por que não vender? A gente sabe que diminuiu muito o nosso rebanho de gado com isso, mas por outro lado, teve gente que aperfeiçoou muito mais suas criações"*, se referindo a alguns dos pecuaristas que venderam terras e conseguiram investir em outras áreas e se aperfeiçoar na atividade pecuária.

O presidente do SITIEML comenta que em Encruzilhada do Sul *"havia uma fazenda de gado de 3 mil hectares e que o proprietário estava falido, então veio a Celulose Riograndense e comprou, hoje ali existe um mar verde de eucalipto"*. A fazenda que o presidente se refere é a Fazenda Branca, conhecida por ser uma das maiores fazendas do município e que foi vendida no início dos anos 2000.

Com o mercado da silvicultura em alta, também houve crescimento dos plantios de "mato" de acácia, no entanto, as dinâmicas em relação a esta espécie florestal foram um pouco diferentes as do eucalipto. Geralmente, as empresas de acácia não compram terras e sim realizam contratos de fomento florestal, para ao fim comprar a produção plantada. No caso da empresa Seta, por exemplo, se faz uma parceria com os produtores, como explica o técnico responsável pela empresa: *"a Seta compra 'posto fábrica', posta a matéria-prima, a madeira, na unidade, direto na fábrica. A Seta até tem umas florestas próprias, mas ela prefere comprar dos produtores"*.

O técnico comenta que existe um “*perfil ideal*” de produtor e de caracterização de área para que a empresa possa comprar matéria-prima:

[...] ó tem aqui a legislação do Ministério do Trabalho que tem que cumprir, tem as normas ambientais, tem a reserva legal, a LO [licença de operação], tem que ter tudo. Então, assim nós damos as condições, eles nos apresentam o mapa, as licenças de operação, a documentação do pessoal e pode operar. E aí nós podemos comprar deles. [...] E em relação à floresta, tem que ter uma idade boa, um diâmetro mínimo, 7 a 8 anos pra cima e com 9 anos já me dá um diâmetro bom. [...] Isso é uma parte da avaliação, depois tem a parte da colheita, parte ambiental, trabalhista, tudo né? (Técnico Agrícola, Seta S.A., 23/08/13).

Segundo este técnico, a Seta compra a matéria-prima especificamente de produtores de melancia que plantam em consórcio a acácia:

A gente tá lidando com produtor de melancia e faz a acácia consorciada. Planta melancia e planta acácia junto. Estes são considerados os profissionais. Estes vivem disso e todo o ano plantam melancia e plantam acácia junto. É só fazer num lugar bem localizado pra tirar a acácia depois. Tiram a melancia no primeiro ano e vão deixando a acácia pra gente. (Técnico Agrícola, Seta S.A., 23/08/13).

Ao chegar em Encruzilhada do Sul para a pesquisa de campo, tinha-se a ideia de que as empresas florestais, principalmente as de grande porte como a Celulose Riograndense e a Seta, eram as maiores compradoras de terras no município. Elas de fato são as que compram terras em maior quantidade, no entanto, existe toda uma gama de compradores entre empresas de pequeno porte, pessoas jurídicas, que geralmente são “de fora” do município e que estão investindo nos plantios de “mato” como fonte de geração de renda ou como “poupança”, como diz o presidente do Sindicato Rural do município:

[...] quem mais investiu comprando áreas rurais foram às empresas comerciais, que já não tinham onde colocar seus lucros na expansão da área industrial e começaram a investir em imóveis, em terras, em fazendas para plantar “mato”, entre eles [...] prestadores de serviço, escritórios de engenharia [...] eles tem sucesso porque eles têm o capital pra sustentar isso daí. (Presidente, Sindicato Rural, 21/11/2012).

No entanto, para o técnico da Seta S.A, para fazer silvicultura não basta ter capital financeiro, tem que entender do *métier*:

Em 2004, a acácia valia um horror de dinheiro, valia 7, 8, 9 mil reais o hectare. O que aconteceu? Muita gente que não tinha noção nenhuma saiu

de Porto Alegre, arrendaram terra e saíram plantando acácia. Queriam ficar ricos. E aí fizeram plantios mal feitos, fora de qualquer logística. Bem, hoje nós achamos um lugar lá no interior de Santaninha, onde nem tem acesso pro caminhão entrar e lá tem acácia plantada. Aí o cara vive ligando pra eu comprar o mato dele. Mas ele fez um negócio que disseram pra ele que tava dando dinheiro. [...] assim se plantou em 3 anos mais que o dobro de acácia que tinha no município. (Técnico Agrícola, Seta S.A., 23/08/13).

Esta movimentação de compras de terra para plantar árvores no município (e na região) iniciou entre 2003 e 2004. Conforme o presidente do Sindicato Rural, *“muita gente comprou terra pra plantar árvore e aí começaram as dificuldades de comercialização”*. Em relação a essa dinâmica se diferenciam também os canais de comercialização: grandes empresas, empresas de pequeno porte, empreiteiras, entre outros.

Aqueles *“produtores de primeira viagem”*, como diz o presidente do Sindicato Rural, que plantaram sem ter de antemão para quem vender, ficaram com uma *“batata quente na mão”*, ou seja, atualmente a oferta está maior do que a demanda, existe produto, mas não tem mercado para comprar. Nesse caso, *“se escapam as empresas de grande porte que não dependem do mercado e tem seu próprio negócio”*, complementa o presidente do Sindicato Rural.

7.2.2 O fomento florestal e as parcerias entre empresas e moradores

Outra surpresa ao pesquisar o município de Encruzilhada do Sul é o peso econômico e cultural que a silvicultura de acácia representa atualmente. Em função da minha pesquisa pregressa de mestrado em torno do tema da silvicultura de eucalipto, cheguei em Encruzilhada do Sul achando que o carro-chefe da silvicultura era especificamente o eucalipto, e não foi exatamente isso que encontrei.

A acácia teve um grande ciclo de produção na década de 1980, onde demarcou espaço no município, atraiu empresas “de fora” e incentivou a criação de pequenos negócios como o de empreiteiras, transportadoras (caminhões e ônibus), entre outros serviços. Já na década de 1990, a produção de acácia apresentou certa estabilização, para então nos anos 2000 ganhar um novo fôlego na produção.

Encruzilhada do Sul tem duas grandes empresas que trabalham especificamente com acácia e que dividem a produção realizada no município, *“a coisa funciona mais ou menos assim”*, diz uma agricultora do Movimento de

Mulheres Camponesas (MMC), “*ou se vende para a Tanagro ou se vende para a Seta*”.

É em torno da acacicultura que irão surgir novas dinâmicas como a do fomento florestal, onde as empresas firmam contrato com os produtores oferecendo as mudas e os insumos para os plantios, enquanto o produtor fica responsável de vender a sua produção a empresa. É o caso da Seta S.A., cuja dinâmica passou a ser esta ao longo dos anos:

A gente tá investindo em muda, adubo pra pegar o produtor profissional e até incentivar ele a plantar, porque esta muda e adubo dá, mais ou menos, uns 500 reais por hectare [...] se ele plantar a própria área ao final ele já vai estar recebendo mais 500 reais no valor final. Pra quem vende e ganha de nós muda e adubo, na verdade, tá ganhando mais. (Técnico Agrícola, Seta S.A., 23/08/13).

Diesel *et al.* (2006) comenta que este tipo de fomento pode ser interessante para o “pequeno produtor” porque, via de regra, não requer compensação econômica, pois as mudas são obtidas gratuitamente e, por este motivo, não requer escala de produção, de modo que o proprietário rural pode decidir quanto deseja plantar, não comprometendo, assim o uso futuro da terra.

Muitas destas iniciativas de fomento florestal têm como objetivo principal o incentivo ao reflorestamento, concedendo apoios diversos aos produtores como mudas (gratuitas ou subsidiadas), assistência técnica ou crédito e não implicam, necessariamente, estabelecimento de relações ou cláusulas contratuais com o beneficiário relativas ao destino da madeira plantada. (DIESEL *et al.* 2006, p. 122).

As atividades de fomento podem ser particulares, assim como no caso da Seta S.A ou podem apresentar o auxílio do Estado:

Em algumas situações as empresas buscam apoio do Estado para a realização dos programas de “fomento” seja requerendo auxílio na divulgação do programa, na concessão de assistência técnica aos agricultores ou mesmo na criação de programas de crédito específicos para reflorestamento. A participação do Estado tem sido justificada com referência aos benefícios socioeconômicos e ambientais dos programas de fomento florestal. (DIESEL *et al.*, 2006, p. 125-126).

Outra dinâmica que ocorre no município são as “parcerias empresa-agricultor/produtor”, entre estas se citam dois exemplos bem representativos. O primeiro diz respeito à empresa Celulose Riograndense e a parceria com um

apicultor e o segundo, em relação à empresa Ypiranga (eucalipto) e a parceria com um ovinocultor.

Em uma visita à sede da EMATER/ASCAR-RS⁹⁵ no município, conheci um apicultor da localidade de Dom Marcos, me aproximei dele para conversar, já que o logo do boné era o da Celulose Riograndense. Perguntei onde ele havia conseguido o boné, e ele me contou que fazia uma parceria com a empresa.

O apicultor tem uma pequena propriedade no interior da localidade de Dom Marcos que é lindeira aos “matos” de eucalipto da Celulose Riograndense e que a empresa havia proposto um acordo a ele. O acordo consistia em colocar as colmeias de abelha dentro do “mato” da empresa e que a partir da produção de mel, a empresa ficaria com uma porcentagem para ser doado às escolas do município. Nesse caso haveria benefícios para os dois lados. No caso da empresa, o apicultor pode garantir a segurança dos “matos” (incêndio, roubo de madeira, entre outros), quase um “capataz do mato”, como comenta o apicultor; além de ganhar uma porcentagem da produção de mel. Para o apicultor, a vantagem consiste em poder expandir a produção apícola, pois como sua propriedade era muito pequena não havia espaço para produzir em maior quantidade. Infelizmente, o apicultor não pôde falar mais sobre esse assunto, pois estava atrasado para pegar o ônibus para sua localidade, ele se despediu dizendo: “*se eu ganhar outro boné eu te dou este, tá?!*”.

Outro exemplo de parceria que cito aqui também ocorreu em torno do “mato” de eucalipto, porém, em direção oposta à localidade de Dom Marcos, do outro lado do município, na Serra dos Pedrosa. A produtora da Serra dos Pedrosa me explica que o marido fez uma parceria com a empresa Ypiranga, onde a empresa cedeu o espaço dos plantios de eucalipto para a criação de ovelhas e em troca o marido é o capataz da propriedade. A produtora esclarece que “*é um tipo de arrendamento, ele cuida do mato pra não pegar fogo e ninguém invadir, e eles deixam a gente criar umas ovelhas lá dentro*”. Ela conta que “*no forte do verão já prendeu fogo lá dentro*” e o marido “*correu pra apagar e uma vez teve que chamar mais gente porque o fogo tava grande*”. Nos dois exemplos citados de parceria agricultor/produtor- empresas, se estabelece um tipo de “auxílio mútuo”.

⁹⁵ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural.

7.3 A RELAÇÃO TRABALHADOR-EMPRESA (NACIONAL, TRANSNACIONAL E/OU TERCEIRIZADA)

Com a ampliação dos plantios de “mato” em Encruzilhada do Sul houve também a criação de novas empresas prestadoras de serviços aumentando, dessa forma, as vagas de emprego. No entanto, a precariedade deste tipo de trabalho tem sido colocada em xeque, principalmente em função do não cumprimento da legislação trabalhista. Outra dinâmica que surge a partir disso é a necessidade de criação de um sindicato que represente estes trabalhadores do “mato”.

7.3.1 Os serviços florestais terceirizados, o sindicato da madeira e a crise de 2008/2009 na região florestal

Uma das táticas das grandes empresas de produção de madeira foi a de contratarem empresas terceirizadas para realizarem os “serviços do mato” (preparação da terra, plantio, manejo, poda, colheita, transporte, etc.). Nos municípios onde ocorrem os plantios de árvores em grande escala, já se observa a “quarterização” e a “quinterização” das empresas prestadoras de serviço. Com a contratação destas empresas terceirizadas pelas grandes empresas do setor de produção de madeira, estas se eximem dos encargos trabalhistas, como também das possíveis preocupações jurídicas.

Em função disso, cria-se outro “comércio” para o setor florestal, o de empresas locais prestadoras de serviços. Assim, foram criadas várias empresas de pequeno porte, entre elas as “*empreiteiras*”, como são chamadas as empresas que montam equipes de trabalhadores para realizarem os “*serviços do mato*”. Algumas destas empreiteiras que trabalham no município se formaram no próprio local e outras vieram de municípios vizinhos, como Butiá e Minas do Leão.

As empreiteiras “de fora” não são bem vistas pela população de Encruzilhada do Sul, por não aproveitarem a mão de obra local. Para um dos entrevistados, um trabalhador do “mato”, as empreiteiras locais são divididas entre aquelas que “*pagam mais e as que pagam menos*”. De certa forma, pelo que se constata, grande parte das empreiteiras paga o mesmo valor em termos de salário, ou seja, aquilo que o SITIEML estipula. Porém, as diferenças, segundo alguns trabalhadores do

“mato”, estão no “*valor pago para o ranquinho*”, ou em qual “*supermercado se pode fazer as compras do mês*”, ou se “*as empreitadas não são muito longe da cidade*”. Enfim, o que faz a empreiteira ser “*boa ou ruim*”, na visão dos trabalhadores do “mato”, faz parte de um critério pessoal.

É possível observar a movimentação destas empresas terceirizadas voltadas ao trabalho do “mato” tanto na sede do município quanto nas localidades do interior de Encruzilhada do Sul. No caso das empresas terceirizadas de transporte é possível visualizar a grande movimentação de ônibus de transporte de trabalhadores do “mato” circulando pela cidade a partir das 5 horas da manhã e também no retorno das equipes, por volta das 17 horas.

Em um dos dias, me propus a observar esta movimentação comentada pelos interlocutores. Acordei por volta das 5 horas da manhã e caminhei até o centro da cidade. Apenas quem assiste a este “fenômeno” tem discernimento do quanto o setor florestal movimenta o cotidiano da população local. São vários ônibus de transportadoras passando de um lado para o outro da cidade, pegando os trabalhadores que iniciam sua empreitada diária por volta das 5 horas da manhã e que só retornarão do “mato” no fim da tarde.

Esta movimentação acontece de segunda a sábado no município. Porém, em dia de domingo, que é o “dia de descanso” da atividade de “mato”, é possível observar diversos ônibus, caminhões e treminhões estacionados pelas ruas de Encruzilhada do Sul, geralmente, estacionados nas vilas da periferia como a Vila da Fonte, Vila Paraíso e Vila Lava-pés.

A partir da atividade de silvicultura, outra oportunidade que se criou foi o transporte de madeira. Além dos ônibus de transporte, é comum encontrar nas estradas vicinais do município outro tipo de veículo: o “treminhão” (**FIG.24**). Os “treminhões” são caminhões que possuem três carretas acopladas e que fazem o transporte da madeira até a sede das empresas ou diretamente ao porto de Rio Grande.

Figura 24 - Treminhões nas estradas vicinais de Encruzilhada do Sul/RS.



Fonte: Autora, junho/2013.

Segundo alguns moradores das localidades do Rincão dos Machado e do Passo da Olaria, o tráfego de caminhões tem prejudicado muito “a *conservação das estradas*”. Os moradores reclamam que a prefeitura do município não dá devida manutenção às estradas, e “*para contribuir aparecem estes treminhões que estragam ainda mais*” (Morador do Passo da Olaria).

O problema, conforme o presidente do SITIEML, é que essas empresas terceirizadas, “quarterizadas”, “quinterizadas” surgem irregularmente, sem condições de segurança, sem garantias salariais, e “*infelizmente, isto existe muito ainda em Encruzilhada do Sul*”. Segundo o presidente, o Sindicato surge exatamente para combater este tipo de trabalho que não considera os direitos dos trabalhadores do “mato”.

Durante a entrevista, o presidente do SITIEML traçou o contexto histórico da atividade florestal no município de Encruzilhada do Sul e na região. E explicou que o sindicato atua em mais de 14 municípios com a atividade de produção de madeira, seja para móveis, carvão, celulose, etc. Ele citou alguns dos municípios, entre eles:

Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Minas do Leão, Butiá (sede do sindicato), Arroio dos Ratos, Eldorado do Sul, Charqueadas, São Jerônimo, Triunfo, Taquari, General Câmara, Mariana Pimentel, Barão do Triunfo, Guaíba e Barra do Ribeiro.

Em Encruzilhada do Sul, o sindicato começou a atuar em 2003, quando os plantios comerciais começaram a assumir maiores proporções. Ele comenta que a “*procura desenfreada das empresas em busca de mais áreas para plantio se deu em meados de 2007*”, e que isso demandou maior aporte de mão de obra local:

As empresas de produção de madeira não contrataram trabalhadores diretamente e sim contrataram empresas terceirizadas, por isso que há um alto número de empresas voltadas ao mato no município. [...] com a contratação de empresas terceirizadas as grandes empresas do setor de produção de madeira se eximiram dos encargos trabalhistas, como também dos possíveis problemas com a justiça trabalhista. (Presidente, SITIEML, 12/12/2011).

Outro ponto negativo que surge com as empresas terceirizadas, diz respeito ao “trabalho temporário”, pois geralmente estas empresas contratam por “empreitada” e, por vezes, em função do tamanho do “mato” (quantidade/volume de madeira) ou dependendo do serviço que foi contratado (plantio, colheita...), irão contratar o trabalhador por mais ou menos tempo. De um lado pode ser positivo, pois sempre haverá rotatividade, ou seja, haverá serviços a se fazer no “mato”. O lado negativo fica a cargo da temporalidade do emprego, isto é, criam-se novas vagas de emprego, mas em sua grande maioria são sazonais e não formais.

Em 2007, o Rio Grande do Sul teve como importante pauta de debates a expansão dos monocultivos de eucalipto na Metade Sul. Esta expansão desmedida dos plantios provocou a necessidade da elaboração de um regramento ambiental, que ficou conhecido como ZAS (Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura)⁹⁶.

O ZAS é um instrumento de gestão que avalia de forma integrada a vulnerabilidade dos ambientes frente à implantação da atividade de silvicultura, ou seja, identifica as áreas agrícolas propícias aos cultivos de arbóreas exóticas (eucalipto e pinus), respeitando as “condicionantes de sustentabilidade ambiental” (RIO GRANDE DO SUL, 2007).

As discussões para elaboração do ZAS tiveram como ponto de partida o quão restritivo ele seria, pois de um lado, estavam as empresas florestais interessadas em

⁹⁶ Para mais detalhes, ver Binkowski (2009).

um documento “pouco restritivo”, já que haviam investido em diversas áreas de plantio pela Metade Sul e, do outro lado estavam os grupos ambientalistas que queriam que o ZAS fosse “altamente restritivo”, para que se preservassem áreas frágeis do ponto de vista ambiental no RS.

Para discutir este documento foram organizadas cinco audiências públicas pelo interior do estado, com o intuito de escutar a população sobre a atividade de silvicultura. O presidente do sindicato da madeira explica que os trabalhadores se mobilizaram em toda a região florestal para participar das audiências públicas, e mostravam-se “*contrários ao zoneamento e a favor das empresas do setor*”, pois estavam temerosos pela perda de vagas de emprego na região.

Enfim, em 2009, o ZAS foi aprovado no Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), porém, na visão dos ambientalistas a vitória teria sido das empresas, pois o ZAS se concretizou em documento pouco restritivo em termos ambientais. Vitória também do “sindicato da madeira”, que via no ZAS mais um empecilho para os empregos no/do “mato”.

No entanto, no ano anterior (2008), houve a crise econômica mundial, e as empresas florestais pararam de comprar ou arrendar terras para novos plantios, pois o cenário era de grande instabilidade em função da cotação do dólar – moeda de compra e venda de matérias-primas, como a celulose ou tanino, consideradas *commodities*.

Via-se nessa crise um novo fator de desestabilização no setor florestal, possível de promover altas taxas de desemprego na Metade Sul. Conforme o presidente do sindicato da madeira, nesta época na região florestal⁹⁷ “*o setor reduziu em torno de cinco mil funcionários*”. Em Encruzilhada do Sul os maiores prejudicados foram os trabalhadores dos plantios de acácia, cujas exportações de tanino tiveram drásticas quedas e o setor fez uma pequena pausa nas compras de matéria-prima no município.

De acordo com a proprietária da Arko Madeiras Tratadas, “*Encruzilhada sofreu muito em 2008 com a grande crise que assolou o setor, pois aqui se demitiu muitos dos terceirizados*”. Ela comenta que “*a Nativa [Ltda., de Butiá] deixou de empregar uns 300 funcionários aí na região*”. O presidente do SITIEML, diz que a

⁹⁷ O sindicalista se refere à região carbonífera e à região metropolitana de Porto Alegre, por serem as zonas mais antigas com plantios comerciais de árvores. Encruzilhada do Sul estaria incluída nesta região “florestal”.

Celulose Riograndense, *“gostou da crise, pois ela não saiu perdendo, apenas diminuiu sua margem de lucro, que já era bem alto”*, de acordo com ele, a *“empresa conseguiu se safar de alguns contratos e fomentos e pôde demitir muitos empregados”*.

Harvey (2004, p. 125) explica que o grande capital tem o poder de “criar crises” e administrá-las em conta do seu próprio benefício, de modo que, “[...] as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. [...] Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista.”.

A visão que se tem do “sindicato da madeira” no município e na região é um tanto polêmica. De um lado os trabalhadores do “mato” acham que é providencial ter um sindicato que acolha os trabalhadores no município, já do outro, algumas empresas florestais não concordam com as ações que o sindicato organiza. Como comenta o técnico agrícola da Seta S.A.:

Qual e a função de um sindicato? É juntar pessoas. O que eu sei é que ele tem uns advogados pra botar na justiça. O cara sai daqui e vai lá e diz: ‘a empresa me botou pra rua’. Mas se for ver o cara ficou um mês sem ir trabalhar. Aí ele chega no sindicato e o que vale é a opinião dele. Mas então chama os dois, ele e a empresa, porque às vezes na frente do patrão, o peão já não mente. (Técnico Agrícola, Seta S.A., 23/08/13).

A proprietária da Arko Madeiras Tratadas, relata que até o início dos anos 2000 a empresa estava atrelada às normas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e que, portanto, ela se reportava a este sindicato. No entanto, em meados de 2003, *“surgiu o sindicato dos trabalhadores da madeira e aí este sindicato é feito em cima de normas da indústria e eu [sua empresa] funciona como propriedade rural”*. Ela comenta que *“as exigências para cima da empresa é exagerada”*; sua empresa é de pequeno porte e contrata pouquíssimos empregados, contrata *“mais em épocas de plantio ou colheita”*.

Nas andanças pelo município escutei de alguns interlocutores de que o sindicato *“forçava a barra”* (Proprietária, Arko Madeiras Tratadas), incentivando os empregados a colocar as empresas “na justiça”, o que dava a entender de que o sindicato fazia isso para ficar com uma porcentagem de cada ação judicial.

A disputa entre os sindicatos parece ser antiga no município, pois antes de 2000, os trabalhadores do “mato” eram vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e, recentemente, ao “sindicado da madeira”.

Atualmente existe uma ação tramitando na Justiça do Trabalho demandando a criação de um novo sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores da Silvicultura de Encruzilhada do Sul. Vale copiar na íntegra a nota divulgada pelo advogado Clementino Lopes, de Encruzilhada do Sul, que representa o grupo que quer a criação deste novo sindicato. A nota relata os principais momentos da organização deste novo sindicato.

Breve Relato I - Após participação em Curso de Formação Sindical um grupo de Trabalhadores na SILVICULTURA organizaram uma Comissão Provisória pró Fundação do Sindicato dos Trabalhadores em Silvicultura com Sede em Encruzilhado Sul. Cumpridas as formalidades legais a Assembleia de Fundação aconteceria dia 09.04.2011. No mesmo dia a Justiça do Trabalho de Cachoeira do Sul, no Processo Trabalhista nº 0000329.64.2011.5.04.0721 concedeu Liminar suspendendo a realização da Assembleia em Ação proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Madeira e Lenha - SITIEML com Sede na cidade de Bútiá, sob pena de multa. A Assembleia foi suspensa.

Breve Relato II - Nova Comissão foi formada e publicados os Editais e com ampla divulgação realizou-se a Assembleia e embora com a participação de lideranças e trabalhadores vindo da cidade de Butiá a fundação do Sindicato foi aprovada. No mesmo processo o Sindicato de Butiá solicitou a suspensão dos Registros do Novo Sindicato no Registro de Pessoas Jurídicas de Encruzilhada do Sul o que foi acatado e determinado pelo Juízo do Trabalho Vara de Cachoeira do Sul.

Breve Relato III - Na defesa da Comissão Pró Sindicato dos Trabalhadores da Silvicultura de Encruzilhada do Sul atuando o Advogado Clementino Lopes, sustentou a tese de que a fundação do Sindicato tendo como sede o Município de Encruzilhada do Sul não afrontava o princípio da Unicidade Sindical que prevê a existência de um Sindicato da mesma categoria por município, jaa que o SITIEML tem sede em Butiá.

Instruído o processo com provas matérias e testemunhas no dia 22.08.2013, a Doutora NADIR FÁTIMA ZANOTELLI COIMBRA, Juíza do Trabalho Substituta, prolatou a SENTENÇA que no MÉRITO JULGOU IMPROCEDENTE TODOS OS PEDIDOS constantes na AÇÃO movida pela entidade autora o Sindicato de Butiá contra a Comissão Provisória do Sindicato dos Trabalhadores da Silvicultura de Encruzilhada do Sul. Com isso todas as MEDIDAS LIMINARES foram REVOGADAS.

Da sentença poderá a entidade vencida recorrer ao TRT da 4ª Região no prazo de 8 dias.

Pelas fundamentações da Sentença e com farta Jurisprudência do TST as possibilidades de revogação da Sentença são remotas. Sem dúvida um NOVO SINDICATO DE TRABALHADORES EM ENCRUZILHADA DO SUL é uma realidade.

Na fase de redação final deste trabalho, recebi novos documentos do advogado Clementino Lopes, noticiando que havia saído o acórdão sobre a “Representatividade Sindical, Comissão Pró-Fundação de Nova Entidade, Liberdade de Reunião e de Associação, Desmembramento e Unicidade Sindical”, cujo SITIEML

havia recorrido. O acórdão foi divulgado em junho de 2014 e continha a seguinte informação:

ACORDAM os Magistrados integrantes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: por unanimidade, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO ORDINÁRIO DO AUTOR para declarar que, quanto aos florestais da região afetada, em especial Encruzilhada do Sul e Pantano Grande, o sindicato detém representatividade da categoria profissional, até que nova entidade realize atos preparatórios de criação regulares, e que deem azo ao competente registro sindical. Custas inalteradas.

Desta forma, o município de Encruzilhada do Sul contará futuramente com dois sindicatos que representarão os trabalhadores do “mato”, no entanto, parece que os conflitos sindicais no município estão somente no início.

7.3.2 As condições de trabalho no “mato”: da precariedade ao “pseudo” reconhecimento do trabalhador frente às leis trabalhistas e as questões de gênero

Uma das mudanças mais importantes que ocorreu na silvicultura da região em relação aos trabalhadores do “mato” e as empresas florestais foram as leis trabalhistas que entraram em vigor na década de 1990, que influenciaram diretamente as condições de trabalho e moradia destas pessoas envolvidas.

Na década de 1990 era comum visualizar na zona rural de Encruzilhada do Sul, entre a margem dos plantios de árvores e a estrada, pequenas casas chamadas de “bolantas” (**FIG.25**), onde se alojavam os trabalhadores e suas famílias. No palavreado *campeiro*, a “bolanta” seria uma pequena casa “removível”/“itinerante” por meio de veículo de tração, que tem a utilidade de moradia ou para guardar materiais variados. Nestas casas ou nas pequenas vilas que se formavam à beira dos “matos”, não havia luz, nem água encanada, tampouco tratamento de esgoto e as famílias viviam em más condições.

Figura 25 - Bolantas, pequenas casas feitas de madeira e que podem ser transportadas em caminhões, como uma “casa itinerante”



Fonte: Fonseca (2012), Gouvea (2008).

D. Maria, ex-trabalhadora do “mato” e ex-moradora das bolantas, relata que naquela época⁹⁸ “*o patrão colocava as famílias em um ônibus e levava até a cidade*” para que os trabalhadores fizessem compras em um supermercado onde eram realizadas as compras quinzenais; comprava-se o básico para passar a quinzena: carne, arroz, farinha e feijão. Segundo ela, o que se recebia naquela época era “*uma bagatela por mês, não chegava a dar um salário*”.

D. Beta, outra ex-trabalhadora do “mato”, comenta que “*às vezes, o salário não dava, aí a gente pegava um vale, mas naquela época a gente recebia um dinheirão, porque o dinheiro valia mais, hoje não vale nada [...], mas também a gente não pagava aluguel, porque vivia no meio do mato, né*”.

As duas comentam que recebiam das empreiteiras os equipamentos de proteção individual (EPI); conforme D. Beta “*eles até davam os EPIs, às vezes a gente usava, às vezes não, eu mesma só cortei um dedo uma vez, o facão pegou e tirou uma lasca*”.

Mesmo com todo o empenho do Ministério do Trabalho em relação à obrigatoriedade do uso dos EPIs ou de capacitações relativas às normas de segurança, ainda existem muitos acidentes no “mato”. Os mais comuns são lesões nos olhos e cortes de membros inferiores e superiores – pernas, mãos e braços – em função, principalmente, dos instrumentos utilizados para o corte das madeiras – facão, machado, serra e motosserra. Outro tipo de acidente é referente às quedas de árvores e galhos atingindo a cabeça e as costas/coluna dos trabalhadores.

⁹⁸ A referência dos relatos das duas ex-trabalhadoras do mato é a década de 1990.

Um fato que me chamou a atenção durante minha estada na cidade foi ouvir um trabalhador do “mato” no Programa Igreja Deus é Amor⁹⁹ na rádio da cidade, a “Encruzilhadense” (02/08/2013), onde este relatava o seu “quase acidente de trabalho”: “eu trabalho no mato, nos mato de eucalípio, e tava eu serrando um porrete, um porrete, mas grande mesmo, e o porrete veio pra cima de mim e eu pedi o livramento de Jesus e o porrete caiu pro lado e não caiu em cima de mim!”.

Figura 26 - Avisos sobre cuidados necessários com segurança e utilização de equipamento de proteção individual



Fonte: Autora, junho/2013.

As empresas florestais com maior porte, como é o caso da Tanagro, por exemplo, exigem que todos os trabalhadores do mato utilizem EPIs, no entanto, é

⁹⁹ Um programa diário que vai ao ar das 13h às 13h e 30 min, patrocinado pela Igreja Deus é Amor. Outro fenômeno social muito intenso na cidade, a quantidade de pequenas igrejas evangélicas e carismáticas no município.

muito comum observar pequenas empreiteiras ou aquelas não regularizadas que deixam de lado tais normas de segurança, como pude presenciar em uma visita a uma “empreitada de mato”, onde os empregados não usavam luvas, capacetes e óculos, equipamentos obrigatórios e imprescindíveis neste tipo de trabalho (**FIG.27**). Nessa ocasião, no entanto, não ficou claro se foi negligência da empreiteira ou dos próprios trabalhadores.

Figura 27 - Visita a uma “empreitada de mato”, trabalhadores sem EPIs, Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Autora, julho/2013.

A visita a esta empreitada se deu por volta do meio dia, horário do intervalo dos trabalhadores para o almoço. Pude constatar que os trabalhadores que ali estavam traziam sua própria vianda de comida. Este é outro ponto polêmico levantado pelos sindicalizados da madeira, pois a legislação trabalhista prevê que as empresas/empreiteiras contratem estabelecimentos/empresas que distribuam alimentação a estes trabalhadores, já que o grande complicador é o acondicionamento/armazenamento destes alimentos, que em dias de muito calor podem facilmente estragar, causando possíveis riscos à saúde dos trabalhadores.

Em relação ao trabalho do homem e da mulher no “mato”, de acordo com D. Beta na década de 1990 era comum que as mulheres realizassem os mesmos trabalhos dos homens, não havia separação de gênero. Conforme D. Maria “*homem e mulher trabalhavam juntos, cada um de um lado da picada*”. D. Beta relata que o serviço dela “*era desgalhar, era cortar, era serrar, era metrar*” igual ao trabalho realizado pelos homens.

Já D. Maria complementa dizendo que ela também roçava as terras para o plantio e botava “*bomba de veneno em cima das costas pra colocar em cima das árvores*”. D. Maria diz que os homens respeitavam as mulheres que trabalhavam no

“mato” e que se precisasse de ajuda com as madeiras mais pesadas, por exemplo, eles ajudavam, *“era tudo companheiro, era melhor do que é agora”*, diz ela comparando o trabalho na década de 1990 e o da atualidade.

As duas concordam que trabalhar no “mato” era difícil, pois quando não estavam morando nas bolantas à beira dos “matos”, tinham que sair muito cedo de suas casas (localizadas nas vilas do interior do município) para esperar o ônibus de transporte pro “mato”. De acordo com D. Maria, o transporte apanhava os trabalhadores nas paradas de ônibus das zonas rurais, *“enchia um ônibus, dava mais de 50 pessoas num ônibus só”*.

D. Maria relata que saiu do “mato” porque em cada mudança de casa/localidade perdia metade dos móveis e também porque os filhos já estavam criados e ela *“queria sair de lá pra parar de passar trabalho dentro do mato”*. As famílias seguiam as “empreitadas de mato”, portanto, as famílias eram quase nômades, ou seja, um local diferente em cada empreitada.

Levando-se em consideração o relato das duas ex-trabalhadoras do “mato”, o que se observa é que a má condição de vida de quem morava dentro do “mato”, levou muitas famílias a procurarem trabalho na cidade. Na metade da década de 1990 houve a proibição pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) que os trabalhadores morassem no “mato” ou à beira das estradas, como era de costume. Isso fez com que boa parte dessas famílias fosse “obrigada” a migrar para as vilas no interior ou para a cidade em busca de moradia e trabalho. Em função dessa proibição, muitas famílias ficaram desamparadas, pois não tinham onde morar, dependendo da estrutura oferecida pelos patrões no “mato”, provocando (re)adaptações socioculturais em novos locais.

Na década de 1990 era muito comum ocorrerem denúncias contra trabalho “escravo”¹⁰⁰ nos municípios da “região florestal”, exatamente em função das más condições de vida dos trabalhadores do “mato”. Segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores da madeira do RS, 40% dos trabalhadores da região, dita por ele como “florestal” (referindo-se à Metade Sul), ainda são informais e está em condições de trabalho “escravo”.

¹⁰⁰ A expressão “trabalho escravo” ainda é muito utilizada para passar a ideia do “trabalho forçado”, onde o trabalhador tem suas liberdades cerceadas. O “trabalho escravo” remete à escravidão, onde pessoas eram compradas/vendidas e forçadas a exercer uma atividade contra sua vontade sob ameaça, violência física e psicológica ou outras formas de intimidação. O termo “trabalho escravo” passa a ser difundido a partir de meados da década de 1990.

No entanto, ainda hoje a atividade de silvicultura é tida como uma das que mais recebe denúncias contra trabalho análogo ao escravo. Uma das últimas grandes forças-tarefa do MPT e do MTE¹⁰¹ contra este tipo de trabalho foi em 2012, em empresas de corte e descasque de acácia e eucalipto, em três municípios da “região florestal”: Butiá, Minas do Leão e Encruzilhada do Sul.

A força-tarefa nesses municípios constatou trabalhadores em diversas empresas, sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada ou qualquer controle de horário, submetidos a jornadas extensas de trabalho. Os dias em que chovia, os trabalhadores não eram remunerados, mesmo que fossem trabalhar, assim como não eram fornecidos equipamentos de proteção individual e não havia fiscalização do seu uso. Foi constatado ainda que os valores dos equipamentos eram descontados dos pagamentos dos empregados e, não havia treinamento para as atividades com risco de acidente como, por exemplo, as operações com motosserra (RIO GRANDE DO SUL, 2011).

Especificamente em Encruzilhada do Sul, a operação autuou seis empresas, entre elas uma de corte e descasque de eucalipto que fornecia material a uma madeireira de Venâncio Aires, pela inadequação do transporte, dos alojamentos e dos locais para refeição dos trabalhadores. Além disso, quatro trabalhadores foram retirados de um alojamento sem as mínimas condições de habitabilidade, sem qualquer privacidade, dormindo próximos a um botijão de gás, com frestas enormes nas paredes, sem água potável (utilizavam água de poço) e com banheiro no próprio “mato” (RIO GRANDE DO SUL, 2011) (**FIG.28**).

Figura 28 - Alojamento e transporte em áreas de plantações de acácia em Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2011).

¹⁰¹ Respectivamente, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego.

Da mesma forma também nos locais em que eram realizadas as refeições, os empregados comiam sentados no chão sob a sombra das árvores e não existia local para guardar os alimentos e o aquecimento das refeições era realizado no chão, em fogueiras (RIO GRANDE DO SUL, 2011) (**FIG.29**).

Figura 29 - Refeitórios em más condições de habitabilidade, Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2011).

Na época, foram autuadas em Encruzilhada do Sul quatro empresas no corte e descasque de acácia, entre elas: Marcio Freitas Rodrigues; Roberto Rivelino dos Santos Baialardi; AOS Empreendimentos Florestais Ltda.; e, Lucia Joana Scherer Rassier. E duas empresas no corte do eucalipto, Ricardo Grass Serviços Florestais Ltda. e Carpelo S.A. Conforme os auditores-fiscais, 22 trabalhadores foram registrados sob ação fiscal e lavrados 41 autos de infração às empresas (MPT, 2011).

Logo que cheguei a Encruzilhada do Sul, em uma das minhas caminhadas pela cidade, fui até o polo industrial - ou “polo madeireiro” como chamam os nativos, que fica entre a vila da Fonte e a Vila Paraíso. Esta região da cidade concentra diversas madeireiras e serrarias, além da fábrica da Forjasul. Já havia recebido uma indicação de outro interlocutor para entrevistar o proprietário da serraria Progresso, por ser uma das serrarias mais antigas no município, aproveitei para passar na serraria e fazer um primeiro contato me apresentando ao proprietário. A conversa se encaminhou bem, aproveitei então para seguir o roteiro de entrevista.

O proprietário encontrava-se muito triste, pois era a segunda vez em um ano que sua serraria havia incendiado e estava fazendo os cálculos de suas perdas. Lá pelo meio da conversa, quando falei sobre denúncias de “trabalho escravo” no

município, o proprietário deu uma longa gargalhada e me disse: “*pois eu fui um dos escravizador, saí até na capa da Zero Hora!*”.

Na realidade isso foi aqui em Encruzilhada, na época que as empresas pagavam bem para cortar, para colher acácia. Então acontece o seguinte, o cara botava a motosserrinha no ombro, saía aí, juntava dois, três, quatro, ia lá e a empresa precisava, ia lá e pegava aquela pessoa que não tinha estrutura e não tinha nada, entendeu? Pegava um carrinho velho e ia pra lá trabalhar [...]. Então existiu isso mesmo aqui em Encruzilhada. Mas eles generalizaram a coisa, que não era tão assim. Por exemplo, na minha área, eu tinha umas 30 famílias que trabalhavam. Mas nós tínhamos uns chalezinhos bem bom, de acordo com o tamanho da família [...], era uma vila com água encanada, só não tinha luz. O colégio era a 150 metros do acampamento, com professores, com tudo. Médico todo o mês fazendo revisão no pessoal. Isso tudo nós dávamos acompanhamento e, infelizmente, entramos junto nas denúncias. [...] A gente trabalhava dentro da regra [...]. Não processaram, mas demos umas explicações ali. Eu nunca me incomodei, só fui na delegacia uma vez dar uma conversada. Então eu fui um que tive que indenizar esse pessoal e aí eu fiquei sem nada. Tive que pagar os direitos, o aviso prévio, tudo, tudo imediato e acabar com o acampamento. (Proprietário, Serraria Progresso, 05/02/2012).

O proprietário comenta ainda que “*se faz muito alarde por nada*”, referindo-se às denúncias de “trabalho escravo” no município:

Tem pessoas que fazem alarme, não tem coisa errada, eu não vejo muita coisa errada, porque se tivesse trabalho escravo, né?! Hoje eles recebem comida quentinha, dentro do horário, porque tem horário. Lá é no meio do mato, mas tem um barracão que eles fazem, é feito. Ele é fiscalizado pelo Ministério do Trabalho, têm mesas, essas coisas todas, banheiro também, banheiro químico [...]. (Proprietário, Serraria Progresso, 05/02/2012).

Existe um “pseudo-reconhecimento” do trabalhador frente às leis trabalhistas, o reconhecimento perante a lei ocorre, ou seja, existem leis que amparam os trabalhadores do “mato”, no entanto, o que se observou em diversos momentos das visitas realizadas a campo é que as empresas/empreiteiras não cumprem as normas de segurança e a vida destes trabalhadores do “mato” é colocada em risco pelo simples descaso.

7.3.3 As promessas de emprego, as metas de produção e a imagem negativa do trabalhador do “mato”

Uma das promessas das empresas florestais ao instalarem seus empreendimentos madeireiros foi a geração de vagas de emprego para os municípios da região florestal. No entanto, o que se constata em Encruzilhada do Sul

foi a diminuição das vagas de emprego. Além dos momentos de crise como de 2008/2009, outros fatores têm provocado redução das vagas de emprego na região. De acordo com a opinião dos interlocutores, a adoção de novas tecnologias e a mecanização específica para o setor florestal seriam alguns desses motivos.

Para a agricultora do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a mão de obra foi sendo substituída pelas máquinas (mecanização) e pela tecnologia, isso resultou em mais vagas de emprego temporário e não formal: *“boa parte da culpa do crescimento do desemprego em Encruzilhada do Sul seria das máquinas utilizadas para colheita dos monocultivos de árvores”* (ela se refere às *harvesters*, máquinas específicas para a colheita de árvores). Estas máquinas são utilizadas pelas grandes empresas como, por exemplo, a Celulose Riograndense, em três turnos de trabalho, onde o operador trabalha oito horas. A máquina leva exatos 30 segundos para selecionar a árvore, cortar, descascar e dividir em três toras de 30 metros cada (**FIG. 30**).

Figura 30 - *Harvester* na colheita de eucalipto



Fonte: Autora, dezembro/2010.

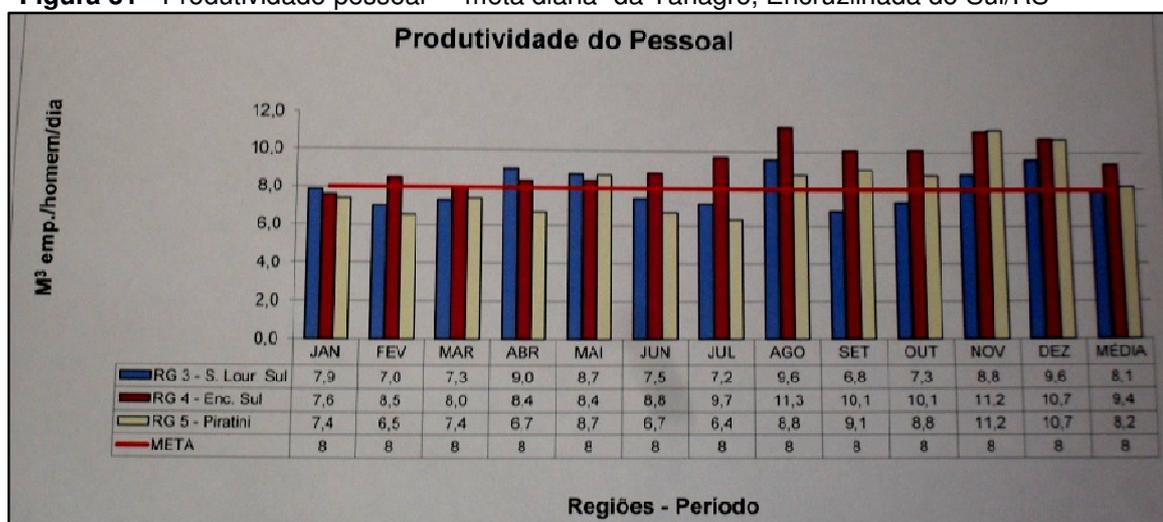
A crítica dos trabalhadores do “mato”, por exemplo, está na diminuição drástica das vagas de emprego. Um dos assentados do Assentamento Vassoural comenta que:

[...] no Vassoural tinha muita gente que trabalhava nesses matos, principalmente, estas pessoas que não eram da roça, [...] os ônibus passavam aqui na frente pegando gente, ia ônibus lotado. Depois das máquinas, não vai mais ninguém e ônibus não passa mais. Mas em época de colheita, não para mais de passar caminhão aqui na frente, igual ao movimento da BR. (Assentado, Assentamento Vassoural, 14/05/2013).

O que se observa é que cada vez mais crescem as exigências das jornadas de trabalho no “mato”, como me explicava um dos empreiteiros de acácia que mora na Vila Paraíso. Ele comenta que paga aos trabalhadores das empreitadas “*um salário mínimo, mais o que ele cortar de árvore por mês*”, ou seja, quantos metros cúbicos o trabalhador cortar no “mato” por mês.

O empreiteiro mostra no papel os cálculos, me diz que, geralmente, um trabalhador corta, em média, 200 m³ por mês. Para se ter uma ideia destes números, o empreiteiro diz que “*seis homens conseguem cortar 1 ha de mato em sete dias*”. Segundo ele, a Tanagro tem como meta diária 8 m³ e o que “*o trabalhador fizer a mais entra para o bolso dele*” (**FIG.31**). Casualmente, em minha tentativa de falar com o responsável pela empresa Tanagro, tirei uma fotografia de um quadro exposto na recepção da empresa, que trata exatamente do que o empreiteiro havia explicado.

Figura 31 - Produtividade pessoal – “meta diária” da Tanagro, Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Autora, fevereiro/2013.

Em função destas metas, o trabalhador acaba se expondo a longas jornadas de trabalho, “faça chuva ou faça sol”, não respeitando intervalos ou horários de descanso, ou seja, quanto mais cortar/descascar, mais irá receber no fim do mês. Observando-se a figura da “produtividade pessoal” da Tanagro, nota-se que as metas diárias são mais baixas nos meses de inverno, onde os dias chuvosos atrapalham os “serviços do mato”, ou em meses de verão, em dias muito quentes onde a produtividade do trabalho diminui. No geral, observa-se que as metas de Encruzilhada do Sul são as maiores se comparadas aos municípios vizinhos, como Piratini ou São Lourenço do Sul. Harvey (2004) discute sobre os níveis de exploração da força de trabalho em países em desenvolvimento:

[...] podendo-se identificar abundantes casos de práticas abusivas, os relatos etnográficos das transformações sociais promovidas pelos investimentos externos diretos, pelo desenvolvimento industrial e pelos sistemas de produção “exportados” em muitas partes do mundo formam um enredo bem mais complexo. [...] Diante da opção entre a mão de obra industrial e a volta ao empobrecimento rural, muitas pessoas no âmbito do novo proletariado parecem exprimir forte preferência por aquela. (HARVEY, 2004, p. 135).

Outro ponto a ser discutido é que o “trabalho no mato” sempre teve uma conotação negativa no município. Mesmo o município sendo um “polo florestal” e depender, em grande parte, dessa atividade econômica, o trabalhador do “mato” não é bem visto e nem valorizado. O “trabalho no mato” é tido como a última opção de trabalho/emprego para a população local, como pode ser percebido na fala da agricultora do MMC:

O que mais se vê aqui é desemprego. Mais ainda com as mulheres, pois o homem consegue empreitadas e trabalhos temporários em outros lugares. É um trabalho duro, quem pega nestes matos é porque precisa muito, pois é tratado que nem bicho, basta ver os ônibus que transportam eles. [...] Filho meu não vai trabalhar no mato, porque não tem trabalhador de mato que consiga estudar. É só um meio de sustento porque se este trabalhador pudesse, não estaria lá. Com certeza é um trabalho digno, mas que não tem futuro. (Agricultora, Movimento de Mulheres Camponesas, 18/02/2013).

Como se observou nos itens anteriores, o “trabalho no mato” tem salários baixos, muitas vezes não apresenta garantias trabalhistas, é realizado a partir de longas jornadas de trabalho, certas empreitadas são realizadas em condições arriscadas, entre outras situações precárias e negativas. No entanto, para o morador

da Vila da Fonte, trabalhar no “mato” é a única oportunidade: *“não tenho estudo, trabalhei minha vida inteira no mato, quem vai dar trabalho pra mim na cidade?”*

Por outro lado, o presidente do SITEML afirma: *“a atividade do mato segue sendo uma alternativa para reduzir as taxas de desemprego na região e a tendência é que haja desenvolvimento dos municípios que passarem a investir na produção comercial de árvores”*. Ele alega que 65% da arrecadação de Encruzilhada do Sul provem da atividade florestal e que o retorno é dado em forma de melhorias, como obras públicas e investimentos em educação.

No entanto, para o coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) existe uma *“massa de trabalhadores flutuantes”* no município que está ligada a um *“trabalho temporário e não formal, como era garantido pelas empresas em suas promessas”*. Segundo uma das assentadas do Assentamento Elton Brum, *“boa parte dos trabalhadores que trabalham no mato não são de Encruzilhada do Sul, mas de outros municípios vizinhos, portanto, a empresa não gera vagas de trabalho no município, não condizendo com as promessas da empresa ao se instalar na região”*.

7.4 A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM RURAL E A IDENTIDADE TERRITORIAL

Ao se analisar a expansão da silvicultura como alternativa de desenvolvimento para a população do município de Encruzilhada do Sul, pode-se afirmar que a implantação desta atividade florestal em grande escala está colocando em risco o território e as territorialidades constituídas. Segundo os entrevistados nesta pesquisa, os riscos iminentes seriam em relação à fauna e a flora local, à transformação da paisagem e a substituição das atividades econômicas típicas da região (a pecuária e a agricultura de subsistência).

Esta é a visão de parte da população local cujo território “[...] adquire muitas vezes tamanha força, que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”).” (HAESBAERT, 2008, p. 22). Ou seja, para este grupo, perder seu território seria a possibilidade de “desaparecer” (HAESBAERT, 2008).

Para a população local, principalmente aquela que vive na zona rural onde os plantios de “mato” são realizados, é o risco de “desaparecer” com o avanço da silvicultura que conta. Neste caso, ocorrem também mudanças nas representações sociais que os sujeitos/grupos têm sobre o próprio território. À medida que determinados sujeitos/grupos passam a mudar a forma de “utilizar” os “recursos” territoriais existentes, passando a incorporar outras práticas ao território, as transformações ocorrem tanto no âmbito material/funcional (meio) quanto imaterial/simbólico (representações), interferindo na paisagem e na identidade local.

Tanto as transformações na paisagem quanto às representações de identidades estariam em jogo com a expansão do “mato”. É o que comenta Madeira (2007) em relação ao avanço da silvicultura no bioma Pampa/Metade Sul:

[...] corremos o risco de uma modificação significativa da fauna e flora do pampa, com reflexos diretos no modo de vida das populações da região e na paisagem típica do bioma. No momento em que ocorre a substituição de uma paisagem natural e sua atividade econômica típica, no caso a pecuária extensiva, não há como negar uma forte ruptura cultural. Podemos imaginar o pampa sem o gaúcho, mas o gaúcho sem o pampa e seus amplos horizontes, fica difícil. (MADEIRA, 2007, p. 11).

Com o avanço da produção de madeira para celulose e papel em Encruzilhada do Sul está ocorrendo à readaptação de duas tradições produtivas, a pecuária extensiva, realizada principalmente nos grandes estabelecimentos rurais e a produção da agricultura de subsistência, realizada em pequenas propriedades rurais e nos interstícios das grandes propriedades. Para Haesbaert (1988), a região da Metade Sul, onde Encruzilhada do Sul está inserida, é tida como o berço do tradicionalismo gaúcho, uma vez que lá se desenvolveu o primeiro grande ciclo econômico do estado, as charqueadas, e onde se sustenta, nas paisagens, na lida com o gado e no imaginário social, a recriação do tipo social típico do sul do Brasil, o “gaúcho”¹⁰².

O que se percebe é que a capacidade das populações locais de reproduzirem seus modos de vida está sendo drasticamente afetada devido à desestruturação que

¹⁰² “O termo “*gaucho*”, para os colonizadores era sinônimo de libertinagem, vagabundo, ladrão dos campos, ou homem que matavam os touros chimarrões e tiram-lhes o couro para vender nas povoações.” (HAESBAERT, 1988, p. 79). A partir do início do século IX, o termo gaúcho passa a ser sinônimo dos grandes latifúndios privados no Rio Grande do Sul, fugindo de sua origem de homem livre, dono de todos os campos e passa a ser apropriado por parte da sociedade pastoril que se consolida nas grandes propriedades na região da Campanha (HAESBAERT, 1988).

a implantação do “mato” desencadeou em termos de eliminação de laços e redes familiares, de alteração de comportamentos cotidianos, de uso dos recursos naturais baseado em práticas e técnicas nada “sustentáveis”.

A mudança na paisagem rural é fato, áreas onde antes havia campo e mato nativos, lavoura anual ou pecuária extensiva foram substituídas pelo “mato”. Neste processo de substituição do “antigo” pelo “novo”, observou-se o aumento do êxodo rural, tendo muitos agricultores/produtores optado por venderem a terra e deixarem o local, não aderindo assim aos plantios de “mato”. Portanto, existe aí o rompimento de uma territorialidade formada a partir das coisas do lugar e da memória individual e coletiva destas pessoas sobre o território.

Nessa direção, Schwanz e Zanirato (2008), explicam a formação da memória a partir da paisagem. Os autores dizem que esta não existe por si só, ela é resultante das relações que envolvem as pessoas e o meio natural, ficando evidente que as modificações, resultam em alterações na paisagem e, conseqüentemente, têm influência direta sobre a constituição das memórias.

A memória é constituída de “paisagem” e de “identidade” e, portanto, relacionada ao “sentimento de pertença” dos sujeitos. Ortiz (2005) comenta que existem “diversas maneiras de *sentir* identidade”, assim como que também há diversas maneiras de *sentir* a paisagem, pois tanto uma quanto a outra fazem parte desta condição territorial onde está envolvido essencialmente o “sentimento de pertença” dos sujeitos/grupos, onde *ter* consciência implica em “ocupar”, “usar” e “proteger” o território.

Ao retomarmos os dois grupos em disputa pelo território, apontados anteriormente na introdução deste capítulo – empresas florestais e população local – observam-se em suas práticas e discursos, diferentes “sentimentos de pertença”. No grupo dos agentes hegemônicos, por exemplo, o discurso é o do desenvolvimento econômico e, portanto, parece não existir uma preocupação maior com o entorno ou a paisagem do local. Estes ocupam e apropriam-se do espaço, sem a existência de uma consciência de “proteção do território”. O que se manifesta é uma “lógica empresarial florestal”, onde tais empresas desenvolverão suas atividades econômicas e lidarão com os impactos no entorno, caso ocorram.

Por outro lado, esta “consciência de pertencimento do território” é perceptível na conduta e no discurso de pessoas que são ligadas à zona rural do município e cujo espaço de vivência foi invadido pela atividade de silvicultura. Nestes casos, é a

“preservação do território”, ou seja, do meio de suas tradições e de sua territorialidade.

Nesse sentido, diversos sujeitos entrevistados comentaram sobre a intensidade e a quantidade com que as empresas e os próprios moradores do município vêm plantando “mato” pelo interior de Encruzilhada do Sul. Alguns desses argumentos podem ser resumidos em frases curtas de moradores de três localidades, Maria Santa, Pinheiro e Iruí, inseridas na zona rural do município: “as empresas cercam os proprietários com os matos”; “nas campinas é onde mais tão plantando”; “minha propriedade está volteada de mato”; “ter terra é controle do território”; “grande parte do assentamento é rodeado de eucalipto, aqui tem até uma empresa americana”.

Para o coordenador do MPA a intensa transformação da paisagem no interior do município está “virando até questão de saúde” para a população do campo:

Outra questão é, digamos assim, questão de saúde mesmo né, muita gente, principalmente o pessoal mais idoso, né, é com a questão da depressão. Porque viveu a vida toda numa determinada comunidade, numa localidade onde viveu vendo campo, né, enxergando longe, digamos assim, vendo a quilômetros, as fazendas, [...] e os pequenos agricultores. Outros mesmo que trabalhavam, né, com as fazendas, tinham o seu pedacinho de terra ali por perto, enfim, e os moradores da localidade. Com a vinda das florestas, aí dos eucaliptos, essa áreas foram plantadas, grandes extensões, então ficaram as áreas pequenas ali dentro, né, áreas de cinco, dez, 20 hectares, até umas maiores, 50, aqui tudo é pequeno, propriedade até 140, né. Então esse pessoal se viu cercado, começou o mato a crescer e o pessoal começou a não enxergar mesmo, por exemplo, a paisagem local, né. Começou a não enxergar o cerro, que enxergava, a mata nativa que enxergava mais lá adiante, desconfigurou a paisagem local, né. Então, as pessoas ficaram nessas propriedades cercadas por mata, e as pessoas, principalmente as pessoas mais velhas, né, que não querem sair de lá, né, e não saem por nada, mas têm problema de saúde, né, inclusive depressão. A gente já viu bastante isso, de tá no meio do mato, só enxergava mato, só enxergava campo, enxergava gado, enxergava os animais silvestres, enfim, e se viu cercado pela floresta, isso é real, isso acontece na prática. (Coordenador, Movimento dos Pequenos Agricultores, 14/03/2013).

Em julho de 2013, já ao final de minha estada em Encruzilhada do Sul, acompanhei um dos técnicos do MPA na fiscalização das casas das famílias que fazem parte do Programa Nacional de Habitação Rural do governo federal, com o intuito de conhecer as regiões sudoeste e sudeste do município que haviam sido pouco exploradas por mim.

Sáímos da sede do município e percorremos diversas localidades do interior, entre elas Boqueirão, Pinheiro, Serra dos Pedrosa, Rincão dos Machados, Passo da Olaria, Passo da Cria, Serra dos Rosa e Maria Santa, até retornar a sede novamente. Para se ter uma ideia das distâncias percorridas, a localidade do Rincão dos Machado está a 80 Km da sede do município, fazendo divisa com o município de Santana da Boa Vista (**FIG.32**).

Figura 32 - Localidades visitadas



Fonte: Binkowski (2014).

Além de localizar o leitor em relação às comunidades visitadas, mas, sobretudo, a figura acima quer indicar onde a expansão da silvicultura tem tomado grandes proporções ao longo dos últimos anos em Encruzilhada do Sul. Creio que para esta pesquisa, o percurso realizado nestas visitas foi emblemático. Em 12 horas de visitação a campo foram coletados muitos dados e, talvez, tenha sido neste dia que mais se pôde constatar, pela observação e na fala dos sujeitos entrevistados, as contundentes transformações no território.

A localidade do Pinheiro é uma das comunidades onde a substituição das atividades agropecuárias tidas como tradicionais estão em pleno vapor. Entre

pequenas e grandes propriedades existe a adoção de novas atividades, como a de produção de leite, soja e as plantações de “mato”. Nesta localidade pode-se constatar a grande quantidade de casas abandonadas – as taperas.

Ao atravessar a localidade do Pinheiro e ao se aproximar da Serra dos Pedrosa, já não se visualiza mais outras atividades agrícolas, apenas “mato” – focos de “mato” de eucalipto, de acácia e de pinus, intercalando-se por quilômetros e quilômetros. Segundo o técnico do MPA, “*a sensação era a de estar ilhado no meio de um mar verde de mato*” (FIG.33).

Figura 33 - “Mato” de eucalipto localizado entre as localidades do Pinheiro e Serra dos Pedrosa, Encruzilhada do Sul/RS



Fonte: Autora, julho/2013.

Na Serra dos Pedrosa visitamos uma família que havia comprado uma pequena propriedade há pouco mais de um ano e estava tentando se adaptar ao local. Segundo a esposa, que foi quem nos atendeu, “*é difícil plantar, é difícil criar, aqui só tem pedra*”. A família optou em investir na ovinocultura como atividade principal, além disso, para complementar a renda, a esposa produz hortigranjeiros em uma pequena área e o marido é capataz em uma “*lavoura de eucalipto*” ao lado da propriedade.

Em Encruzilhada do Sul, a ovinocultura era, geralmente, realizada em grandes propriedades, porém, no final dos anos 1990, com a expansão da silvicultura alguns proprietários optaram pelo plantio de “mato” de eucalipto ou acácia em detrimento da criação de ovelhas, reduzindo bastante o rebanho. Com

alterações nos sistemas produtivos houve um aumento do preço de lã na região pela escassez do produto.

Com isso, no início dos anos 2000 ocorre o resgate desta atividade pelos pequenos produtores, como é o caso desta família da Serra dos Pedrosa, que além do interesse na lã, tem objetivo também no mercado de carne. Em função disso, voltou a crescer o rebanho ovino em Encruzilhada do Sul.

Outra preocupação da esposa são os ataques de javali: “*eles invadem a horta e arrasam tudo, além disso, comem as ovelhas soltas no pátio*”. Ela acha “*perigoso até sair na rua de noite*”. O biólogo da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura, explica que:

[...] o javali tá começando a aparecer aqui no município, não era tão forte, agora é. Teve uma empresa que se instalou com produção comercial de javali a uns oito anos atrás, eu acho. Parece que andaram deixando fugir as matrizes, né, e aí começou o problema, porque nós não tínhamos problema com javali. E já começou a aparecer. Assim, de virar 30 hectares de lavoura numa noite. [...] O javali vira mesmo, começa fuçando, e eles viram toda a terra. [...] é biológico dele, né, ele fuça o solo. Ele fuça o solo atrás de alimento, né. Aí, onde é lavoura, tem aquela se a semente do milho, a semente do que foi plantado ali, ele vai lá, vai fuçando, vai fuçando, vai pegando os tubérculos, e as sementes também. Então ele revira o solo. (Biólogo, Prefeitura Municipal, 19/12/2012).

Na fronteira sul e oeste do estado tem se constatado o aumento da incidência de javalis, no próprio município de Encruzilhada do Sul, esta foi uma das informações recorrentes dos moradores, principalmente desta região do Pinheiro e da Serra dos Pedrosa, onde vive a família entrevistada. Bacchetta (2008) diz que o “javalí selvagem” é comum na região do Pampa, e tradicionalmente tinha como abrigo a mata ciliar dos rios e arroios, no entanto, com a expansão dos monocultivos de árvores, essa espécie modificou seu *habitat*, procurando abrigo no interior das plantações e, geralmente, saindo à noite para se alimentar.

Na continuação da viagem me deparei com duas serrarias de grande porte, a primeira encravada no pé de um dos morros da Serra dos Pedrosa, a serraria Maggione. Segundo meu *ciccerone*, o técnico do MPA, esta serraria teve seu auge no fim da década de 1980 e início da década de 1990, onde estava em alta a produção de pinus.

A segunda serraria se chama Serraria dos Apecim ou Serraria da Boa Vista localizada no Passo da Cria. O técnico do MPA comentou que ela foi considerada

uma das maiores serrarias do município e que no auge dos plantios de pinus houve a necessidade de trazer trabalhadores do “mato” para viverem no entorno do negócio florestal. Desta forma, originou-se ali uma pequena vila (**FIG.34 – seta**), onde viviam os trabalhadores e havia também um pequeno comércio para abastecer seus moradores.

Figura 34 - Serrarias e a “poluição visual” da/na paisagem



Fonte: Autora, julho/2013.

Mesmo sendo uma das maiores serrarias do município, o técnico do MPA comentou que atualmente a serraria passa por momentos de crise, que se iniciou a partir dos anos 2000, com a expansão da silvicultura de eucalipto e acácia na região, pois muitos produtores de pinus aderiram a essas espécies. Em função da perda de produtividade da serraria e também pelo fenômeno de migração de pessoas para a sede do município ou para outros municípios, as casas da vila da serraria não estão totalmente ocupadas, porém, a ocupação tem oscilado conforme a produção de madeira (plantio e colheita).

Segundo o proprietário da serraria Progresso, localizada na vila da Fonte, em Encruzilhada do Sul, o “*negócio de serraria*” teve um grande impacto com a vinda das grandes empresas para o município, referindo-se à Celulose Riograndense e à Tanagro, porque “*as duas compraram tudo que viram pela frente, de terra e madeira, dando um baque nas serrarias que dependiam da madeira*”. O proprietário comenta que as serrarias do município não se recuperaram totalmente deste “*baque*” e compara a produção e o trabalho das serrarias na década de 1980 aos dos anos 2000.

À medida que íamos nos deslocando em direção a BR-471, passando pelas localidades de Rincão dos Machado, Passo da Olaria, Passo da Cria, Serra dos Rosa e ao atravessar a BR-471 em direção às localidades de Maria Santa e Vau dos Prestes, foi possível visualizar imagens que trazem à tona as discussões sobre as transformações na paisagem (**FIG.35**).

Figura 35 - Transformação das paisagens locais – a) Rincão dos Machado; b) Passo da Cria; e, c) Vau dos Prestes



Fonte: Autora, julho/2013.

A imagem (a) foi captada na localidade do Rincão dos Machado, constata-se aí que os plantios de “mato” são realizados em qualquer local, aproveitando-se todos os espaços disponíveis e possíveis, como é o caso da foto mostrando os plantios até no topo do morro. O aclave/declive desta área deve ultrapassar, seguramente, os 30º, a lógica parece seguir a dos plantios de soja na década de 1980 no Planalto Médio do estado, “morro acima, morro abaixo”.

Já a imagem (b), captada na localidade do Passo das Cria, demonstra a intensa movimentação de veículos provocada pela atividade de silvicultura nas estradas vicinais do município. A presença de máquinas, caminhões e treminhões é comum nesta região, no entanto, tem ocasionado o descontentamento dos moradores, que reclamam da poeira e do ruído e das estradas em mal estado de conservação, causado pelo tráfego intenso destes veículos.

A imagem (c) foi captada na localidade do Vau dos Prestes e demonstra uma grande área de plantio de acácia da empresa Tanagro. O curioso nesta foto é a “disputa” de área entre o plantio de acácia e a lavoura de arroz. De acordo com o técnico do MPA, este local era tradicionalmente área de orizicultura e que, ao longo dos anos, “o mato foi tomando conta”. Esta pode ser considerada uma das novas estratégias das empresas florestais, comprar ou arrendar terras que na opinião geral

podem ser consideradas “inadequadas” ao plantio de “mato”, por exemplo, as áreas de várzea, como é o caso desta área na localidade de Vau dos Prestes.

Esta procura intensiva por novas áreas para plantio de mato, pode ter uma explicação técnica, segundo o biólogo da Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Encruzilhada do Sul. Ele explica que a fiscalização para o licenciamento de novas áreas em Encruzilhada do Sul está bem restritiva e que a FEPAM se baseia terminantemente nas normas do ZAS. As áreas do município estão divididas em duas bacias hidrográficas – a do Jacuí e a do Camaquã -, dividindo o município ao meio.

O biólogo explica que o ZAS estipulou graus de restrição à atividade de silvicultura por unidade de paisagem – baixa, média e alta. As áreas localizadas na Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí e algumas áreas da Bacia Hidrográfica do Camaquã teriam grau de restrição PS3 – alta restrição à atividade de silvicultura. Portanto, conforme o ZAS, Encruzilhada do Sul teria grandes restrições a novos plantios de árvores.

Na Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí tu não pode mais licenciar cultivos novos. Tu comprou uma área nova, tu não pode plantar, tu... queria plantar floresta, não vai poder plantar, vai ter o pedido indeferido. Tu vai pedir uma [...] como é plantio novo, né, teoricamente tu tem que pedir uma LP [licença prévia]. A LP já vai ser indeferida de cara. Acontece que florestas que foram plantadas, por exemplo, em 2008 foram plantadas na PS3 [...], que é área com restrição. Nós já tivemos duas áreas que tiveram as licenças indeferidas, mas que tão plantadas. (Biólogo, Prefeitura Municipal, 19/12/2012).

Outros pontos críticos são comentados entre os interlocutores, como a questão da redução da vazão das fontes de água, do “sombreamento” causado pelas árvores em suas propriedades, sobre a fauna, entre outros. A questão da água para o coordenador do MPA tem sido impactante, como explica:

Aqui na localidade da Maria Santa, há uns quarenta quilômetros daqui, a gente tava fazendo uma medição dum campo lá [...] eu vi o relato dos agricultores que moram ali dizendo: ó, mas aqui tem essa sanga, é seca! [...] e como lá no alto do cerro tem uma floresta de eucalipto com árvores já bem adultas, né, e a sanga dentro do mato, onde a gente tava medindo, tá completamente seca. E inclusive um morador que tirava água dali, a gente tinha os canos, dizia ó, a gente tirava daqui, aqui tinha uma poça grande aqui, né, não é... tirava água daqui, secou, a gente andou mais uns duzentos metros pra baixo, a pessoa lá cortou o cano mais abaixo e botou ainda onde tinha um restinho de água, mas já não tá mais puxando também, então, na prática, as pessoas que moram nos locais, elas nos

relatam a todo momento, né, essa questão das fontes, né, ou dos córregos, ou das sangas aí que realmente secaram, secaram mesmo, essas que eu vi ontem, lá, secou de cima a baixo, não tem um pingão d'água. [...] esse é um dos impactos. Questão da água, né, nas comunidades, né, as fontes do pessoal. (Coordenador, Movimento dos Pequenos Agricultores, 14/03/2013).

Para uma agricultora, moradora da localidade do Iruí, é fato: *“deus-o-livre plantar mato porque seca a água!”*. Para o assentado do Assentamento Padre Réus a água escasseia a cada ano, ele comenta que fez um acordo com o vizinho: *“pedi pra ele não plantar fumo no alto, onde tem a fonte de água [...] e ele não plantou, mas agora ele plantou eucalipto e aí a água secou.”*

Entretanto, a grande preocupação para aqueles que plantaram “mato” e, digamos assim, *“se arreperderam”*, seja pela impossibilidade de comercialização, seja pelos efeitos ambientais negativos, ou outros motivos, a grande inquietação que fica é: *“e depois que tirarem o mato, quem quer uma terra cheia de tocos?”*, indaga o biólogo da prefeitura municipal.

7.5 AS FORMAS DE (RE)ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

O avanço do “mato” de eucalipto, acácia e pinus em Encruzilhada do Sul tem disputado espaço com atividades tradicionais no município, como a agricultura de subsistência, a pecuária familiar e a pecuária extensiva. Este avanço tem provocado diferentes dinâmicas nas formas de (re)organização dos sistemas produtivos no espaço rural, que acabam repercutindo também no espaço urbano do município.

7.5.1 A agricultura de subsistência e a pecuária extensiva

Durante a pesquisa de campo foram observadas duas práticas silviculturais: consorciamento agricultura e/ou pecuária e/ou fruticultura + silvicultura e a substituição total dos sistemas produtivos “antigos” pela silvicultura. Algumas das dinâmicas e estratégias decorrentes dessa (re)organização são expostas a seguir.

a) Em relação à pecuária:

De maneira geral, os pecuaristas extensivos do município não substituíram a atividade pecuária pela silvicultura, mas sim adotaram uma nova estratégia de

produção – o “consórcio” –, reduzindo a área de pecuária para a introdução de eucalipto ou acácia.

Outra estratégia é a de arrendar somente parte da terra, incorporando o valor pago pelo arrendamento à atividade pecuária. O curioso no fato dos pecuaristas extensivos aderirem à produção de silvicultura (ou arrendarem suas terras) é que o fazem com o intuito “de gerar capital para manter a atividade pecuária e não se dismantelar dela”, como assegura o presidente do Sindicato Rural de Encruzilhada do Sul.

A verdade é que essa questão, [...] o produtor rural, eles tão vivendo um período de decadência do setor primário no geral, né. É um dos motivos da silvicultura ter ganhado tanta força, foi a desvalorização do setor primário. Hoje, o foco do desenvolvimento do setor primário, a nível de Brasil, é a agricultura empresarial. (Biólogo, Prefeitura Municipal, 19/12/2012).

Vale salientar que existem três formas de se “fazer pecuária” em Encruzilhada do Sul, baseadas, principalmente, no tempo de produção, na extensão da área e na racionalidade do negócio: a pecuária extensiva tradicional; a pecuária empresarial e a pecuária familiar. A pecuária extensiva tradicional é aquela baseada na criação extensiva do gado (ciclo longo) e realizada em grandes extensões de terra. A pecuária empresarial é “capitalizada”, com escala comercial de produção (ciclo longo e/ou ciclo curto) e feita em grandes e/ou pequenas extensões (“manejo racional”, por exemplo) de terra. E a pecuária familiar, que é realizada sem escala comercial, em menores extensões de terra e, geralmente, consorciada com a agricultura de subsistência.

O biólogo da prefeitura municipal comenta sobre a pecuária familiar e as práticas de cultivo em relação ao uso da terra no município e na Metade Sul:

[No] agronegócio, tu tem que ser grande, tu tem que te profissionalizar, se tu não te profissionalizar, tu tá fora. Aí, aqui na Metade Sul, onde Encruzilhada se insere também, é pecuária familiar. Já tão usando esse termo. Se tu procurar os trabalhos novos [...] já tão usando pecuária familiar, que é diferente da pecuária mato-grossense que são dez mil hectares, com não sei quantas mil cabeças. E aqui, tradicionalmente, em Encruzilhada a gente diz que fica até ruim tu botar um balneário, ou tentar fazer turismo rural em Encruzilhada, que todo mundo que mora na cidade tem um pezinho no interior, tem uma chácara no interior. Não interessa se é dez ou se é cinquenta quilômetros de distância, quem tem a sua raiz no interior, geralmente, final de semana vai pro interior. [...] principalmente a pecuária [...] que não trabalha com gado de cria, tu já trabalha com novilho, novilha, que não é criação. Tu pode ir uma vez por semana, tranquilo, na

propriedade. Uma vez por semana tu engorda o gado, tu vacina o gado, tu cuida, tu vê se tá faltando, se tem bicho doente, tu consegue exercer a atividade pecuária, junto com a tua atividade que tu tem na cidade. Tu é um balconista de farmácia, tu trabalha numa loja, tu trabalha numa madeireira, tu tem condição, no final de semana, tu pega um ônibus ou tu pega teu carro, vai até a propriedade, e isso acontece em toda a Metade Sul. As pessoas têm a raiz, as cidades são pequenas, tu tem a tua raiz no interior e tu volta no interior pra cuidar do gado. Que é diferente da agricultura, que a agricultura tu tem que tá ali em cima, tem que tá botando veneno pra formiga, tem que tá capinando, tem que tá fazendo toda a labuta que exige a atividade da agricultura. E a pecuária não, então é muito forte a pecuária familiar na Metade Sul. (Biólogo, Prefeitura Municipal, 19/12/2012).

Do outro lado estão aqueles pecuaristas extensivos que venderam suas propriedades; estes, geralmente, apresentam uma trajetória que não foi marcada pelo convívio com a terra e/ou com a atividade agropecuária e, normalmente, não vivem na propriedade e tampouco no município; vendem suas terras para as empresas florestais porque não querem manter as propriedades e, neste caso, preferem aproveitar os altos preços pagos por hectare.

b) Em relação à agricultura:

Entre os pequenos agricultores e assentados de reforma agrária, a adesão à produção de árvores se deu, acima de tudo, pela necessidade de aumentar a renda familiar. Em Encruzilhada do Sul, os pequenos agricultores e assentados de reforma agrária aderiram fortemente à produção de árvores.

Entre eles existe certo descontentamento em relação à atividade, pois não estão conseguindo comercializar a madeira. Essa dificuldade se dá, basicamente, em função dos tamanhos dos plantios, 10 ha em média, explica o técnico responsável pela empresa Seta S.A. Ou ainda em função da localização, caracterização do terreno e da distância das áreas de plantios, tornando-se quase impossível “retirar a matéria-prima do local”.

É melhor ter menos e bem plantado, do que ter um monte e mal plantado. Se tem acesso, é bem localizado, bem plantado, pra nós é melhor! [...] Por exemplo, daqui até Santaninha, indo ali pelo Vargas, lá na Campina, a gente nem foi lá, é uns 100 Km de estrada de chão, imagina ir e voltar de lá com a carga? Tu já leva um dia, sendo que um dia tu carrega aqui e descarrega em Rio Grande. [...] isso é custo pra gente, o caminhão tem que ganhar 50% a mais pra ir até lá na floresta. (Técnico Agrícola, Seta S.A., 23/08/2013).

Como comentado anteriormente, é característica dos plantios de árvores serem implementados em grandes extensões de terra para facilitar à logística. Dessa forma, plantios inexpressivos, do ponto de vista de tamanho de área são pouco atraentes para as empresas ou empreiteiras que realizam as colheitas. Com isso, os estoques de madeira aumentam e o preço pago por metro cúbico (m³) diminui, seja de eucalipto ou acácia.

Em relação aos assentados de reforma agrária, de acordo com o relato de um dos técnicos da EMATER/ASCAR, eles “*plantaram mais acácia do que eucalipto*”. Nos assentamentos do município é possível observar três formas de relacionamento com o “mato”:

- a) aqueles que não aderiram ao plantio de “mato”, pois seguem às regras impostas pelo MST/INCRA;
- b) os que não aderiram por “ideologia”, pois são contrários aos empreendimentos florestais;
- c) e, os que são favoráveis aos plantios e que, portanto, plantam as árvores nos seus lotes.

Em 2007 os assentados de reforma agrária foram impedidos pelo INCRA de realizar plantios de árvores exóticas, onde a espécie eucalipto e acácia se incluem. A polêmica se deu quando alguns assentados da região sul do estado aderiram ao Programa de Poupança Florestal da VCP/Fibria. A reviravolta aconteceu após o INCRA alertar os assentados de que o licenciamento ambiental da área/lotes proíbe o plantio de árvores exóticas e o assentado que estivesse em discordância poderia, até mesmo, perder o seu lote.

Com isso o MST obrigou as famílias a cortar/arrancar as mudas de eucalipto que haviam sido plantados via fomento da VCP/Fibria. Em março de 2007 foram retirados em torno de 100 ha de eucalipto do assentamento Novo Pedro Osório, no município de Pedro Osório. E em maio do mesmo ano, outras retiradas de eucalipto (em fase de crescimento) foram realizadas em assentamentos de Pinheiro Machado e Piratini.

Obviamente que nem todos seguiram as imposições do INCRA e do MST, como se constatou em Encruzilhada do Sul, como pôde ser visto em alguns dos assentamentos do município, como por exemplo no da “Quinta”, Padre Réus e Santa Bárbara.

Segundo um dos assentados do Assentamento Padre Réus, em Encruzilhada do Sul, os assentados que plantaram eucalipto estão vendendo a madeira a “*preço de banana*”, pois querem “*se livrar*” para poder investir em outros cultivos como soja ou acácia, que ultimamente têm obtido melhores preços de comercialização. Ou seja, o cultivo de eucalipto se tornou um “*entrave*” para a reprodução social de alguns agricultores no município.

Já outros não plantam eucalipto por defenderem que “*não é alimento*”, e que “*suas terras*” só produzirão alimento, como é o caso dos assentados do Assentamento Guará, um dos mais distantes da sede do município (70 Km). Uma das assentadas comenta que “*não queremos árvores, queremos é plantar lavoura e criar animais, que é o nosso sustento, é pra nossa subsistência. Aqui somos todos contra o eucalipto.*”.

7.6 AS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E REAÇÃO DA POPULAÇÃO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE DE SILVICULTURA

Outra mudança impactante no município de Encruzilhada do Sul foi o deslocamento de inúmeras famílias que migraram da zona rural para a zona urbana a partir dos efeitos provocados pela atividade de silvicultura. Em função disso, originaram-se novas vilas na região periférica à sede municipal.

7.6.1 A migração campo-cidade

Um dos motivos relacionados por uma das vereadoras do município (gestão 2009-2012) pela migração campo-cidade, no caso dos pequenos agricultores foi a necessidade de aumentar a renda familiar e com isso a opção de vender ou arrendar a terra (para as empresas florestais), passando a procurar novas oportunidades na cidade. Outro motivo constatado foi à descapitalização dos agricultores frente à crise na agropecuária –, isto também atingiu mais os pecuaristas extensivos e em menor intensidade os pecuaristas familiares e pequenos agricultores.

Existem ainda aqueles casos onde trabalhadores que exerciam funções tradicionais no campo e que suas profissões acabaram perdendo espaço em função das mudanças ocorridas nos sistemas produtivos, como é o caso do “capataz de

estância” e “cantareiro”¹⁰³. Morar na cidade, pode ter sido a opção para estas pessoas que moravam no campo e, que provavelmente, saíram em busca de trabalho já que no campo passaram por drásticas mudanças socioambientais. Uma das agricultoras do MMC comenta que a atividade de silvicultura tem “*abalado o processo cultural*” da região, pois tem provocado migrações internas e eliminado as cadeias alimentares existentes na região.

Em termos culturais, Ferreira e Gonçalves (2010) expressam sua preocupação em função da implantação de monocultivos de eucalipto na região da Metade Sul, pois eles tendem a expulsar as pessoas do campo e desfazer a identidade do gaúcho. Entre estas “identidades” construídas ao longo de vários anos estão algumas profissões como a do cantareiro, do domador, do alambrador, do esquilador: “[...] são formas de trabalho que constituem certas identidades na região do pampa e dão sentido à vida de muitos desses trabalhadores.” (FERREIRA; GONÇALVES, 2010, p. 1).

Harvey (2004), retomando Durkheim, explica que a perda de habitação ou lugar de moradia, como se está tratando aqui, pode provocar o surgimento da “anomia social”, refletindo na “perda de identidade” dessas pessoas. Ao se distanciar do seu local de moradia - de pertencimento -, estas pessoas que migram do campo mobilizam/movimentam sua identidade, elemento chave na formação da territorialidade. No entanto, ao mesmo tempo em que “mobilizam” também sua territorialidade, passam a (re)construir outra territorialidade a partir dos elementos do lugar onde se encontram.

Por outro lado, existem pessoas que tentaram resistir à atividade florestal permanecendo em suas terras como é o caso de uma agricultora, moradora da localidade do Iruí, 1º Distrito de Encruzilhada do Sul. Ela comenta que sua propriedade está “*volteada de mato, tudo terra arrendada para o mato*”, e que ela “*não gosta de mato, porque tem que plantar coisa pra comer e que dê renda*”. De acordo com ela, “*nem o eucalipto e nem a acácia proporcionam isso*”, por isso, ela permanece produzindo gado de leite e hortigranjeiros para vender na feira da cidade. Zhouri e Oliveira (2010) comentam que as pessoas têm o “poder” de optar por permanecer no lugar e que a partir disso, passam a resignificar e transformar o local, e de certa forma, a (re)construir sua territorialidade.

¹⁰³ Atividade de molde de pedras. Geralmente, as pedras são utilizadas na construção de cercas, na divisão de fazendas e na construção de taipas de açudes.

Constatou-se que os municípios apresentam uma situação demográfica de significativo êxodo rural, em decorrência da dificuldade que certos grupos de agricultores locais enfrentam para assegurar sua reprodução social e material. Em uma recorrida às localidades do interior do município de Encruzilhada do Sul foi possível visualizar inúmeras casas abandonadas na zona rural. Conforme o IBGE (2010), Encruzilhada do Sul apresenta em torno de 1000 edificações abandonadas ou “taperas” na zona rural, o que convenientemente denominamos aqui de um processo de “taperização do campo”.

Figura 36 - Casas abandonadas na zona rural de Encruzilhada do Sul, respectivamente, nas localidades de Rincão dos Machados, Maria Santa e Pinheiro



Fonte: 1 e 2 – Autora, junho e julho/2013; 3 – Joanes Rosa, maio/2013.

Um dos poetas do município, Joanes Rosa, em uma de nossas conversas me falava do “sentimento de perda” que ele sentia ao voltar à localidade onde viveu durante sua adolescência e observar que as casas da vizinhança à sua volta tinham virado taperas. Segundo ele, é um “sentimento de tristeza e perda” em relação a determinados espaços no meio rural que “não voltam mais” e que demonstrar isso foi o intuito do poema que ele escreveu:

TAPERAS

Casas banhadas de luzes
 Nos portais e nas soleiras
 E o descanso das sesteadas
 Pelas sombras destas figueiras
 Jardins de flores do campo:
 Certeza de eternidade.
 E na porteira da frente
 Um resquício de saudade.

As casas se engravidavam

De alegria e esperanças,
 Nos domingos de manhã,
 Nos sorrisos das crianças.
 E as floreiras com gerânios
 Debruçadas na janela
 Deixava a casa mais linda
 Qual pintura de aquarela

Os jasmineiros morreram
 Nos tempos de solidão
 E as floreiras das janelas
 Se estatelaram no chão.
 Os meus sonhos, andarilhos
 Se perderam nas estradas
 Como a vida nas taperas
 Hoje não resta mais nada.

Outro ponto que pressionou algumas famílias a migrarem para a cidade foi a centralização dos escritórios e sedes das empresas terceirizadas na zona urbana e, mesmo que os trabalhadores quisessem permanecer na zona rural seriam prejudicados pela distância para utilizar o transporte aos locais de plantio (localidades do interior, com distância de até 70km do centro urbano).

7.6.2 A formação de vilas periféricas

Nos últimos dez anos, originaram-se novas vilas na região periférica à sede municipal, como a Paraíso, Urbana, da Fonte, Lava-pés e Campos Verdes que, em grande parte, são formadas por trabalhadores do “mato” e “*se originaram em função do mato, das pessoas que foram obrigadas a sair do mato*”, explica uma das vereadoras do município.

Esse é um dos processos provocados pelos empreendimentos de produção de madeira, que acabam por deslocar pessoas de seus espaços e as realocam (forçadamente ou não) em outros espaços. Zhouri e Oliveira (2010) comentam sobre estas realocações e suas consequências para as comunidades locais:

[...] a incrível mobilidade do capital tem como contrapartida a deslocação e, posterior, realocação forçada de diversos grupos em áreas de risco, para espaços planejados e restritos de reassentamento, enfim, para terrenos liminares onde são patentes as tentativas de apagamento da qualidade

histórica, ativa e propositiva desses sujeitos. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p. 455).

As pessoas dessas vilas, portanto, são marcadas por um processo de desterritorialização e, na grande maioria, em busca de uma “identidade” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010). Na figura 37, foram escolhidas fotografias que, propositalmente, demonstram o vínculo com o “mato”, como os ônibus de trabalhadores que são muito significativos nestes espaços, exatamente por representar a relação *com o “mato”, com o trabalho no “mato”, com o emprego gerado pelo “mato”, etc.*

Figura 37 - As vilas originadas a partir da dinâmica de migração campo-cidade, respectivamente, Vila da Fonte e Vila Paraíso



Fonte: Autora, novembro/2012 e junho/2013.

Na conversa com a vereadora sobre o processo de formação dessas vilas e as consequências geradas em função disso, ela trouxe uma história curiosa sobre a vila da Fonte. Até meados de 2010 esta vila era chamada de “Vila do Facão”, pois diariamente, em torno das 17, 18 horas, estacionavam inúmeros ônibus das empresas do “mato” deixando os trabalhadores, *“cada um com o seu instrumento de trabalho pendurado na cintura, o facão”*. A troca do nome da vila partiu dos próprios moradores, na tentativa de *“amenizar”* o que a realidade evidenciava¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Dawsey (2009) pesquisou comunidades impactadas pelas plantações de cana de açúcar em Piracicaba, São Paulo, onde traz um exemplo muito semelhante ao da Vila Fonte em Encruzilhada do Sul; sobre uma comunidade cuja “poesia popular” a batizou de “Buraco do Capeta”. Dawsey, ao contrário da vila encruzilhadense, resolve ele mesmo se referir à comunidade como “Jardim das Flores” tornando, de certa forma, uma denominação mais “lírica”, como diz o autor.

A vereadora fez questão de mostrar que as consequências do inchaço da população urbana são desastrosas. Em primeiro lugar ressalta que *“nos últimos 10 anos houve um aumento no índice de pobreza e que em torno de 10% da população se encontra em condições de miséria absoluta”*.

Ela faz uma relação entre as vilas, os trabalhadores do “mato” e a silvicultura e que esta última não deu conta de *“gerar desenvolvimento para as populações”*, pois *“é nestas vilas que se encontram as pessoas mais miseráveis do município”*. Ela também chama a atenção para as transformações percebidas no ambiente, como a escassez de água nos assentamentos rurais que estão próximos aos plantios de árvores (e como foi evidenciado pelo coordenador do MPA, anteriormente). Estas reclamações têm sido feitas corriqueiramente à câmara de vereadores do município, segundo a vereadora.

7.7 O CONFLITO AMBIENTAL LATENTE

Observa-se em Encruzilhada do Sul um cenário controverso e em disputa, criado em função da implantação da atividade de silvicultura e evidenciado a partir das transformações territoriais observadas e sentidas pela população local. As transformações territoriais observadas se resumem em novas formas de relações de trabalho entre empresas do setor florestal e seus empregados, novas representações em relação à natureza, reorganização dos sistemas produtivos e formas de uso da terra, reconfigurações da paisagem, fenômenos de migração campo-cidade/interna-externa e os efeitos naturais (“recursos” hídricos, flora, fauna, etc.) e sociais (índices de pobreza, desenvolvimento, êxodo rural, etc.).

As dinâmicas socioambientais constatadas em Encruzilhada do Sul são semelhantes às situações de conflito ambiental territorial encontradas em outros locais do Brasil e do mundo, como foi exposto no capítulo sobre o panorama dos conflitos ambientais em torno dos monocultivos de arbóreas. Fica evidente que mesmo com todas as diferenças sociais e ambientais que separam estes espaços, as dinâmicas empresariais florestais se apresentam em Encruzilhada do Sul com a mesma lógica e se expandem com a mesma rapidez e força, configurando o que Zhouri e Laschefski (2010) denominam de “territorialidade empresarial”.

Para se identificar um conflito ambiental parte-se do pressuposto de que existem processos de degradação e espoliação das condições naturais nestes espaços, conforme determinam Zhouri e Oliveira (2010). Ou ainda, complementarmente, com o aporte de Acselrad (2004), que o conflito ambiental se configuraria a partir da quebra de um “acordo simbiótico” em função da denúncia de atores sociais sobre os “efeitos indesejáveis aos recursos ambientais” por parte de outros atores.

Em Encruzilhada do Sul, considera-se que ocorrem características determinantes para a existência de um conflito ambiental territorial, pois os grupos/indivíduos que ali se encontram apresentam “modos distintos de produção dos seus territórios” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) e se preocupam com os “efeitos deletérios” que a produção de madeira no município pode gerar.

Para Zhouri e Oliveira (2010, p. 448), deve-se “[...] considerar a participação ativa dos sujeitos” e a partir deles “caracterizar a existência ou não de um caráter conflituoso de situações vivenciadas no local.”. Seguindo o que sugerem Zhouri e Oliveira (2010), foi a partir do relato dos próprios interlocutores que se constatou a existência de “efeitos deletérios” ou “efeitos indesejáveis” no território (como visto nos itens iniciais deste capítulo), afinal, deve-se levar em consideração que a construção do território e do conflito deve partir das narrativas dos próprios interlocutores.

No entanto, os interlocutores de Encruzilhada do Sul não chegam a “quebrar o acordo simbiótico”; teoricamente os elementos que deflagram o conflito estão presentes e permeiam todos os espaços e relações existentes no território florestal, mas na prática, o conflito ambiental não se exterioriza, ele não está visibilizado, porque de certa forma está “naturalizado” na visão da população. Mesmo havendo a constatação sobre os efeitos socioambientais no município, estes não são colocadas em evidência pela população no debate.

Desta forma, as empresas do setor florestal se veem livres para efetuar seu “domínio” no território, apropriando-se dos “recursos” do meio natural e desorganizando e reorganizando o espaço social. Estas se valem de certas justificações neste cenário, em função do fato de não haver resistências mais consolidadas por parte da população local. Desta maneira, as empresas seguem realizando suas atividades, seguindo e imprimindo a “lógica florestal”.

O que se evidencia é que os elementos que configuram um conflito ambiental estão dispostos no tempo e no espaço, no entanto, certos fatores desviam o olhar dos atores para efetivarem estes elementos em denúncias. Os impactos socioambientais existem, no entanto, são vistos e sentidos de forma particular, não coletiva. Para estes indivíduos, não ocorre à existência de um “problema social” ou de um “problema ambiental” (HANNIGAN, 1995). Portanto, não se configuraria um conflito ambiental *stricto sensu*, se analisado do ponto de vista da mobilização e da denúncia.

A população constata os efeitos, demonstra sua preocupação ambiental e social, mas se mostra passiva em termos de mobilização ou de alguma articulação em prol de denúncias mais eficazes em relação aos efeitos dos empreendimentos de monocultivos de árvores, ou seja, fica evidente uma resistência ao nível do discurso, mas de fato, não existe uma resistência ativa.

O que se constata no município e, em grande parte, na região “florestal” do RS é que mesmo que a atividade de silvicultura provoque efeitos socioambientais negativos, ela é a única alternativa de renda para determinados grupos locais. Isto é, a aceitação da atividade de silvicultura se dá em virtude dela ser uma “oportunidade econômica”, ou seja, se conhece os impactos (os próprios interlocutores enumeram as transformações no território), mas se “aceita”.

Além disso, a falta de informação da população aliada ao baixo nível de mobilização e resistência, faz com que a denúncia, requisito básico para que o conflito ambiental seja desvelado, ainda não tenha sido efetivamente consolidada e legitimada. Desse modo, o conflito ambiental está latente, a ponto de emergir. No entanto, ele é dependente do rumo das negociações sociopolíticas entre os atores envolvidos.

Os agentes hegemônicos por enquanto têm controlado o território local, deixando os atores sociais “imobilizados” pelas diferentes estratégias empresariais adotadas, seja em função, por exemplo, da compra de terras ou por meio das parcerias promovidas entre empresas florestais e moradores locais. A população local vê nessas estratégias empresariais a possibilidade de uma oportunidade de renda ou uma solução a curto prazo para alguns problemas (financeiros, produtivos, etc.).

Alguns atores sociais, em um primeiro momento, até demonstraram forte crítica aos empreendimentos florestais, mas a partir do momento que os agentes

hegemônicos passaram a “controlar” o território, a implantação da silvicultura se tornou inevitável. Estas estratégias de coerção e/ou cooptação por parte dos agentes hegemônicos têm reduzido cada vez mais as possibilidades de resistência da população local.

8 CONCLUSÕES: RECONFIGURAÇÃO E RESIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO

Neste trabalho procurou-se traçar um paralelo entre a atividade de silvicultura realizada no Brasil e em outros lugares do mundo, apresentando um breve histórico de como se originou, se expandiu, quais foram às políticas públicas de incentivo, os atores sociais e institucionais envolvidos, para então se analisar como a atividade de silvicultura se “assentou” no país, identificando a partir daí as alianças, forças, interesses, posições e oposições relacionadas ao setor florestal no Brasil.

Dessa forma, descreveu-se e analisou-se como ocorreu a reespecialização da silvicultura pelo mundo a partir da década de 1980, constatando-se que o movimento de migração das indústrias de produção de madeira se deu do hemisfério norte para o sul e que este fenômeno promoveu uma nova espacialização dos empreendimentos madeireiro-celulósicos comerciais, principalmente em países do sul da América do Sul como Chile, Uruguai, Argentina e Brasil.

A partir deste deslocamento e reterritorialização dos empreendimentos madeireiro-celulósicos, averiguaram-se diversas consequências em relação à expansão dos monocultivos de árvores, que além da geração de grandes lucros às empresas florestais, também ocasionaram inúmeras transformações socioambientais nos territórios cujos empreendimentos (fábrica e/ou plantações florestais) foram implantados, promovendo a partir daí conflitos ambientais nestes locais.

Dessa maneira, ajustamos o *zoom* de nossa câmera analítica e nos centramos no estado do Rio Grande do Sul, mostrando como se desenvolveu os “movimentos de expansão da silvicultura”, como foram criadas as políticas públicas de incentivo ao “reflorestamento”, além de identificarmos as disputas em torno da implantação da silvicultura e os atores sociais concernentes. De posse dessas informações, regulamos novamente a lente da câmera para investirmos na análise local da expansão da silvicultura. O município estudado foi o de Encruzilhada do Sul, cujo principal ponto de análise foram as transformações socioambientais ocorridas no território em função da “lógica florestal” instaurada na região.

O avanço da produção do monocultivo de árvores no RS se evidencia enquanto uma disputa de interesses. O que preferimos mostrar nesse trabalho foi exatamente o que está por traz deste jogo de interesses, disputas e relações de

poder, seja sob uma perspectiva macro/regional, no caso do estado do RS, ou em uma perspectiva micro/local, como em Encruzilhada do Sul.

No caso de Encruzilhada do Sul, o que está sendo posto em questão, em linhas gerais, são as mudanças na relação sociedade-natureza deste território, provocadas pela expansão da atividade de silvicultura. O município se caracteriza por uma abrangente diversidade social e natural, onde se estabelecem diversos tipos de relações entre sociedade e natureza em função da própria heterogeneidade natural e da diversidade social existentes. O que se observou é que esses atores sociais passam a disputar os mesmos espaços no território, cada um com uma maneira própria de perceber a natureza e isso contribui para a existência de uma gama de formas de relação com o meio natural.

Percebeu-se que as mudanças mais representativas dizem respeito às alterações na paisagem rural e urbana, no uso e ocupação do solo, na reprodução social da população local e na substituição dos sistemas produtivos, atingindo em cheio duas atividades agropecuárias tradicionais: a agricultura familiar de subsistência e a pecuária extensiva. Tais mudanças ocorrem em função das diferentes formas de apropriação e uso do território, principalmente, pelos empreendimentos de madeira que expandiram muito rapidamente seus “negócios florestais” no município, não levando em consideração as territorialidades da população local.

Zhuri e Oliveira (2005, p. 3) comentam que existe uma assimetria de “apropriação social da natureza” relacionada às empresas florestais e às comunidades locais, pois estas seguem a concepção hegemônica de desenvolvimento e progresso, tomando as pessoas da comunidade como “[...] invisíveis enquanto sujeitos sociais e agentes políticos dotados de desejos e direitos.”. Além do que, tais empresas teriam o poder de deslocar “[...] compulsoriamente as diversas populações das áreas rurais [...]” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 4), provocando efeitos culturais representativos.

As mudanças afetaram, direta e indiretamente, as práticas cotidianas da população local envolvida ou não com a atividade de silvicultura, provocando alterações, positivas ou negativas, nas formas como estes indivíduos/grupos passaram a decidir e garantir a sua reprodução social e aos seus modos de vida. Estas comunidades passaram então a resignificar o território, construindo, portanto,

um “novo” território, atrelado ao surgimento de uma “nova territorialidade” e uma “nova ruralidade”.

Foi por meio destas “novas territorialidades” e “novas ruralidades” e o surgimento de novos atores sociais que o “rural” em Encruzilhada do Sul se reconfigurou. A “nova ruralidade” estaria então embasada basicamente na resignificação dos sistemas produtivos tradicionais – da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva – pelos atores sociais, cujos processos socioprodutivos se adaptaram em função da adesão da atividade de silvicultura e da incorporação das lógicas capitalistas introduzidas pelo setor florestal.

Estas mudanças ou dinâmicas geradas, adotadas e (re)adaptadas pelos agricultores/produtores podem ser reconhecidas também enquanto portadoras de novas práticas sociais frente aos modelos convencionais, alterando as relações sociedade e natureza estabelecidas anteriormente. Nesse sentido, as transformações nas práticas desses atores são incentivadas pelas alterações no contexto socioeconômico, ambiental, institucional e nas representações sociais (OLIVEIRA, 2009).

Além disso, esta “nova ruralidade” acabou por influenciar também o meio urbano do município, que em função dos negócios florestais, desorganizou e reorganizou a estrutura social e econômica local – que viu tanto o surgimento de novas empresas voltadas ao setor florestal, quanto o aumento significativo da população urbana.

Com a introdução de “novo” capital procedente da silvicultura ocorreram dinâmicas socioambientais locais em Encruzilhada do Sul, provocando efeitos expressivos como:

- a) surgimento de novos atores sociais e a disseminação de uma “lógica florestal”;
- b) alterações na paisagem rural e urbana;
- c) desterritorialização e (re)territorialização da população local;
- d) alterações nos sistemas produtivos e influências diretas na posse da terra;
- e) mudanças nas relações e condições de trabalho;
- f) transformações nas relações de poder e redefinição de estratégias empresariais.

Deste modo, vale fazer uma análise conclusiva mais minuciosa acerca das transformações socioambientais mais significativas ocorridas em Encruzilhada do Sul. Novos atores sociais entraram em cena no contexto florestal de Encruzilhada do Sul, entre eles as empresas florestais, as empresas terceirizadas e os “profissionais autônomos”. A presença das empresas terceirizadas e a ocupação do espaço físico por projetos de produção de madeira pelas empresas florestais foram elementos novos no espaço rural encruzilhadense. “Novo” devido às dinâmicas de produção de milhares de hectares de árvores (as “fazendas de árvores”, como se referem alguns dos interlocutores entrevistados) voltados à comercialização (eucalipto para celulose ou acácia para tanino) e pela quantidade de trabalhadores que se deslocam diariamente para o interior do município para as “empreitadas do mato”. Antes, o trabalhador do “mato” era aquele indivíduo que morava na própria zona rural do município ou nos acampamentos no “mato”, no entanto, atualmente, esse trabalhador vive na cidade, geralmente, em vilas populares periféricas.

Outro elemento recente desta “nova ruralidade” em Encruzilhada do Sul são os profissionais autônomos, que geralmente são de fora do município e que investiram na compra de terras para os plantios de árvores como forma de geração de renda. Estes não vivem no local, e acabam contratando empresas terceirizadas para realizarem seus negócios florestais, fazendo visitas às propriedades nos finais de semana.

No caso das estratégias socioprodutivas das empresas florestais ao instalarem seus empreendimentos em Encruzilhada do Sul se estabelece uma “lógica florestal”. Nesta, não está em jogo somente a produção de madeira, são levados em consideração outros aspectos, fatores e características como, por exemplo, as estratégias empresariais, o caráter político, as vantagens fiscais, o cenário econômico, as afinidades com o poder público local, as relações de poder, os impactos ambientais, as relações de trabalho, os conflitos ambientais, as negociações de conflitos, enfim, um verdadeiro emaranhado de relações que são criadas a partir da implementação de novos empreendimentos ou da expansão de antigos projetos de produção de madeira.

Inserido nesta “lógica florestal” está a “chantagem locacional” das empresas de produção de madeira que em Encruzilhada do Sul se utilizaram das “condições locacionais” (BEZERRA, 2009), ganhando espaço e poder, tornando-se importantes sujeitos na determinação das políticas econômicas e ambientais locais.

No que concerne às mudanças ocorridas em torno dos sistemas produtivos, estas ocorreram com base na adoção ou substituição de novas atividades. “No campo”, como dizem os nativos, referindo-se à zona rural do município, o grande pecuarista extensivo se caracteriza, hoje, por ter uma propriedade com uma área menor (fragmentada pelo processo de herança familiar ou em função das desestabilizações da atividade de pecuária) e por terem optado em diversificar a propriedade (pecuária + fruticultura e/ou silvicultura e/ou agricultura). A adesão à outra atividade, no entanto, surge da necessidade de ter capital de giro para a manutenção da pecuária, o que demonstra um arraigamento à atividade tradicional da região. De certa forma, o que se observa na região é que a pecuária é vista por determinados atores sociais como uma atividade que apresenta não somente valor econômico, mas também histórico, ecológico, ambiental e social e, por isso, tem se readaptado nos últimos anos, perseverando como opção produtiva.

Em relação à “pequena agricultura”, muito em função da facilidade na obtenção de créditos rurais e financiamentos, o agricultor de Encruzilhada do Sul optou pela diversificação e consorciação dos sistemas produtivos entre a pecuária (gado bovino, ovino, aves e/ou suínos), agricultura (lavouras de grãos – soja, arroz, entre outras e fruticultura – melancia, pêssigo, maçã, uva e/ou laranja) e a silvicultura, principalmente eucalipto e acácia.

Entre aqueles que optaram por realizar os plantios de árvores, há os que plantaram como forma de investimento ou de “poupança”, e outros viram no plantio uma oportunidade de geração adicional de renda ou mesmo como geração de capital para manutenção de outras atividades, como comentado anteriormente.

Para aqueles que contavam com a garantia de renda ao final dos sete anos, ciclo de corte do eucalipto e da acácia, existe um intenso desconforto no que concerne à adoção/expansão dos cultivos de eucalipto e acácia enquanto atividade econômica geradora de renda, pois têm ocorrido problemas de comercialização da madeira. O que se escuta dos interlocutores é que com o *boom* dos plantios, mais ou menos em 2004-2005, todos plantaram. Agora, passados os anos, existe muita oferta de madeira na região, fazendo com que haja dificuldade de comercialização, só se conseguindo comercializar a um preço mais baixo do que o esperado inicialmente.

Já em relação à posse da terra se averiguou duas dinâmicas, onde: a) os agricultores/produtores aderiram (ou expandiram) ao sistema de produção de

árvores ou b) venderam/arrendaram suas terras. A decisão pela compra, venda ou arrendamento da terra esteve muito ligada à propaganda das empresas florestais, associando a silvicultura à “salvação econômica” da região.

Em relação às mudanças na paisagem local e ao deslocamento de pessoas, o que antes era campo, lavoura ou mata nativa tornou-se lavoura de eucaliptos, pinus e/ou acácia. À medida que algumas pessoas das comunidades do interior optaram por deixar suas terras vão se formando poucas áreas habitadas e habitáveis em meio de tantas áreas com árvores exóticas ao ambiente. Alguns dos interlocutores entrevistados contam que se sentiram, literalmente, “ilhados” em determinados locais do interior de Encruzilhada do Sul. Os sistemas produtivos tradicionais foram aos poucos dando lugar aos plantios de “mato”.

Segundo dados do IBGE (2000; 2010), em dez anos constatou-se que em Encruzilhada do Sul a população do campo diminuiu em 2.000 pessoas e em contrapartida, a população urbana aumentou consideravelmente. Essa dinâmica territorial gerou um processo de reorganização social e econômica perceptível principalmente pela ampliação e criação de vilas populares nos municípios e pela mudança da matriz produtiva no campo. No caso do “inchaço” populacional na cidade com a formação de novas vilas periféricas, uma das suposições é que além da população do campo, as plantações de árvores também tenham atraído pessoas “de fora” à procura de vagas de emprego no setor florestal do município.

O que ocorre nestes espaços é que, por vezes, as formas de expropriação no território não são diretas. Para aqueles que decidiram ficar na terra e apenas arrendar alguns hectares, restou como alternativa trabalhar nos “matos” de eucalipto e acácia, já que não dispunham de grandes extensões de terra para plantar, criar ou arrendar para outras atividades. O sentimento de quem não vendeu ou arrendou suas terras para a silvicultura é o de preservar a terra e o de manter a sua própria identidade territorial.

Mesmo conscientes da preservação de sua territorialidade, os atores sociais visualizam e sentem os efeitos que a expansão da atividade de silvicultura provocou nestes espaços, como as dificuldades em realizar plantios devido ao sobreamento ocasionado pela altura das árvores, ou porque os parceiros de “ajuda mútua” foram embora da localidade, pois se sabe que no interior é costume a realização de mutirões para plantios e colheitas entre propriedades vizinhas.

Constatou-se ainda, que é muito comum se encontrar pessoas nestes espaços “invadidos” pelos monocultivos de árvores que arrendaram parte da terra e, por isso, são impelidos a reduzir as áreas destinadas à lavoura e a pequenas hortas, passando então a ter que comprar alimentos fora da propriedade. Em um dos relatos, uma das moradoras da Serra dos Pedrosa comenta que “*antes havia troca de alimento com os vizinhos, havia lavoura, havia horta*” e que, atualmente, estas trocas não ocorrem, pelo simples fato de não terem mais vizinhos.

Nesse contexto, as pessoas que permanecem em suas terras assumem, como uma das estratégias para driblar a apropriação e controle das empresas florestais sobre o território, o enfrentamento da “lógica florestal”, tentando resistir na terra e preservar o vínculo com o território e com a forma de utilização dos “recursos naturais” e dos sistemas produtivos.

De maneira geral, uma das mudanças mais significativas que ocorre na silvicultura da região e na relação trabalhador do “mato”/empresa florestal ocorre nas condições de trabalho. Com as imposições da legislação trabalhista e a aplicação de multas às empresas (florestais e terceirizadas), as condições de trabalho tiveram certas melhorias, principalmente no que diz respeito à adoção da Carteira de Trabalho e Previdência Social, a utilização de EPI e transporte e alojamento adequados.

No entanto, com a rápida expansão do “mato” em Encruzilhada do Sul, passa a ocorrer uma rotatividade grande de empresas terceirizadas – empresas que abrem e fecham “suas portas” em um curto espaço de tempo –, e até mesmo a presença de empresas que trabalham na clandestinidade. Criam-se novas vagas de emprego, entretanto, a grande maioria é exatamente por intermédio deste tipo de empresa, onde as vagas são sazonais ou temporárias e não formais, portanto, não existem garantias trabalhistas ao trabalhador. Contudo, ainda é muito recorrente casos de trabalho análogo ao “escravo” nesta região florestal, cujas empresas, principalmente as terceirizadas (de menor porte), são as mais denunciadas por irregularidades.

Em relação às vagas de emprego geradas por estes empreendimentos madeireiros, há a ocupação de mão de obra intensiva em determinados estágios de crescimento florestal, principalmente na etapa de plantio e na colheita, alternando-se com períodos significativos onde não há nenhum trabalho.

Sem dúvida, a atividade de silvicultura em Encruzilhada do Sul é vista como uma estratégia de desenvolvimento, seja na visão do poder público local, das

empresas florestais ou da população local. Para o poder público e a população local, a silvicultura é, literalmente, a “salvação da lavoura”.

A concepção desenvolvimentista gerada pela atividade de silvicultura não determinou desenvolvimento à população de Encruzilhada do Sul, pelo contrário, comprometeu a própria reprodução social dessas comunidades que passam a criar novas estratégias de (re)adaptação e enfrentamento à “lógica florestal” instaurada na região.

Os empreendimentos madeireiros na Metade Sul do RS criaram a imagem de que esta região era “subdesenvolvida”, “pobre”, “um vazio a ser preenchido”, “não geradora de empregos”, com “altas taxas de êxodo rural”, “concentração de terras pelo latifúndio” e, portanto, não contribuindo para o desenvolvimento regional. De acordo com Boaventura Souza Santos (2002), é como se essa “construção da pobreza” fosse uma “ausência a ser preenchida”. Ao se localizarem na Metade Sul e, especificamente, em Encruzilhada do Sul, as empresas florestais fizeram diversas “promessas” de desenvolvimento, traduzidas no aumento de renda da população, na renovação das vagas de emprego, na melhoria da qualidade de vida da população envolvida, aumento do PIB do(s) município(s), maior arrecadação de impostos, melhoria da infraestrutura local e incentivo à enfraquecida produção agropecuária, entre outros.

Ao longo dos anos, porém, a estratégia de “preencher o vazio”, utilizada pelas empresas do setor florestal foi a de comprar grandes extensões de terras. Esta iniciativa abriu alternativas de venda das propriedades rurais e caminho para determinadas famílias deixarem o campo; houve a formação de diversas vilas populares na periferia de Encruzilhada do Sul, onde mais de 80% da população tem ou teve alguma ligação com o “mato”; para os que plantaram “mato” em pequenas áreas, ficou a dificuldade de comercialização, já que as empresas florestais ou empreiteiras não adquirem matéria-prima de áreas pequenas ou de difícil acesso. Em suma, o que se observa é que as empresas florestais não mudaram o cenário anterior, cenário este que elas mesmas, aliadas aos poderes públicos locais, se propuseram a mudar. As “promessas” das empresas e do poder público acabaram por não se concretizar e a dúvida que paira no ar, segundo a vereadora do município, é: “quando isso acontecerá?”.

Zhourri e Laschefski (2010b, p. 4) comentam que os conflitos ambientais denunciam “[...] contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do chamado

desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante.”. É esse o processo que está se sucedendo em Encruzilhada do Sul, cujo ônus traduz-se em danos socioambientais e o bônus, em um contexto sustentável, ainda não se materializou para a comunidade.

Ao se analisar a série de transformações socioambientais e produtivas ocorridas no espaço territorial, provocados pela “lógica florestal” em Encruzilhada do Sul, percebem-se diversas controvérsias pela apropriação e uso do território. No entanto, não existe uma reação coletiva por parte da população local contrária aos impactos negativos provocados pela atividade de silvicultura no município. Existe sim o discernimento de alguns atores de que tais transformações socioambientais estão mudando as dinâmicas tradicionais territoriais, contudo, não existe a formação de uma resistência contrária às empresas que produzem madeira.

Portanto, existiria em Encruzilhada do Sul um conflito ambiental territorial latente e não declarado, cujos elementos estão invisibilizados, ou ainda, naturalizados no pensamento da população local. Os exemplos de mudanças, transformações, efeitos, impactos gerados a partir da expansão da atividade de silvicultura no município mostram que existe um cenário conflituoso, porém, oculto nas relações entre empresas, poder público municipal e população local. Existem críticas, mas elas não são realizadas em forma de denúncia.

O que se constata nos municípios é uma “aceitação” da atividade de silvicultura – a população sabe dos efeitos negativos (os próprios entrevistados enumeram diversas transformações ambientais e sociais) provocados por ela, entretanto, lidam com o imediatismo da “oportunidade econômica”. De certa forma, neste lado estão aqueles indivíduos/grupos que conhecem os riscos, mas não os veem como impactos, estes não fazem qualquer tipo de denúncia e nem ao menos geram resistência. É por meio da atividade realizada por estas empresas que a comunidade local terá alguma chance de emprego ou solução momentânea de problemas financeiros, seja no campo ou na cidade. Arrisca-se concluir sobre esta dinâmica que a falta de informação da população, a necessidade de oportunidades de trabalho, o baixo nível de mobilização e atos isolados (ou quase nenhum) de resistência fazem com que a “denúncia”, requisito básico para o afloramento de um conflito ambiental, ainda não tenha ocorrido.

Para as empresas florestais e terceirizadas, o emprego “oferecido” vale como uma “moeda de troca”, quase uma troca pelo silêncio ou incitação a não “resistir”

aos empreendimentos madeireiros. Isso se evidencia, por exemplo, nas parcerias feitas entre lindeiros e a Celulose Riograndense em Encruzilhada do Sul. O lindeiro usufrui do espaço interno dos plantios de “mato” enquanto a empresa ganha com a segurança das terras e a não resistência aos plantios e, desta forma, as empresas florestais passam a “controlar” o território.

Todas as dinâmicas socioambientais provocadas ao longo dos últimos anos pela atividade de silvicultura em Encruzilhada do Sul, certamente estão ocorrendo em municípios vizinhos a esta “região florestal”, pois elas não esbarram nos limites ou na fronteira de cada município. As consequências do “movimento de expansão florestal” que se vê no local (município) se alastram para o regional – outros municípios, o bioma pampa, a Metade Sul – e são fruto de uma lógica florestal global. Isto é, para as empresas florestais, fica o acúmulo de riqueza (como se o dinheiro, literalmente, nascesse em árvores), caracterizado pela concentração de capital e de terras. Vale salientar ainda, que as lógicas capitalistas seriam as mesmas, caso a atividade de silvicultura fosse substituída, por exemplo, pela sojicultura, ou seja, as consequências socioambientais decorrentes no território seriam muito semelhantes.

Por fim, para a população local, fica a crença de que surgirão novas vagas de emprego, de que existirão melhorias socioambientais e de que a atividade de silvicultura os levará ao desenvolvimento, que de modo geral, até o momento, tais aspirações ainda não se concretizaram em Encruzilhada do Sul.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

_____. Apresentação do Livro. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 10-20.

_____. O Movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia – uma sociologia da recusa e do consentimento em contexto de conflito ambiental. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007. **Anais...** Recife, 2007.

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. D. N. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. *In*: ALMEIDA, A. W. B. de, *et al.* (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-210.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. *In*: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998. p. 33-71.

ALMEIDA, R. A. Territorialização Complexo Eucalipto-Celulose-Papel em Mato Grosso do Sul. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012. **Anais...** Uberlândia, 2012.

AMBRÓZIO, A. **Análítica das relações de poder inerentes ao processo de reestruturação produtiva da Aracruz Celulose S. A., na década de 1990**. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2005.

ANDRADE, J. C. S.; DIAS, C. C. **Conflito e cooperação: análise das estratégias socioambientais da Aracruz Celulose S.A.** Ilhéus: Editus, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL – BRACELPA. **Dados de exportação de celulose no Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2011.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Dados de consumo e produção de papel dos países**. 2014. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2013.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Anuário Estatístico**. 2013. Disponível em: <<http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/rel2012.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES DE FLORESTAS PLANTADAS – ABRAF. **Dados estatísticos plantações comerciais**. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3910>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

_____. **Mapa de produção comercial eucalipto e pinus**. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3910>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

_____. **Países produtores de celulose e papel**. 2013. Disponível em: <<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/3910>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL FABRICANTES DE PAPEL E CELULOSE – ANFPC. **Relatório Estatístico Anual - 1990**. São Paulo: ANFPC, 1990.

_____. **Posições e Pleitos do Setor**. Grupo de Trabalho – Programa Setorial Integrado. São Paulo, 1990.

ASSOCIAÇÃO RIO-GRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS. **Relatório Ações e Resultados 1998**. Encruzilhada do Sul, 1998. Manuscrito.

AQUINO, S. L. de. **Sobre agricultores, cultivo de eucalipto e estratégias agroindustriais**: Resistir e adaptar-se ao sistema de produção integrada. 2013. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

AYLWIN, J.; *et al.* **Pueblo mapuche y recursos forestales en chile**: devastación y conservación en un contexto de globalización económica. Santiago, 2014.

Disponível em:

<http://www.observatorio.cl/sites/default/files/biblioteca/pueblo_mapuche_y_recursos_forestales_en_chile_devastacion_y_conservacion_en_un_contexto_de_globalizacion_economica.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BACCHETTA, V. **El fraude de la celulosa**. Montevideo: Doble Editoras, 2008.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - BNDES. **A participação do sistema BNDES na evolução do setor de papel e celulose no Brasil**. Rio de Janeiro: DERIN/BNDES, 1991.

_____. **Relatório do Setor de Celulose e Papel no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

BERCOVICH, N. **Evolución y situación actual del complejo forestal en argentina**. 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/ddpeudit/proy/clusters/FORArg.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BEZERRA, G. N. **Desregulação, Chantagem Locacional e Luta Política**: o caso do Setor Automotivo no Brasil. 2009. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/bezerra.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BERTÊ, A. M. A. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. *In*: VERDUM, R., BASSO, L. A., SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Rio Grande do Sul, paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 71-83.

BIAZUS, A.; HORA, A. B.; LEITE, B. G. **Panorama de mercado**: painéis de madeira. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 32, p. 49-90. 2010. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/BNDES_Setorial/201009_02.html>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul**. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

BINKOWSKI, P.; ALMEIDA, J.; CHIAPPE, M. Conflitos Ambientais em torno de Plantações de Eucalipto no RS e no Uruguai: contexto, mobilizações, interesses e argumentos. *In*: RODRIGUES, L. P.; SPOLLE, M. V. (Org.). **Sociologia: Conexões Pertinentes**. Pelotas: IFISP/IFPEL, 2012. p. 233-254.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p.68-80, jan./jul. 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional - MIN. **Representação da Metade Sul e Norte do Rio Grande do Sul**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/programas/programasregionais/index.asp?area=spr_mes_metadesul>. Acesso em: 30 mar. 2012.

BRITO, I. **Comunidade, território e complexo industrial florestal**: o caso de Vereda Funda, norte de Minas Gerais. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade de Montes Claros. Montes Claros, 2006.

BRITO, I. A Rede-Movimento social dos geraizeiros do Norte de Minas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., Belém, 2012. **Anais...** Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-1286-1051-20120702133233.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

BUTLER, R. A. **Irá o acordo do Redd funcionar na Floresta da Indonésia?** 2011. Disponível em: <http://pt.mongabay.com/news/2011/pt-1228-indonesia_redd.html>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: TAG, 1983.

CALIXTO, J. S. *et al.* Trabalho, terra e geração de renda em três décadas de reflorestamentos no alto Jequitinhonha. **Revista Economia Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 519-538, abr./jun. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032009000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 maio. 2014.

CARÁMBULA, M.; PIÑERO, D. La forestación en Uruguay: cambio demográfico y empleo en tres localidades. **Agrociencias**, Montevideo, v. 10, n. 2, p. 63-73, 2006.

CARNEIRO, E. J. Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 16-17, maio/dez. 2005. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_16-17/Cap-2-Eder_Carneiro.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CARRERE, R. **Fábricas de celulose**: da monocultura à poluição industrial. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Montevideo, 2005. Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/files/2005/04/Fabricas_de_celulose.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2013.

CARRERE, R.; LOHMANN, L. **El papel del Sur**. Plantaciones forestales en la estrategia papelera internacional. Montevideo: WRM, 1996. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>>. Acesso em: 14 mar. 2014.

CARVALHO, E. J. G. **Novas perspectivas para os estudos comparados em educação**. Porto Alegre: PUC/RS, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/sbec/evt2008/trab11.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

CEPEDES. **História do CEPEDES**. 2014. Disponível em: <<http://www.cepedes.org.br/redealerta.php>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CHOMENKO, L. Pampa: um bioma em risco de extinção. **Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line**, São Leopoldo, n. 247, p. 4-7, dez. 2008.

CORREIO BRAZILIENSE. **Vandalismo durante ocupação**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br/divulga/imprensa/clipping/2006/marco/090306.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

COTRIM, M. **‘Pecuária Familiar’ na região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do ‘pecuarista familiar’ no município de Canguçu/RS. 2003. 142 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

DANIELE, C. **El conflicto de las plantas de celulosa del río Uruguay**: una aproximación científica al tema. 2006. Disponível em: <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/foro/daniele.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

DATASUS. **Índice de Gini Encruzilhada do Sul**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginial.def>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

DAWSEY, J. C. História noturna de Nossa Senhora do Risca-Faca. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p.135-158, 2009.

DE'NADAI, A.; OVERBEEK, W.; SOARES, L. A. **Plantações de Eucalipto e Produção de Celulose: promessas de emprego e destruição de trabalho: o caso da Aracruz Celulose no Brasil**. Espírito Santo: FASE, 2005.

DEFFONTAINES, J. P. **Les sentiers d'un géoagronome**. Paris: Arguments, 1998.

DIESEL, V. *et al.* Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, ano 13, p.119-143, jan./dez. 2006.

DORES, A. M. B. *et al.* **Panorama setorial: setor florestal, celulose e papel**. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/04.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

ECKERT, C. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 21-44, 1996-1997.

ELIAS, J. **Luego de 22 meses, el Gobierno levantará el corte ambiental de Gualeguaychú**. 2008. Disponível em: <http://desarrolloydefensa.blogspot.com.br/2008_08_31_archive.html>. Acesso em: 24 abr. 2014.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS. **Relatório Ações e Resultados 1998**. Encruzilhada do Sul: 1998. Manuscrito.

_____. **Relatório Ações e Resultados 2003**. Encruzilhada do Sul: 2003. Manuscrito.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Dados sobre Relevo de Encruzilhada do Sul**. 2005. Disponível em: <http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/download/circulares/circular_45/relevo_bmp_final.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2013.

ENCRUZILHADA DO SUL. Prefeitura Municipal. **Dados sobre silvicultura**. Encruzilhada do Sul, 2014. Disponível em: <<http://www.encruzilhadosul.rs.gov.br/portal/>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 1998.

EWALD, F. **Foucault – a norma e o direito**. Lisboa: Ed. Vega, 1993.

FANZERES, A. **Temas Conflituosos Relacionados à Expansão da Base Florestal Plantada e Definição Estratégias para a Minimização dos Conflitos Identificados**. Brasília: Programa Nacional de Florestas/MMA, 2005.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 155-161, jan. 2005.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FIERGS. **Anuário RS sustentável 2006**. Florianópolis: Expressão, 2006. p. 16-17.

FERREIRA, L. de F. **O Tempo e o Voto**: uma etnografia da política no cotidiano de famílias assentadas. 2010. 275 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/08/tese_leticia_2010.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

FERREIRA, L. DE F.; GONÇALVES, J. W. **Trabalho e Memória na Campanha Gaúcha**. Santa Maria, 2010. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook02/Artigo%206.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

FERREIRA, S. R. B. **Da fartura à escassez**: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FLORES. **Conflicto entre Argentina y Uruguay por plantas de celulosa**. 2013. Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Conflicto_entre_Argentina_y_Uruguay_por_plantas_de_celulosa>. Acesso em: 24 abr. 2014.

FLORIT, L. F. Teoria social e relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, n. 10, p.61-86, 1998.

FONSECA, A. **Tratores Kaiser puxando bolantas**. Dom Pedrito, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rw-FbPkJzMk>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino**: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha Gaúcha. 2000. 350 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Mapa de Cultivos florestais comerciais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/publicacoes/.php>>. Acesso em: 08 mar. 2009.

_____. **Dados IDESE – Encruzilhada do Sul**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Encruzilhada+do+Sul>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – FEPAM. **Rio Grande do Sul – 92**: perfil ambiental e estratégias. Porto Alegre: FEPAM, 1992.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GAUTREAU, P. **Forestación, territorio y ambiente**: 25 años de silvicultura transnacional en Uruguay, Brasil y Argentina. Montevideo: Trilce, 2014.

GERCHMANN, L. **Mulheres depredam fábrica de celulose no RS**. São Paulo, 2006. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0903200614.htm>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GERHARDT, C. Grandes Projetos de Desenvolvimento e a Produção Estrutural da Insustentável Desigualdade Ambiental: das macro-éticas e suas justificações às “entidades-satélite”. **Revista RURIS**. (no prelo).

GERHARDT, C.; LOPO, R.; SANTOS, C. F. Polo Naval de Rio grande: ideologia neodesenvolvimentista, “alternativas infernais” e “autoritarismos tolerantes”. *In*: ZHOURI, A.; VALÊNCIO, N. (Org.). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GONÇALVES, M. T. Problemas e perspectivas do trabalho rural assalariado nas plantações florestais no Brasil: análise a partir de uma região do estado de Minas Gerais. *In*: BRUMER, A; PIÑEIRO, D. (Org.). **Agricultura latino-americana – Novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

GOUVEA, C. **A Bolanta**: moradia tradicional de arrozeiros (plantadores de arroz). 2008. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/14616803@N04/3156442229/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

GRAÑA, F. **Diálogo social y gobernanza**. El discurso de los actores sociales involucrados en la instalación de una fábrica de celulosa en Fray Bentos. Montevideo: CSIC, 2010.

GROSSI, M. P. Na busca do “outro” encontra-se a “si mesmo”. *In*: GROSSI, M. P. **Trabalho de Campo e subjetividade**. Florianópolis: Claudia Lago, 1992. p. 7-18. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/Trabalho%20de%20Campo%20&%20S%20ubjetividade.pdf>>. Acesso em: 22 maio. 2014.

HAESBAERT, R. **RS**: Latifúndio e identidade regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. *In*: HEINDRCH, A. L. *et alli*. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade**. A resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 19-36.

HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1995.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEINDRICH, A. L. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

HEINDRICH, A. L. Disciplina: PPG00018 – **Espaço Social e Condição Territorial. Território**: o conceito e seus atributos. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Notas de Aula.

HILGEMBERG, E.; BACHA, C. J. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. Artigo para BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). **Revista Análise Econômica**, ano 19, n. 36, 2000.

IIED. **Towards a Sustainable Paper Cycle**. London: IIED, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Bioma do Brasil**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. **CENSO AGROPECUÁRIO. Dados agropecuários**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2006.

_____. **Dados PIB Encruzilhada do Sul**. Brasília, 2009. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430690&search=rio-grande-do-sul|encruzilhada-do-sul>. Acesso em: 02 abr. 2014

_____. **Dados sobre agricultura e pecuária - Encruzilhada do Sul**. Brasília, 2012. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430690&search=rio-grande-do-sul|encruzilhada-do-sul>. Acesso em: 25 mar. 2014

_____. **Dados demográficos, subdistritos e numero de taperas, Encruzilhada do Sul**. Brasília, 2000 e 2010. Disponível em: <www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430690&search=rio-grande-do-sul|encruzilhada-do-sul>. Acesso em: 06 abr. 2014.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF. **Projeto de distritos florestais para Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1975.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA **Dados reforma agrária no RS**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 01 jul. 2013.

JORGE, M. M. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**: Competitividade da Indústria de Celulose. Campinas: MCT/FINEP/PADCT, 1993.

JORNAL SUDESTE. **Notícias sobre fomento florestal**. Encruzilhada do Sul, 16 fev. 1996.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. O setor de celulose e papel. *In*: **BNDES – 50 anos**: histórias setoriais. Rio de Janeiro: BNDES, 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2012.

LANG, C. **South Africa**: a visit to Komatiland Forests' industrial tree monocultures. 2008. Disponível em: <<http://chrislang.org/2008/05/30/south-africa-a-visit-to-komatiland-forests-industrial-tree-monocultures/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

LARA, A. **Case Study**: Chile, in Dudley, Nigel, ed., *Forests in Trouble: A Review of the Status of Temperate Forests Worldwide*. Gland: WWF, 1992.

LASCHEFSKI, K.; FRERIS, N. Saving the wood from the trees. **The Ecologist**, v. 31, n. 6, Jul./Aug. 2001.

LASCHEFSKI, K. **Nachhaltige Entwicklung durch Forstwirtschaft in Amazonien?** Geographische Evaluierungen des Forest Stewardship Council. Tese (Doutorado). Universität Heidelberg, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.uniheidelberg.de/archiv/2975>>. Acesso em: 10 maio. 2014.

LEFEBVRE, H. **La Production de l'Espace**. Paris: Anthropos, 1986.

LERNER, F.; DIESEL, V.; QUOOS, R. D. Investimento florestal e transformações territoriais: o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul - Brasil. *In*: JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES, 5., Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2007.

LERNER, F.; DIESEL, V. Mudanças no uso do solo associadas ao investimento florestal e suas implicações para o desenvolvimento territorial. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2008.

LOPES, C. R. A. **Análise da indústria de papel e celulose no Brasil**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <<http://reocities.com/Eureka/enterprises/1900/palestras/artigo-coppead.PDF>>. Acesso em: 02 maio. 2013.

LOPES, L. O. do C. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial**: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti-Pará-Amazônia-Brasil. 2012. 269 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACEDO, A. R. P. **O setor de papel e celulose no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

MACHADO, A. M. N. **Pânico da folha em branco?** Para entender e superar o medo de escrever. [200?]. Disponível em:

<http://www.janehaddad.com.br/arquivos/folha_em_branco.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2014.

MADEIRA, M. Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Um documento morto? **Revista Instituto Humanitas Unisinos - IHU On Line**, São Leopoldo, n. 247, p.4-7, dez. 2007.

MAIA, R. M. Paradoxos da legislação ambiental: Uma análise de conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade Cana Brava – Norte de Minas Gerais. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS*, 4., Brasília. **Anais...** Brasília, 2008.

MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MAPUEXPRESS. **Imagens do conflito mapuche e empresas florestais**. 2014. Disponível em: <<http://mapuexpress.org/chile-empresas-forestales-y-derechos-mapuche-un-conflicto-historico/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MELLO, C. C. Contra as “alternativas infernais”. **Revista Contra-Corrente**, Brasília, p. 28 - 30, nov. 2009.

MENDONÇA JORGE, M. O. **Emergência e consolidação do “padrão eucalipto” a indústria brasileira de celulose de mercado**. 1992. 162 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000055237>. Acesso em: 23 jun. 2013.

MESQUITA, L. **Argentina e Uruguai descumprem Haia**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/132559-argentina-e-uruguai-descumprem-haia.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

MESSNER, D. Búsqueda de competitividad en la industria maderera chilena. **Revista de la CEPAL**, Santiago, n. 49, apr. 1993. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/revistaCepal/Sp/049055074.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p.239-262, jul./set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

MONDACA, E. **La megaindustria forestal chilena y el territorio Mapuche**. Santiago, 2011. Disponível em: <<http://www.elciudadano.cl/2011/10/04/41814/la-megaindustria-forestal-chilena-y-el-territorio-mapuche/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MORAIS, E. P. **Envelhecimento no meio rural**: condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul – RS. 2007. 215 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Fundamental) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2007.

MORELLI, L. A. **Monocultura do eucalipto e as implicações territoriais**: uma constituição oligopolista na Metade Sul do Rio Grande do Sul. 2011. 210 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOVIMENTO MUNDIAL POR LOS BOSQUES TROPICALES. **Plantaciones Forestales**: impactos y luchas. 1999. Montevideo, Uruguay. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

NADER, M. B. Industrialização, aumento populacional e a diversificação do mercado de trabalho: Vitória em dados. 1970-2000. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, abr. 2007. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=95>. Acesso em: 11 maio. 2014.

NAHUELHUALA, L. *et al.* Land-cover change to forest plantations: Proximate causes and implications for the landscape in south-central Chile. **Landscape and Urban Planning**, n. 107, 2012. p. 12-20.

NAIR, C. T. S. **Escenarios forestales cambiantes**: aspectos históricos y alcances especulativos. 2001. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/x8820s/x8820s02.htm#P0_0>. Acesso em: 11 mar. 2014.

NOOR, R. **Indonésia**: monoculturas de madeira destruindo terras e meios de subsistência indígenas. 2013. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/oldsite/boletim/193/opiniao.html#2>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

OLIVEIRA, M. C. C. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em áreas de fronteira agrária na Amazônia Oriental**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, M. C. C; ALMEIDA, J. Mudanças socioprodutivas e as novas relações sociedade-natureza na Amazônia Oriental. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

ORTIZ, R. **Um outro território**. Ensaio sobre a mundialização. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

OSORIO, E. G. **Indústria de Papel e Celulose**: estudo de caso da implantação da VCP Florestal no Extremo Sul do Rio Grande do Sul. 2007. 58 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293729>>. Acesso em: 06 ago. 2013.

PAPER STORY. **World Environment Day message from the Paper Manufacturers Association of South Africa**. 2012. Disponível em: <<http://www.thepaperstory.co.za/tag/forests/>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

PAULI, J. Estratégias individuais e ordens de justiça no capitalismo conexcionista. Anais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009

PAULI, C. C. **Preço da terra x viabilidade das propriedades adquiridas pelo Banco da Terra e PNCF**: uma análise dos municípios de Cristal e de Herval e análise da realidade socioeconômica dos assentamentos emergentes do PNCF no município de Herval e perspectivas de desenvolvimento. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Mono_Charles_Pauli.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2012.

PEDLOWSKI, M. A.; FOEGER, T. J. Transgredindo escalas e estabelecendo parcerias inusitadas na luta pela justiça ambiental: o caso da mobilização contra a monocultura de eucalipto no Rio de Janeiro. *In*: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PEDREIRA, M. S. Complexo florestal, inserção competitiva e impactos socioeconômicos: O caso da região do extremo sul Baiano. *In*: BARROS, H. de; RUBIO, B. (Org.). **Globalización y Desarrollo Rural en América Latina**. Recife: Imprensa Universitária, UFRPE, 2002. p. 197-222.

PEDREIRA, M. S. **O complexo florestal e o extremo sul da Bahia**: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. 2008. 164 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEIRANO, M. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume & Dumará, 1995.

PENIDO, M. de O. Conflitos de Territorialidades em Cana Brava/Norte De Minas: Eucalipto Para Quê? Para Quem? *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **La Sorcellerie Capitaliste**: Pratiques de désenvoutement. Paris: La Découverte, 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Dados de IDH**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNAUT, C. *et alli*. **Le développement rural de la région au village**: analyser et comprendre la diversité. Bordeaux: Projet de Développement Rural de Maradi, G.R.I.D, 1988.

RAYNAUT, C. **Sahels: diversité et dynamiques des relations sociétés-nature**. Paris: Karthala, 1997.

RAYNAUT, C.; LANA, P. da C.; ZANONI, M. Pesquisa e formação na área do meio ambiente e desenvolvimento: novos quadros de pensamento, novas formas de avaliação. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p.71-81, jan./jun. 2000.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir de uma perspectiva interdisciplinar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p.21-32, jul./dez. 2004.

RIBAS, R. P.; SEVERO, C. M.; MIGUEL, L. de A. **Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários em Encruzilhada do Sul-RS**: o contraste entre pequenos e grandes produtores rurais na ocupação de um mesmo espaço. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O504.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. **Análise da Primeira Versão das Diretrizes para a Atividade de Silvicultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/doc/relatorio_sema.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Trabalho – MPT. **Reportagem sobre trabalho escravo no RS**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.prt4.mpt.gov.br/pastas/boletim/boletim_pdf/boletim11/abril_junho.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

ROY, A. **Power Politics**. Cambridge: South End Press, 2001.

SA FORESTRY. **More hardwood required as Sappi shifts to dissolving pulp**. 2013. Disponível em: <http://www.saforestrymag.co.za/articles/detail/more_hardwood_required_as_sappi_shifts_to_dissolving_pulp>. Acesso em: 24 abr. 2014.

SACK, R. **Human territoriality**. Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p.237-280, out. 2002. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2014.

SANTOS, C. S.; SILVA, J. L. C. Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano. *In*: ENCONTRO ANPPAS, 2., Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, 2004.

SANTOS, M. *et al.* O papel ativo da Geografia: um manifesto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 12., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000.

SCHWANZ, A. K.; ZANIRATO, S. H. A Transformação da Paisagem no Pampa Gaúcho e a Constituição das Memórias. *In*: SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL, 1.,; SEMANA DE GEOGRAFIA, 17, 2008, Maringá **Anais...** Maringá, 2008.

SEGUEL, A. **Siguen en picada las exportaciones de la industria forestal chilena.** Santiago, 2012. Disponível em: <<http://olca.cl/articulo/nota.php?id=102457>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo.** Bauru: EDUSC, 1999.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SOTO, F. A. B. **Da indústria do papel ao complexo florestal no Brasil:** O caminho do corporativismo tradicional ao neocorporativismo. 1992. 298 f. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000185&pid=S0100-6762201200060001200016&lng=pt>. Acesso em: 19 abr. 2013.

SOUZA, T. C. S. **Afirmção e contestação no patrimonialismo:** um estudo das práticas e representações sociais num território em transformação. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7443/000544643.pdf?sequence=>>> . Acesso em: 11 abr. 2014.

SPINK, M. J. O estudo empírico das Representações Sociais. *In*: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 85-108.

STOELBEN, C. H.; RAUBER, A. L. Evolução multi-temporal do uso do solo e cobertura vegetal com a implantação da silvicultura em Encruzilhada do Sul – RS, entre 1989 e 2009, utilizando técnicas de sensoriamento remoto. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2010.

STRATHERN, M. **Fora de Contexto:** as ficções persuasivas da Antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

SURJADI, H. **Questões Cruciais:** Uma Viagem Internacional – Indonésia. Redução da Pobreza com Corte das Emissões de Carbono. 2011. Disponível em: <<http://www.embaixada-americana.org.br/HTML/ijse0909p/surjadi.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2104.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira:** origem e desenvolvimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TARINGA. **Guerra de información entre Argentina y Uruguay.** 2013. Disponível em: <<http://www.taringa.net/posts/info/17214667/Guerra-de-informacion-entre-Argentina-y-Uruguay.html>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

VAINER, C. B. O conceito de “atingido”: uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, F. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 39-63.

VALENTIM, I. L. **Análise da Produção de Celulose do Brasil e do Comércio Internacional no Período de 1970 a 2005**. 2007. 31 f. Monografia (Graduação Engenharia Florestal) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007. Disponível em: <<http://www.if.ufrj.br/inst/monografia/2006II/Monografia%20Ivan%20Leal%20Valentim.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2013.

VERACEL. **História empresa Veracel**. 2014. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/default.aspx?tabid=61>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

VERDUM, R. Apresentação do Livro. *In*: VERDUM, R; *et al.* (Org.). **Paisagem**: leituras, significado e transformações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

VERSIANI RABELO, F. **A década de 20 na Industrialização Brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

VIA CAMPESINA. **Dados sobre a organização da Via Campesina**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/main_sp/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=44>. Acesso em: 28 mar. 2012.

VIEIRA, R. F. **Comunicação Organizacional**: Gestão de Relações Públicas. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL – VCP. **Dados da empresa**. 2009. Disponível em: <<http://www.votorantim.com.br/pt-br/negocios/celulosepapel/Paginas/celulosePapel.aspx>>. Acesso em: 08 mar. 2013.

_____. **Relatório de Impacto do Meio Ambiente da Votorantim Celulose e Papel**. Rio Grande do Sul, 2006.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ZERO HORA. **Rio Grande do Sul** – a flora sobrevivente. Encarte Vida: 19 jan. 1992.

_____. **Notícias veiculadas VCP**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=capa_online>. Acesso em: 14 jun. 2009.

ZHOURI, A. **Trees and people**: an anthropology of British campaigners for the Amazon Rainforest. 1998. PhD Thesis - Department of Sociology, University of Essex. Essex, 1998.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. *In*: ZHOURI,

A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 49-64.

ZHOURI, A. O ativismo transnacional pela Amazônia. Entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun., 2006.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010a.

_____. **Desenvolvimento e Conflitos ambientais (Texto Síntese)**. Belo Horizonte, 2010b. Disponível em:

<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/ZHOURI_&_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2014.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 440-462.